



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



QR
EN
QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL

ESTUDO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA MOBILIDADE PARA ESTÁGIOS

ESTUDO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA MOBILIDADE PARA ESTÁGIOS ERASMUS E LEONARDO DA VINCI

AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

SETEMBRO 2013

EQUIPA CES

ADRIANO MOURA

CLAUDINO FERREIRA (COORD)

DENISE ESTEVES

PAULO PEIXOTO (COORD)

SÍLVIA SILVA

EQUIPA AN PROALV

ANA RITA RIBEIRO

ANA VINAGRE

ANTÓNIO NUNES

MARGARIDA CARDOSO

SOFIA SOEIRO



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA





ESTUDO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA MOBILIDADE PARA ESTÁGIOS

[Setembro, 2013]



ENTIDADE CONTRATANTE:	AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA (AN PROALV)
ENTIDADE CONTRATADA:	CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS (CES) DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COORDENAÇÃO:	CLAUDINO FERREIRA; PAULO PEIXOTO
OUTROS ELEMENTOS DA EQUIPA:	ADRIANO MOURA; DENISE ESTEVES; SÍLVIA SILVA



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Social Europeu



GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL

agência nacional
proalv
programa aprendizagem
ao longo da vida



ÍNDICE

1. Introdução	1
2. Sumário Executivo	3
2. <i>Executive Summary</i>	22
3. Mobilidade e aprendizagem ao longo da vida.....	39
3.1. Diretivas Europeias para o ensino e a aprendizagem.....	39
3.2. Programas Internacionais de Mobilidade e de Aprendizagem ao Longo da Vida.....	40
3.3. Ensino Superior em Portugal e os Programas de Mobilidade Internacional.....	43
3.4. A importância da mobilidade internacional nos processos de aprendizagem ao longo da vida.....	44
3.5. Dos sistemas educativos e de formação ao trabalho: a integração dos jovens no mercado europeu de emprego	47
4. As mobilidades estudantis no ensino superior e na formação profissional	56
4.1. A mobilidade para estágio: balanço global da experiência portuguesa no quadro europeu	58
5. Âmbito e objetivos do estudo.....	64
6. Metodologia e descrição das atividades realizadas.....	66
7. As instituições envolvidas no Erasmus SMP e no LdV (FPI e PMT) ..	73
8. As experiências dos estagiários Erasmus	81
8.1. Resultados dos relatórios integrados (ANPROALV)	81
8.1.2. Caracterização dos estagiários Erasmus.....	82
8.1.3. Tipificação e caracterização da mobilidade para estágio	84
8.1.4. Preparação da mobilidade	88
8.1.5. Integração e experiência no contexto de acolhimento.	93
8.1.6. Avaliação da experiência de mobilidade.....	97
8.2. Análise dos resultados do inquérito complementar (CES)	103
8.2.1. Caracterização sociodemográfica da amostra	103
8.2.2. Pré-estágio.....	107
8.2.3. Estágio	111
8.2.4. Perceção e avaliação do estágio.....	113

8.2.5. Trajeto e perspectivas pós-estágio.....	119
9. As experiências dos estagiários Leonardo da Vinci.....	123
9.1. Caracterização sociodemográfica da amostra.....	123
9.2. Pré-estágio	131
9.3. Estágio	138
9.4. Percepção e avaliação do estágio	147
9.5. Trajeto e perspectivas pós-estágio	152
10. Análise das entrevistas realizadas.....	155
10.1. Participantes Erasmus e Leonardo da Vinci	155
10.1.1. Motivações – vou fazer um estágio Erasmus/Leonardo da Vinci.....	155
10.1.2. Dificuldades enfrentadas	159
10.1.3. Aspetos positivos/impactos da mobilidade.....	166
10.2. Instituições beneficiárias dos programas de mobilidade Erasmus e Leonardo da Vinci	169
10.2.1. Escolha das entidades de acolhimento.....	169
10.2.2. Critérios de seleção dos participantes.....	172
10.2.3. Preparação do estágio	175
10.2.4. Acompanhamento do estágio.....	180
10.2.5. Pós-estágio.....	182
10.2.6. Aspetos a melhorar	184
10.2.7. Gestão da bolsa	187
8. Conclusões e recomendações	190
9. Referências bibliográficas	194

Anexos

I – Guiões de questionários

(Ia – Leonardo; Ib – Erasmus; Ic – Instituições – 3 documentos em doc)

II – Guiões de entrevistas (a beneficiários e a instituições – 1 documento em doc)

III – Entrevistas transcritas (em versão magnética – 1 documento em doc)

(1 – Caracterização dos entrevistados – 1 documento em doc)

IV – Segmentos codificados das entrevistas

(1 – Segmentos para entrevistas a estagiários; 2 - Segmentos para entrevistas a instituições – 2 documentos em xls)

V – Bases de dados em SPSS

(1 - Base de dados Erasmus - PROALV; 2 - Base de dados Erasmus - CES; 3 - Base de dados Leonardo - CES; 4 - Base de dados Instituições - CES – 4 documentos em sav)

1. INTRODUÇÃO

Os programas Erasmus e Leonardo da Vinci são os dois programas europeus mais significativos, respetivamente, no domínio do ensino superior e da formação profissional. As ações Erasmus “Mobilidade de Estudantes para estágios (SMP)” e Leonardo da Vinci nas modalidades “Formação Profissional Inicial (FPI)” e pessoas “Presentes no Mercado de Trabalho (PMT)” têm como característica essencial possibilitar a realização de um estágio através de um processo de mobilidade.

Maioritariamente, os beneficiários dos dois programas são jovens em período de formação (académica ou profissional). Sejam estudantes matriculados numa instituição de ensino superior, como no caso do programa Erasmus, sejam formandos (alunos da formação profissional em escolas profissionais, por exemplo), no caso da Formação Profissional Inicial do Leonardo da Vinci; sejam, ainda, indivíduos presentes no mercado de trabalho (trabalhadores, empregados por conta própria ou pessoas disponíveis para trabalhar - incluindo licenciados e formandos já fora do ensino superior ou profissional - propõem-se frequentar um período de estágio no exterior), sendo este o caso da formação para pessoas Presentes no Mercado de Trabalho do Programa Leonardo da Vinci.

Isto faz com que, maioritariamente, estejamos a falar de pessoas muito jovens, tendencialmente inseridas ou num interregno dos seus percursos de formação, ainda que, entre 2000 e 2006, a nível europeu, ¼ dos beneficiários do Leonardo da Vinci, programa cuja criação remonta a 1995, fossem jovens assalariados (WSF Wirtschafts- und Sozialforschung, 2007; Friedrich, Körbel, & Müller, 2010; Comissão Europeia/ Direção Geral da Educação e Cultura, 2007). Ainda que haja claras discrepâncias entre países, as mulheres tendem a ser predominantes nestas modalidades dos programas de mobilidade. As mobilidades tendem a estar sujeitas ao viés da proximidade geográfica e linguística, sendo significativa (rondando os 20% em alguns países) a proporção de participantes que tinham no seu passado uma experiência migratória (sua ou dos seus pais).

Desde que foi criado, o programa Erasmus na vertente estágios beneficiou mais de 200 mil estudantes e formandos. É uma pequena fatia dos mais de 3 milhões de beneficiários do Programa Erasmus ao longo da sua história (European Commission, 2013d). Mas isso não retira importância ao protagonismo que esta vertente do programa Erasmus rapidamente adquiriu. No ano letivo de 2011-2012, esta vertente

da mobilidade representou 20% do total da mobilidade do programa Erasmus e envolveu mais de 35 mil empresas/organizações que receberam estagiários (*idem*).

“A Agência Nacional para a Gestão do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida é uma estrutura de missão criada para assegurar a gestão do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento da União Europeia enquanto sociedade avançada baseada no conhecimento.” (1) Gere, entre outros, os Programas *Erasmus* e *Leonardo da Vinci*. No âmbito da sua missão, a ANPROALV pretende dotar-se de instrumentos de recolha de toda a informação completa e sistematizada e a consequente avaliação dos impactos, relativa aos processos de aprendizagem ao longo da vida, em contexto de mobilidade por programa/ação, realizadas no âmbito dos subprogramas do PALV: Erasmus vertente estágios e Leonardo da Vinci nos diferentes públicos-alvo acima referidos, que permita os ajustamentos necessários à melhoria da sua execução, ampliação dos impactos e da disseminação, com efeitos em programas futuros.

Neste âmbito, foi realizado, de julho a setembro de 2013, o estudo que a seguir se apresenta. Tratou-se de um trabalho intenso e bastante enriquecedor do ponto de vista institucional e pessoal. Cabe um agradecimento especial às técnicas e aos técnicos da ANPROALV, pela sua inexcedível disponibilidade. Mas também, e muito particularmente, a todos aqueles que se disponibilizaram para participar neste estudo, fossem estudantes e formandos beneficiários das mobilidades estudadas, fossem técnicos ou responsáveis das instituições. Sem a sua disponibilidade, este estudo não teria sido possível.

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Mobilidade internacional e aprendizagem ao longo da vida: os programas Erasmus e Leonardo da Vinci

(1) A capacidade de obter, transformar, utilizar e transferir conhecimentos ao longo da vida, quer em contextos formais, quer em contextos informais e não formais de ensino e aprendizagem tornou-se uma condição indispensável para a adequação aos novos paradigmas da sociedade do conhecimento e do mundo do trabalho. Nesse contexto, a mobilidade, e sobretudo a mobilidade internacional, é parte integrante dos novos requisitos da empregabilidade. Cresce a necessidade de profissionais com competências interculturais, linguísticas e de grande adaptação a um espaço que já não é um único país e, em muitas situações, não se limita ao contexto da União Europeia. Complementarmente, a transição entre a escola e o mercado de trabalho é um processo cada vez mais complexo, fluido e flexível. A articulação precoce entre diferentes esferas de saber e a aproximação aos contextos de trabalho são oportunidades importantes de transferência de conhecimentos e estreitamento de laços entre a educação e o mercado de trabalho. Reforçar os estágios e as aprendizagens ao longo da vida através da transferência de conhecimentos entre diferentes esferas da vida académica e profissional poderá ser um dos instrumentos mais eficazes na transição para a vida ativa, assim como de reforço da competitividade dos sistemas de ensino e formação e do mercado de trabalho europeus.

(2) Neste contexto, os programas de mobilidade internacional vocacionados para a realização de estágios de formação profissional que a Comissão Europeia promove visam reforçar a dimensão europeia do ensino e formação, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de uma União Europeia baseada no conhecimento, com preocupações de desenvolvimento económico sustentável e de garantia de coesão social. Pretende-se a troca, a cooperação e a mobilidade entre sistemas de educação e de formação profissional, entendendo-se que este processo contribui para melhorar os percursos académicos e profissionais dos participantes. O reforço da cooperação europeia nos domínios do ensino e da formação profissional tem como objetivo principal melhorar o desempenho, a qualidade e a atratividade do ensino e da formação profissional na Europa. Simultaneamente, procura incentivar o uso das

várias oportunidades de formação profissional no contexto da aprendizagem ao longo da vida.

(3) Os programas de mobilidade internacional *Erasmus* e *Leonardo da Vinci* constituem dois dos principais instrumentos de política europeia tendo em vista os objetivos acima referidos. O programa Erasmus, na sua recente versão de mobilidade de estudantes para estágios (SMP), possibilita aos estudantes do ensino superior a possibilidade de realizarem um estágio numa empresa ou organização de um país estrangeiro. Pretende, por essa via, promover uma melhor adaptação dos estudantes ao mercado europeu de trabalho, concorrer para o desenvolvimento de competências técnicas e culturais que incentivem um espírito de maior abertura ao contexto internacional e estimular a cooperação entre instituições de ensino superior e empresas à escala europeia. O programa Leonardo da Vinci, por seu turno, é mais diretamente centrado na formação profissional e proporciona oportunidades de mobilidade internacional para realização de estágios profissionais em empresas e organizações. É dirigido quer a indivíduos em fase de formação profissional inicial (FPI), quer a pessoas já integradas no mercado de trabalho ou disponíveis para trabalhar (PMT). Pretende promover as competências profissionais, a empregabilidade, a mobilidade profissional transnacional e a participação dos trabalhadores no mercado europeu de trabalho, assim como a cooperação entre organizações de formação profissional e empresas à escala europeia, tendo em vista promover práticas inovadoras e estimular a competitividade do mercado europeu de trabalho.

(4) Em Portugal, estes dois programas podem ter uma importância muito relevante na qualificação e preparação dos estudantes e dos trabalhadores para um mercado de trabalho crescentemente internacionalizado e competitivo, assim como no enfrentamento de alguns dos problemas que a mão de obra e o mercado de trabalho nacionais apresentam, sejam os de natureza mais estrutural, sejam os mais diretamente relacionados com a atual conjuntura de crise económica. A aplicação destes dois programas no nosso país tem vindo a envolver um número assinalável de estudantes, formandos e trabalhadores em mobilidades para estágios profissionais num vasto e heterogéneo conjunto de empresas e organizações um pouco por toda a Europa, ainda que se registre uma tendência de concentração nalguns destinos preferenciais, como a Espanha, a Itália, o Reino Unido, a França. Nos cinco anos letivos que decorreram entre 2007/2008 e 2011/2012, saíram em mobilidade Erasmus

para estágios 3701 estudantes. A tendência ao longo desse período foi de crescimento acentuado e constante, tendo as saídas passado de 282 em 2007/2008 para 1215 em 2011/2012. No caso do programa Leonardo da Vinci, no período de 2007 a 2011 saíram em mobilidade 4867 indivíduos. O número de indivíduos em mobilidade foi oscilando ligeiramente de ano para ano, não se registando, no total do quinquénio, nenhuma tendência forte de crescimento ou decréscimo: de 1000 indivíduos em mobilidade em 2007, passou-se para 893 em 2011, com oscilações variáveis, embora ligeiras, nos anos intermédios.

II. Objetivos e metodologia do estudo

(5) O presente estudo toma como ponto de partida a ideia de que a disponibilização de informação sistemática e estruturada e o conhecimento aprofundado sobre o funcionamento e os impactos junto dos beneficiários dos programas de estímulo à mobilidade internacional para estágios são fundamentais para a melhoria da execução de ações com estas características, para a ampliação dos seus impactos e para a disseminação dos seus resultados, com efeitos em programas futuros. Procede, assim, a um diagnóstico e avaliação das ações de mobilidade no âmbito dos programas Erasmus, na sua vertente de *mobilidade para estágios*, e Leonardo da Vinci, nas vertentes de *formação profissional inicial* e *peçoas presentes no mercado de trabalho*.

(6) Centrando-se no período 2010-2012, o estudo teve como objetivos principais: caracterização geral dos programas e dos resultados; identificação e análise das principais dificuldades e bloqueios à sua execução e desempenho; avaliação dos impactos na aquisição de competências e qualificações passíveis de facilitar o desenvolvimento profissional e a empregabilidade dos participantes e promover a sua adaptação aos requisitos do mercado laboral europeu; avaliação dos impactos no reforço de aptidões socioculturais específicas, incluindo as de línguas, bem como no desenvolvimento de conhecimentos sobre a cultura económica e social dos países onde a mobilidade se concretizou e, de forma mais ampla, da realidade europeia; sondagem dos impactos no domínio da qualidade e da inovação dos sistemas, instituições e práticas de educação e formação profissional.

(7) A metodologia de trabalho adotada combinou instrumentos de recolha e análise de informação de natureza quantitativa e qualitativa. Assentou nos seguintes

instrumentos metodológicos principais: pesquisa e análise documental e estatística, recorrendo a fontes institucionais e outras, com destaque para a informação disponível a partir da ANPROALV e as instituições europeias; realização e análise de 11 entrevistas exploratórias a responsáveis de instituições participantes nos dois programas de mobilidade em estudo; lançamento e análise de um formulário de avaliação dos programas de mobilidade às instituições com processos relativos ao período em análise (foram contactadas as 119 instituições e obtidas 56 respostas válidas); análise das respostas dos 2056 beneficiários de mobilidade Erasmus para estágio ao Formulário Integrado final, cuja informação, muito extensa e de boa qualidade, possibilita uma análise análoga à de um inquérito por questionário; aplicação e análise de um inquérito por questionário complementar a uma amostra de 702 beneficiários do programa Erasmus para estágio; aplicação e análise de um inquérito por questionário a uma amostra de 510 beneficiários do programa Leonardo da Vinci; realização e análise de 20 entrevistas semiestruturadas a beneficiários de mobilidade Erasmus para estágio e Leonardo da Vinci.

III. A experiência das instituições participantes nos programas de mobilidade para estágio

(8) As instituições participantes nos programas de mobilidade para estágios (escolas secundárias, agrupamentos escolares e instituições de ensino e formação profissional, no caso do programa Leonardo da Vinci, instituições de ensino superior, em ambos os programas, mas sobretudo no Erasmus) fazem uma avaliação globalmente muito positiva tanto das normas, das regras de funcionamento e dos procedimentos adotados para a gestão dos programas de mobilidade para estágios e a organização das mobilidades dos beneficiários, como da sua própria atuação nesses domínios. Quando confrontadas com um conjunto de indicadores relativos a esses vários aspetos, avaliam-nos todos muito positivamente. Numa escala de 1 (muito inadequado) a 10 (muito adequado), atribuem as seguintes pontuações médias aos principais indicadores propostos: países escolhidos como destino dos estagiários – 9,5; apoio prestado pela ANPROALV – 9,45; apoio e preparação prestada pela própria instituição aos seus estagiários – 9,39; locais escolhidos para estágios – 9,23; condições proporcionadas pelas instituições de acolhimento dos estagiários – 9,13; regras dos programas Erasmus e Leonardo da Vinci – 8,79; duração dos estágios – 8,48; valor das bolsas atribuídas – 7,36. Nesta avaliação global, merece destaque a

pontuação menos positiva atribuída ao valor das bolsas, que vai ao encontro da opinião negativa que os beneficiários expressam a esse respeito. No entanto, é em relação às bolsas Erasmus que se expressam as apreciações mais negativas, que apontam para a insuficiência dos valores atribuídos para cobrir os custos da mobilidade, enquanto em relação às bolsas Leonardo da Vinci esses valores são em regra considerados adequados.

(9) Não obstante esta apreciação globalmente positiva, os responsáveis das instituições identificam dificuldades e aspetos críticos no funcionamento dos programas. Entre as primeiras, destaca-se a ausência ou insuficiência de pessoal especializado e dedicado em exclusivo à gestão dos programas de mobilidade, o que condiciona a capacidade de planeamento estratégico e de pleno aproveitamento das potencialidades dos programas, bem como o planeamento e acompanhamento mais adequado dos processos de mobilidade. Naturalmente, esta dificuldade é variável em função do tipo, da dimensão e da capacidade administrativa das instituições, mas, em termos gerais, reflete os problemas financeiros e de recursos humanos que a conjuntura de crise económica tem acentuado.

No que se refere aos aspetos mais críticos e a merecer alguns ajustamentos, na opinião dos responsáveis pelas instituições, destacam-se: os procedimentos de candidatura, considerados excessivamente burocráticos e morosos e geradores de algumas dificuldades administrativas; o valor das bolsas, como referido, e os critérios de definição desses valores, considerados um pouco rígidos e nem sempre plenamente ajustados às necessidades associadas ao custo de vida nos locais de destino e aos planos de estágio; a relação com as agências que fazem intermediação para planeamento dos estágios e colocação dos estagiários, sobretudo no programa Leonardo da Vinci, que em alguns casos é objeto de uma apreciação muito positiva e noutros de uma apreciação negativa, que aponta para insuficiências e problemas no modo como essas agências operam.

(10) O apoio, a preparação prévia e o acompanhamento prestados aos estagiários nos processos de mobilidade, por parte das instituições, é muito variável. Observa-se aqui uma diferença assinalável entre as instituições de ensino superior e os restantes tipos de instituições, que se prolonga numa diferença entre a preparação e os apoios prestados aos estagiários do programa Erasmus e do programa Leonardo da Vinci (já que as instituições de ensino superior trabalham sobretudo com o primeiro programa e as restantes com o segundo). Nos casos do programa Leonardo da Vinci e das

instituições não universitárias, o grau de preparação prévia é mais intenso e mais amplo, multiplicando-se numa série de dimensões, que vão da pesquisa e seleção dos países e lugares de estágio, à preparação linguística e pedagógica antecipada, ao acompanhamento próximo do estágio por parte dos supervisores, ao tratamento de questões logísticas, como o alojamento no local de destino. Prevalece, aqui, uma forte intervenção das instituições e dos responsáveis pela supervisão dos estágios, em colaboração com as entidades de acolhimento. Este elevado grau de intervenção e acompanhamento, e sobretudo de preparação prévia, contrasta com o que prevalece nas instituições do ensino superior e na gestão das mobilidades Erasmus, onde a ação preparatória e de acompanhamento próximo é muito menor. Este contraste está em boa medida relacionado com a diferença de perfis etários, educativos e socioculturais dos estagiários Erasmus/universitários e Leonardo da Vinci e com as filosofias de atuação dos dois tipos de instituições. Nas instituições de ensino superior e no programa Erasmus prevalece a maior autonomia concedida aos beneficiários da mobilidade, em consonância com a filosofia em que assenta também o ensino universitário. O único aspeto em que os dois tipos de instituições e os dois tipos de programas convergem é a definição prévia de um plano de estágio concertado com a entidade de acolhimento, que é prática regular na maioria das instituições participantes dos dois tipos.

A diferença prologa-se igualmente nos processos e nos critérios adotados para a seleção dos candidatos a estágio. Enquanto no programa Erasmus e nas instituições de ensino superior os processos de seleção são sobretudo determinados pelo rácio entre vagas disponíveis e candidatos, não incorporando em regra procedimentos de avaliação e de seleção intensos, estes procedimentos são muito mais utilizados pelas instituições não universitárias e no âmbito do programa Leonardo da Vinci. Aqui, embora os procedimentos variem entre as instituições, é mais frequente combinar provas escritas ou orais, entrevistas, provas de avaliação de competência linguística e critérios de aferição de mérito individual.

IV. A experiência dos estudantes em mobilidade Erasmus para estágio

(11) No perfil sociodemográfico e formativo do contingente de estagiários Erasmus nos anos em análise merecem destaque três características. Em primeiro lugar, há uma larga maioria de mulheres (66%), facto que está associado não apenas à feminização

crescente do ensino superior de forma geral, mas também ao forte peso dos estudantes da área de Saúde e Bem Estar (47,6% do total), uma área especialmente feminizada e onde a componente de formação em contexto de trabalho é forte. Esta forte participação feminina pode fazer do Erasmus um fator relevante para o acesso das jovens a experiências profissionais e certificados que concorram para a ultrapassagem das desigualdades sexuais que continuam a persistir no acesso ao mercado de trabalho e no desenvolvimento das carreiras profissionais. Em segundo lugar, uma parte importante dos estudantes em mobilidade tinha antecedentes de migração na trajetória de vida dos pais (28,4% dos pais e 21,5% das mães tinham vivido pelo menos 3 anos fora do país), o que pode configurar um perfil específico de mobilidade. Em terceiro lugar, apesar do domínio de estudantes do 1º ciclo (licenciatura: 50,5%), há um peso relevante de estudantes do 2º ciclo (mestrado: 37,7%), indiciando um aproveitamento dos estágios Erasmus para reforçar a componente de articulação com o mundo profissional que o modelo de Bolonha incentiva nesse grau formativo.

(12) As motivações dos estudantes para sair em mobilidade para estágio estruturam-se em torno de 3 grupos de fatores. O primeiro e mais influente remete para o desejo de valorização curricular, associando aspetos como a vontade de aceder a uma oferta curricular alternativa, adquirir e desenvolver novos conhecimentos e competências, melhorar o *curriculum*, aceder a uma experiência de trabalho, potenciar o futuro profissional. O segundo, com menor peso explicativo, remete para a procura de oportunidades de convivialidade e de acesso a novas culturas, associando aspetos como o desejo de conhecer novas pessoas e culturas, a aspiração de viver novas experiências e a oportunidade de melhorar conhecimentos linguísticos e praticar uma língua estrangeira. Finalmente, um terceiro grupo de fatores, o que tem menor poder explicativo, remete para a conquista de emancipação individual, associando-se o desejo de experimentar viver num país estrangeiro e a vontade de conquistar independência e autonomia.

(13) Observa-se uma concentração muito forte dos destinos da mobilidade num grupo de países relativamente restrito, destacando-se claramente a Espanha, que acolhe 41,8% das mobilidades. Seguem-se, a grande distância, a Itália (8,4%), o Reino Unido (7,4%), a França (5,6%), a Bélgica (5,2%) e a Alemanha (4,7%). Nas escolhas dos locais de destino, entre os fatores declarados pelos estudantes em mobilidade, pesam essencialmente o plano de estágio proporcionado pela instituição de acolhimento e a

reputação dessa instituição. A par dessa forte valorização da instituição de acolhimento, surgem três fatores adicionais: a cidade e o país de destino, a língua falada na instituição de acolhimento e o custo de vida local.

(14) Entre as instituições de acolhimento dos estágios, é muito elevado o peso das instituições de ensino e de investigação, que, juntas, totalizam 47,2% do total das respostas à amostra inquirida em 2013. Este dado sugere não apenas o peso que as instituições congéneres têm na rede de contactos mobilizáveis pelas instituições de ensino superior para efeito de estágios, mas também que uma parte das mobilidades Erasmus para estágio são utilizadas para proporcionar aos estudantes períodos de trabalho de pesquisa em unidades de investigação e ensino superior, que estão com frequência associados à preparação de dissertações de mestrado. Em paralelo, destaca-se o muito forte peso de instituições públicas, revelando uma ainda insuficiente capacidade de mobilização e cooperação com empresas do setor privado.

(15) A avaliação que os estudantes em mobilidade fazem do apoio recebido nas várias fases do processo de mobilidade estabelece uma diferença clara entre as suas instituições de origem e as instituições de acolhimento. Embora revelem uma perceção globalmente positiva da atuação de ambas, valorizam de forma muito mais positiva as instituições de acolhimento e o contributo que estas dão para o sucesso das suas experiências de mobilidade.

(16) É minoritário o número de estudantes que beneficiou de um curso de preparação linguística para apoio à mobilidade (apenas 25%). Apesar disso, a aprendizagem da língua falada no local de acolhimento, e em particular na instituição de estágio, emerge como uma das principais aprendizagens resultantes da mobilidade. Sendo claramente maioritária a percentagem de estagiários que declaram que à partida para a mobilidade o seu domínio da língua que iriam falar era apenas suficiente ou mesmo insuficiente/fraco (73,1%), essa situação inverte-se na avaliação que fazem do seu domínio dessa mesma língua após a mobilidade: 77,2% consideram-no excelente ou bom. Estes dados sugerem uma aprendizagem de cariz informal assente no uso prático da língua no contexto quotidiano de trabalho.

(17) De uma forma geral, os resultados do estudo demonstram uma integração fácil e globalmente bem sucedida dos estudantes em mobilidade, tanto no contexto formativo/profissional de acolhimento, como no contexto sociocultural mais amplo. Os estagiários declaram níveis de satisfação e integração globalmente muito positivos,

sugerindo que o contexto proporcionado por esta forma de mobilidade cria condições favoráveis integração temporária num novo meio, sem dificuldades de adaptação de relevo.

(18) O aspeto mais negativo neste plano remete para as dificuldades materiais sentidas por alguns dos estudantes em mobilidade, relacionadas quer com o custo de vida nos países de destino, quer com as despesas adicionais que a mobilidade implica, quer ainda com os montantes das bolsas. 22,8% dos estudantes consideram a sua situação financeira como má ou muito má durante o período de mobilidade. Mas essa proporção varia muito em função dos países de destino. Agrava-se nas Ilhas Britânicas e na Escandinávia (atingindo respetivamente 38,2% e 31,4 dos estudantes nesses destinos) e melhora consideravelmente na Europa de Leste e nos Balcãs (onde atinge apenas, respetivamente, 8,8% e 14,3% dos estudantes).

(19) O valor da bolsa é o aspeto mais avaliado negativamente pelos estudantes em mobilidade. Para 51%, a bolsa cobriu metade ou menos das despesas durante o período de mobilidade e para 33% cobriu entre 50 e 75% dessas despesas. Apenas para 9,8% cobriu 75% ou mais das despesas. Simultaneamente, a grande maioria (73,9%) declara ter tido que recorrer a ajudas financeiras adicionais, prevalecendo nesse caso o recurso a familiares e amigos. As dificuldades financeiras sentidas por muitos estudantes durante o período de mobilidade estão ainda associadas ao facto de alguns receberem parte ou a totalidade da bolsa já depois de iniciada a mobilidade.

É importante notar que, apesar de os valores das bolsas recebidas serem variáveis em função dos destinos, a taxa de cobertura das despesas realizadas não acompanha diretamente essa variação. Com base nas declarações dos estudantes em mobilidade, calculou-se a relação entre taxas de cobertura das despesas pela bolsa e os destinos da mobilidade. Conclui-se que nem sempre valores de bolsas mais elevados, que ponderam expectativas de despesas ou de custos de vida também mais elevados, asseguram taxas de cobertura das despesas efetivas mais favoráveis. As tendências identificadas revelam que é nos países para onde o valor mensal das bolsas é mais elevado que o grau de cobertura das despesas através da bolsa é mais baixo. Nos países escandinavos 54,1% receberam bolsas acima dos 400 euros mensais, o que só beneficiou 51,9% dos que estagiaram nas Ilhas Britânicas, 23,5% dos que estagiaram na Europa do Sul, 20,7% dos que estagiaram no Benelux, 12,1% dos que estagiaram na Europa central, 7,7% dos que estagiaram nos Balcãs e 0% dos que estagiaram na Europa de Leste e países bálticos. E, no entanto, o montante da bolsa cobriu pelo

menos metade das despesas para 59,2% dos que realizaram estágios nos países balcânicos, para 51,3% em países da Europa do Sul, para 48,9% na Europa de Leste, para 38,7% na Europa central, para 36% no Benelux, para 27,4% nas Ilhas Britânicas e para 26,9% nos países escandinavos.

(20) Os níveis de satisfação com a mobilidade são muito elevados entre os estudantes. Encontramos no entanto aqui uma diferença entre a satisfação demonstrada imediatamente após a mobilidade e a que é expressa 1 a 3 anos mais tarde. No primeiro momento, observa-se uma valorização mais forte das componentes pessoais e socioculturais da experiência do que das componentes formativas e profissionais. No inquérito realizado em 2013, passado já algum tempo da experiência de mobilidade, é o contributo do estágio para o desenvolvimento formativo e profissional que é mais valorizado. Destaca-se, neste plano o forte contributo reconhecido para a melhoria do currículo individual, a aquisição de novas competências profissionais e a aquisição de autonomia na realização de tarefas. Já no que diz respeito ao contributo da mobilidade no plano sociocultural, ganham relevo a melhoria das competências linguísticas, o estabelecimento de novos contactos e amizades e o conhecimento de novas realidades socioculturais.

(21) A análise das trajetórias dos estudantes inquiridos em 2013 mostra alguns impactos da mobilidade em dois planos relevantes do ponto de vista do percurso e dos projetos socioprofissionais. Em primeiro lugar, verifica-se uma tendência para a migração para fora do país, que ocorre com 25% dos beneficiários que, tendo feito mobilidade entre 2010 e 2012, foram inquiridos em 2013. A análise conjugada dos vários indicadores analisados aponta para a influência forte da mobilidade nessa opção de vida. É assinalável que, entre os inquiridos que desempenham atualmente uma atividade profissional, cerca de um terço o faça fora de Portugal e 15% no país onde realizaram estágio. É assinalável também que a larga maioria dos inquiridos manifestem disponibilidade para desenvolver carreiras profissionais fora de Portugal. Apenas 2% não consideram a possibilidade de trabalhar fora do país, enquanto 27,9% revela preferência pelo estrangeiro e 30,2% mostra-se aberto a todas as possibilidades (sendo que 40%, não colocando de parte a possibilidade do estrangeiro, expressa preferência por Portugal). Em segundo lugar, no plano subjetivo, uma parte importante dos beneficiários de mobilidade Erasmus para estágios inquiridos revelam uma avaliação muito positiva do impacto do estágio nas suas carreiras profissionais: 30,9% declaram que a experiência de estágio foi decisiva para

encontrar emprego e para 18,6% essa experiência proporcionou mesmo a oportunidade de ficar a trabalhar na instituição de acolhimento.

(22) Os períodos de mobilidade para estágio revelam ter também impacto no plano social e cultural. Mais de dois terços dos estudantes em mobilidade aproveitaram para conhecer outras cidades e outros países, para além daqueles onde realizaram estágios, e também valorizam subjetivamente o conhecimento de novas realidades culturais. Mais relevante ainda é o contributo do estágio para o alargamento das redes sociais: 73,3% dos respondentes ao inquérito de 2013 declaram ter feito durante a mobilidade novos amigos residentes no país de acolhimento com quem mantêm atualmente contacto regular, 68,4% novos amigos residentes em outros países e 66% novos amigos portugueses.

V. A experiência dos participantes na mobilidade Leonardo da Vinci

(23) As características, as experiências e as perceções dos participantes em mobilidade para estágio Leonardo da Vinci, embora se aproximem, em alguns aspetos, das observadas entre os Erasmus, diferenciam-se em muitos outros, em virtude da natureza diversa do perfil dos beneficiários, da sua inserção formativa e profissional, das instituições no âmbito das quais realizam a mobilidade e das próprias características dos programas. No interior do próprio contingente Leonardo da Vinci há diferenças assinaláveis em algumas dimensões entre os que integram a vertente FPI (Formação Profissional Inicial) e PMT (Pessoas Presentes no Mercado de Trabalho) (a amostra integra 11,8% de respondentes FPI, 50,7% PMT e 37,5% que não sabem indicar em qual das modalidades fizeram mobilidade).

(24) No perfil sociodemográfico dos beneficiários que integram a amostra inquirida destacam-se 5 traços. Uma vez mais, as participantes do sexo feminino estão em maioria (53.6%), menos expressiva no entanto do que no caso da mobilidade Erasmus. Em segundo lugar, a maior parte dos inquiridos tem idades entre os 17 e os 26 anos, representando esta franja 76% do total. Contudo, há que destacar a existência de 7,8% com 31 ou mais anos. Há uma diferença muito nítida, em termos etários, entre os contingentes FPI e PMT: a idade média é 23,2 anos entre os primeiros e de 30,6 anos entre os segundos. Em terceiro lugar, do ponto de vista das ocupações atuais, regista-se uma percentagem de desempregados muito elevada, de 30,7% (muito superior à do contingente Erasmus inquirido em 2013). 32,1% dos

beneficiários estão empregados e 24,1% encontram-se a estudar. Entre os que estão empregados, a grande maioria exerce atividade a tempo inteiro (84,7%), predominando os trabalhadores por conta de outrem (90,7%), seguidos dos trabalhadores independentes (7,7%). Em quarto lugar, embora muito diversos, os níveis de formação dos beneficiários são relativamente altos, com 38,2% tendo completado o ensino superior e 11,8% estando a frequentar esse nível de ensino. Em quarto lugar, também aqui se observa a presença, numa parte da amostra, de tendências migratórias. Essas tendências traduzem-se na existência de antecedentes familiares de migração (25,4% das mães e 28,8% dos pais viveram pelo menos 3 anos no estrangeiro) e no facto de uma parcela significativa dos inquiridos (24,4%) se encontrar atualmente a trabalhar fora de Portugal.

(25) As entidades pelas quais se candidataram a estágio Leonardo da Vinci (no seio das quais predominam as instituições de ensino e formação) foram a principal fonte através da qual os inquiridos tomaram conhecimento da oportunidade de realização de estágios internacionais no âmbito do Leonardo da Vinci. 71% dos inquiridos assinalam-nas como uma das principais fontes de acesso à informação, seguindo-se, a grande distância, os colegas, familiares e amigos (19,8%), outras pessoas que já tinham feito estágio (14,1%), a comunicação social ou internet (10,4%). As restantes fontes, como a entidade empregadora, a empresa onde realizou estágio, a ANPROALV e as feiras, foram indicadas por franjas muito residuais de inquiridos.

(26) Os resultados do estudo mostram que, na escolha do país e da entidade de acolhimento do estágio, prevalecem essencialmente as propostas feitas pelas entidades que promovem ações Leonardo da Vinci. Dentro da margem de escolha que os candidatos mantêm, são os aspetos relacionados com o país ou a cidade da entidade de acolhimento, a reputação da instituição, o plano de estágio e a língua de trabalho que mais influenciam a opção. Por outro lado, ter família ou conhecidos no lugar de realização do estágio ou ter pessoas conhecidas na instituição de acolhimento são aspetos com pouco peso neste domínio. Comparativamente com o contingente de estagiários Erasmus, a escolha entre os beneficiários do Leonardo da Vinci é mais influenciada pela entidade de origem. Dentro desta tendência geral, observam-se no entanto algumas diferenças entre os dois contingentes de participantes no Leonardo da Vinci. A influência de amigos e conhecidos ou a sua presença no lugar ou na instituição de acolhimento é mais importante para os FPI que para os PMT. Em contrapartida, a reputação da instituição de acolhimento e o plano de estágio é mais

relevante para os PMT que para os FPI. Estas diferenças refletem o facto de os estagiários PMT serem em média mais velhos, terem um enquadramento institucional que lhes confere maior autonomia e alimentarem mais fortes expectativas em relação às oportunidades que o estágio pode abrir.

(27) Tendo em conta as declarações dos inquiridos, o apoio e a preparação prévia da mobilidade que as instituições de origem prestam é muito mais intenso e diverso do que o registado entre os beneficiários do Erasmus. 54,3% dos respondentes referiram que obtiveram, da parte de uma instituição de ensino ou de formação, preparação antes do estágio e 24,5% da entidade pela qual se candidataram. Apenas 25% dos respondentes afirmam que não tiveram qualquer tipo de preparação antecipada para o estágio. A comparação com a experiência no programa Erasmus sugere não apenas um efeito da existência de financiamento específico para a formação linguística, pedagógica e cultural no âmbito do Leonardo da Vinci, mas também as diferenças de filosofias de ação e de modos de relacionamento com os formandos, que distinguem instituições de ensino superior e outras unidades de ensino e formação profissional. A preparação linguística é a forma de preparação mais referida pelos inquiridos (55,1%), seguindo-se a cultural (40%), a técnica (20,4%), a prática e logística (por exemplo, a ajuda na procura de alojamento; 20,2%) e, por fim, a pedagógica (16,9%).

(28) A distribuição dos estágios por países de destino reproduz em boa medida o padrão observado a propósito da mobilidade Erasmus: concentração forte num grupo de países relativamente restrito. Embora mantenha a primeira posição como destino, a preferência por Espanha tem no entanto aqui menor expressão (28,9% das mobilidades). Seguem-se, a alguma distância, a Itália (14,1%), o Reino Unido (9,8%), a Alemanha (8,4%) e a França (8%). Apesar desta hierarquia de preferências ser comum às duas modalidades do Leonardo da Vinci, há diferenças: menor dispersão geográfica no caso dos PMT, mais forte expressão da Espanha no FPI que no PMT, mais forte expressão de Itália, Alemanha e Reino Unido no PMT que no FPI. Genericamente, o padrão das mobilidades para estágios que se regista em Portugal não difere do padrão europeu. As mobilidades tendem a concretizar-se predominantemente para os países vizinhos, que, para além da proximidade geográfica, mantêm outro tipo de afinidades que são encaradas como facilitadoras das experiências de mobilidade.

(29) No que respeita ao tipo e setor de atividade das instituições de destino, as diferenças em relação ao programa Erasmus são mais relevantes. A hotelaria e

turismo é o setor mais representado (21,2% dos estágios), seguindo-se a educação e formação (17,8%), a saúde e serviços sociais (8,9%) e o comércio (7,9%). Uma elevada percentagem dos respondentes (32,3%) classificou a instituição no setor mais genérico de “outros serviços”. Na amostra de participantes no Leonardo da Vinci há também uma muito maior presença de empresas entre as instituições de acolhimento (54%, incluindo os hotéis, que por si só representam 15%), em contraste com a prevalência das instituições públicas no Erasmus. O programa Leonardo da Vinci mostra assim a operacionalização de uma maior proximidade entre as instituições de formação e o mundo empresarial, o que não é de estranhar tendo em conta a natureza do próprio programa, das instituições que o promovem e dos beneficiários.

(30) De acordo com as declarações dos inquiridos, a duração média dos estágios foi de 2,48 meses. Os períodos mais frequentes são 1 mês (para 44,3% dos respondentes) e 3 meses (para 29,3%). A situação é no entanto muito diversa entre FPI e PMT. Para os primeiros, a duração média dos estágios foi de 2,25 meses, enquanto para os segundos foi de 2,89. O grupo modal dos FPI é o dos estágios de 1 mês, ao passo os PMT é o de 3 meses. Mais de metade dos inquiridos (55,7%) considerou a duração do estágio curta face às suas expetativas.

(31) O aperfeiçoamento das competências linguísticas é um dos impactos mais relevantes da mobilidade reportados pelos inquiridos no plano das aprendizagens. A par de uma avaliação generalizada de que o domínio da(s) língua(s) utilizada(s) no contexto do estágio melhorou significativamente após a mobilidade, destacam-se as aprendizagens das línguas inglesa e espanhola, as mais utilizadas pelos integrantes da amostra. O inglês merece especial destaque. Considerando apenas os estagiários que realizaram a mobilidade em países com língua oficial inglesa, é significativo que 51,3% se colocassem entre os níveis 7 e 10 (inclusive), numa escala de 1 a 10, de conhecimento da língua antes do estágio e que a proporção relativa a esse indicador depois do estágio tenha passado para 82,1%.

(32) O grau de satisfação com os apoios financeiros recebidos através da bolsa são altos, com 82,5% a declarar que foram suficientes para se poderem manter no país de destino, seja em condições normais (61,5) ou com grande esforço (21%). São 17,5% os que referem ter tido que mobilizar recursos adicionais para a sua manutenção. 42,4% declaram que a bolsa cobriu 100% dos custos suportados e 46,2% que a bolsa cobriu 70% a 90% desses custos.

(33) A experiência de mobilidade para estágio é globalmente apreciada muito positivamente pelos participantes no Leonardo da Vinci. Quando confrontados com uma vasta bateria de indicadores de avaliação da importância que a mobilidade teve para a sua vida, os inquiridos atribuem a todos eles pontuações médias superiores a 7 (numa escala de 1, nada importante, a 10, muito importante). Os aspetos a que maior contributo é reconhecido, com pontuações médias superiores a 8,5, apontam para uma combinação entre dimensões formativas/profissionais, socioculturais e pessoais: melhorar o currículo (8,8), melhorar as competências linguísticas (8,86), melhorar os conhecimentos sobre outros países e culturas (8,86), ficar mais disponível para aceitar desafios (8,60) e adquirir maior sentido de responsabilidade (8,53). O reconhecimento da importância do estágio nestes vários planos prolonga-se num grau de satisfação com a mobilidade também elevado. Entre os aspetos que maior satisfação suscitam, destacam-se a instituição de acolhimento e o respetivo ambiente de trabalho (pontuação média de 8,32), a possibilidade de ficar a conhecer melhor a cultura do país de destino (8,42), a cidade de acolhimento (8,62) e o país de acolhimento (8,67). Entre os aspetos que suscitam menos satisfação, que ainda assim é positiva, salientam-se aspetos de natureza financeira e prática: o preço do alojamento (7,08), a informação relativa ao estágio disponibilizada pela instituição de origem (7,17) e pela instituição de acolhimento (7,46).

(34) A análise das trajetórias dos inquiridos entre o momento de finalização do estágio e a atualidade mostra alterações do ponto de vista do percurso e dos projetos socioprofissionais que refletem impactos do estágio aproximados aos já observados para o contingente Erasmus: tendência para a migração laboral de uma parte importante da amostra (24,4%, dos quais 14,5% para o país onde realizaram estágio); disponibilidade de uma parte relevante dos inquiridos, embora ligeiramente menor que entre os Erasmus, para desenvolver carreira profissional no futuro fora de Portugal, (19% expressam essa preferência e 25% admitem fazê-lo em qualquer país); valorização muito positiva do contributo do estágio para o desenvolvimento da carreira profissional (pontuação média de 7,46, numa escala de 1, nenhum contributo, a 10, muito contributo).

(35) Os resultados revelam finalmente que o impacto da mobilidade no plano social e cultural é muito relevante, mas diferencia-se daquele observado no caso da mobilidade Erasmus. Em primeiro lugar, no plano cultural, o aproveitamento do estágio para conhecer realidades mais amplas confinou-se fundamentalmente ao país de

acolhimento (apenas 11,8% referem que não fizeram qualquer tipo de viagem dentro desse país), sendo muito menor que no Erasmus o aproveitamento para conhecer outros países (77% não saíram do país de acolhimento). No plano social, também o período de mobilidade serviu aos beneficiários de mobilidade Leonardo da Vinci para estabelecer novos contactos e amizades que se mantêm ativas atualmente. No entanto, predominam neste caso os contactos e amizades com portugueses (referidos por 69,5% dos inquiridos), surgindo só depois pessoas residentes no país de acolhimento (63,7%) e finalmente residentes em outros países (58,3%).

VI. Conclusões e recomendações gerais

A densidade da análise efetuada acerca do funcionamento e impactos dos programas de mobilidade para estágios Erasmus e Leonardo da Vinci permite uma leitura que revela uma realidade complexa e heterogénea. Sem prejuízo do detalhe que o estudo explora e das tendências elencadas neste Sumário Executivo, é possível assinalar algumas conclusões gerais.

(36) Uma primeira conclusão geral enfatiza o sucesso que estes programas têm recolhido, quer junto dos estados membros da UE, quer das instituições que neles podem participar e deles beneficiar, quer ainda dos destinatários últimos dos programas de mobilidade. Os níveis de participação, a diversidade de fluxos e os impactos atestam o sucesso desses programas. Um sucesso que está ancorado no peso crescente que a mobilidade para estágios vem adquirindo na UE e que, no caso português, releva uma participação que, em termos relativos, é elevada, designadamente enquanto país emissor de fluxos.

(37) Uma segunda conclusão geral evidencia o facto de as mobilidades para estágios se inserirem no mesmo padrão europeu das demais mobilidades. Reconhecendo e caracterizando as especificidades das várias modalidades que analisamos, sublinhamos que os projetos de mobilidade para estágios na UE concretizam-se, tendencialmente, nos países vizinhos dos fluxos de saída e, numa segunda tendência pesada, nos países da Europa do Sul. Sendo Portugal um país da Europa do Sul, o peso de Espanha e Itália enquanto destinos dos fluxos portugueses de mobilidade para estágios é muito grande.

(38) Uma terceira conclusão geral remete para as dimensões dos impactos dos programas de mobilidade para estágios. São nítidas e sustentadas em elevados níveis

de satisfação as implicações da mobilidade para estágios no domínio profissional, no domínio sociocultural e no domínio pessoal. Ainda que sejam limitadas as consequências no imediato que a realização de estágios tem em termos de empregabilidade, não deixa de ser significativa a abertura de horizontes que estas oportunidades concretizam. Os estágios não promovem apenas um maior grau de autonomia e de emancipação no plano individual, nem fomentam apenas o reconhecimento da diversidade cultural da UE, incrementam também, de uma forma decisiva, a predisposição para novas experiências profissionais.

(39) Uma quarta conclusão geral prende-se com o nível de organização das mobilidades para estágio. Num contexto de intensa procura, mais no programa Leonardo da Vinci e não tanto no Erasmus, a concorrência entre instituições está a acentuar-se. Tantos mais que este é um domínio crescente de afirmação simbólica das instituições, uma forma de fazer emergir e consolidar parcerias, um trunfo para captar novos públicos ou uma oportunidade de negócio para as organizações que desenvolvem atividades de intermediação. Este contexto, se aumenta a insatisfação de alguns que vão vendo as vagas ser rateadas, tem contribuído para elevar o nível de organização de todas as dimensões que enquadram os estágios.

(40) Uma quinta conclusão remete para alguns aspetos identificados como críticos pelos vários tipos de interlocutores sondados no estudo e pela análise cruzada que se realizou. Destacamos alguns dos mais prementes: um conhecimento e um domínio muito heterogéneo das potencialidades estratégicas dos programas por parte dos seus vários beneficiários, que em muitos casos limita o seu pleno aproveitamento; uma grande diversidade de critérios nas formas de preparação, gestão, acompanhamento e avaliação das ações de mobilidade por parte das várias entidades promotoras, que, sendo desejável e enriquecedora das próprias potencialidades dos programas, pode em alguns aspetos justificar ajustamentos que promovam maior equidade, transparência e eficácia, sobretudo com base na maior partilha de experiências, conhecimentos e informação; um acesso à informação difícil e insuficiente, sobretudo para os beneficiários últimos, que revelam com frequência um conhecimento muito limitado (e limitador) dos programas e das possibilidades que estes lhes podem proporcionar.

Estas conclusões suscitam, desde já, sem prejuízo das reflexões que os dados recolhidos no âmbito da avaliação vierem a gerar, algumas recomendações genéricas.

(41) É fundamental que a UE mantenha e reforce as oportunidades que se abrem no âmbito dos programas de mobilidade para estágios. Experimentalmente seria desejável, para criar uma congruência com as agendas da UE para a competitividade, que se abrissem oportunidades de estágio para fora da UE. Alguns dos beneficiários dos programas de mobilidade com quem interagimos neste estudo lamentaram não poder usufruir da mesma oportunidade nos EUA, no Brasil e na África lusófona.

(42) É importante garantir que o padrão de realização de estágios no âmbito das mobilidades europeias assegure um equilíbrio entre a possibilidade de os beneficiários terem acesso a estágios de qualidade e um padrão de distribuição geográfica que promova oportunidades de contacto com a diversidade da cultura europeia. Neste plano seria desejável repensar a política de fixação dos valores das bolsas, procurando uma indexação melhor do valor ao custo de vida dos países de destino e à estrutura das despesas implicadas. Uma flexibilização de procedimentos que abrisse caminho a possibilidades de comparticipação efetiva das empresas que recebem estagiários ou que empregam estagiários oriundos de ações de mobilidade poderia ser uma via a explorar.

(43) É também importante que as instituições de ensino superior (IES), num contexto crítico para o emprego jovem, se acertem melhor com o imperativo da empregabilidade, alterando os seus *curricula* para tornar os estágios mais atrativos para mais gente. Desiderato que é tão mais necessário quanto as IES monopolizam o programa Erasmus SMP e têm uma presença significativa no programa Leonardo da Vinci. Se nos parece pertinente manter as modalidades Erasmus SMP e Leonardo da Vinci FPI e PMT, parece-nos imperioso assegurar que o Erasmus SMP passe a captar a atenção de mais e dos melhores alunos. O que de momento é dificultado por falta de adaptação dos *curricula* académicos à relevância que os estágios internacionais têm no domínio da formação e da promoção de oportunidades de empregabilidade.

(44) A competição crescente entre instituições pela captação de projetos e de vagas para estágios internacionais tem virtualidades, mas encerra o risco de fechamento das instituições sobre si próprias e sobre os seus públicos. Neste plano é curial manter uma política de abertura e, eventualmente, até de discriminação positiva, por via da fixação de uma quota, para instituições que selecionem nacionalmente.

(45) A existência de agências de intermediação suscita reações contraditórias e antagónicas. Se, atualmente, são uma realidade incontornável, dado que muitas

instituições participantes nos programas de mobilidade dependem delas para assegurar uma logística (que vai das candidaturas a projetos à preparação de relatórios finais de prestação de contas, passando pelos pormenores da organização dos estágios), é desejável enquadrar melhor a sua intervenção. Tarefa que parece ser tão mais eficiente se for desenvolvida através de um processo de certificação a nível europeu que, ao mesmo tempo, possa fornecer às instituições que delas necessitam uma base de informações que garantam a aquisição de serviços de qualidade.

2. EXECUTIVE SUMMARY

1. International mobility and lifelong learning: the Erasmus and Leonardo da Vinci programmes

(1) The ability to obtain, transform, use and transfer knowledge throughout life, whether in formal or informal teaching and learning contexts, has become indispensable to the new knowledge society paradigm and the world of work that it entails. In this context, mobility, and particularly international mobility, is an integral part of the new employability requirements. Professionals are now increasingly expected to have intercultural and linguistic skills, and to be able to adapt to a geographic space that is no longer restricted to a single country, or indeed to the European Union. As a complement to this, the transition between school and the job market has become increasingly complex, fluid and flexible. Early articulation between different spheres of knowledge and a proximity with work contexts offer important opportunities for the transfer of knowledge and for creating closer ties between education and the labour market. One of the most effective tools in the transition to active life is the ability to transfer knowledge between different spheres of academic and professional life, and this may be reinforced by professional placements and lifelong learning processes, which also enhance the competitiveness of European education and training systems and its labour market.

(2) In this context, the international placement programmes organised by the European Commission are designed to further education and training with a view to developing a knowledge-based European Union concerned with sustainable economic development and social cohesion. These programmes foster exchange, cooperation and mobility between education and professional training systems on the understanding that this process contributes to the academic and professional development of their participants. The main aim is to improve the performance, quality and attractiveness of education and professional training in Europe, while at the same time encouraging the use of various professional training opportunities in the context of lifelong learning.

(3) The international mobility programmes Erasmus and Leonardo da Vinci are two of the main tools of European policy for implementing the objectives mentioned above. The Erasmus Student Mobility for Placements (SMP) programme, in its most recent version, enables students from higher education to undertake traineeships in a foreign company

or organization. It helps students adapt better to the European labour market, facilitates the development of technical and cultural skills (generating a spirit of greater openness to the international context) and stimulates cooperation between higher education institutions and the business sector at European level. The Leonardo da Vinci programme, for its part, is more directly focused on professional training and provides international mobility opportunities for placements in companies and organizations. It is designed both for individuals in the initial vocational training (IVT) phase, and for people in the labour market (PLM) or who are available for work. It aims to promote professional skills, employability, transnational professional mobility and the participation of workers in the European labour market, as well as cooperation between professional training organizations and companies on the European scale, with a view to promoting innovative practices and stimulating the competitiveness of the European labour market.

(4) In Portugal, these two programmes may be particularly important, not only to prepare students and workers for an increasingly international and competitive labour market, but also as a way of dealing with some of the problems faced by the national labour market and workforce, whether these are structural in nature or directly related to the present economic crisis. Indeed, with the establishment of these two programmes in Portugal, a considerable number of students, trainees and workers have been involved in placement programmes in many different companies and organizations throughout Europe (although there has been a tendency for concentration in certain preferred destinations such as Spain, Italy, the United Kingdom and France). Between 2007/2008 and 2011/2012, 3701 students have left the country on Erasmus placement programmes, and the numbers have increased considerably over the period (282 in 2007/2008 to 1215 in 2011/2012). In the case of the Leonardo da Vinci programme, 4867 individuals were involved in mobility programmes in the period 2007 to 2011, and although the number has oscillated slightly from year to year, there has been no strong tendency for increase or decrease over the five years (1000 individuals in 2007 compared to 893 in 2011).

II. Aims and methodology

(5) This study starts from the notion that structured in-depth information about the functioning and impact of international placement programmes should be made systematically available to beneficiaries in order to improve these initiatives, broaden their scope and disseminate results, with effects on future programmes. Thus, it

proceeds with a diagnosis and assessment of mobility schemes within the Erasmus (international placements) and Leonardo da Vinci (Initial Vocational Training/IVT and People in the Labour Market/PLM) programmes.

(6) The study focused on the period 2010-2012, covering the academic years 2010-2011 and 2011-2012 for the Erasmus programme and the civil years 2011 and 2012 for the Leonardo da Vinci programme. Its main aims were: to characterize the programmes and their results in general terms; to identify and analyse the main difficulties and obstacles to their execution and performance; to assess their impact on the acquisition of the kinds of skills and qualifications that could facilitate the professional development and employability of the participants and help them adapt to the requirements of the European labour market; to assess their impacts as regards the reinforcement of specific sociocultural aptitudes, including languages and the development of knowledge about the economic and social culture of the host countries, and, more broadly, of Europe as a whole; to gauge their impacts on the domain of quality and innovation with regard to systems, institutions and practices of education and professional training.

(7) As regards the methodology adopted, a combination of quantitative and qualitative tools was used for the gathering and analysis of data. The main ones were: documental and statistical research and analysis, using institutional and other sources (with emphasis upon the information available from ANPROALV and European institutions); 11 exploratory interviews with the people responsible for the mobility programmes at the participating institutions under study; the distribution and analysis of a mobility programme assessment form relating to the period under analysis, to be filled in by the participating institutions (119 institutions were contacted and 55 valid responses were obtained); analysis of the responses given by the 2056 beneficiaries of the Erasmus international placement programmes to the final Integrated Form administered by ANPROALV, which, being extensive and of good quality, enabled an analysis analogous to a survey undertaken by questionnaire; the application of a complementary questionnaire to a sample of 702 beneficiaries of the Erasmus International Placement programme; the application of a questionnaire to a sample of 510 beneficiaries of the Leonardo da Vinci programme; semi-structured interviews with the beneficiaries of the Erasmus international placement (10 interviews) and the Leonardo da Vinci (10 interviews) programmes.

III. The experience of institutions participating in the international placement schemes

(8) The overall assessment provided by the participant institutions (which were mostly, though not exclusively, secondary schools, school groupings and professional training institutions in the case of the Leonardo da Vinci programme, and higher education establishments in the Erasmus) was very positive as regards the norms, rules of functioning and procedures adopted for the management of international placement schemes, the organization of individual schemes for beneficiaries, and their own performance in these domains. When presented with a series of indicators concerning these various aspects, they assessed all of them very positively. On a scale of 1 (very poor) to 10 (very good), they attributed the following average scores to the main indicators proposed: countries chosen as destinations for the trainees – 9.5; support provided by ANPROALV – 9.45; support and preparation provided by the home institution to its trainees – 9.39; cities chosen for the placements – 9.23; conditions provided by the host institutions – 9.13; rules of the Erasmus and Leonardo da Vinci programmes – 8.79; duration of placements – 8.48; value of the grants awarded – 7.36. It is noticeable that the value of the grants was assessed less positively than the other aspects in this overall assessment, which was in keeping with the beneficiaries' own (negative) opinion on this matter. However, the most negative assessments concerned the Erasmus grants, which were generally considered inadequate to cover the costs of the programme. The Leonardo da Vinci grants, on the other hand, were generally considered to be adequate.

(9) Despite the globally positive assessment, those responsible for the programmes in the institutions identified some difficulties and critical aspects in their functioning. Amongst the former, the most significant was the absence or insufficiency of specialized personnel dedicated exclusively to the management of mobility programmes, limiting the capacity for strategic planning, the possibility of taking full advantage of the programmes' potential, and the planning and supervision of the mobility processes. While this problem varies in accordance with the type, dimension and administrative capacity of the institution in question, it also reflects the financial problems and lack of human resources accentuated by the economic crisis. The use of external intermediaries (national and foreign) is current practice, and is seen as: a way of preparing more competitive applications; responding effectively to monitoring and assessment procedures; ensuring logistics relative to mobility schemes; ensuring quality and supervision of the

placements. For budgetary reasons, various institutions encourage international partnerships based on non-mercantile reciprocal arrangements instead.

As regards the most critical aspects requiring adjustment, the people responsible for the programmes at the institutions indicated the following: application procedures (which were considered excessively bureaucratic and generated administrative problems, despite some progress in recent years); the value of the grants, as mentioned above, and the criteria used for defining those amounts, which were considered to be rather rigid and not always properly adjusted to the cost of living in the destination town or to the placement plan; the relationship with the agencies that mediate in the planning and placement of trainees, particularly on the Leonardo da Vinci programme, which in some cases are assessed very positively and in others negatively, indicating inadequacies and problems in the way these agencies operate (i.e. as their quality clearly varies considerably, there is clearly a need for regulation).

(10) The amount of support, prior preparation and guidance given to the trainees during their placements on the part of the institutions is very variable. There is here a notable difference between the higher education establishments and the other types of institutions, which extends to a difference between the preparation and support provided to the trainees on the Erasmus and Leonardo da Vinci programmes (as the higher education establishments work above all with the first programme and the others with the second). With the Leonardo da Vinci programme and non-university institutions, the degree of prior preparation is broader and more intense, particularly with IVT trainees, and involves a series of dimensions, ranging from researching and selecting the host countries and cities, prior linguistic and pedagogical preparation, close supervision of the trainee (often done full-time, through the constant presence of a Portuguese monitor in the placement countries) to logistic questions, such as accommodation in the host city. There is clearly a strong intervention on the part of institutions and those responsible for the placements, in collaboration with the host institutions. This high degree of intervention and supervision, particularly with prior preparation, contrasts with what prevails in higher education institutions and in the management of the Erasmus programmes, where there is less preparation and supervision, leaving the trainees much more autonomous. This difference is largely related to the difference in the ages, educational and sociocultural profiles of the Erasmus (university) and Leonardo da Vinci trainees, and with the policies of these two types of institutions. In higher education institutions and on the Erasmus programme, the beneficiaries are given greater

autonomy, in keeping with the policy underpinning university education. The only aspect in which the two types of institutions and programmes converge is in the prior definition of a placement plan, agreed with the host institution, which is regular practice in most institutions participating in both types of programmes. It should be pointed out that the practices used to assess the placements and host institutions are broadly generalized.

The difference also extends to the processes and criteria adopted for the selection of candidates. While on the Erasmus programme and in higher education institutions the selection processes are determined above all by the ratio of candidates to vacancies, and do not generally involve intense assessment and selection procedures, such procedures are used much more frequently by the non-university institutions within the sphere of the Leonardo da Vinci programme. Although procedures vary from institution to institution, it is frequent for there to be combinations of written or oral tests, interviews, language tests and criteria to assess individual merit. In the IVT placements of the Leonardo da Vinci programme (and a little less in the PLM), it is also common procedure to assess the maturity of the trainees, and a behavioural and disciplinary component is thus incorporated into the selection criteria. The criteria tend to be applied within a closed context. That is to say, the institutions involved generally select and recruit from amongst their own students/trainees/staff, even when, as is in the case of Erasmus, they cannot fill the number of available vacancies for the placement. This situation, in which supply exceeds demand, is common in Erasmus but much rarer in Leonardo da Vinci, as the institutions that do not recruit internally have considerably higher levels of demand.

IV. Students' experience of Erasmus international placements

(11) An analysis of the sociodemographic and educational profiles of the trainees involved in Erasmus placements reveals three main characteristics. Firstly, the majority (66%) are women, a fact that reflects not only the growing feminization of higher education in general, but also the large numbers of female students in the area of Health and Wellbeing in particular (47.6% of the total), an area where the component of in-service training is strong. The fact that Erasmus gives these young women the opportunity to acquire professional experience and certification suggests that it is helping to overcome the gender inequalities that still persist as regards job market access and career development. Secondly, a significant proportion of the students on placement schemes have a parental background of migration (28.4% of their fathers and 21.5% of

their mothers had lived at least 3 years outside the country), which suggests a specific configuration as regards the profile for mobility students. Thirdly, despite the fact that most students are from the 1st cycle of higher education (i.e. first degree: 50.5%), there is also a significant number from the 2nd cycle (masters degree: 37.7%). This suggests not only that they are taking advantage of Erasmus placements to strengthen their links with the professional world, in accordance with the spirit of the Bologna accord at this level, but also that they may have had problems in the first cycle obtaining formal curricular recognition for a traineeship carried out abroad (in this case contrary to the spirit of Bologna).

(12) Students' motives for embarking on international placements may be categorised into 3 broad groups of influential factors. The first and most influential group is related to the curriculum, and involves factors such as access to an alternative study programme, acquiring new knowledge and skills, building up one's personal curriculum, getting work experience, and improving future work prospects. The second, less significant group, concerns opportunities to experience new cultures. This includes aspects like meeting new people and getting to know new cultures, having new experiences and acquiring or practicing a foreign language. Finally, a third group of factors, with less explanatory power, concerns individual emancipation, associated to the desire to live in a foreign country and acquire autonomy and independence.

(13) As regards the target destinations, these were clearly concentrated in a small group of countries, with Spain in clear first place, accounting for 41.8% of all participants, followed far behind by Italy (8.4%), the United Kingdom (7.4%), France (5.6%), Belgium (5.2%) and Germany (4.7%). This reproduces the general pattern observed for European mobility schemes, in which beneficiaries generally seek out neighbouring countries. As regards the reasons for their choices of destination, the most important factors were declared to be the placement plan provided by the host institution and that institution's reputation. There were also three additional factors: the destination country and city, the language spoken in the host institution and the cost of living.

(14) Concerning the host institutions, many are education and research institutions, which together account for 47.2% of the total responses from the sample questioned in 2013. This is not only indicative of the weight that these institutions have in the network of contacts that higher education establishments are able to mobilize for the purpose of placements, but also suggests that some Erasmus placements are used to enable students to carry out research (perhaps in preparation for their Masters dissertations) in

research units and institutes of higher education. There are also a lot of public institutions involved, revealing a low capacity for mobilizing and cooperating with companies in the private sector.

(15) As regards the support received at various stages of the placement process, students' assessments clearly distinguish between the home and host institutions. Though the overall assessment of both is positive, the host institutions' contribution to the success of the placement experience tends to be valued much more highly.

(16) Only a few (25%) students benefited from a language course to prepare them for their placement. Despite this, the language aspect (the opportunity to learn the language spoken in the host country and in the host institution in particular) emerges as one of the most valued aspects of the learning experience. Although most trainees declare that at the outset their mastery of the language was only average or even poor (73.1%), the situation is reversed after the placement: 77.2% consider that they have good or excellent mastery of the language. This suggests that informal learning has taken place based on the practical use of the language in the daily work context.

(17) In general, the results of the study show that the students integrate easily and that their overall experience of the placement is successful, anchored by their strong initial motivation as regards both the professional/educational context and the broader sociocultural context. Very positive levels of satisfaction and integration are reported overall, suggesting that this form of mobility creates conditions that are favourable to temporary integration in a new environment, without raising any particular problems of adaptation.

(18) The most negative aspect of this plan concerns the material hardships experienced by some of the trainees due to the cost of living in the host countries, the additional expenses incurred by moving to another country, and the scantiness of the grant. 22.8% of students considered their financial situation to be poor or very poor during the placement period. But this proportion varies considerably depending upon the host country. The situation is worse in the British Isles and Scandinavia (affecting 38.2% and 31.4% of students respectively), but improves considerably in Eastern Europe and the Balkans (where it affects only 8.8% and 14.3% of students respectively).

(19) The value of the grant awarded is the aspect that is most negatively assessed by trainees involved in international placements. For 51%, their grant covered half or less than half of their expenses during the placement period, and for 33% covered between

50 and 75%. Only 9.8% claimed that it covered 75% or more of their expenses. Indeed, the vast majority (73.9%) declared that they had had to get additional financial help, usually from relatives and friends. This financial hardship was also exacerbated by the fact that some of them only received part or all of their grant after the placement had begun.

It is important to note that, although the amounts allocated vary in accordance with the destination, the extent to which they cover expenses does not directly reflect that variation. On the basis of the students' declarations, we calculated the relationship between the proportion of expenses covered by the grant and the placement destinations. Not even the most generous grants, designed to cover higher levels of expenditure or a higher cost of living, were able to properly cover expenses. Indeed, in countries where the average value of the grants is higher, the proportion of expenses covered was generally lower. In the Scandinavian countries, 54.1% received grants of over 400 Euros a month, while this value was only awarded to 51.% of those doing placements in the British Isles, 23.5% in Southern Europe, 20.7% in the Benelux countries, 12.1% in Central Europe, 7.7% in the Balkans and 0% in Eastern Europe and the Baltic countries. However, the grant covered at least half the expenses for 59.2% of trainees in the Balkans, 51.3% in Southern Europe, 48.9% in Eastern Europe, 38.7% in Central Europe, 36% in Benelux, 27.4% in the British Isles and 26.9% in the Scandinavian countries.

(20) The students expressed very high levels of satisfaction with the placements. However, there was a difference between the satisfaction demonstrated immediately after the placement and that expressed 1 to 3 years later. At the first moment, the personal and sociocultural components of the experience were valued more highly than the professional and training components. However, in the 2013 survey (some time after the placement experience), it was the placement's contribution to professional development and training that was most highly valued. Particular emphasis was given to the improvement of the individual's curriculum, the acquisition of new professional skills and the development of autonomy in the performance of tasks. As regards the sociocultural level, importance was given to the improvement of language skills, the establishment of new contacts and friendships, and experience in new sociocultural situations.

(21) The analysis of the socioprofessional trajectories followed by the students that participated in the 2013 survey shows that the placement had had an impact on two

important levels. Firstly, there is a tendency for migration outside Portugal: this occurred with 25% of the beneficiaries who had done placements between 2010 and 2012 and were surveyed in 2013. The joint analysis of the various indicators suggests that the placement had played a strong part in this particular life decision. Of those surveyed that are currently in employment, around a third are working outside Portugal and 15% are in the country where they did their placement. It is also notable that the great majority of respondents declared that they were prepared to pursue professional careers outside Portugal. Only 2% did not consider the possibility of working outside the country, while 27.9% revealed a preference for working abroad, and 30.2% were open to all possibilities (40% expressed a preference for Portugal though did not exclude the possibility of working abroad). Secondly, on the subjective level, a significant proportion of the beneficiaries judged that the placement had had a very positive impact upon their professional careers: 30.9% declared that the placement experience was decisive for their ability to find employment, while for 18.6% it had allowed them to remain working in the host institution.

(22) The placements also had a social and cultural impact. Over two thirds of the students took advantage of the placement to get to know other cities and countries (beyond those where they were doing the placement), and they subjectively valued the knowledge that they had acquired of other cultures. Even more significant is the placement's contribution to extending social networks: 73.3% of respondents to the 2013 survey declared that they had made new native friends during the placement in the host country with whom they kept in regular contact, 68.4% had made new friends from other countries, and 66% had made new Portuguese friends.

V. Participants' experience of Leonardo da Vinci international placements

(23) The characteristics, experiences and perceptions of trainees participating in the Leonardo da Vinci placement programme, while similar in some aspects to those observed amongst the Erasmus students, also differ from them in other ways, due to the diversity of the beneficiaries, their training/professional integration, the nature of the host institutions and the very characteristics of the programme. Within the Leonardo da Vinci contingent, there are also considerable differences between those involved in the IVT scheme (Initial Vocational Training) and the PLM (People in the Labour Market) (11.8%

of the sample were IVT respondents, 50.7% were PLM and 37.5% did not indicate which scheme they were following).

(24) As regards the sociodemographic profile of the beneficiaries involved in the 2013 sample, there were 5 particular features that stood out. Once more, the participants were mostly female (53.6%), though the preponderance was less marked than in the Erasmus programme. Secondly, most of the respondents (76%) were aged between 17 and 26, although 7.8% were 31 or over. There was a clear difference between the IVT and PLM contingents as regards age (the latter were older). In the IVT scheme, the average age was 23.2 years, while it was 30.6 for the PLM. Thirdly, with regard to the trainees' current occupations, there was a high percentage of unemployed (30.7%), a much higher proportion than in the Erasmus contingent surveyed in 2013. 32.1% of the beneficiaries were employed and 24.1% were studying. Of those that were employed, most (84.7%) were full-time, mostly (90.7%) in the service of others, with 7.7% self-employed. Fourth, though diverse, the beneficiaries had a generally high level of education: 38.2% had completed higher education and 11.8% were in the process of doing so. Finally, we also found migratory tendencies amongst some of the participants. These tendencies were manifested both by the existence of a family background of migration (25.4% of mothers and 28.8% of fathers had lived for at least 3 years abroad) and by the fact that a significant portion of the respondents (24.4%) are presently working outside Portugal.

(25) The bodies through which they had applied for the Leonardo da Vinci placement were, largely, their main source of information about the scheme. For 71% of the respondents, these institutions (mostly education and training institutions) were one of the main sources of information about placement opportunities. All the other sources were a long way behind: colleagues, relatives or friends (19.8%); other people that had done a placement (14.1%); the media or internet (10.4%); and (residually) an employer, the company where they did their placement, ANPROALV and trade fairs.

(26) The results of the study show that, in the choice of country and host institution, there was a prevalence of proposals from entities that promote Leonardo da Vinci schemes. Within the candidates' margin of choice, they were influenced mostly by aspects relating to the country or city, the host institution's reputation, the placement plan and the working language. On the other hand, having family or acquaintances in the destination city or host institution seemed to carry less weight in their choice of destination. Compared to the Erasmus contingent, the Leonardo da Vinci participants were more influenced by their home institution. Within this general trend, there were, however, some

differences between the two Leonardo da Vinci contingents. The influence of friends and acquaintances or their presence in the host town or institution was more important for the IVT group than for the PLM. On the other hand, the reputation of the host institution and the placement plan were more important for the PLMs than for the IVTs. These differences reflect the fact that the PLM trainees were older, on average, and had an institutional background that gave them greater autonomy and generated stronger expectations in relation to the opportunities that the placement could give them.

(27) The prior support and preparation provided by the home institutions to these trainees appeared to be more intense and diverse than that recorded by the Erasmus beneficiaries. 54.3% of respondents mentioned that they had been given prior preparation by their education or training institution, while 24.5% had received preparation from the host entity. Only 25% of respondents claimed that they had had no type of prior preparation for the placement. The comparison with the Erasmus experience suggests not only an effect of specific funding for language, pedagogical and cultural training in the ambit of the Leonardo da Vinci programme, but also different policies of action and ways of relating with the trainees that distinguish higher education institutions from other teaching and professional training units. Language preparation was the kind of preparation most mentioned by the respondents (55.1%), followed by cultural preparation (40%), technical preparation (20.4%), practical and logistic preparation (such as help finding accommodation; 20.2%) and finally pedagogical preparation (16.9%).

(28) The distribution of placements by host country largely reproduces the pattern observed for Erasmus programme, with a strong concentration on a relatively restricted group of countries. Although Spain remains in first place as the destination of preference, it has less expression here (28.9% of placements). It is followed, at some distance, by Italy (14.1%), the United Kingdom (9.8%), Germany (8.4%) and France (8%). Although this hierarchy of preferences is common to both Leonardo da Vinci schemes, there are differences: there is less geographic dispersion in the case of the PLM group, Spain is more represented in the IVT group than in the PLM, and Italy, Germany and the United Kingdom have stronger expression amongst the PLM group than the IVT. Generally, though, the pattern of placements recorded in Portugal does not differ from that found in Europe as a whole. They largely take place in neighbouring countries, which, in addition to geographic proximity, offers other types of affinities that are viewed as facilitating the mobility experience.

(29) As regards the type and sector of activity of the host institutions, there are more significant differences here than in the Erasmus programme. The tourist sector is the most represented (21.2% of placements), followed by education and training (17.8%), health and social services (8.9%) and commerce (7.9%), though a high percentage of respondents (32.3%) classified their institution under the more general heading of “other services”. In the sample of participants from the Leonardo da Vinci programme, there was also a larger presence of private companies amongst the host institutions (54%, including hotels, which alone accounted for 15%) compared to the prevalence of public institutions for Erasmus. There is a greater proximity between training institutes and the world of business in the Leonardo da Vinci programme, which is not surprising, given the nature of the programme itself, the institutions that promote it and the beneficiaries’ profiles.

(30) According to the respondents, the average duration of the placement was 2.48 months. The most frequent periods were 1 month (for 44.3% of respondents) and 3 months (for 29.3%). There were, however, big differences between the IVT and the PLM schemes. For the former, the average duration of the placements was 2.25 months, while for the latter it was 2.89 (the usual IVT mode is 1 month while for PLM it is 3 months). More than half of the respondents (55.7%) considered that the duration was shorter than they might have liked.

(31) One of the most important aspects of the placement reported by the respondents on the level of learning experiences was the opportunity to improve their language skills. Alongside a generalized assessment that the mastery of the language(s) used in the placement had improved significantly, English and Spanish (the languages most used by the respondents) were particularly indicated. English deserves special mention. Considering only the trainees that had done their placements in countries where English was the official language, it is significant that 51.3% placed themselves between levels 7 and 10 (inclusive), in a scale from 1 to 10, with regards to knowledge of the language prior to the placement, but that this proportion had risen to 82.1% after it.

(32) The degree of satisfaction with the financial aid received through the grant was high, with 82.5% declaring that it was sufficient for them to live on in the host country, either under normal conditions (61.5) or with great effort (21%). 17.5% claimed to have had to use additional resources to keep themselves. 42.4% declared that the grant covered 100% of the costs while 46.2% claimed it covered 70% to 90% of those costs.

(33) The placement experience was overall much appreciated by the participants on the Leonardo da Vinci programme. When confronted with a vast battery of assessment indicators of the importance that the mobility programme had had for their lives, the respondents attributed average scores of above 7 to all of them (on a scale of 1 [not very important] to 10 [very important]). The aspects that scored highest (above 8.5 on average) indicated a combination of professional/training, sociocultural and personal dimensions: better curriculum (8.8), better language skills (8.86), better knowledge of other countries and cultures (8.86), more available to accept challenges (8.60) and greater sense of responsibility (8.53). The recognition of the importance of the placement in these various levels extends to a high degree of general satisfaction. Aspects that generated most satisfaction were the host institution and respective work environment (average score 8.32), the possibility of getting to know the culture of the country (8.42), the host city (8.62) and the host country (8.67). Aspects that generated less satisfaction (though still positive) were factors of a financial and practical nature: the cost of accommodation (7.08), information about the placement provided by the home institution (7.17) and by the host institution (7.46).

(34) The analysis of the trajectories followed by the respondents since finishing the placement shows alterations from the point of view of their career and socioprofessional projects, similar to what was found for the Erasmus contingent. These included: a tendency for professional migration amongst a significant portion (24.4%) of the sample (of whom 14.5% went to the country where they had done their placement); the availability of respondents to pursue a future career outside Portugal (this was significant, though slightly less than the Erasmus contingent; 19% expressed a preference to go abroad while 25% said they would do it in any country); and a positive assessment of the placement's contribution to the development of their professional career (average score of 7.46 on a scale of 1 [no contribution] to 10 [great contribution]).

(35) Finally the results also reveal that the social and cultural impact of the placement was very significant, but different to what was observed for the Erasmus placements. As regards the trainees' willingness to take advantage of the placement to visit other places, this tended to be more limited to the host country (only 11.8% said that they had not travelled within the country at all), and compared to the Erasmus contingent, fewer had taken advantage of the placement to visit other countries (77% did not leave the host country). On the social level, the placement period also enabled the beneficiaries of the Leonardo da Vinci scheme to make new friends and contacts that are still maintained

today. However, in this case, their contacts and friendships were predominantly with other Portuguese people (mentioned by 69.5% of respondents), followed by people resident in the host country (63.7%) and finally resident in other countries (58.3%).

VI. Conclusions and general recommendations

This somewhat dense analysis of the functioning and impacts of the Erasmus and Leonardo da Vinci placement programmes reveals a situation that is both complex and heterogeneous. Without prejudice to the detail explored in the report and the trends listed in this Executive Summary, it is possible to draw some general conclusions.

(36) One general conclusion emphasises the success of these programmes, both within the EU member states and the institutions that have participated in them and benefited from them, not to mention the final beneficiaries. The levels of participation, diversity of flows and impacts attest to the success of these initiatives, something that is anchored in the growing weight that international placements have acquired in the EU context and which have attracted high levels of participation in Portugal, particularly as a country from which such flows emanate.

(37) A second general conclusion concerns the fact that international placements seem to follow the same pattern as other European mobility schemes. Despite the specificities of the programmes we have analysed here, EU placements tend to occur in countries adjacent to the outflow, and (in a second important trend) in Southern Europe. As Portugal is a Southern European country, Spain and Italy are important destinations for Portuguese mobility flows.

(38) A third general conclusion concerns the dimensions of the impacts of the placement programmes. There are clearly high levels of satisfaction as to the implications of the placement programmes on the professional, cultural and personal levels. Although the immediate consequences of the placements may be limited, as regards employability, the opening-up of horizons provided by these schemes is nevertheless significant. These placements do not only offer participants greater autonomy and emancipation, or enhance their recognition of the cultural diversity within the EU, they also contribute decisively to increasing their predisposition for new professional experiences.

(39) A fourth general conclusion has to do with the level of organization of these placements. In a context of high demand (more evident in the Leonardo da Vinci

programme than in the Erasmus), competition between institutions is intensifying. This means that it is becoming a way for institutions to assert themselves symbolically, generating and consolidating partnerships, a trump card with which it is possible to attract new publics or business opportunities for the organizations that develop mediation activities. While this may have increased the dissatisfaction of those that see the vacancies rationalized, it has nevertheless helped raise the organizational level of all the dimensions involved in the placement.

(40) A fifth conclusion concerns some aspects identified as critical by the various interlocutors questioned in the study and by the cross-analysis performed. We stress some of the more relevant. There is a heterogeneous knowledge and mastery of the strategic potential of the programmes on the part of their various beneficiaries, who do not always take full advantage of the opportunities on offer; a great diversity of criteria as regards forms of preparation, management, monitoring, assessment of placements on the part of the various organizing bodies, which may justify adjustments to promote greater equity, transparency and effectiveness, particularly based on greater sharing of experiences, knowledge and information; access to information is difficult and insufficient, particularly for the final beneficiaries, which often reveal limited (and limiting) knowledge of the programmes and of the opportunities provided by them.

Without prejudice to the reflections that will be generated by the data collected during the course of this assessment, these conclusions suggest some general recommendations.

(41) It is fundamental that the EU maintains and reinforces the opportunities opened up by these placement programmes. Experimentally, it would be desirable to create placement opportunities outside the EU in order to create congruence with EU competitiveness agendas. Some of the beneficiaries of the mobility programmes in fact expressed their regret that the same opportunities were not available for the US, Brazil and Portuguese-speaking Africa.

(42) With regard to placements, it is important to ensure that a balance is maintained between quality and geographic distribution, which promotes opportunities for contact with diverse cultures. In this regard, it might be a good idea to rethink the policy regarding the amounts established for the grants, seeking a closer indexation with the cost of living in the host countries and the expenses incurred. One avenue to explore might be the flexibilization of the procedure, in order to open up the possibilities for the effective financial participation of companies who receive trainees.

(43) It is also important that higher education institutions give more attention to the question of employability, in this critical context for youth employment, altering their programmes in order to make their trainees more attractive to potential employers. This is all the more necessary given the monopoly that these institutions exert over the Erasmus SMP programme and their significant presence in the Leonardo da Vinci programme. While it is imperative that the Erasmus SMP and Leonardo da Vinci IVT and PLM programmes are maintained, it also seems important to ensure that the Erasmus SMP attracts the attention of more and better students. At present, this is hindered by the fact that the academic curricula are ill-adapted to the importance that the international placements have in the training and promotion of employment opportunities.

(44) The growing competition between institutions to attract projects and international trainees has its virtues, but also brings the risk of institutions closing in upon themselves and their publics. On this level, it is necessary to maintain a policy of openness and maybe even positive discrimination, via the establishment of a quota, for institutions that select nationally.

(45) Mediating agencies arouse contradictory, and often antagonistic, reactions. While they are clearly essential today, in that many of the participating institutions rely upon them to ensure the logistics (ranging from applications to the preparation of the final report, including details of the organization of the placement), their intervention could perhaps be better contextualized. This task would be more effective if it were developed through a European-level certification process that could at the same time supply the institutions with an information base that would ensure that they were acquiring quality services.

3. MOBILIDADE E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

3.1. DIRETIVAS EUROPEIAS PARA O ENSINO E A APRENDIZAGEM

Indo ao encontro das principais orientações europeias e internacionais, as distinções tradicionais dos subsistemas de educação e formação no contexto nacional (ensino de carácter geral, profissional e académico superior) estão progressivamente a diluir-se. A aprendizagem é entendida, cada vez mais, como um processo contínuo ao longo da vida, realizável também em contextos informais e não formais estando, muitas vezes, vinculada aos processos de trabalho. Como nota John Field, uma sociedade de aprendizagem é a pré condição para uma economia do conhecimento altamente performativa (Field, 2005).

Entre as diretivas internacionais, a Declaração de Copenhaga (2002), o Comunicado de Bruges (2010) e a Estratégia Europa 2020 (2010) realçam a importância da permeabilidade entre tipos de ensino como um pré-requisito para a existência de sistemas europeus de educação e de formação modernos. Encorajam também a cooperação entre países da União Europeia em matéria de educação e de formação ao longo da vida. O reforço da cooperação europeia nos domínios do ensino e da formação profissional tem como objetivo principal melhorar o desempenho, a qualidade e a atratividade do ensino e da formação na Europa. Simultaneamente, procura incentivar o uso das várias oportunidades de formação profissional no contexto da aprendizagem ao longo da vida.

Segundo os dados da Comissão Europeia sobre o quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e formação (EF2020), a segmentação dos sistemas de educação e formação constitui um obstáculo ao desenvolvimento de percursos de aprendizagens flexíveis (Conselho da União Europeia, 2009). Assim, um dos compromissos dos países da União Europeia no que respeita às diretrizes do “EF 2020” incide na permeabilidade entre o ensino geral e superior e a formação profissional (Conselho da União Europeia, 2009).

Parte da estratégia europeia apoia-se, portanto, no fato das relações entre o ensino e formação profissional e o ensino superior, as estruturas institucionais e os perfis de educação e formação poderem influenciar de forma significativa o funcionamento do próprio sistema educativo. Este é um esforço adicional para o reforço do diálogo entre

setores e subsistemas de educação e formação e da constituição de “parcerias de conhecimento” entre países da comunidade europeia.

O comunicado de Bruges (2010) realça ainda a necessidade de gerar crescimento e de combater o desemprego jovem. Consequentemente duas orientações são evidenciadas: a melhoria da capacidade de resposta do ensino e formação profissional no contexto europeu, face à evolução das necessidades do mercado de trabalho, por um lado e, por outro lado, o reforço de sinergias entre iniciativas europeias e nacionais. Estas recomendações implicam uma articulação estreita entre *stakeholders*, incluindo os representantes dos sectores profissionais, os parceiros sociais, organizações da sociedade civil e os prestadores de ensino e formação (Canoy & *al.*, 2006).

A internacionalização do ensino superior e da ciência contribui para a concretização dos objetivos da estratégia “Europa 2020” e tem, também ela, na mobilidade dos seus atores um papel central para promover maior interação e a transferência de conhecimentos e competências entre os diversos países.

Neste sentido, algumas das principais diretrizes e recomendações internacionais são operacionalizadas através dos programas de mobilidade internacional e do programa de aprendizagem ao longo da vida.

3.2. PROGRAMAS INTERNACIONAIS DE MOBILIDADE E DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Os programas de mobilidade internacional e aprendizagem ao longo da vida permitem aos cidadãos europeus a possibilidade de aceder, em qualquer fase da sua vida, a oportunidades de aprendizagem e de formação no espaço europeu, em parceria com organizações europeias. Incide-se assim, na possibilidade de os aprendentes se movimentarem facilmente entre diferentes tipos e níveis de educação, em função das suas necessidades e/ou desejos. A mobilidade será, neste quadro, uma das formas mais eficazes de fazer frente às reais necessidades atuais dos jovens, entre as quais, o reforço ou a aquisição de competências técnicas e sociais. Estas competências facilitam a reconstrução das expectativas sociais e profissionais, reforçando a empregabilidade e contribuindo para a criação de uma identidade europeia baseada em princípios e valores multiculturais (Comissão da Comunidade Europeia, 2013)

A União Europeia tem uma longa história no desenvolvimento de programas e suporte de atividades de mobilidade internacional. Estes programas pretendem apoiar a criação de um *Espaço Europeu do Ensino Superior* e reforçar o contributo do ensino superior e do ensino profissional para o processo de inovação no ensino-aprendizagem.

Além do programa *Lifelong Learning* 2007-2013 que cobre uma variedade de áreas académicas e profissionais, os fundos estruturais possibilitam ainda a mobilidade internacional entre os jovens. Atualmente, substituem os programas do quadro 2000-2006 (*Sócrates*, *Leonardo da Vinci*, *e-Learning* e a *Ação Jean Monnet*), para além dos programas *Erasmus Mundus* e *Tempus*. Através destes últimos, em vigor, alarga-se, a possibilidade de financiamento de projetos de desenvolvimento curricular internacional e a mobilidade de curto prazo entre a União Europeia e países fora do contexto da União Europeia.

Entre os programas desenvolvidos, os programas *Erasmus*, *Erasmus Mundus*, *Marie Curie* destinam-se à mobilidade de alunos de licenciatura, mestrado e doutoramento e de investigadores do ensino superior, tendo passado a incluir recentemente a formação profissional de nível superior¹; e a aproximação dos estudantes aos contextos empresariais.

O programa *Leonardo da Vinci* diz respeito à formação profissional. Tem como principais propósitos, apoiar os participantes em ações de formação onde adquiram e utilizem conhecimentos, competências e qualificações de forma a facilitar o seu desenvolvimento pessoal, a sua empregabilidade e a sua participação no mercado de trabalho europeu.

O programa *Comenius* destina-se ao ensino pré-escolar e escolar até ao final do ensino secundário, bem como aos estabelecimentos e organizações que oferecem esses graus de ensino. São objetivos deste programa sensibilizar os jovens e o pessoal docente para a diversidade cultural na Europa. Pretende-se também ajudar os jovens a adquirir as aptidões e competências necessárias para o seu desenvolvimento pessoal, para a sua futura vida profissional e para uma cidadania ativa. Desde 2010, o Programa inclui uma ação de Mobilidade Individual de Alunos, que o converte numa espécie de Erasmus para alunos com idade superior a 14 anos. Permite estudos nos países da UE que aderiram à ação em escolas do mesmo nível de ensino.

¹ Em Portugal, os Cursos de Especialização Tecnológica (CET's) estão integrados no Programa Leonardo da Vinci.

O programa *Grundtvig* diz respeito a todas as formas de educação para adultos. Visa responder ao desafio que o envelhecimento da população europeia representa no domínio da educação. Contribui ainda para oferecer aos adultos percursos com vista à melhoria dos seus conhecimentos e competências.

O objetivo do programa *Lifelong Learning* é reforçar a dimensão europeia do ensino e formação no sentido de contribuir para o desenvolvimento da União Europeia enquanto promotora de uma sociedade baseada no conhecimento, com preocupações no desenvolvimento económico sustentável e na garantia de uma maior coesão social. De forma geral, pretende-se a troca, a cooperação e a mobilidade entre sistemas de educação e de formação dentro da União Europeia, entendendo-se que este processo contribui para melhorar os percursos académicos e profissionais dos seus participantes.

No próximo ano estender-se-á o programa de mobilidade, a toda a comunidade académica, embora esse desiderato já seja de certa forma garantido pelo LLP. A novidade é que todos passam a estar reunidos no mesmo programa. O programa *Erasmus+* integrará os programas anteriores no âmbito do LLP, o *Erasmus Mundus*, *Tempus*, *Alpha* e *Edulink*², reorganizados, pretendendo-se que torne ainda mais efetiva a cooperação institucional. As prioridades futuras assentam na consolidação de parcerias institucionais incluindo também empresas promovendo a inovação e quadros altamente qualificados.

Além destes programas, a Comissão Europeia ajudou a desenvolver um conjunto de ferramentas e mecanismos que facilitam a mobilidade dos alunos entre diferentes países da União Europeia. Referimo-nos em particular ao *Europass*; ao sistema europeu de transferência e acumulação de créditos no ensino superior (ECTS); ao suplemento ao diploma; ao quadro europeu de qualificações para as aprendizagens ao longo da vida; ao sistema de créditos europeus para a educação vocacional e formação (EQVET); ao *Youth Pass* (de aplicação limitada no PALV e em uso quase exclusivo no Programa *Juventude em Ação*) e ao *Euraxess*.

² *Tempus* é um programa da União Europeia que privilegia a modernização da educação superior nos países parceiros da Europa oriental, Ásia central, Balcãs e dos países mediterrânicos, maioritariamente através de projetos de cooperação universitária.

O programa *Alpha* é um programa de cooperação entre instituições de ensino superior da União Europeia e da América Latina.

Edulink é um programa de cooperação entre instituições de ensino superior de países africanos, caribenhos e do pacífico e os estados-membro da União Europeia.

Simultaneamente, o processo de Bolonha constitui-se como um projeto importante na constituição de um *Espaço Europeu do Ensino Superior*. Através dele, são harmonizadas estruturas educativas, promovendo o funcionamento integrado das instituições de ensino superior na Europa. Apesar disso, são identificados alguns fatores que poderão inibir a mobilidade dos seus participantes: quer ao nível das estratégias programáticas (dimensão internacional do CV; equivalências de créditos; acordos internacionais de investigação), quer ao nível das estratégias organizacionais (políticas de internacionalização, articulação de objetivos, missão e políticas das instituições de ensino superior; alocação de recursos; apoio financeiro; apoio de redes de socialização num país estrangeiro) (Canoy & al., 2006)

3.3. ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL E OS PROGRAMAS DE MOBILIDADE INTERNACIONAL

Os indicadores internacionais mostram que a conclusão do ensino superior se traduz em benefícios económicos concretos para os indivíduos, especialmente em Portugal (OCDE, 2012). Apesar disso, os dados mais recentes mostram que, desde 2010, em Portugal, o número de novos estudantes no Ensino Superior tem vindo a diminuir. A tendência acentuou-se este ano letivo, agora que são conhecidos os resultados da 1ª fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior em Portugal. Pouco mais de 37 000 alunos foram colocados nas universidades e institutos politécnicos do Ensino Superior Público - menos 3 mil que no ano letivo anterior.

Num contexto de crise económica internacional, alterar esta tendência, significa aumentar o poder de atração do ensino superior sobre os seus atuais e futuros alunos. Numa época em que é essencial ponderar o impacto da austeridade na estruturação de estratégias dos jovens na construção dos seus percursos pessoais, académicos e profissionais, as reformas estruturais no ensino superior mostram-se urgentes e necessárias. Estas reformas no ensino superior deverão atrair um maior número de estudantes e diminuir o número de abandonos do sistema de ensino superior. Algumas das propostas apresentadas pela comissão europeia incentivam (Comissão da Comunidade Europeia, 2009; Comissão da Comunidade Europeia, 2013):

- A criação de percursos académicos flexíveis;
- O aumento do acesso ao ensino superior a estudantes com diferentes percursos escolares;

- A diminuição da fragmentação entre investigação científica e o ensino superior e entre níveis e tipos de ensino;
- O acesso justo e efetivo dos alunos de toda a comunidade europeia ao mercado de trabalho europeu;
- A facilitação e estimulação da mobilidade internacional de estudantes, professores e investigadores.

3.4. A IMPORTÂNCIA DA MOBILIDADE INTERNACIONAL NOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

A entrada no ensino superior já não é, *per se*, um caminho securizante para uma vida melhor. Contudo, pode e deve ser um meio através do qual se proveem os jovens de recursos, de ferramentas conceituais e de competências no sentido de garantir o acesso ao mercado de trabalho e de preparação para o exercício de uma profissão. Mais do que noutras épocas, adaptar os sistemas de educação para que respondam melhor às necessidades do mercado de trabalho e às políticas de emprego, passa a ser uma função importante dos sistemas de ensino superior e característica diferenciadora das suas instituições e organizações.

A transformação do mundo laboral aponta para a flexibilidade (no emprego e nos contratos de trabalho, etc.) e substituiu a segurança alcançada pelas gerações anteriores. Esta flexibilidade (precarizando as relações laborais) tem como contrapartida a exigência ou a expectativa de um aumento das escolhas e oportunidades. Especialmente entre as populações mais jovens implica ainda a plasticidade e adaptabilidade das competências e conhecimentos adquiridos. A capacidade de obter, transformar e transferir conhecimentos ao longo da vida, quer em contextos formais, quer em contextos informais e não formais de ensino aprendizagem, torna-se uma condição indispensável para a adequação aos novos paradigmas da sociedade do conhecimento e do mundo do trabalho. Além disso, não se limitam as experiências de aprendizagem apenas ao contexto nacional. A mobilidade é parte integrante dos novos requisitos da empregabilidade. Os mercados são cada vez mais acessíveis, mas a concorrência é maior, cada vez mais habilitada e não conhece fronteiras geográficas. Aumenta-se, portanto, a necessidade de profissionais com competências interculturais, linguísticas e de grande adaptação a

um espaço que já não é um único país e, em muitas situações, não se limita ao espaço da União Europeia (Chiřiba, 2012).

Os promotores destes programas destacam a ideia de que a sua implementação favorece um ensino superior holístico em detrimento de um sistema fragmentado; asseguram um acesso mais justo, equitativo e efetivo para os jovens de todos os países europeus ao mercado de trabalho internacional. Significa isto que as qualificações adquiridas são reconhecidas na área de educação superior europeia, de forma a permitir aos alunos e empregadores, encontrar instituições e programas que sirvam as suas reais necessidades e capacidades.

Complementarmente, as novas tendências dos mercados mostram que a transição entre a escola e o mercado de trabalho é um processo cada vez mais complexo, fluido e flexível. A articulação precoce entre diferentes esferas de saber e a aproximação aos contextos de trabalho são oportunidades importantes de transferência de conhecimentos e estreitamento de laços entre a educação e o mercado de trabalho. Reforçar os estágios e as aprendizagens ao longo da vida através da transferência de conhecimentos entre diferentes esferas da vida académica e profissional poderá ser um dos instrumentos mais eficazes na transição para a vida ativa, contribuindo, potencialmente, para a diminuição das taxas de desemprego jovem.

Neste sentido, as vantagens da mobilidade internacional para os jovens adquiridas através de programas de mobilidade internacional são amplamente reconhecidas e valorizadas (não só pelas instâncias promotoras, como pelos próprios beneficiários, e pelos empregadores dos setores privado e público).

A capacidade de adaptação, de flexibilização, de aprendizagens socioculturais que se adquire através da experiência de mobilidade internacional enriquece os percursos profissional, científico ou académico dos indivíduos no espaço europeu. Entre outros impactos é apontado o aumento da autoestima; vantagens no acesso ao mercado de trabalho (muitas vezes a experiência Erasmus ou Leonardo da Vinci é responsável pela primeira incursão no mercado de trabalho); e mostra ser uma parte fundamental do percurso académico e de aprendizagens profissionais dos alunos/formandos. O fortalecimento de redes e contactos profissionais aumentam a possibilidade de entrada mais célere no mercado de trabalho global; o desenvolvimento pessoal, bem como a possibilidade de adquirir novos conhecimentos e o desenvolvimento de novas competências linguísticas e interculturais representam apenas alguns exemplos das vantagens desta mobilidade.

Os programas de mobilidade têm, em simultâneo, um papel importante na internacionalização e na abertura das instituições e dos sistemas de educação e formação ao mundo. Fortalecem a Europa enquanto contexto mais competitivo, ajudando a construir uma sociedade mais eficiente do ponto de vista do conhecimento, em concordância com os objetivos propostos pela Estratégia de Lisboa.

Além disso, as aprendizagens dos valores de cidadania não devem estar limitadas às fronteiras das instituições de ensino e de aprendizagem. Ser cidadão europeu é um processo ativo de formação da identidade onde as competências linguísticas; o ato de viajar; estudar e/ou trabalhar noutros países; as redes de socialização e a densificação do capital social; o estabelecimento de relações profissionais com pessoas de outros países; a oportunidade de “viver” a Europa e a sua diversidade cultural contribuem para a formação individual e realização pessoal dos cidadãos europeus.

A aquisição destas competências precisa ser suportada e encorajada para os jovens, cujas expectativas sobre a Europa e integração europeia se diferenciam naturalmente das expectativas das gerações anteriores. Acima de tudo, deve ser sustentada enquanto projeto europeu, integrador de várias culturas que construam em conjunto um sentido de pertença, fundamental para a coesão política e como fator fundamental na promoção da inclusão social (Duarte, 2010).

Dar resposta às atuais mudanças económicas e sociais nas sociedades contemporâneas, implica criar e sustentar uma agenda globalmente estruturada para a educação que se articule com processos e dinâmicas transnacionais e globais.

Num contexto em que a mobilidade (académica, profissional, etc.) surge como um mecanismo determinante na integração dos jovens estudantes e profissionais num contexto de globalização económica e cultural, afigura-se importante que os sistemas de ensino e formação profissional acompanhem estas realidades e se tornem mais abertos ao mundo.

Enquanto a mobilidade desperta para a diversidade linguística e cultural, ela é também entendida como oportunidade de aprendizagem e de aquisição de competências que se estendem ao longo da vida e cujos resultados se manifestam em diferentes etapas e esferas da vida pessoal, académica e profissional dos seus participantes.

A abertura à diversidade cultural e linguística e a oportunidade de partilhar valores multiculturais torna-se um mecanismo de investimento e realização pessoais e uma ferramenta de extensão da formação geral, importante para a coesão social, a cidadania ativa e o diálogo intercultural.

3.5. DOS SISTEMAS EDUCATIVOS E DE FORMAÇÃO AO TRABALHO: A INTEGRAÇÃO DOS JOVENS NO MERCADO EUROPEU DE EMPREGO

Como já vimos, a Declaração de Lisboa 2010 (2001) definiu como objetivo para a Europa o desenvolvimento de uma economia, mundialmente competitiva, baseada no conhecimento. Neste sentido, as áreas da educação, formação e emprego têm surgido como estrategicamente prioritárias para todos os países-membros. Portugal não é exceção a esta tendência, tendo na última década apresentado várias medidas no setor do ensino e da formação, e no domínio do mercado de trabalho, que procuram simultaneamente maximizar a qualificação de jovens e adultos, e desenvolver uma ajustada inserção no mercado de trabalho.

A estratégia europeia para a formação e para o emprego, que tem por base uma visão da teoria do capital humano³, reflete uma preocupação com problemas estruturais da Europa, nomeadamente: a) uma elevada % de jovens entre os 15 e os 24 anos que deixou a escola sem ter completado o ensino secundário; b) percentagem elevada de jovens que não se encontra no mercado de trabalho nem no sistema educativo e formativo (ditos ‘atualmente não inserido em emprego, educação ou formação - AEEF⁴’), com sério riscos de marginalização; c) em alguns países o desemprego de longa duração entre jovens é muito elevado; d) uma % elevada de jovens que enfrenta problemas para encontrar um trabalho permanente, e efetuam movimentos pendulares entre o desemprego e o trabalho temporário; e) uma elevada % de jovens que enfrenta fenómenos de sobre-educação e incompatibilidade entre formação e posto de trabalho (Brunello, 2010).

Aos referidos problemas ditos estruturais, importa acrescentar os problemas causados pelo impacto da atual crise económica. De acordo com vários estudos, esta têm tido repercussões (especialmente) negativas ao nível do mercado de trabalho de jovens. De acordo com dados recentes do Eurostat, no início de 2009 as taxas de

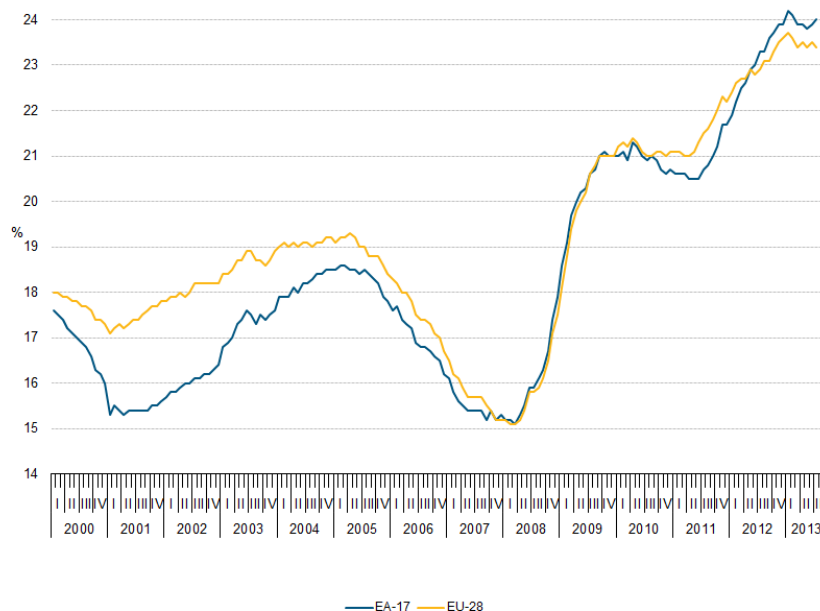
³ Esta baseia-se no pressuposto de que o aumento das qualificações dos europeus resultarão num desenvolvimento económico-social, para o indivíduo e para a sociedade na qual aquele se insere.

⁴ O conceito provém do original inglês ‘not currently engaged in employment, education or training’ NEET.

desemprego jovem agravaram-se substancialmente (ver Gráfico 1), refletindo as dificuldades da população jovem na obtenção de emprego.

De acordo com a Tabela 1, verifica-se uma tendência do agravamento do desemprego jovem, entre 2010 e 2012, mesmo quando se considera apenas o rácio de desempregados jovens em relação ao total de desempregados (rácio de desemprego jovem). Este agravamento é especialmente visível no território português. Mais precisamente, apenas dois países da UE apresenta taxas mais elevadas de desemprego jovem: Grécia e Espanha.

Gráfico 1
Evolução das taxas de desemprego jovem (UE – 28 e EA-17), entre janeiro 2000 e julho 2013⁵ (%)



Fonte: (Eurostat, 2013a)

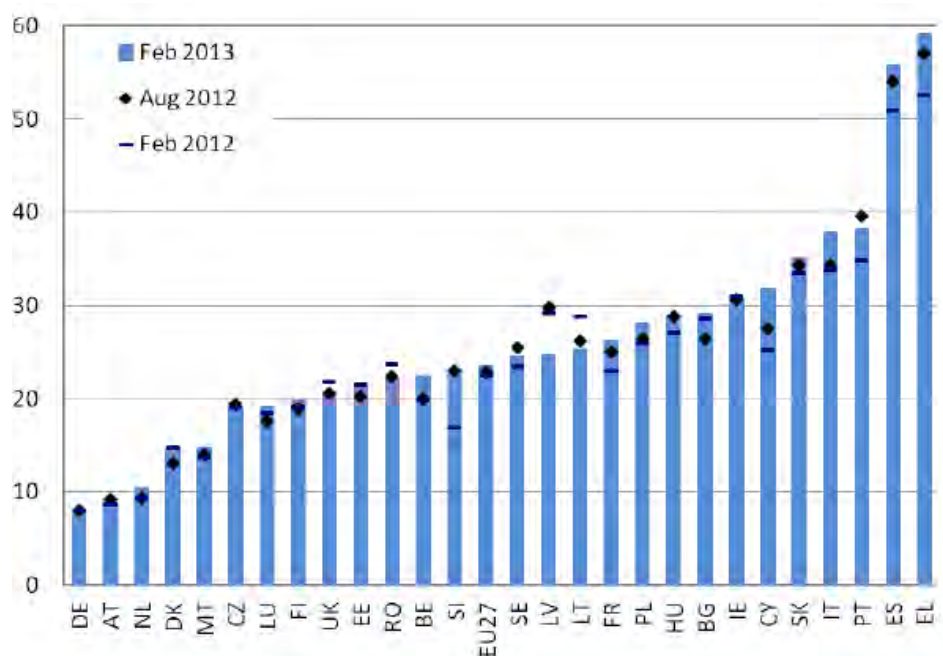
⁵http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Unemployment_statistics#YOUTH_unemployment_trends, [22.09.2013]

Tabela 1
Taxa e rácio de desemprego da população jovem (<25 anos) (UE-27)

	Taxa de Desemprego (%)			Rácio de desemprego Jovem		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
UE-27	21,1	21,4	22,8	9,0	9,1	9,7
Portugal	27,7	30,1	37,7	8,2	11,7	14,3

Fonte: European Comission (2013)

Gráfico 2
Desemprego jovem na União Europeia - UE-27 (%)



Fonte: European Comission (2013)

É de realçar que estas são até ao momento as economias mais afetadas pela referida crise económica, estando estes países sob programas de assistência financeira externa. Por outro lado, Brunnello (2010) classifica os sistemas de transição⁶ dos

⁶ Para além de uma inserção socioprofissional no mercado de trabalho, o conceito de transição do sistema educativo e/ou formativo para o mercado de trabalho, envolve um processo social

sistemas educativos e/ou formação para o mercado de trabalho, dos países referidos (Espanha, Grécia, Portugal) como sendo marcados por um mercado de trabalho dual, caracterizado por um forte descontinuidade entre a proteção de contratos de trabalho temporários e contratos permanentes. Nestes sistemas formativos predomina ainda uma via dominante de escolarização a tempo inteiro, fracos dispositivos de transição entre o sistema de educação e/ou formativo e o mercado de trabalho.

Conforme evidencia a Tabela 2, a percentagem de jovens (entre os 15 – 24 anos) que não se encontra no mercado de trabalho nem no sistema educativo e/ou formativo (ditos ‘atualmente não inserido em emprego, educação ou formação’ – AEEF), também registou um ligeiro aumento no mesmo período. Portugal evidencia a mesma tendência, mas com um especial agravamento entre 2011 e 2012.

Tabela 2
Percentagem de jovens (15-24 anos) não inseridos em emprego, educação ou formação – AEEF

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
UE-27	10,9	10,9	12,4	12,8	12,9	13,2
Portugal	11,2	10,3	11,2	11,5	12,7	14,1

Fonte: European Commission (2013)

De acordo com vários estudos (e.g. Brunello, 2010; (Eichhorst, Rodríguez-Planas, Schmidl, & Zimmermann, 2012), importa salientar que o desemprego e o trabalho temporário atingem essencialmente os jovens que possuem menores níveis de educação e/ou formação. Esta concentração de jovens no trabalho temporário faz com estes estejam menos protegidos das flutuações económicas.

No entanto, Brunello (2010) sublinha que a atual crise parece ter tido um efeito negativo nas vantagens relativas à obtenção de um diploma de nível terciário, em relação à obtenção e/ou manutenção de emprego. Neste sentido, Piopiunik & Ryan (Piopiunik & Ryan, 2012) defendem que atualmente a população jovem que procura ingressar no mercado de trabalho, quer seja graduada ou tenha abandonado precocemente o sistema educativo e/ou formativo, encontra-se em forte risco de

complexo que mistura mudanças de natureza social, material e simbólica nas experiências de cada pessoa (Zittoun, 2008)

enfrentar situações de desemprego, ou múltiplas e rápidas mudanças de empregos temporários. De qualquer modo, acredita-se que o desemprego jovem afete essencialmente os jovens com baixas qualificações, e aqueles que abandonaram precocemente o sistema educativo.

Por outro lado, a crise pode afetar os níveis educacionais da população europeia através de a) uma diminuição das possibilidades de conseguir suportar os encargos diretos e indiretos relativos ao ensino superior; b) influência negativa na perceção dos jovens acerca da importância de continuar os seus estudos, o que pode resultar em um aumento do abandono precoce; c) diminuição dos orçamentos estatais de apoio social aos estudantes socioeconomicamente carenciados.

Na mesma linha da Estratégia de Lisboa (2000), de reconhecimento da importância primordial das dimensões educativas, formativas e de emprego, foi atribuído um papel fundamental aos programas de mobilidade para aumentar a formação de jovens e combater o desemprego através do acesso ao mercado de trabalho e empregabilidade. Em 2007, no âmbito do programa *Lifelong Learning* (LLP), foi acrescentada uma vertente ao programa Erasmus para realização de estágios no exterior (SMP). Esta vertente tem como objetivo promover a mobilidade, com uma experiência em contexto de trabalho, para jovens ainda na frequência do ensino superior. Recentemente, como já vimos, foi igualmente criada a iniciativa “*Youth on the Move*” que veio reforçar a mobilidade para jovens no mercado de trabalho ou à procura do 1º emprego. Esta estratégia é apontada como um importante instrumento na concretização dos objetivos definidos na Estratégia *Europa 2020* (2010), nomeadamente: a) a redução do abandono escolar precoce de 15% para 10%; b) o aumento da % de indivíduos entre os 30 e os 34 anos no Ensino Superior; c) procurar assegurar emprego a 75% da população entre os 20 e 64 anos.

No mesmo sentido, os países da UE têm utilizado outras ferramentas de facilitação de ingresso no mercado de trabalho por parte da população jovem e adulta, nomeadamente medidas de expansão do setor vocacional nos sistemas educativos, e políticas ativas relacionadas com o mercado de trabalho (PAMT) (Piopiunik & Ryan, 2012). Estas últimas têm como principal objetivo melhorar o funcionamento do referido mercado, promovendo a reafectação dos postos de trabalhos e de trabalhadores, facilitando as transições entre o sistema educativo e/ou os sistema formativo e o mercado de trabalho, por parte de jovens e adultos.

No contexto português, o mercado de trabalho é marcado por um paradigma historicamente baseado em mão-de-obra barata, com um padrão de especialização assente em mão-de-obra intensiva (Almeida, 2007), este mercado é caracterizado como pouco amigável para os jovens que se encontram em processo de procura de emprego, a par com o da Itália, Grécia e Espanha (Piopiunik & Ryan, 2012). No contexto nacional, as políticas ativas de mercado de trabalho (PAMT), enquadram 4 principais dimensões: formação; apoio à criação de emprego; emprego subsidiado no setor sem fins lucrativos / medidas ocupacionais; aconselhamento e apoio a procura de emprego.

Em Portugal as dimensões referidas refletem-se nas seguintes medidas ativas: 1) Estágios, que subsidiam formação e experiência prática em contexto de trabalho, podendo o formando ser contratado (ou não) pela mesma entidade, no termino do estágio (e.g. Estágios Profissionais; Estágios ao abrigo do programa INOV); 2) Medidas ocupacionais, que subsidiam ocupação, por período limitado, de trabalhadores desempregados em instituições do setor público ou em organizações sem fins lucrativos (e.g. programas operacionais; contratos emprego-inserção); 3) apoio à contratação, que subsidia a contratação de desempregados e trabalhadores pertencentes a grupos desfavorecidos por empresas do setor privado da economia (e.g. apoio à contratação); 4) apoio ao empreendedorismo, que subsidia a constituição de novas entidades de pequena dimensão que contratem trabalhadores por conta de outrem (e.g. iniciativas locais de emprego; programa de apoio ao empreendedorismo); 5) apoio à criação do próprio emprego, que subsidia a criação do próprio emprego por trabalhadores desempregados (e.g. programa de apoio a criação do próprio emprego); 6) cursos de aprendizagem e formação profissional em alternância para jovens; 7) educação e formação para jovens e adultos (e.g. cursos de dupla certificação escolar e profissional, para adultos; cursos de dupla certificação para jovens; cursos de dupla certificação para desempregados; 8) formação modular profissional.

Estas medidas visam combater algumas das características do mercado de trabalho português, como i) o fraco comprometimento com a formação profissional por parte das pequenas e médias empresas (PME's); ii) diferenciação entre categorias profissionais no acesso à formação profissional (elites formativas); iii) preocupação por parte das organizações laborais centrada em competências técnicas – específicas; iv) o *enraizamento de um modelo taylorista* de organização do trabalho baseada na

crença segundo a qual o trabalho desenvolve apenas saberes práticos (Almeida, 2007); v) fortes desigualdades no acesso ao emprego (Azevedo, 2003).

De acordo com um estudo recente de avaliação das PAMT (Dias & Varejão, 2012), importa sublinhar os importantes efeitos positivos destas medidas, sobre a probabilidade de emprego dos participantes no período após o início da participação. Importa, segundo os autores, destacar os efeitos positivos das medidas de apoio a contratação; apoio ao empreendedorismo e de criação de próprio emprego; e as medidas ocupacionais.

No mesmo sentido, uma análise do abandono escolar precoce evidencia um decréscimo significativo no segmento populacional entre os 18 e os 24 anos (ver Tabela 3).

Tabela 3
Taxa de Abandono precoce do sistema de educação e/ou formativo, de jovens entre os 18 e os 24 anos (%)

2001	2003	2005	2007	2009	2011	2012
44,2	41,2	38,8	36,9	31,2	23,2	20,8

Fonte: Governo de Portugal (2013)

No entanto, apesar de todas as medidas referidas, o mercado de trabalho português continua a ser alvo de uma forte seletividade social que se traduz ao nível da escolha de instituições de ensino, opções académicas e consequente obtenção de diplomas. Tal como ensinam Bourdieu e Passeron (Bourdieu & Passeron, 1975), a tendência de massificação do acesso ao ensino, convive lado-a-lado com estratégias por parte das elites que se refletem na escolha de instituições, cursos, tal como uma maior probabilidade de obtenção de melhores postos de trabalho. Esta seletividade é especialmente visível ao nível do ensino superior (ES), que se traduz na sobrerrepresentação da população estudantil dos jovens oriundos de grupos sociais mais favorecidos, quando comparada a distribuição social das famílias de origem dos estudantes com a estrutura de classes da sociedade portuguesa (Eurostudent, 2008; Eurostudent, 2011). Importa igualmente destacar que em Portugal, tal como sucede em todos os países da UE, o nível de qualificações continua a ter um peso no ingresso no mercado de trabalho (ver tabela 4). Neste sentido, o abandono escolar, e a

consequente entrada desqualificada no mercado de trabalho refletem ciclos viciosos de pobreza.

Tabela 4
Taxa de emprego por nível mais elevado de educação (%)

	ISCED 0-2	ISCED levels 3-4	ISCED levels 5-6
UE-27	53,5	73,2	83,7
Portugal	65,9	79,4	83,4

Fonte: Eurostat (2013b)

Indo ao encontro de uma tendência europeia, iniciada nos anos 90, que se refletiu em várias reformas nos mercados de trabalho que diminuíram o grau de proteção de emprego, e reduziram o apoio económico e social aos desempregados, tendo em vista o combate ao desemprego jovem (Brunnelo, 2010), o atual governo português iniciou um conjunto de medidas que procuram abolir a proteção significativa do emprego; procura-se reduzir os longos períodos de desemprego, bem como a redução das medidas de suporte ao desemprego; procura-se aumentar a taxa de ofertas de emprego (Centeno, & *al.*, 2009). Neste sentido o documento oficial do atual governo intitulado “Estratégia Europa 2020: Ponto de Situação das Metas em Portugal”, refere a necessidade de uma reforma no mercado de trabalho que se caracteriza essencialmente por alterações nos mecanismos de formação de salários, no cálculo dos subsídios de desemprego, nas regras de proteção do emprego e na organização do tempo de trabalho. De acordo com o mesmo relatório, esta flexibilização e alteração do nível relativo de proteção e estabilidade daqueles que se encontram no mercado de trabalho visa combater o desfavorecimento daqueles que se encontram involuntariamente numa situação de desemprego. Por outro lado, no âmbito do sistema de educação e/ou formação, importa destacar a criação de uma formação de ensino superior curta (*Cursos Superiores Especializados*), a ministrar essencialmente em ambiente politécnico, com 120 (ECTS) (nível ISCED 5). Estes cursos visam dar continuidade a novas formações profissionais do secundário e permitir uma requalificação das formações curtas integradas no ES, com ampla ligação ao tecido empresarial regional, nomeadamente na definição dos programas de estudo e na disponibilização de estágios de qualidade no final da formação.

Em síntese, o mercado de trabalho, europeu e português, enfrenta atualmente problemas estruturais e novos problemas causados pela atual crise económica. Estes últimos afetam essencialmente a população mais jovem que defronta cada vez mais situações de desemprego e/ou emprego temporário. As orientações europeias e as políticas nacionais que têm procurado responder aos problemas do mercado de trabalho, devem ser cuidadosamente ponderadas, caso contrário podem dar origem a situações perversas e à criação de novas desigualdades, tal como se propicia no caso da diminuição do grau de proteção do emprego, bem como na redução do apoio económico e social aos desempregados.

4. AS MOBILIDADES ESTUDANTIS NO ENSINO SUPERIOR E NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A questão das mobilidades internacionais para estudos e formação é mais pertinente que nunca. Resta saber, como nota Valérie Erlich (2012), até que ponto as mobilidades são o resultado de políticas, sobretudo europeias, ou até que ponto estão a ser impulsionadas pelas necessidades de formação ao longo da vida, independentemente dessas políticas. Ainda assim, porque as políticas europeias são incontornáveis para analisar as mobilidades para estudos e para formação, os fundamentos das políticas de mobilidade, o estado atual das mobilidades, os desafios individuais e as condições em que as mobilidades se concretizam estão intimamente ligadas aos principais programas da UE que enquadram os fluxos que ocorrem neste domínio (*idem*).

Na vertente “mobilidade de estudantes”, o *Programa Erasmus* prevê, além da possibilidade da realização de um período de estudos (SMS), a modalidade de realização de um período de estágio profissional (SMP), cuja duração pode variar entre 3 a 12 meses⁷. Para facilitar a realização do período de mobilidade, o *Programa Erasmus* inclui a ação “Cursos Intensivos de Línguas ERASMUS”, que são cursos especializados (com a duração de duas a seis semanas) acessíveis nas línguas menos utilizadas e menos ensinadas na União Europeia, organizados nos países em que essas línguas são oficialmente faladas. Na vertente estágios, o *Programa Erasmus* visa os seguintes objetivos: i) ajudar os estudantes a adaptarem-se aos requisitos do mercado laboral na UE; ii) permitir que os estudantes desenvolvam aptidões específicas, incluindo as de línguas, e melhorem o seu conhecimento sobre o contexto económico e social de determinado país e num contexto de aquisição de experiência de trabalho; iii) promover a cooperação entre IES e empresas; e iv) contribuir para o desenvolvimento de um conjunto de jovens bem qualificados, de

⁷ “Mobilidade de Estudantes para Estágios (SMP), organizada por IES ou por Consórcios (entre IES e Empresas). Permite que estudantes das instituições de ensino superior (IES) participantes no PALV frequentem períodos de estágio entre 3 meses a 12 meses, numa empresa ou organização de outro país participante (os estudantes não têm de ser nacionais, mas sim residentes num país do PALV)”.

espírito aberto e internacionalmente experientes como futuros profissionais (European Commission, 2013e).

“O Programa Leonardo da Vinci [que promove ações de mobilidade que podem ir de 2 a 39 semanas] visa atender às necessidades de ensino e aprendizagem de todos os intervenientes no ensino e formação profissionais, excluindo o ensino e formação profissional avançados de nível superior, bem como às necessidades dos estabelecimentos e organizações que fornecem ou promovem esse ensino e formação”. O programa visa 3 tipos de públicos-alvo: i) mobilidade de pessoas para formação profissional inicial; ii) mobilidade de pessoas presentes no mercado de trabalho; iii) mobilidade de profissionais da educação e formação profissional⁸. Os objetivos específicos do programa visam: i) apoiar os participantes em ações de formação e aperfeiçoamento na aquisição e utilização de conhecimentos, competências e qualificações de forma a facilitar o seu desenvolvimento pessoal, a empregabilidade e a participação no mercado de trabalho europeu; ii) apoiar a melhoria da qualidade e da inovação dos sistemas, instituições e práticas de educação e formação profissional; e iii) aumentar o atrativo da educação e da formação profissional, bem como a mobilidade dos empregadores e de todos os atores envolvidos no processo, e facilitar a mobilidade dos formandos que trabalham. Dos objetivos operacionais destacamos: i) facilitar o desenvolvimento e a transferência de práticas inovadoras no domínio da educação e formação profissionais, que não de nível superior, designadamente de cada país participante para os restantes; ii) melhorar a transparência e o reconhecimento das qualificações e competências, incluindo as adquiridas através da aprendizagem não formal e informal; iii) incentivar a aprendizagem de línguas modernas estrangeiras; e iv) apoiar o desenvolvimento de conteúdos, serviços, pedagogias e práticas inovadoras, baseados nas TIC, no domínio da aprendizagem ao longo da vida (European Commission, 2013e).

⁸ Interessam-nos aqui as duas primeiras (FPI e PMT). “Formação Profissional Inicial (FPI). Mobilidade transnacional de indivíduos em regime de ensino e formação profissionais inicial; está dividida em dois subgrupos: A. Mobilidade de Formandos; B. Mobilidade de indivíduos em escolas orientadas para a formação profissional inicial; para os países do PALV. Pessoas presentes no Mercado de Trabalho (PMT). Mobilidade transnacional de indivíduos que estejam no mercado de trabalho (empregados por conta própria ou de outrem, desempregados ou candidatos ao 1º emprego), que possuam formação profissional, licenciatura ou qualquer outro grau académico e que não mantenham qualquer vínculo com qualquer tipo de instituição de ensino”.

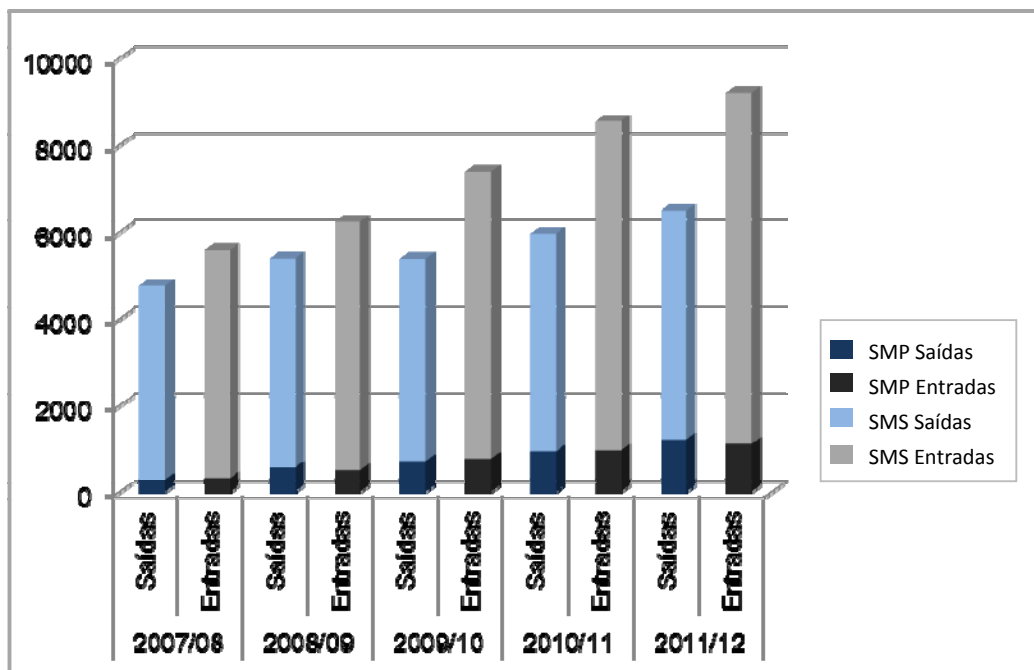
4.1. A MOBILIDADE PARA ESTÁGIO: BALANÇO GLOBAL DA EXPERIÊNCIA PORTUGUESA NO QUADRO EUROPEU

Procede-se nesta secção a uma análise sintética da experiência portuguesa no âmbito dos programas de mobilidade para estágios, com base em dados globais que possibilitam o confronto quer entre a mobilidade para estudos e para estágio, quer entre a experiência portuguesa nesses planos e a experiência europeia mais vasta. O objetivo é traçar o enquadramento global sobre o qual se processam atualmente as experiências em análise no âmbito deste estudo, captando tendências gerais e facilitando o raciocínio comparativo.

Como se pode verificar no gráfico abaixo (Gráfico 3), nos últimos 5 anos tem-se verificado um crescimento gradual do número de estudantes em mobilidade Erasmus, de e para Portugal. Embora o movimento no âmbito da mobilidade para estudos seja muito superior ao da mobilidade para estágio, este último tem vindo a crescer a um ritmo um pouco mais acelerado.

É de assinalar também que, enquanto no caso da mobilidade para estudos, Portugal recebe regularmente um número de estudantes razoavelmente superior ao daqueles que envia para outros países, no caso da mobilidade para estágio não se verifica o mesmo saldo. Os números de entradas e saídas tendem a aproximar-se, com uma tendência muito ligeira para as segundas serem superiores às primeiras.

Gráfico 3
Evolução da mobilidade Erasmus SMP e SMS em Portugal: entradas e saídas (2007-2011)



Fonte: European Commission (2013c)

Tabela 5
Estudantes enviados para mobilidade Erasmus SMP e SMS em 2011/12, por país

País da instituição de origem	Mobilidade para estudos	Mobilidade para estágio	Mobilidade total	Taxa crescim. 2007-2011 (mobil. total)
ES – Espanha	34103	5442	39545	189,9%
DE – Alemanha	27593	5770	33363	111,1%
FR – França	25924	7345	33269	116,7%
IT – Itália	20404	2973	23377	270,7%
PL – Polónia	12106	3209	15315	229,1%
UK – Reino-Unido	9094	4568	13662	65,8%
TR – Turquia	10268	1558	11826	84,4%
NL – Holanda	6449	2861	9310	122,3%
BE – Bélgica	5807	1284	7091	112,2%
CZ – República Checa	6059	945	7004	275,0%
PT – Portugal	5269	1215	6484	330,9%
AT – Áustria	4549	1041	5590	119,2%
FI – Finlândia	4088	1184	5272	72,3%
RO – Roménia	3380	1198	4578	181,2%
HU – Hungria	3472	889	4361	93,3%
GR – Grécia	2988	603	3591	276,9%
SE – Suécia	3204	369	3573	91,2%
LT - Letónia	2637	911	3548	249,0%
DK – Dinamarca	2300	1015	3315	215,2%
IE – Irlanda	1963	791	2754	161,1%
CH – Suíça	2514	200	2714	n/d
SK – Eslováquia	2169	516	2685	110,6%
LV – Lituânia	1446	748	2194	241,6%
BG – Bulgária	1533	319	1852	414,5%
SI – Eslovénia	1411	324	1735	86,2%
NO – Noruega	1512	148	1660	190,2%
EE – Estónia	770	322	1092	163,9%
HR - Croácia	682	200	882	n/d
LU – Luxemburgo	447	3	450	-40,0%
IS – Islândia	232	29	261	383,3%
CY – Chipre	214	43	257	975,0%
MT – Malta	94	55	149	450,0%
LI – Liechtenstein	33	5	38	-66,7%
Total	204714	48083	252797	140,4%

Fonte: European Comission (2013b)

No contexto europeu, e ordenando os vários países em função do número de estudantes enviados em mobilidade Erasmus, Portugal ocupa a 11ª posição. O volume de estudantes em mobilidade Erasmus oriundos de Portugal representa 2,56% do total europeu, não havendo diferenças assinaláveis, deste ponto de vista, entre a experiência portuguesa de envio para estudos e para estágio (respetivamente 2,53% e 2,57% de cada um dos subtotais).

Tabela 6
Evolução do número de estudantes enviados em mobilidade Erasmus SMP em Portugal e no conjunto da Europa (2007/08-2011/12)

	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
Estudantes Erasmus SMP - Europa	20002	30330	28696	40913	48083
Estudantes Erasmus SMP - Portugal	282	560	711	933	1215
% de Portugal sobre total europeu	1,41%	1,85%	2,48%	2,28%	2,53%

Fonte: European Commission (2013b)

É de assinalar que, apesar de esta posição revelar que, mesmo relativizando a dimensão populacional dos países, Portugal não é um dos países com maior capacidade de envio de estudantes, a saída de estudantes de Portugal para mobilidade Erasmus vem crescendo a um ritmo muito superior ao da média europeia (330,9% entre 2007 e 2011, contra 140,4% para o conjunto da Europa). Esse crescimento reflete-se no aumento gradual do peso que a mobilidade com origem em Portugal tem na mobilidade europeia total. Esse aumento é particularmente relevante no caso da mobilidade para estágios que, entre 2007/08 e 2011/12 passou de 1,41% para 2,53%.

No que diz respeito aos países para onde Portugal envia e de onde recebe estudantes, podem salientar-se desde já alguns aspetos sobre a mobilidade para estágios.

Tabela 7

Estudantes em mobilidade Erasmus SMP e SMS enviados e recebidos por Portugal, por país de destino e origem, em 2010/11

País de destino/origem	Erasmus SMP - Saídas de Portugal	Erasmus SMS – Saídas de Portugal	Erasmus SMP - Entradas em Portugal	Erasmus SMS – Entradas em Portugal
BE	5,6%	3,8%	3,5%	3,2%
BG	0,3%	0,3%	0,4%	0,9%
CZ	2,6%	6,3%	2,8%	4,3%
DK	1,1%	1,8%	1,3%	0,5%
DE	3,5%	4,4%	5,5%	6,5%
EE	0,5%	0,5%	2,8%	0,5%
GR	1,2%	0,9%	1,3%	1,7%
ES	41,2%	20,7%	25,3%	29,3%
FR	6,5%	5,2%	5,5%	4,4%
IE	1,4%	0,5%	0,0%	0,3%
IT	9,5%	16,2%	7,8%	12,4%
CY	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
LV	0,8%	0,5%	1,5%	0,9%
LT	1,5%	1,6%	4,6%	3,1%
LU	0,2%	0,0%	0,0%	0,3%
HU	1,1%	2,5%	1,8%	1,5%
MT	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
NL	3,6%	4,2%	3,4%	2,1%
AT	1,2%	1,5%	1,4%	1,6%
PL	3,0%	12,7%	11,8%	12,5%
RO	1,0%	2,8%	7,3%	2,4%
SI	1,0%	2,5%	2,0%	2,0%
SK	0,2%	1,2%	0,9%	1,2%
FI	3,1%	2,2%	4,8%	1,1%
SE	1,5%	2,1%	0,3%	0,7%
UK	6,6%	3,5%	2,0%	1,3%
IS	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
LI	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
NO	1,0%	0,8%	0,5%	0,6%
TR	0,8%	1,1%	1,4%	4,5%
HR	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%
CH	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: European Commission (2013b)

Como se vê na Tabela 7, a saída de estudantes portugueses concentra-se num número muito limitado de destinos preferenciais, com a Espanha a ocupar um lugar de grande destaque, absorvendo mais de 40% dos estagiários. Seguem-se, a grande distância, a Itália, o Reino Unido, a França, a Bélgica, a Alemanha, a Finlândia. Embora esta geografia de destinos evidencie alguma convergência com a verificada no movimento de saída para períodos de estudos, há duas diferenças importantes: neste segundo caso a preferência por Espanha é muito menor (20,7%) e a Polónia emerge como o terceiro destino mais escolhido (12,7%).

No que se refere aos movimentos de entrada para realização de estágios Erasmus, a Espanha ocupa igualmente o lugar cimeiro como país emissor, embora num volume muito inferior ao registado para a receção de estudantes oriundos de Portugal (25,4%). Havendo uma razoável coincidência entre os principais países recetores e emissores, merece uma vez mais destaque a Polónia, país que se segue à Espanha como o 2º de onde provêm mais estagiários Erasmus (11,8%). Também aqui, ainda que com ligeiras diferenças nos quantitativos, há uma forte coincidência entre os países de proveniência dos estudantes em mobilidade para estágio e para períodos de estudo.

5. ÂMBITO E OBJETIVOS DO ESTUDO

O presente documento procede ao “estudo, avaliação e desenvolvimento dos impactos das ações de mobilidade para estágios, por programa/ ação, realizadas no âmbito dos programas setoriais do PALV, nomeadamente o programa Erasmus, na sua vertente de *mobilidade para estágios*, e o programa Leonardo da Vinci nos diferentes públicos-alvo que respeitam a estágios, ou seja, as ações *formação profissional inicial e pessoas presentes no mercado de trabalho*”, para os anos letivos de 2010-2011 e 2011-2012 (Erasmus) e anos civis 2011 e 2012 (Leonardo da Vinci). Esta avaliação tem como objetivo geral proceder à análise dos dois programas, nas vertentes referidas, de modo a permitir os ajustamentos necessários à melhoria da execução de ações com estas características, ampliação dos impactos das ações atuais e a disseminação dos seus resultados, com efeitos em programas futuros. A avaliação incide especialmente sobre os seguintes campos e estruturas:

- Levantamento e análise de informação geral junto da ANPROALV;
- Cerca de 2000 alunos envolvidos no Programa Erasmus, vertente estágios;
- Cerca de 1600 participantes envolvidos no Programa Leonardo da Vinci;
- Responsáveis institucionais de Instituições de Ensino Superior (ou outras instituições que promovam oferta de estágios Erasmus);
- Responsáveis institucionais de Instituições ou Organizações que forneçam oportunidades de aprendizagem nos campos do âmbito do programa Leonardo da Vinci.

Do objetivo geral e da interação com as estruturas e os beneficiários em que se centra o desenvolvimento dos programas, decorrem desta avaliação determinados objetivos específicos, designadamente:

- a) Identificação de práticas que, no âmbito do processo de execução e de gestão dos programas, possam constituir-se como exemplos do potencial de inovação das ações empreendidas e funcionar como guias de orientação de intervenções futuras;
- b) Caracterização geral dos programas e dos resultados para 2010-2012;

-
- c) Identificação e análise das principais dificuldades e dos bloqueios à execução dos programas e das ações;
 - d) Avaliação dos impactos dos programas no domínio da promoção da adaptação aos requisitos do mercado laboral na UE;
 - e) Avaliação dos impactos dos programas no domínio do desenvolvimento de aptidões específicas, incluindo as de línguas, bem como em termos de desenvolvimento de conhecimentos sobre a cultura económica e social dos países onde a mobilidade se concretizou;
 - f) Identificar e caracterizar, no âmbito dos programas, oportunidades de cooperação entre IES e empresas;
 - g) Avaliar o impacto dos programas em termos de aquisição de competências e qualificações passíveis de facilitar o seu desenvolvimento pessoal, a empregabilidade e a participação no mercado de trabalho europeu;
 - h) Avaliar o impacto dos programas no domínio da qualidade e da inovação dos sistemas, instituições e práticas de educação e formação profissional;
 - i) Identificar casos de desenvolvimento de conteúdos, serviços, pedagogias e práticas inovadores, baseados nas TIC, no domínio da aprendizagem ao longo da vida, que tenham sido incrementados pelos programas;
 - j) Aferição da capacidade de constituição de parcerias pertinentes e adequadas aos objetivos dos programas.

Para alcançar estes objetivos socorremo-nos de uma vasta bateria de instrumentos analíticos e indicadores capazes de conciliar uma análise quantitativa e qualitativa, devidamente mediada por uma prévia análise documental. Na parte final deste estudo, a partir dos dados e da informação recolhida, procederemos à sistematização de um conjunto de recomendações, tendo como preocupação aprofundar e mapear as linhas de sustentabilidade dos resultados e dos impactos identificados.

6. METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

A complexidade da temática em análise, os objetivos propostos e o tempo disponível para a concretização do estudo induziram o recurso a estratégias de recolha de informação assentes no pluralismo de métodos e técnicas e na triangulação da análise de resultados. Reconhecendo as vantagens e desvantagens das diversas abordagens metodológicas, optou-se por combinar o mais possível as linhas quantitativa e qualitativa, quantificando, tanto quanto possível, e potenciando ao máximo a informação produzida pelos instrumentos qualitativos. O cruzamento de fontes, de depoimentos de atores e a diversidade de abordagens garantem o confronto e a síntese das diferentes perspetivas pertinentes para a avaliação dos Programas Erasmus (anos letivos 2010-2011 e 2011-2012) e Leonardo da Vinci (anos civis 2011 e 2012) nas dimensões analisadas por este estudo.

Visando cumprir os objetivos, foi concretizado um sistema de recolha de informação de natureza primária e secundária. Este sistema de informação centrou-se no levantamento de fontes documentais, estatísticas e orais que permitiram: 1) caracterizar o contexto geral de concretização de ambos os programas nas suas modalidades, ou ações, de estágio; 2) identificar consórcios Erasmus e Instituições/Organizações envolvidas no Erasmus e no Leonardo da Vinci no período 2011-2012; 3) caracterizar práticas bem sucedidas e oportunidades de potenciação das mesmas, mas também dar conta dos pontos fracos, constrangimentos e ameaças; 4) referenciar, caracterizar e qualificar práticas e representações das pessoas envolvidas nas mobilidades estudadas.

Para cumprir os objetivos propostos, em diálogo constante com a ANPROALV, recorreremos aos seguintes instrumentos:

1. **Pesquisa documental e análise de dados.** Este instrumento permitiu efetuar um levantamento de informação geral sobre os programas, quer a nível europeu, quer a nível nacional. Garantiu o enquadramento geral e permitiu a caracterização dos programas em termos de instituições e efetivos envolvidos para o período abrangido. Para cumprir esta primeira fase de investigação, a equipa de avaliação socorreu-se de informação e documentação existente

sobre os programas, quer informação publicada, quer informação não publicada disponibilizada pela ANPROALV.

2. **Entrevistas exploratórias.** Foram realizadas 11 entrevistas exploratórias a responsáveis institucionais envolvidos no Erasmus e no Leonardo da Vinci. Estas entrevistas (que foram transcritas) permitiram elaborar um formulário de avaliação da participação no programa que foi enviado a todas as 119 instituições participantes, e ao qual responderam, em tempo útil, 56 instituições.
3. **Formulário de avaliação.** Para garantir uma avaliação mais abrangente das experiências de participação, foi elaborado um formulário dirigido às instituições participantes. O formulário incluiu respostas abertas e respostas fechadas. Foram contactadas todas as 119 instituições com processos relativos ao período em análise. A taxa de resposta elevou-se a 47,1%, o que corresponde às 56 instituições que preencheram o formulário.
4. **Entrevistas semiestruturadas** a beneficiários dos programas de mobilidade. Este instrumento teve como objetivo acrescentar informação qualitativa aos instrumentos anteriores. Foram efetuadas 20 entrevistas (10 relativas ao Programa Erasmus e 10 relativas ao Programa Leonardo da Vinci). Estas entrevistas e as referidas no ponto 2 foram transcritas e tratadas através do *software* MaxQda.
5. **Realização de questionários** junto dos beneficiários dos programas de mobilidade. Este instrumento permitiu recolher informação predominantemente quantitativa. Com recurso ao SPSS, foram analisadas 2056 respostas de beneficiários do Programa Erasmus. Estas respostas, que abrangem o universo de participantes, foram extraídas dos Relatórios Integrados Erasmus, disponibilizados de forma anonimizada pela ANPROALV, tendo sido, adicionalmente, realizado um questionário *online* aplicado a 703 estagiários Erasmus. Este questionário visou complementar informação e permitir fixar algumas bases de comparação entre o programa Erasmus e o programa Leonardo da Vinci. Trata-se, portanto, no caso dos questionários Erasmus de dois instrumentos aplicados em momentos diferentes. O primeiro, que abrange o universo, aplicado imediatamente após a conclusão do estágio (final do ano letivo 2010-2011 ou 2011-2012). O segundo, lançado junto do mesmo universo,

foi aplicado em agosto e setembro de 2013. Os questionários aplicados em 2013, de preenchimento *online*, comportando perguntas abertas e perguntas fechadas, foram remetidos ao universo de beneficiários dos dois programas no período em apreço. É de relevar, todavia, que tendo sido constituída base separada para o envio dos questionários, a partir da ANPROALV e dos contactos disponibilizados pelas instituições que gerem os projetos, 10% dos contactos de email dos cerca de 2000 abrangidos pelo Erasmus, não se encontram ativos. No que respeita aos cerca de 1600 beneficiários do Leonardo da Vinci, as instituições envolvidas (12% das quais não responderam à solicitação de participação) apenas facultaram contactos de email de 86% dos participantes, sendo que 7% desses emails se encontram inativos. O questionário dirigido aos beneficiários do Programa Leonardo da Vinci permitiu a recolha de 510 respostas validadas. As taxas de resposta situaram-se (considerando a base dos beneficiários efetivamente contactados) na ordem de 39,1%, no caso do Erasmus, e dos 53,8% no caso do Leonardo da Vinci. De modo a aumentar as taxas de resposta, os beneficiários que não responderam ao pedido de preenchimento do inquérito receberam, passados 15 dias de envio da primeira solicitação, um lembrete renovando o pedido de participação, tendo sido enviado um segundo lembrete a quem ainda não havia respondido, passados 8 dias da segunda solicitação.

Todas as tabelas e gráficos deste estudo cuja fonte não é explicitamente indicada resultam de dados recolhidos através dos instrumentos elaborados no âmbito deste estudo.

As entrevistas mencionadas no ponto 2 (entrevistas a responsáveis institucionais) foram analisadas a partir de 7 dimensões, sendo que cada uma dessas dimensões foi explorada a partir das categorias e propriedades seguidamente expostas.

Dimensão: escolha das entidades de acolhimento

Categorias e propriedades

- Contactos em seminários/eventos
- Relações institucionais
- Agências de angariação/intermediárias
- Língua do país de acolhimento

Dimensão: critérios de seleção dos participantes

Categorias e propriedades

- Mérito: avaliação curricular académica (notas; média escolar); conhecimento de línguas estrangeiras
- Perfil pessoal: Empenho, assiduidade, pontualidade
- Funcionalidade: motivação, disponibilidade, facilidade de inter-relacionamento, facilidade de comunicação
- Área profissional
- Outros critérios

Dimensão: preparação do estágio

Categorias e propriedades

- Preparação linguística: curso de línguas
- Preparação prática: ajuda em encontrar alojamento, viagens, documentação, etc.
- Preparação sociocultural: a alimentação, o clima, o sistema social
- Preparação Informativa
- Data/Duração de realização do estágio

Dimensão: acompanhamento do estágio

Categorias e propriedades

- Acompanhamento direto: telefonemas/emails regulares como estagiário; deslocação pessoal
- Acompanhamento indireto: contacto com a instituição de acolhimento, contactos esporádicos com o estagiário
- Sem acompanhamento

Dimensão: pós-estágio

Categorias e propriedades

- Instrumentos de avaliação do estágio: relatório de avaliação
- Envolvimento dos ex-estagiários na divulgação/incentivo: participação de ex-estagiários em sessões/materiais de divulgação dos estágios Erasmus/Leonardo da Vinci

Dimensão: aspetos positivos ou a melhorar

Categorias e propriedades

- Aspetos financeiros: aumento do valor da bolsa;
- Aspetos burocráticos: maior autonomia das instituições na gestão dos estágios
- Dados informativos/estatísticos

Dimensão: gestão da bolsa

Categorias e propriedades

- Modalidades de pagamento da bolsa: tranches de pagamento
- Dimensões de que a instituição se ocupa: aluguer de alojamento, compra de bilhetes...

As entrevistas referidas no ponto 4 foram analisadas a partir de 6 dimensões, sendo que cada uma dessas dimensões foi explorada a partir das categorias e propriedades seguidamente expostas.

Dimensão: motivações para realização do estágio

Categorias e propriedades

- Experiências familiares: existência de emigrantes na família (pais, irmãos, etc.)
- Experiências pessoais anteriores de deslocação para fora do país: emigração, outro tipo de mobilidade como Erasmus
- Incentivo institucional: aconselhamento de professores, chefes
- Incentivo de familiares ou colegas: aconselhamento de familiares ou de colegas, existência de colegas que já frequentaram a mesma experiência de mobilidade ou similar
- Expectativa de benefícios profissionais ou académicos: sensação de maior oportunidade de encontrar emprego, valorização no posto de trabalho, contributo para a conclusão do percurso académico
- Motivação pessoal: vontade de experimentar e de conhecer um novo país
- Ajuda financeira: bolsa

Dimensão: motivo para escolha do país

Dimensão: dificuldades sentidas/melhorias necessárias

Categorias e propriedades

- Barreira linguística: falta de domínio da língua oficial do país de acolhimento; dificuldade em comunicar no dia-a-dia ou no local de trabalho
- Dificuldades económicas: elevado custo de vida no país de acolhimento; insuficiência ou atraso da bolsa
- Dificuldades práticas: encontrar alojamento
- Dificuldades culturais: a alimentação, o clima, o sistema social
- Dificuldades técnicas ou pedagógicas: falta de acompanhamento das entidades de origem e de acolhimento, adaptação ao regime e aos horários de trabalho
- Dificuldades pessoais: saudade de familiares e amigos, distância de Portugal
- Alargar países para mobilidade/instituições/tempo de duração

Dimensão: aspetos positivos/impactos da mobilidade

Categorias e propriedades

- Competências pessoais: melhorou competências linguísticas, desenvolveu maior sentido de responsabilidade e de lidar com situações imprevistas, ficou mais disponível para a hipótese de viver/trabalhar fora do país
- Competências socioculturais: fez amizades, adquiriu maior compreensão e conhecimento de outros países e culturas / modificou ideias preconcebidas que tinha, viagens realizadas dentro e fora do país de acolhimento
- Competências profissionais: melhorou competências profissionais que já tinha, adquiriu maior autonomia na realização de tarefas, teve acesso a oportunidades de trabalho fora de Portugal, melhorou o curriculum

Dimensão: situação após o estágio

Categorias e propriedades

- Percurso em Portugal: estuda ou trabalha em Portugal, encontra-se desempregado em Portugal
- Percurso fora de Portugal: estuda ou trabalha fora de Portugal, encontra-se desempregado fora de Portugal

Dimensão: exemplo de boas práticas

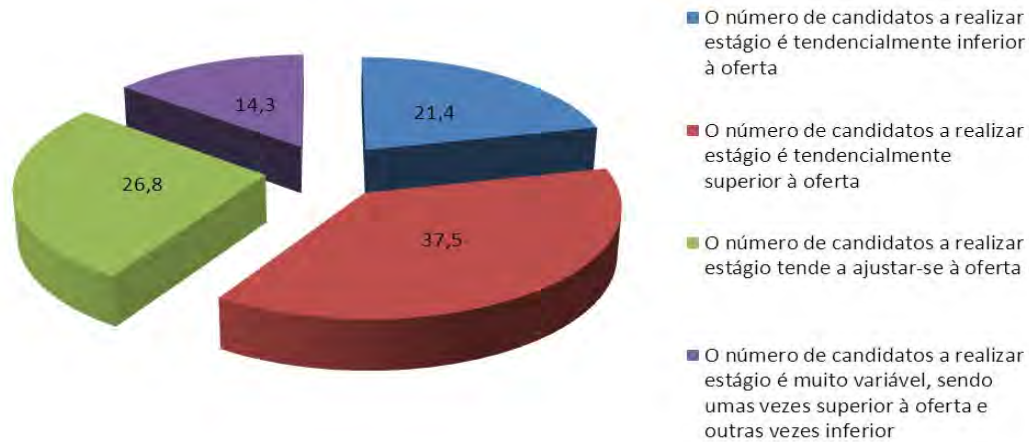
As 31 entrevistas validadas foram, sempre que possível, realizadas presencialmente. Todavia, dado estarmos a lidar com pessoas ainda hoje envolvidas em mobilidade, outras que residem no estrangeiro, e outras que estavam em período de férias (mas que mesmo assim se mostraram disponíveis), recorreremos ao telefone e ao skype para realizar algumas entrevistas.

7. AS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NO ERASMUS SMP E NO LEONARDO DA VINCI (FPI E PMT)

Cerca de $\frac{2}{3}$ (64,3%) das instituições que preencheram o formulário de caracterização das experiências de organização de estágios Erasmus e Leonardo da Vinci são instituições que apenas enviam estagiários no âmbito do segundo programa referido. Eleva-se a 28,6% a percentagem de instituições que envia estagiários no âmbito dos dois programas e a 7,1% a percentagem das que apenas enviam estagiários no âmbito do Programa Erasmus. Quase $\frac{1}{3}$ (32,1%) são instituições de ensino superior, 26,8% são escolas secundárias ou agrupamentos escolares, 10,7% são instituições envolvidas no ensino e formação profissional, representando as restantes um conjunto diversificado de outros tipos de instituições. Cerca de $\frac{1}{3}$ (32,1%) das instituições participa em consórcios de mobilidade para estágios e praticamente cerca de $\frac{3}{4}$ (71,4%) são instituições que enviam e recebem estagiários. Uma grande parte das instituições ($\frac{2}{3}$) tem uma experiência sólida na participação em programas de mobilidade para estágios, uma vez que já participa nesses programas antes de 2010, sendo ligeiramente menor a proporção (60%) das instituições que recebem estagiários em mobilidade antes de 2010.

Em média, 57,1% das instituições envia mais de 10 estagiários por cada ação de mobilidade, 25% envia 7 a 10 estagiários e 16,1% 4 a 6 estagiários por ação. As instituições que enviam estagiários para mais de 4 países representam 30,4% daquelas que preencheram o formulário e as que enviam para 3 ou 4 países representam 33,9%. Esta realidade não é alheia ao facto de 58,9% das instituições que participaram nesta avaliação terem declarado que não acontece terem candidatos a estágio que não se mostram interessados em realizar o estágio no país de destino disponível, com 33,9% a sinalizarem que isso acontece embora seja raro. Embora, de acordo com as respostas obtidas, 59,1% daqueles que demonstram não ter interesse em realizar estágio no país disponível acabem, tendencialmente, por realizar o estágio.

Gráfico 4
Relação entre candidatos a realizar estágio e número de vagas disponíveis (%)



A maioria das instituições (37,5% - ver Gráfico 4) que caracterizou a sua experiência na participação em programas de mobilidade para estágios, assinalou que o número de candidatos a realizar estágios é tendencialmente superior à oferta do número de estágios oferecidos. Um pouco mais de $\frac{1}{4}$ (26,8%) indicam que o número de candidatos a realizar estágio tende a ajustar-se à oferta do número de vagas disponibilizadas, sendo cerca de $\frac{1}{5}$ os casos em que o número de candidatos a realizar estágio é tendencialmente inferior à oferta do número de lugares disponibilizados. Uma larguíssima maioria (92,9%) das instituições dispõe de critérios para seleccionar os beneficiários dos programas de mobilidade, sendo que aquelas que não fixam critérios se encaixam no grupo das que, por regra, o número de estagiários incluídos na mobilidade tende a ser menor que o número de vagas disponíveis. A avaliação do conhecimento de línguas estrangeiras é o critério mais usado (foi reportado por 69,6% das instituições) para seleccionar os beneficiários dos programas de mobilidade para estágios, assim como a recompensa do mérito escolar (60,7%).

Gráfico 5
Critérios aplicados na seleção de estagiários da mobilidade (%)

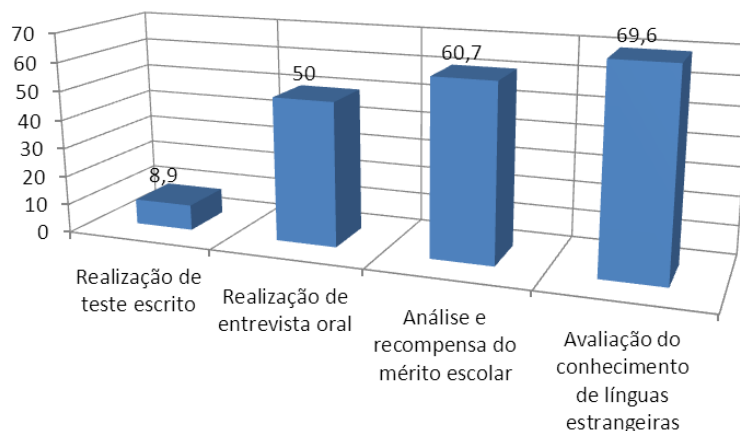
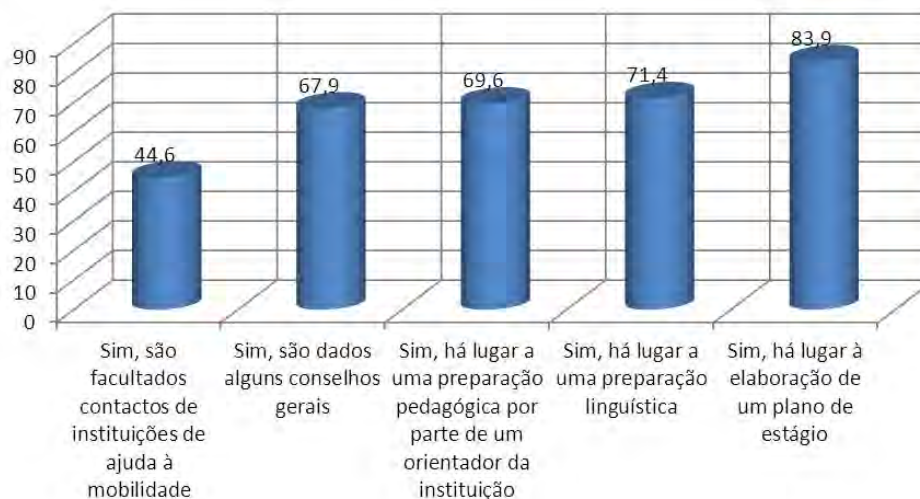


Gráfico 6
Ações específicas de apoio aos estagiários e de preparação do estágio (%)



Em termos de ações específicas destinadas a apoiar os estagiários e a melhor preparar o estágio, embora haja práticas muito diversas entre as instituições, a elaboração de um plano prévio de estágio é a prática mais comum (83,9%), seguida da preparação linguística dos estagiários (71,4%) e da preparação pedagógica específica (69,6%). Outras práticas que diferenciam igualmente as instituições situam-se no domínio dos apoios para prover alojamento no país de destino e na escolha de local de estágio. Mais de metade das instituições (53,7%) reporta que o local de

alojamento é garantido pela instituição de acolhimento dos estagiários; 29,6% que o estagiário trata de encontrar o local de alojamento; e 16,7% dá conta que a instituição disponibiliza algumas opções e cabe ao estagiário escolher uma delas. Em relação à escolha do local de estágio, o envolvimento da instituição de origem é muito significativo (Gráfico 7), sendo que 64,3% das instituições assinalam como prática comum o facto de ser o orientador/formador/coordenador responsável pelo estagiário a tentar encontrar um local de estágio adequado para os candidatos.

Gráfico 7
Modalidades que enquadram a escolha do local de estágio (%)



Neste domínio, como pode ser comprovado nos depoimentos obtidos através de entrevista, é de assinalar o facto de as modalidades que enquadram o estágio estarem ancoradas numa base ampla e sustentada de parcerias, bem como no apoio prestada por entidades intermediárias, que seleccionam e validam locais de estágio. Neste contexto, não é de estranhar que 94,5% das instituições auscultadas considere que a maior parte dos locais de acolhimento de estágios proporcionados pela instituição acaba por corresponder à primeira escolha dos candidatos. Igualmente elevadas são as percentagens das instituições que indicam manter contactos com os estagiários e, em simultâneo, com as entidades de acolhimento durante a realização dos estágios (96,4%), bem como a proporção de instituições que indica que os estagiários que enviam fazem uma avaliação dos locais de estágio (94,5%).

A avaliação que as instituições fazem de várias dimensões que enquadram a realização dos estágios é globalmente muito positiva, como se pode ver no Gráfico 8.

Numa escala em que o valor 1 significa Inadequado e 10 Muito adequado o valor médio mais baixo regista-se no valor da bolsa (7,36) e o valor médio mais alto nos países de destino dos estagiários, dimensão que obtém um valor médio de 9,5.

Gráfico 8

Avaliação das instituições relativamente a várias dimensões que enquadram os estágios (médias)



Tabela 8

Procedimentos para os 3 tipos de instituições mais representadas na amostra (%)

	Escola Secundária ou Agrupamento de escolas	Instituição de Ensino Superior	Associação envolvida no ensino e formação profissional	Total
Sim, são facultados contactos de instituições de ajuda à mobilidade	20,0	55,6	66,7	44,6
Sim, são dados alguns conselhos gerais	53,3	83,3	83,3	67,9
Sim, há lugar a uma preparação pedagógica por parte de um orientador da instituição	80,0	38,9	83,3	69,6
Sim, há lugar a uma preparação linguística	93,3	27,8	100,0	71,4
Sim, há lugar à elaboração de um plano de estágio	80,0	88,9	83,3	83,9
São seleccionados locais de estágio que possam receber mais que um estagiário	33,3	11,1	16,7	21,4

	Escola Secundária ou Agrupamento de escolas	Instituição de Ensino Superior	Associação envolvida no ensino e formação profissional	Total
Os estagiários contactam e sugerem o local de estágio	0,0	77,8	16,7	30,4
A instituição disponibiliza uma lista de locais aos candidatos a estágio	6,7	77,2	33,3	41,1
O orientador/formador/coordenador responsável pelo estagiário tenta encontrar um local de estágio adequado para os candidatos	66,7	50,0	83,3	64,3
Realização de teste escrito	6,7	5,6	0,0	8,9
Realização de entrevista oral	66,7	22,2	66,7	50
Análise e recompensa do mérito escolar	86,7	38,9	66,7	60,7
Avaliação do conhecimento de línguas estrangeiras	80,0	44,4	83,3	69,6
O número de candidatos a realizar estágio é tendencialmente inferior à oferta	13,3	22,2	16,7	21,4
O número de candidatos a realizar estágio é tendencialmente superior à oferta	60,0	16,7	33,3	37,5
O número de candidatos a realizar estágio tende a ajustar-se à oferta	26,7	27,8	50,0	28,6
O número de candidatos a realizar estágio é muito variável, sendo umas vezes superior à oferta e outras vezes inferior	0,0	33,3	0,0	14,3
O local de alojamento é garantido pela instituição de acolhimento dos estagiários	61,5	0,0	83,3	53,7
A instituição disponibiliza algumas opções de alojamento e cabe ao estagiário decidir	38,5	16,7	16,7	16,7
O estagiário trata de encontrar o alojamento	0,0	83,3	0,0	29,6
Normalmente, durante a realização do estágio são mantidos contactos com estagiários e instituições?	100,0	88,9	100,0	96,4
Solicitam aos estagiários que façam algum tipo de avaliação do local de estágio?	100	88,2	100	94,5
A instituição tem procedimentos de seleção dos estagiários?	100	77,8	100	92,9

Como se pode ver na Tabela 8, informação que é qualitativamente reforçada pelas entrevistas realizadas, os procedimentos das instituições relativos aos modos como organizam a mobilidade são bastante divergentes, como se verifica ao confrontarmos os 3 tipos de instituições mais representados na amostra. São particularmente diferenciadas as práticas desenvolvidas pelas instituições de ensino superior, que trabalham com beneficiários dos programas de mobilidade que já têm uma idade adulta e que, por consequência, têm mais autonomia, das práticas das demais instituições. No domínio dos apoios específicos aos beneficiários de mobilidade, bem como à preparação que lhes é dirigida para facilitar a mobilidade, os três tipos de instituições apenas mantêm práticas similares no que respeita à preparação de um plano de estágio. Neste domínio, nas instituições de ensino superior salienta-se claramente a maior autonomia que é dada aos beneficiários dos programas de mobilidade, sinalizando-se a prevalência dos conselhos gerais que lhes são passados, assim como os contactos de instituições que os podem ajudar. Nas escolas secundárias, por seu lado, assim como nas associações envolvidas na formação e ensino profissional, a preparação pedagógica dos beneficiários e a preparação linguística ganham relevância no confronto com a importância que as instituições de ensino superior concedem a essas questões. O mesmo se passa no domínio da seleção dos locais de estágio (assim, como por exemplo, no modo como a questão do alojamento é resolvida). As instituições de ensino superior não têm uma preocupação tão acentuada, quanto as demais, em selecionar locais de estágio que possam receber mais que um estagiário, já que a prática de enviar isoladamente estagiários é vista como normal. Nas escolas secundárias e nas instituições envolvidas no ensino e na formação profissional há uma preocupação, que decorre de razões que têm a ver com questões de segurança e com logística de organização, em selecionar locais de estágio que possam receber grupos de estagiários. Aliás, as instituições de ensino superior, ao contrário das outras, sinalizam que é muito comum que sejam os estagiários a contactar e a sugerir o local de estágio, sendo também mais comum entre elas que as instituições sigam a prática de disponibilizar uma lista de locais potenciais de estágio aos candidatos, deixando-lhes a liberdade de escolha. Nos dois outros tipos de instituições verifica-se ser mais comum que o orientador/formador/coordenador responsável pelo estagiário tenta encontrar um local de estágio adequado para os candidatos, sendo menor a autonomia dos beneficiários em relação a esta matéria. Os três tipos de instituições, sempre com o mesmo recorte

que separa as práticas das instituições de ensino superior das demais, seguem também práticas marcadamente diferentes em termos dos critérios que usam para selecionar os candidatos. As instituições de ensino superior tendem a adotar critérios que à partida rateiam o número de candidatos por unidades orgânicas. Este facto dá relevância a esse critério, elidindo outros que, todavia são generalizadamente aplicados, designadamente o mérito académico (média das classificações) e o domínio de línguas. A relação entre vagas disponíveis para estágios e a procura dessas vagas mostra que a situação nas instituições de ensino superior é mais díspar que nas demais. Nestas últimas, sobretudo nas de formação profissional, a tendência é para que a procura seja maior que a oferta. Já nas instituições de ensino superior, e uma vez que elas disponibilizam quer estágios Erasmus, quer estágios Leonardo, regista-se uma procura mais variável (que nem sempre cobre as vagas disponíveis) no caso dos estágios Erasmus, sendo que a procura dos estágios Leonardo tende a ser tão elevada quanto nas demais instituições. Isto deve-se, sobretudo, ao facto de os *curricula* das instituições de ensino superior, ao contrário dos perfis de formação de quem frequenta o ensino profissional, não acomodarem facilmente o reconhecimento dos períodos de estágio realizados no âmbito do programa Erasmus, problema que não se coloca no Programa LdV, para as instituições de ensino superior, na medida em que se dirige a indivíduos já licenciados.

8. AS EXPERIÊNCIAS DOS ESTAGIÁRIOS ERASMUS

8.1. RESULTADOS DOS RELATÓRIOS INTEGRADOS (ANPROALV)

O inquérito realizado pela Agência Nacional PROALV aos beneficiários de estágios Erasmus (Relatórios Integrados da mobilidade) proporciona um importante manancial de informação, que se revela tanto mais pertinente e útil para a análise das experiências de mobilidade e o diagnóstico do funcionamento do programa Erasmus para Estágio profissionais quanto abrange a totalidade desses mesmos beneficiários. Agrega, para além disso, informação de grande relevo nos diferentes planos que o presente estudo abrange: caracterização da situação formativa, socioeconómica e socioprofissional dos estagiários; tipificação e caracterização da mobilidade; preparação da mobilidade; integração, experiência e gestão das condições de vida no local de acolhimento; avaliação da experiência em múltiplas dimensões.

Tendo em conta a riqueza dessa informação, assumiu-se que, no âmbito do presente trabalho, a análise dos resultados desses inquéritos deveria constituir uma componente relevante do estudo. A análise circunscreve-se às respostas dos beneficiários de estágios Erasmus nos anos 2010-11 e 2011-12 (num total de 2056) e foi desenvolvida em dois planos complementares:

- a) análise exploratória para suporte da preparação de dois instrumentos originais de recolha de informação: inquéritos complementares aos estagiários Erasmus, que aprofundam linhas de questionamento e avaliação sugeridas pela análise preliminar dos resultados referidos; entrevistas semiestruturadas a estagiários Erasmus, que adicionam aos instrumentos anteriores dimensões qualitativas e intensivas, fundamentais para uma compreensão mais detalhada das experiências de mobilidade;
- b) análise detalhada dos resultados dos inquéritos, explorando sistematicamente a informação relativa aos temas acima referidos.

Sintetizam-se aqui os resultados deste segundo tipo de análise, percorrendo as dimensões mais relevantes reveladas pelos dados.

8.1.2. Caraterização dos estagiários Erasmus

O primeiro aspeto que se salienta é a forte prevalência de estudantes do sexo feminino, que representam 66% do total de estudantes em mobilidade no período em estudo. Essa sobrerrepresentação está certamente associada à crescente feminização do ensino superior, aspeto que, no caso do universo em análise, é reforçado pela proporção muito forte de estagiários provenientes de áreas de formação efetivamente muito feminizadas, como Saúde e Bem Estar (47,6% do total dos estagiários) ou Ciências Sociais, Gestão e Direito (12,4%). Mesmo tendo isso em conta, a sua expressão na mobilidade Erasmus para estágios é muito vincada: a percentagem de estudantes do sexo feminino em mobilidade para estágio ultrapassa significativamente o peso das mulheres no total de estudantes no ensino superior (53,5% em 2011/12⁹). E, facto muito interessante, a prevalência das estudantes do sexo feminino é bem mais expressiva na mobilidade Erasmus para estágios do que na mobilidade para estudos (em 2010/11 as mulheres representavam 52,7% do total de estudantes neste último tipo de mobilidade¹⁰).

Trata-se, por isso, de um facto a relevar, já que sugere que a mobilidade Erasmus para estágio pode desempenhar um papel importante no reforço das competências formativas e profissionais das jovens mulheres e assim contribuir para a abertura de perspetivas de inserção e mobilidade profissional mais igualitárias em relação aos jovens do sexo masculino. É sabido que, apesar de se ter vindo a assistir nas últimas décadas em Portugal a uma forte feminização do ensino superior e a uma crescente qualificação das mulheres, persistem obstáculos e dificuldades à efetiva igualização do acesso de homens e mulheres ao mercado de trabalho, sobretudo nas posições melhor remuneradas e de comando e decisão. O aproveitamento das oportunidades de estágio proporcionadas pelas mobilidades Erasmus pode representar, nesse contexto, um recurso adicional para as jovens mulheres contrariarem esses obstáculos, através da acumulação de certificados e experiências que melhorem a condição em que entrarão no mercado de trabalho.

No plano das condições de vida, é esmagador o predomínio de estudantes a cargo da família (sem autonomia financeira, portanto), em consonância com o perfil

⁹ Fonte: DGEEC, *Estatísticas da Educação, 2011/2012*.

¹⁰ Fonte: Lifelong Learning Program European Statistics, <http://www.statisticsforall.eu/maps-erasmus-students.php#> (consultado em 16/09/2013)

predominante de estudantes do Ensino Superior em Portugal. Embora o peso dos estagiários que dependem financeiramente de bolsas (6,7%) ou do próprio trabalho (10,7%, somando estudantes-trabalhadores a tempo integral e a tempo parcial), não seja negligenciável, parece justificar-se aqui a necessidade de estudar medidas de estímulo a uma participação mais alargada destes dois tipos de estudantes, nomeadamente por parte das instituições de Ensino Superior.

No caso dos trabalhadores-estudantes¹¹, a mobilidade Erasmus na modalidade de estágio pode proporcionar uma boa articulação entre formação e experiência de trabalho, que se pode revelar benéfica e enriquecedora das suas competências e valências profissionais. Não deixa de ser significativo que uma parte importante dos estagiários (52%) declare ter já exercido alguma atividade remunerada, o que reforça mais a vantagem de incentivar uma maior articulação entre estágio, formação académica e experiência profissional. Naturalmente, o incentivo a uma maior participação de trabalhadores-estudantes enfrenta dificuldades que remetem para os compromissos laborais desses estudantes.

No entanto, os resultados do inquérito por nós realizado a uma amostra de estagiários Erasmus mostra que mais de metade dos trabalhadores-estudantes conseguiram encontrar soluções para compatibilizar trabalho e estágio, interrompendo temporariamente ou mesmo mantendo o trabalho que tinham antes de sair para mobilidade, como veremos à frente. Perseguir o objetivo de aumentar a participação deste tipo de estudantes exige, por isso, um trabalho de grande proximidade entre os organismos e os responsáveis que em cada instituição de Ensino Superior gerem os programas de mobilidade, de modo a, conjuntamente com os estudantes e, eventualmente, os seus empregadores, encontrarem soluções que permitam compatibilizar estágio e trabalho.

Também os estudantes dependentes financeiramente de bolsas justificam uma atenção especial. Apesar de a sua expressão quantitativa entre os estagiários Erasmus não ser negligenciável, como se referiu acima, ela é muito menor do que a sua expressão global no Ensino Superior (em 2011, os bolseiros representavam

¹¹ O estudo [A ética dos alunos e a tolerância de professores e instituições perante a fraude académica no ensino superior](#), em curso no Centro de Estudos Sociais, identificou, numa amostra representativa dos estudantes do Ensino Superior em Portugal, um peso de estudantes-trabalhadores da ordem dos 15,6%, valor bastante acima dos 10,7% identificados entre os estagiários Erasmus.

17,1% do total de estudantes no Ensino Superior¹²). Promover o incremento da participação nas mobilidades para estágio deste tipo de estudantes, e de forma ampla dos estudantes originários de meios sociais mais desfavorecidos, é um desígnio desejável. A possibilidade de acumulação de bolsas Erasmus, de bolsas de apoio social (SAS) e de bolsas de reforço BSE-SOC é já um importante fator para a prossecução desse desígnio (note-se que no caso dos estagiários em análise, 16,9% beneficiaram de bolsas de reforço BSE-SOC, proporção superior à dos estudantes que, no mesmo período, recebiam bolsas dos Serviços de Ação Social: 13,9%).

Uma política mais ativa junto dos estudantes com condição material mais desfavorável, sobretudo da parte das instituições de Ensino Superior, tendo em vista promover melhor acesso a informação sobre as possibilidades ao seu alcance e prestar mais apoio na procura de soluções que facilitem a sua mobilidade, pode concorrer para ultrapassar os receios que muitas vezes os inibem ou condicionam e favorecer a sua mais ampla mobilização para a mobilidade internacional. Isto é tanto mais importante quanto, como se verá à frente, os montantes das bolsas Erasmus são considerados, pela larga maioria dos estudantes em mobilidade, insuficientes para fazer face às despesas que esta implica.

8.1.3. Tipificação e caracterização da mobilidade para estágio

São cinco os aspetos que importa salientar neste domínio.

Em primeiro lugar, há um predomínio muito forte de estudantes em mobilidade provenientes de cursos da área da Saúde e Bem Estar (48% dos casos), o que se explica em boa medida por se tratar de cursos com forte componente de formação em contexto de trabalho. Não obstante, esse predomínio aponta para um padrão que apenas parcialmente coincide com os observados mais genericamente no contexto europeu. Nesse plano comparativo, é de assinalar também a muito fraca expressão de áreas formativas como a educação (menos de 2%) e os serviços (4%).

Em segundo lugar, regista-se uma proporção de estudantes em mobilidade no âmbito de curso de mestrado que, ainda que minoritária (38%), é já relevante, uma vez que parece apontar para uma consonância com o espírito da reforma de Bolonha, que

¹² Fonte: PORDATA.

pressupõe que é precisamente na formação de 2º ciclo que se devem desenvolver mais intensamente as competências especializadas e profissionalizantes. Um recurso crescente aos estágios Erasmus para esse efeito indicia uma estratégia passível de beneficiar o reforço das competências e dos certificados profissionais dos estudantes, pelo seu confronto com realidades profissionais e socioculturais diversas.

Num outro plano, e embora não se possam daí generalizar conclusões, as entrevistas realizadas a estudantes que fizeram mobilidade para Erasmus no 2º ciclo sugerem igualmente uma estratégia complementar de aproveitamento desta forma de mobilidade por parte dos estudantes e das instituições de Ensino Superior: a sua utilização para proporcionar condições de pesquisa com vista à elaboração de dissertações de mestrado em instituições de pesquisa e ensino superior com as quais as instituições portuguesas mantêm relações de cooperação académica e científica. Desenham-se aqui, assim, estratégias diversas de recurso à mobilidade Erasmus para estágio por parte das instituições de Ensino Superior e dos estudantes.

Em terceiro lugar, observa-se uma distribuição muito desigual dos estagiários em função dos seus distritos de proveniência residencial (lugar de residência antes do ingresso na universidade).

Como se pode verificar, registam-se valores muito baixos para estagiários oriundos dos distritos mais interiores do país e das regiões autónomas da Madeira e Açores. Esta distribuição estará naturalmente associada a dois fatores: a concentração de população, e sobretudo população jovem, nas cidades da faixa mais litoral do país; e a localização das maiores universidades portuguesas nessa mesma faixa. Não obstante, é uma situação que recomenda estratégias de estímulo ao reforço da mobilidade de estudantes provenientes de zonas interiores do país, assim como de incentivo às instituições de Ensino Superior localizadas nessas regiões, para que promovam mais intensamente o acesso dos seus estudantes a programas de mobilidade.

Tabela 9
Distrito de residência dos estagiários Erasmus
(local de residência anterior ao ingresso na universidade)

	N	%
Aveiro	139	6,8
Beja	28	1,4
Braga	176	8,6
Bragança	69	3,4
Castelo Branco	71	3,5
Coimbra	153	7,4
Évora	19	0,9
Faro	70	3,4
Guarda	32	1,6
Leiria	103	5,0
Lisboa	350	17,0
Portalegre	13	0,5
Porto	410	19,9
Santarém	101	4,9
Setúbal	92	4,4
Viana do Castelo	53	2,6
Vila Real	32	1,6
Viseu	59	2,9
RAA	31	1,5
RAM	55	2,7
Total	2056	100,0

Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

Em quarto lugar, finalmente, há uma concentração muito forte dos destinos da mobilidade num grupo de países muito pequeno, com enorme predomínio da Espanha (41,8%). Seguem-se, a grande distância, a Itália (8,4%), o Reino Unido (7,4%), a França (5,6%), a Bélgica (5,2%) e a Alemanha (4,7%).

O predomínio da Espanha reproduz uma tendência mais geral da mobilidade Erasmus à escala europeia. Como se mostra noutro ponto deste estudo, a Espanha ocupava em 2011/12 o primeiro lugar como destino das mobilidades para estudos e o terceiro como destino das mobilidades para estágio. No caso das mobilidades com origem em Portugal, a forte preferência por Espanha justifica-se, naturalmente, pela proximidade

geográfica, podendo a questão da língua e do custo de vida jogar uma importância igualmente decisiva. A estes fatores associa-se ainda um outro, também decisivo nas escolhas dos estudantes, como se confirmará à frente: aos acordos e as redes de contactos que as instituições de Ensino Superior mantêm com entidades congêneres ou outras organizações em países estrangeiros. Conjuntamente, estes fatores serão, mais amplamente, em boa medida responsáveis pela fraca dispersão geográfica da mobilidade que os dados revelam, aspeto que limita o alcance dos efeitos pretendidos pelo programa no que se refere à familiarização e integração no quadro europeu mais vasto.

Tabela 10
País de acolhimento dos estagiários Erasmus

	N	%
Espanha	859	41,8
Itália	172	8,4
Reino Unido	153	7,4
França	115	5,6
Bélgica	106	5,3
Alemanha	96	4,7
Polónia	72	3,5
Holanda	69	3,4
Republica Checa	63	3,1
Outros países*	351	16,8
Total	2056	100

Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

*Todos com percentagens inferiores a 3%

Em quinto lugar, e no que respeita à duração da mobilidade, a dos estagiários do sexo masculino é tendencialmente mais prolongada que a dos estudantes do sexo feminino.

Uma larga maioria (quase dois terços) usufrui de uma mobilidade de 2,1 a 4 meses. Mas se 63,5% se situam nesse patamar de duração da mobilidade, 68,2% das mulheres e só 54,2% dos homens caem nesse patamar. Quanto mais prolongados são os períodos de mobilidade, mais elevada é a tendência para que os homens sejam predominantes (21,3% fazem estágios com duração de 4,1 a 6 meses; mas enquanto

a percentagem de homens nesse escalão é de 25,5%, a de mulheres é apenas de 19,2%).

Quase residuais, os estágios com duração de 6,1 a 8 meses e com mais de 8 meses, que abrangem respetivamente 7,4% e 7,6% dos 2056 estagiários em mobilidade em 2010-2011 e 2011-2012, apresentam uma sobrerrepresentação masculina ainda maior: 10% dos homens caem nesses dois patamares, contra apenas 6,1% e 6,4% das mulheres, respetivamente. Apesar da sobrerrepresentação feminina no contingente global de estudantes em mobilidade para estágio, as mulheres tendem portanto a realizar estadias no exterior mais curtas.

8.1.4. Preparação da mobilidade

Quais as motivações que levam os estudantes a sair em mobilidade para estágio no âmbito do programa Erasmus?

Para explorarmos mais detalhadamente esta questão, realizámos uma análise fatorial dos fatores de decisão. Os resultados permitem-nos distinguir 3 fatores. Estes 3 fatores, que explicam 58% da variância (KMO com adequação de 0,815), revelam que os estudantes decidem estudar fora de Portugal por 3 ordens de distintas de razões, agrupadas em outros tantos fatores.

Um primeiro fator, que é aquele que retém maior poder explicativo das decisões dos alunos, agrupa motivos que têm a ver com o desejo de valorização curricular. Sair para o estrangeiro para se ter acesso a uma oferta curricular alternativa (em termos de disciplinas e métodos de trabalho), para adquirir e desenvolver conhecimentos e competências, para melhorar o *curriculum*, para aceder a uma experiência de trabalho, ou para potenciar o futuro profissional (abrindo novas perspetivas e novos mercados de trabalho) são motivos que se agrupam em torno de um fator (que explica 32,9% da variância) que podemos designar por “estudar no estrangeiro para valorizar o *curriculum*”.

Um segundo fator (que explica 16,7% da variância e se situa numa segunda ordem de importância), reúne motivos que têm a ver com as oportunidades de convivialidade e de acesso a novas culturas que uma saída para o estrangeiro permite. Neste fator encontramos razões que têm a ver com o desejo em conhecer novas pessoas e culturas, a aspiração de viver novas experiências e, evidenciando-se enquanto aspeto

cultural e não enquanto fator de valorização curricular, a oportunidade de melhorar conhecimentos linguísticos e praticar uma língua estrangeira. Poderíamos designar este fator “estudar no estrangeiro para conhecer novas culturas”.

Um terceiro e último fator, com menor poder explicativo (que explica 8,7% da variância), remete para fatores de emancipação individual. Neste fator aparecem associados o desejo de viver num país estrangeiro e a vontade em ser independente. Podemos designá-lo por “estudar no estrangeiro para alcançar independência e emancipação individual”.

Tabela 11
Fatores de decisão para a saída em mobilidade para estágio no âmbito do programa Erasmus

Motivos para estudar fora de Portugal	Componentes principais ^a		
	1	2	3
Conhecer novas pessoas e culturas	0,816		
Ter novas experiências	0,768		
Ser independente			0,810
Melhorar conhecimentos linguísticos/praticar língua estrangeira	0,515		
Oferta curricular alternativa (disciplinas e métodos de trabalho)	0,623		
Aquisição e desenvolvimento de conhecimentos e competências	0,663		
Melhorar o curriculum	0,743		
Experiência de trabalho	0,750		
Futuro profissional/novas perspetivas/novos mercados de trabalho	0,731		
Viver num país estrangeiro			0,664

Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

Nota: KMO 0,815; Teste de Esfericidade de Bartlett com *p-valor* 0,000; retidos 3 fatores com base na sugestão do *screeplot* (variância explicada de 58,27%)

^a apenas incluídos pesos superiores a 0,5

A par deste perfil de motivações, na preparação antecipada da mobilidade observa-se uma clara prevalência das universidades de origem e dos respetivos organismos, professores e técnicos como principais fontes de acesso à informação e influência das

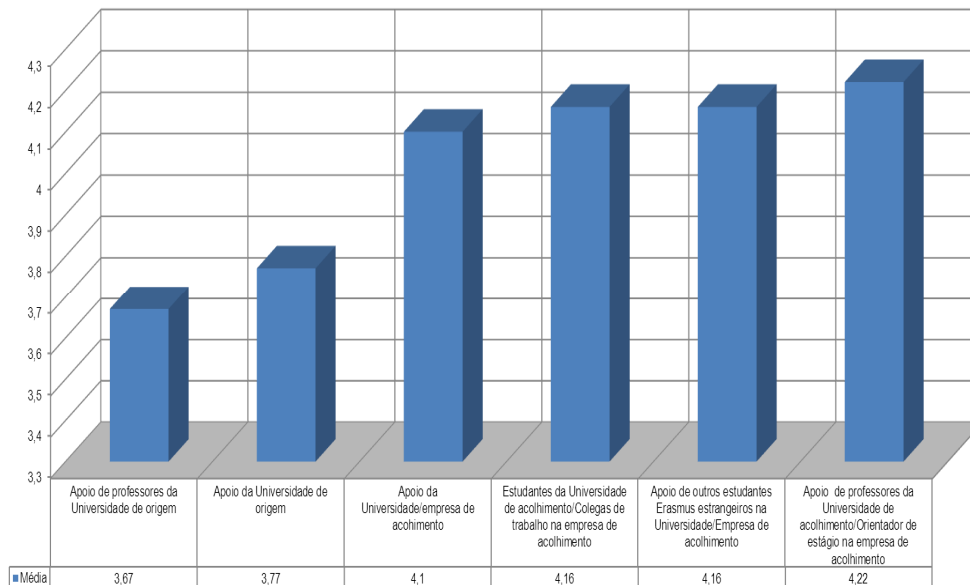
escolhas e tomadas de decisão. Face a esta prevalência, os indicadores apontam para uma fraca autonomia na pesquisa de informação e nas escolhas individuais, embora em alguns aspetos a influência de amigos e da internet se faça notar.

É interessante notar que, apesar do reconhecimento da influência da universidade de origem, o apoio prestado por esta no processo de mobilidade, ainda que globalmente positivo, é avaliado menos positivamente que o apoio prestado pela instituição de acolhimento e as pessoas ligadas a esta última.

Como se pode ver no gráfico abaixo, os estudantes em mobilidade classificam positivamente o apoio prestado antes e durante a sua estadia no estrangeiro, valorizando no entanto de forma mais vincada os apoios recebidos nos locais de acolhimento. Esta avaliação vai ao encontro de indicações colhidas em relatórios internacionais, que indicam Portugal como um dos países que menos preparação prévia proporciona aos beneficiários da mobilidade.

Gráfico 9

Classificação do apoio prestado antes e durante a estadia no estrangeiro (média)



Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

Desta avaliação, uma análise fatorial permite extrair 3 fatores que revelam a importância das condições de acolhimento, do apoio concedido na instituição de origem e do apoio obtido junto dos colegas nos países de destino. Os 3 fatores explicam 82% da variância (KMO com adequação de 0,684).

Um primeiro fator, que explica 46,17% da variância, evidencia o apoio prestado antes e durante a estadia no estrangeiro por parte da organização de acolhimento e o apoio prestado por professores da universidade de acolhimento ou orientadores de estágio na empresa de acolhimento. Ou seja, os fatores de enquadramento no destino da mobilidade são sentidos como absolutamente relevantes no domínio do apoio prestado.

Tabela 12

Análise fatorial dos apoios prestados antes e durante a estadia no estrangeiro

Apoios prestados antes e durante a estadia no estrangeiro	Componentes principais ^a		
	1	2	3
Universidade de origem	0,903		
Professores da Universidade de origem	0,884		
Universidade/Empresa de acolhimento	0,864		
Professores da Universidade de acolhimento/Orientador de estágio na empresa de acolhimento	0,881		
Estudantes da Universidade de acolhimento/Colegas de trabalho da empresa de acolhimento			0,729
Outros estudantes Erasmus estrangeiros na Universidade/Empresa de acolhimento			0,922

Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

Nota: KMO 0,684; Teste de Esfericidade de Bartlett com *p-valor* 0,000; retidos 3 fatores com base na sugestão do *screeplot* (variância explicada de 81,70%)

^a Apenas incluídos pesos superiores a 0,5

Um segundo fator, que explica 21,92% da variância, tem a ver com os apoios na origem, designadamente os apoios prestados pela Universidade de origem e pelos respetivos professores. Um terceiro fator, que explica 13,61% da variância, releva os apoios dos estudantes da universidade de acolhimento e os colegas de trabalho da

empresa de acolhimento, assim como outros estudantes Erasmus estrangeiros no local de destino.

Finalmente, um aspeto que merece especial destaque, no plano da preparação da mobilidade, é o facto de ser muito minoritário o número de estagiários que frequentou curso de preparação linguística antes ou durante a mobilidade (apenas 25%).

Tabela 13
Nível de competência linguística na principal língua utilizada na universidade/empresa de acolhimento antes e depois do período de Estágio Profissional Erasmus

	Antes		Depois	
	N	%	N	%
Excelente	144	7,0	470	22,9
Bom	410	19,9	1117	54,3
Suficiente	799	38,9	335	16,3
Insuficiente	341	16,6	103	5,0
Fraco	362	17,6	31	1,5
Total	2056	100,0	2056	100,0

Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

Este facto contrasta com: a) a elevada percentagem de estagiários que afirmam que à partida tinham uma preparação linguística fraca ou apenas suficiente na língua que iriam falar; b) a elevada percentagem dos que afirmam que após a mobilidade a sua preparação nessa mesma língua era já boa ou excelente. Estes resultados sugerem um processo de aprendizagem linguística de cariz informal, estimulado pela experiência quotidiana, que constituirá um dos benefícios mais valiosos e interessantes da experiência de mobilidade.

Ao mesmo tempo, globalmente, sugerem um fraco aproveitamento das oportunidades proporcionadas pelo programa Erasmus no domínio da aprendizagem de línguas, que, como vimos, se reflete na fraca dispersão geográfica das mobilidades. As entrevistas realizadas a estudantes em mobilidade apontam justamente neste sentido, revelando um aspeto crítico: o fraco conhecimento prévio que os estudantes têm acerca da possibilidade de beneficiarem de um curso de iniciação à língua do país de destino. O problema parece residir fundamentalmente na falta de informação atempada a esse

respeito, o que recomenda um maior esforço das entidades responsáveis em Portugal, e sobretudo das instituições de Ensino Superior e respetivos serviços de apoio à mobilidade Erasmus, para colmatar essa insuficiência informativa.

8.1.5. Integração e experiência no contexto de acolhimento

De uma forma geral, os dados disponíveis apontam para uma integração fácil e globalmente bem sucedida, tanto no contexto formativo/profissional, como no contexto sociocultural mais amplo. Os estagiários declaram níveis de satisfação e integração globalmente muito positivos, sugerindo que o contexto proporcionado por esta forma de mobilidade cria condições favoráveis a uma mudança de meio sem dificuldades de adaptação de relevo.

O aspeto mais negativo remete para as dificuldades materiais, relacionadas quer com o custo de vida nos países de origem, quer com as despesas adicionais que a mobilidade implica, quer ainda, como se referiu atrás, com os montantes das bolsas, considerados insuficientes pela larga maioria dos estagiários.

A questão da bolsa merece aqui uma atenção especial, uma vez que ela é não apenas um fator decisivo nas decisões e opções de saída para mobilidade, mas também um fator muito condicionante das condições em que se realiza a estadia no exterior. Isto é tanto mais importante quanto, a situação de dependência financeira da maioria dos estagiários em relação à família, que se caracterizou atrás, se prolonga nas próprias condições de realização da mobilidade, que é parcialmente suportada por recursos adicionais à bolsa recebida, que provêm fundamentalmente (90% dos casos) da ajuda de familiares ou amigos. A questão, aqui, reside fundamentalmente nos custos adicionais que a mobilidade implica para as famílias, porquanto, como mostram claramente os resultados, as bolsas recebidas se revelam insuficientes para cobrir esses custos adicionais: na maioria dos casos, as bolsas apenas permitem financiar uma parte igual ou inferior a metade dos custos com a mobilidade. Também nas entrevistas realizadas a estudantes, a insuficiência da bolsa para fazer face aos custos é apontada como um dos aspetos mais críticos e limitativos das suas experiências e da avaliação que fazem do programa Erasmus.

À avaliação sobre a insuficiência da bolsa, junta-se um outro aspeto considerado como negativo pelos estagiários: o facto de as bolsas serem, na maior parte dos casos pagas em várias tranches e, com frequência, já depois de iniciada a mobilidade.

Quase metade dos estagiários refere ter recebido a bolsa já depois de iniciada a mobilidade ou mesmo, em alguns casos, já após esta concluída. E uma larga maioria (cerca de 65%) recebeu-a em duas ou mais tranches. Como veremos, nas entrevistas, os estudantes que realizaram mobilidade Erasmus para estágio referem esses aspetos como particularmente críticos para a sua experiência de mobilidade, obrigando a estratégias de obtenção de recursos adicionais, que permitissem compensar os atrasos no pagamento das bolsas. Também os resultados do inquérito em análise apontam no mesmo sentido: entre os que afirmaram ter experimentado dificuldades financeiras durante a mobilidade: 30,4% referem como motivo o atraso na transferência da bolsa Erasmus e 78,1% referem a insuficiência da bolsa.

É importante, neste plano, considerar o valor da bolsa não em termos absolutos, mas antes em termos relativos, na medida em que esse montante não permite o mesmo nível de cobertura nos vários países de destino.

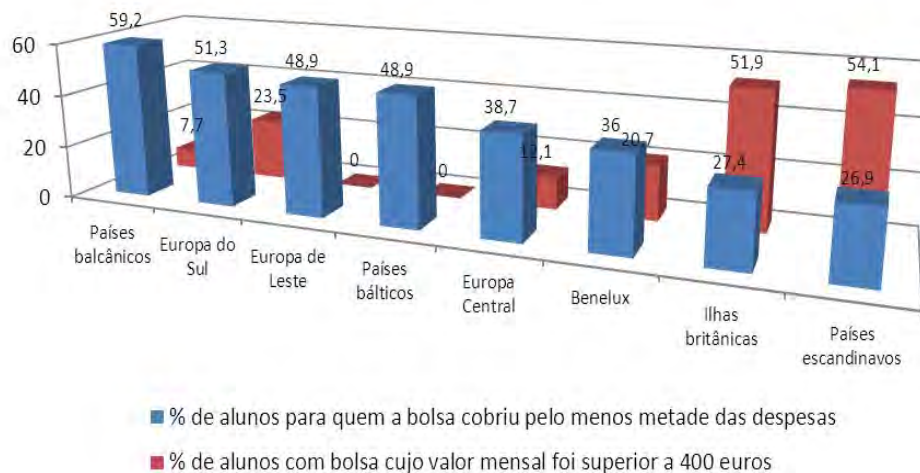
Para 44,8% dos estagiários, a bolsa cobriu pelo menos metade das despesas. O montante da bolsa cobriu pelo menos metade das despesas para 59,2% dos que realizaram estágios nos países balcânicos (Croácia, Eslovénia e Turquia), para 51,3% dos que realizaram estágios em países da Europa do Sul (Espanha, França, Itália, Grécia e Malta), para 48,9% dos que realizaram estágios na Europa de Leste (Bulgária, Roménia e Polónia) e nos países bálticos (Estónia, Letónia e Lituânia), para 38,7% dos que realizaram estágios na Europa central (Áustria, Suíça, República Checa, Alemanha, Hungria e Eslováquia), para 36% dos que realizaram estágios no Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), para 27,4% dos que realizaram estágio nas Ilhas britânicas (Reino Unido, Irlanda do Norte e República da Irlanda e para 26,9% dos que realizaram estágios nos países escandinavos (Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia).

Confrontando estes dados com o valor mensal da bolsa, verifica-se não haver uma relação direta entre o valor mensal da bolsa e o grau de cobertura das despesas. No total, 16% dos estagiários receberam bolsas até 250 euros mensais, 59,6% receberam bolsas com um valor mensal de 251 a 400 euros e 24,4% receberam bolsas mensais acima de 400 euros. A tendência revela que é nos países onde o valor mensal das bolsas é mais elevado que o grau de cobertura das despesas através da bolsa é mais baixo. Nos países escandinavos 54,1% receberam bolsas acima dos 400 euros mensais, o que só beneficiou 51,9% dos que estagiaram nas Ilhas britânicas, 23,5% dos que estagiaram na Europa do Sul, 20,7% dos que estagiaram no Benelux, 12,1%

dos que estagiaram na Europa central, 7,7% dos que estagiaram nos Balcãs e 0% dos que estagiaram na Europa de Leste e países bálticos.

Gráfico 10

Bolsa mensal e grau de cobertura das despesas, segundo o país de acolhimento (%)



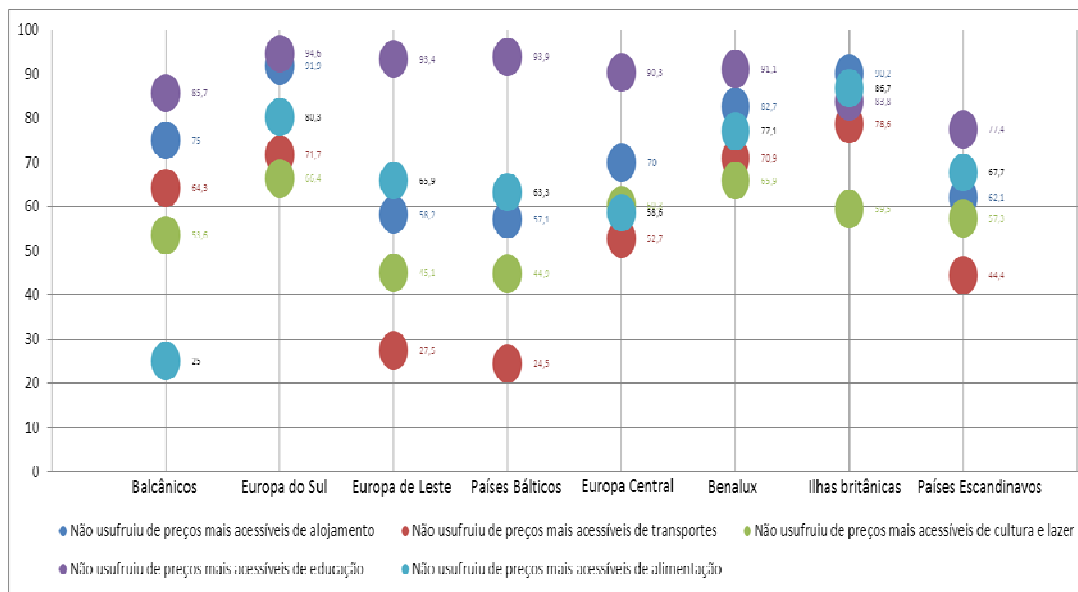
Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

Mas que domínios mais agravam o nível de não cobertura dos gastos pelo montante da bolsa? As despesas de educação, a alimentação, os transportes, o alojamento ou as despesas de cultura e lazer?

Na generalidade dos países (agrupados por blocos) foram poucos os domínios em que os custos com a educação é a área onde, genericamente, os estagiários não usufruíram de preços mais acessíveis que aqueles que usufruíam em Portugal. Em quase todos os grupos de países cerca de 90% dos estagiários não usufruiu de custos mais acessíveis com a educação. Só nos países escandinavos a percentagem dos que não usufruíram desce abaixo dos 80%. As áreas dos transportes e da cultura e lazer foram aquelas em que, tendencialmente, se registaram as percentagens mais baixas (ainda que muito significativas) dos que não usufruíram de preços mais acessíveis. Nos países da Europa do Sul e Benelux, as percentagens dos que não beneficiaram de preços mais acessíveis em todas as áreas de realização de despesas elevam-se sempre acima dos 66%.

Gráfico 11

Usufruto de preços mais acessíveis do que em Portugal, por categorias, segundo o país de acolhimento (%)



Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

Tabela 14

Tendo em conta o balanço entre os seus rendimentos e as despesas, como descreveria a sua situação financeira durante o período de mobilidade Erasmus?

Situação	n	%	Eur. Sul	Eur. Centr	Eur. Leste	Bal- cãs	Ilhas Brit	Bálti- cos	Escan- dinav	Bene- lux
Muito boa, consegui poupar dinheiro	27	1,3	1,4	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	2,8
Boa, não tive qualquer problema	294	14,3	13,4	16,5	25,5	32,1	8,6	20,4	9,7	15,6
Razoável, pude fazer face às despesas	1266	61,6	64,1	62,0	65,9	53,6	53,2	57,1	58,1	55,3
Má, tive de cortar muitas despesas	265	12,9	12,4	11,4	1,0	10,7	21,4	14,3	17,7	12,3
Muito má, tive de recorrer a dinheiro emprestado/poupanças/ familiares	204	9,9	8,7	8,0	7,6	3,6	16,8	8,2	13,7	14,0
Total	2056	100,0	1175	237	91	28	173	49	124	179

Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

A generalidade dos estagiários (61,6%) descreve a sua situação financeira durante o período de mobilidade Erasmus como razoável, na medida em que permitiu fazer face às despesas. Mas as diferenças entre destinos da mobilidade são, neste aspeto, muito relevantes. As ilhas britânicas e a Escandinávia não chegam aos dois dígitos quando se trata de avaliar como boa a situação financeira durante o período de mobilidade Erasmus. Ao passo que um terço dos que concretizaram a mobilidade nos Balcãs e um quarto dos que a concretizaram na Europa de Leste consideram que a situação financeira durante o período de mobilidade Erasmus foi boa. A Europa de Leste e os Balcãs são os dois únicos grupos de países onde o somatório dos dois níveis mais positivos (boa e muito boa) de avaliação é superior ao somatório dos dois níveis mais negativos (má e muito má) de avaliação. As experiências de mobilidade nas ilhas britânicas (16,8%), Benelux (14%) e Escandinávia (13,7%) são as únicas que atingem dois dígitos no item de avaliação mais negativa, dado registarem-se percentagens significativas dos que consideram que a situação financeira durante o período de mobilidade Erasmus foi muito má, uma vez que tiveram necessidade de recorrer a dinheiro emprestado, a poupanças ou a familiares.

Se a análise combinada destes dados com os referentes às escolhas dos destinos não parecem apontar para uma influência muito forte do custo de vida na tomada de decisão sobre o país de destino (como de resto confirmamos mais à frente), ela mostra também que, apesar disso, as condições efetivas em que a mobilidade é realizada são fortemente afetadas pela conjugação entre montante da bolsa e país de destino. Justificam, por isso, uma avaliação ponderada e complexa dos valores das bolsas, considerando em conjunto critérios que articulem princípios de equidade entre os estudantes, diferenças de custo de vida entre países e tendências na estrutura de despesas que os estudantes efetivamente realizam.

8.1.6. Avaliação da experiência de mobilidade

A par com a avaliação globalmente positiva da experiência de mobilidade para estágio profissional, destaca-se neste capítulo, a forte valorização das componentes pessoais e socioculturais dessa experiência. É uma valorização que contrasta um pouco com as motivações declaradas pelos estagiários como tendo estado na origem da sua decisão de sair em mobilidade, já que nestas últimas se salientam sobretudo aspetos



ESTUDO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA MOBILIDADE PARA ESTÁGIOS

O presente documento resulta do estudo de avaliação dos impactos das ações de mobilidade para estágio realizadas ao abrigo dos programas Erasmus, na sua vertente de mobilidade para estágios, e Leonardo da Vinci, nos públicos-alvo formação profissional inicial e pessoas presentes no mercado de trabalho. Promovido pela Agência Nacional PROALV com o apoio do POAT FSE, foi realizado pelo CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra).

Na atual conjuntura política, económica e social, e num momento de transição entre programas comunitários, as mobilidades para estágio ganham um peso crescente – nacional e europeu –, potenciado pelo lançamento do Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia no domínio da Educação e Formação 2020, que reforça as prioridades da mobilidade e da aprendizagem ao longo da vida como objetivos estratégicos.

Este estudo enquadra-se portanto neste contexto, evidenciando a importância da construção e reforço das estratégias de avaliação para aferição de impactos que esclareçam a relevância atual destas medidas e permitam construir opções sólidas para a gestão dos programas futuros. No atual momento de crise económica e social, promover a mobilidade e a cooperação na Europa para fins de aprendizagem será, porventura, o trunfo mais poderoso para aprender e ensinar, para inovar, para criar valor e futuros empregos, fomentando simultaneamente a dimensão europeia e a responsabilidade social.

AN PROALV

A Agência Nacional para a Gestão do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida é uma estrutura de missão criada para assegurar a gestão do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento da União Europeia enquanto sociedade avançada baseada no conhecimento.

CES

O Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra é um Laboratório Associado do MCE, desde 2002, vocacionado para a investigação e formação avançada nas diversas áreas das ciências sociais e humanas.

POAT/FSE

O Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu é um Programa Operacional que enquadra as ações com características transversais na ótica de intervenção do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional) e na perspetiva do FSE (Fundo Social Europeu), independentemente da sua natureza operacional ou estratégica, apoiando diversos aspetos, nomeadamente através da monitorização da ação do FSE, nos vários planos em que esta atividade tem de ser realizada ao longo do período de programação. Presta apoio, entre outros, a estudos que permitem analisar a contribuição do FSE às atividades associadas à implementação de políticas públicas nacionais de educação, emprego, formação e igualdade.

relacionados com a valorização curricular e a aprendizagem profissional, como vimos atrás.

Tabela 15
Avaliação da experiência de mobilidade em diferentes planos

	Muito negativa	Negativa	Nem positiva nem negativa	Positiva	Muito Positiva	Total
Social e cultural	0,3	0,5	3,7	33,9	61,6	100,0
Pessoal	0,2	0,2	2,3	29,4	67,9	100,0
Formativo/Estágio	0,5	2,0	6,5	37,7	53,3	100,0
Networking	0,9	2,1	19,8	44,9	32,3	100,0

Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

Tabela 16
Importância atribuída a diversos fatores na decisão de fazer mobilidade

	Nada importante	Pouco importante	Nem pouco nem muito importante	Importante	Muito importante
Viver num país estrangeiro	0,6	2,5	6,8	45,9	44,2
Conhecer novas pessoas e culturas	0,1	0,8	1,8	33,5	63,7
Ter novas experiências	0,0	0,3	2,0	26,2	71,4
Ser independente	2,5	6,0	18,4	35,7	37,4
Melhorar conhecimentos linguísticos/ praticar língua estrangeira	0,1	1,2	5,0	30,3	63,4
Oferta curricular alternativa (disciplinas e métodos de trabalho)	0,9	2,1	7,7	31,5	57,8
Aquisição e desenvolvimento de conhecimentos e competências	0,1	0,1	2,5	23,2	74,0
Melhorar currículo	0,1	0,3	4,1	22,7	72,8
Experiência de Trabalho	0,2	0,3	2,9	20,1	76,4
Futuro profissional/novas perspectivas/novos mercados trabalho	0,1	0,4	3,1	19,3	77,1

Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

Na verdade, o equilíbrio entre, de um lado, componentes de aprendizagem e satisfação pessoal e sociocultural e, do outro, componentes de aprendizagem e satisfação profissional é um dos aspetos que mais importa explorar na avaliação do que representa a experiência de mobilidade para os seus beneficiários. Este é um aspeto que varia também em função dos países de destino.

Gráfico 12

Estagiários que avaliaram como “muito satisfatório” o alojamento, a alimentação e a cultura e lazer nos países de realização do estágio (%)



Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

A cultura e lazer são o aspeto da condição de vida enquanto estagiário Erasmus mais valorizado, designadamente entre aqueles que realizaram o seu estágio na Europa de Leste (70,3% avaliaram como muito satisfatório). Segue-se o alojamento, onde se evidenciam os países escandinavos, como sendo os que recolheram mais respostas no nível “muito satisfatório”, e os países bálticos, os que recolheram menos respostas nesse nível de satisfação. Todavia, são os países bálticos os que mais se destacam na avaliação da alimentação (o aspeto da condição de vida que foi o menos satisfatoriamente avaliado dos 3 aqui focados), sendo este o único grupo de países que recolheu mais de metade das respostas (53,6%) no nível “muito satisfatório”.

No que se refere à relação com as organizações de acolhimento, os níveis de satisfação retirados do período de Estágio Profissional Erasmus são, em geral, muito

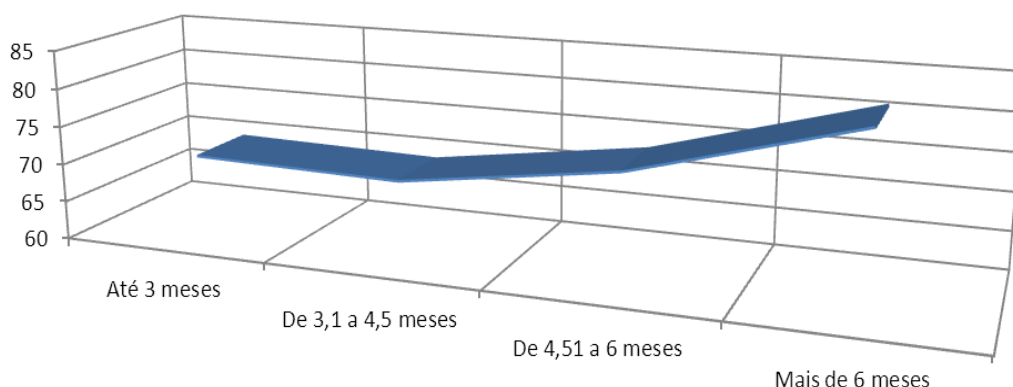
elevados. A percentagem de respostas daqueles para quem o estágio ficou aquém das expectativas ou não satisfez é residual. Para 23,4% o estágio satisfez parcialmente e para cerca de três quartos satisfez totalmente (46,8%) ou superou as expectativas (25,4%).

Ainda assim registam-se níveis de satisfação diferenciados consoante o país de destino. Os beneficiários dos programas de mobilidade que realizaram estágios Erasmus na Europa do Sul, Europa Central, Europa de Leste, países bálticos e Escandinávia, assinalam níveis de satisfação total ou de superação das expectativas na ordem dos 70%. As percentagens de avaliações do mesmo tipo elevam-se a 77,1% dos que realizaram estágios no Benelux e a 86,7 dos que realizaram estágios nas ilhas britânicas. É nos Balcãs (53,5%) que a satisfação total ou superação das expectativas é mais baixa.

Acresce, por outro lado, que o tempo de duração da bolsa é um fator que parece contribuir para o aumento dos níveis de satisfação, sendo o tempo de mobilidade de pelo menos 6 meses crucial para garantir elevados níveis de satisfação (satisfação total ou de superação das expectativas) com a universidade/empresa de acolhimento, em relação às expectativas iniciais, acima dos três quartos.

Gráfico 13

Estagiários que indicaram estar totalmente satisfeitos ou ter visto as suas expectativas superadas em relação à universidade/empresa de acolhimento (em função da duração do período de mobilidade) (%)



Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

Tabela 17
Duração do período de mobilidade por blocos de países

Duração da mobilidade	n	%	Eur Sul	Eui Centra	Eur Leste	Bal-cãs	Ilhas Brit	Bálticos	Escandinav	Bene-lux
Até 3 meses	512	24,9	22,8	16,4	30,8	25,0	17,3	53,1	50,8	28,5
De 3,1 a 4,5 meses	928	45,1	50,3	41,8	49,5	35,7	38,2	40,8	29,8	33,5
De 4,51 a 6 meses	307	14,9	15,5	20,3	11,0	17,9	13,3	6,1	11,3	12,3
Mais de 6 meses	309	15,1	11,4	21,5	8,7	21,4	31,2	0,0	8,1	25,7
Total	2056	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

A maior parte (45,1%) das ações de mobilidade tem uma duração de 3 a 4 meses e meio. Admitindo que a relação causal nos coloca perante a hipótese de que a duração da mobilidade explica o nível de satisfação (sendo menos plausível admitir que os estagiários escolham previamente os tempos de duração da mobilidade em função de uma expectativa de satisfação antecipada), os custos da mobilidade, se medidos em distância geográfica em relação a Portugal, explicam, em grande parte, a duração dos períodos de mobilidade. Os períodos tendem a ser mais curtos à medida que a distância aumenta. Metade das ações de mobilidade realizadas na Escandinávia e nos países bálticos teve uma duração de até 3 meses. Nestes dois blocos de países é muito nítido que a percentagem de ações de mobilidade aí realizadas vai caindo à medida que a duração da mobilidade aumenta. O terceiro bloco de países com uma percentagem mais elevada nas ações de mobilidade mais curtas é a Europa de Leste, com 30,8%.

Porém, a hipótese de que os beneficiários da mobilidade Erasmus para estágios tentem obter períodos de mobilidade de mais longa duração nos países que consideram ser mais relevantes para a sua formação e empregabilidade não é uma hipótese descartável. Ou seja, é plausível admitir que a satisfação retirada da realização do estágio resulte de uma expectativa inicial que acaba por ser confirmada

com a própria realização do estágio, funcionando como uma espécie de profecia auto realizável. Esta hipótese sustenta-se no facto de ser precisamente nos blocos de países de que os estagiários retiram maior nível de satisfação (Benelux, com 77,1%, e Ilhas Britânicas, com 86,7%, nos níveis de satisfação “Satisfação total” ou “Superação das expectativas”) que a percentagem de estadias mais longas é mais elevada (25,7% das ações de mobilidade realizadas no Benelux e 31,2% das ações realizadas nas Ilhas britânicas têm uma duração superior a 6 meses). Menos relevante para determinar a duração da bolsa parece ser o custo financeiro associado à mobilidade. Ainda que se possa admitir a possibilidade que a tendência para que a duração da mobilidade nos países escandinavos seja curta devido à percepção de que aí os custos de vida são elevados, considerando que a mesma percepção se estende às ilhas britânicas e que aí as mobilidades de mais longa duração são praticamente o dobro das mobilidades de mais curta duração, é sensato supor que a antecipação dos custos de vida não determina a duração do período de mobilidade ou que os estagiários não têm antecipadamente uma noção exata dos custos de vida.

Por último, ressalta também uma atitude relativamente otimista face aos benefícios que o estágio Erasmus pode trazer em termos de oportunidades profissionais, que se conjuga com uma razoável abertura, no plano declarado, para a procura de oportunidades fora de Portugal.

Tabela 18
Expetativas sobre efeitos da experiência de mobilidade

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente
A experiência Erasmus terá um impacto positivo na minha carreira profissional	58,0	37,1	4,1	0,4	0,3
A experiência Erasmus ajudar-me-á a encontrar um emprego	18,3	40,4	36,0	4,1	1,2
A experiência Erasmus poderá proporcionar-me oportunidades de trabalho noutro país Europeu	31,8	50,9	15,0	1,5	0,8
Depois da minha experiência Erasmus estou mais predisposto/a a trabalhar noutro país Europeu	54,1	35,6	8,8	1,1	0,4

Fonte: ANPROALV, Relatórios Integrados SMP 2010/11 e 2011/12

Esta aparente disponibilidade para ver no espaço europeu um espaço de oportunidades tanto pode estar diretamente associada a um efeito da experiência de mobilidade, como a um efeito de conjuntura, relacionado com o atual contexto de crise económica e de emprego em Portugal. Este é um aspeto que tem emergido igualmente nas entrevistas que estão a ser realizadas e que será explorado de forma mais detalhada na respetiva análise.

8.2. ANÁLISE DOS RESULTADOS DO INQUÉRITO COMPLEMENTAR (CES)

Como se referiu, optou-se neste estudo pela realização de um inquérito complementar aos estudantes que realizaram mobilidade Erasmus para estágio, tendo em vista complementar a informação disponível no Relatório Integrado de mobilidade, aprofundar algumas linhas analíticas consideradas pertinentes e obter um instrumento que facilitasse a comparação com procedimento semelhante utilizado para a abordagem dos estagiários Leonardo da Vinci.

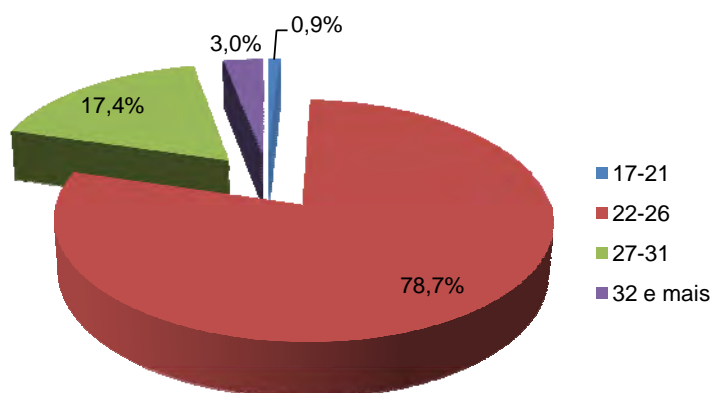
Com base na utilização das bases de dados da ANPROALV relativas aos beneficiários do programa Erasmus para estágios em 2010/11 e 2011/12, os questionários foram realizados online. Obtiveram-se 702 respostas válidas, que constituem a amostra cujos resultados se apresentam aqui. Deve ter-se em atenção, na interpretação dos resultados, que existe uma descoincidência temporal entre este inquérito e os dados dos Relatórios Integrados de mobilidade, analisados na secção anterior. Estes últimos foram respondidos na sequência imediata da mobilidade, enquanto o presente inquérito, realizado em agosto/setembro de 2013, foi respondido por beneficiários do programa Erasmus para estágios que fizeram a sua mobilidade há já algum tempo (entre 1 e 3 anos) e que, por isso, na sua maioria, já terminaram o ciclo de estudos em que essa mobilidade foi realizada. Este era, de resto, um dos objetivos do inquérito: conseguir captar, decorrido algum tempo da experiência de mobilidade para estágio, alguns dos seus impactos sobre as trajetórias e as perceções dos beneficiários.

8.2.1. Caracterização sociodemográfica da amostra

Na amostra do inquérito CES/Erasmus Estágio predominam uma vez mais as respondentes do sexo feminino, que representam 64,3% do total, sendo os respondentes do sexo masculino 35,7%. Do ponto de vista da distribuição etária, que

varia entre os 20 e os 42 anos, a esmagadora maioria dos respondentes situa-se, como seria de esperar, nos escalões entre os 22-26 anos e os 27-31 anos (respetivamente 78,7% e 17,4%), as faixas que, subtraindo os 1 a 3 anos que decorreram desde o momento da mobilidade, correspondem à fase em que frequentavam o Ensino Superior. O forte peso dos respondentes com idade entre os 22 e os 26 anos remete, naturalmente, para o facto de a maioria ter realizado mobilidade para estágio no 1º e 2º ciclos (licenciatura e mestrado).

Gráfico 14
Grupos etários dos inquiridos Erasmus estágios (%)*



* Para assegurar a comparabilidade com os respondentes ao inquérito dirigido a participantes no programa Leonardo da Vinci, que são em média mais jovens, utilizam-se aqui os mesmos grupos etários, embora o respondente mais jovem nesta amostra tenha 20 anos.

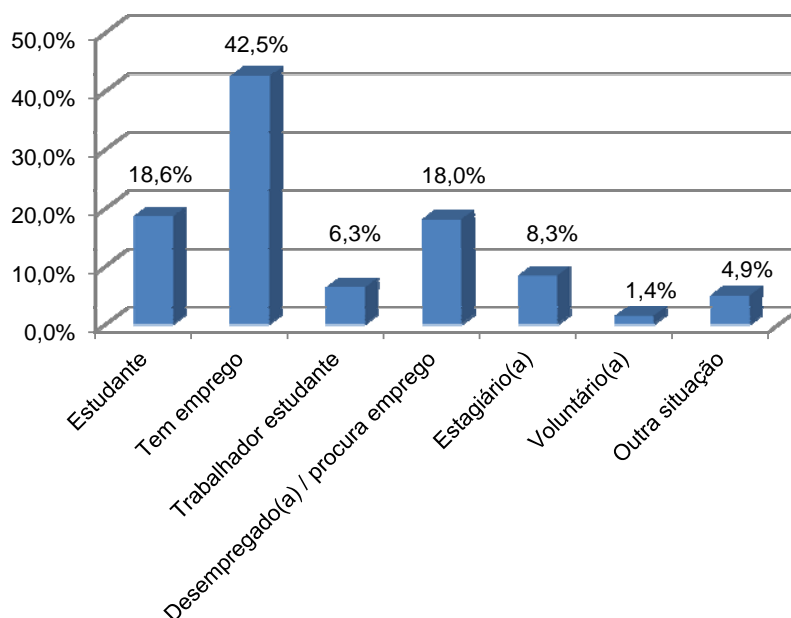
Particularmente interessante nesta amostra é o facto de uma parte significativa dos respondentes (25%) residirem atualmente fora de Portugal. Tendo em conta que, na altura em que realizaram estágio Erasmus todos estudavam em Portugal e que a esmagadora maioria (90,1%) são de nacionalidade portuguesa, este facto revela uma mobilidade geográfica assinalável, causada essencialmente por razões de ordem laboral (dos 172 inquiridos que residem fora de Portugal, 128 declaram trabalhar também fora de Portugal). E, para essa mobilidade, os dados sugerem uma influência considerável do estágio Erasmus.

É certo que a atual conjuntura de crise de emprego no país tem vindo a promover o incremento da emigração, inclusivamente entre os jovens adultos e os mais

qualificados, e, portanto, o efeito de mobilidade geográfica aqui observado deve ser associado a essa tendência. Mas as respostas ao inquérito revelam igualmente a influência do estágio Erasmus nas trajetórias de migração dos inquiridos. Com efeito, de entre os respondentes que declaram residir atualmente fora de Portugal, 61,5% dizem que a escolha do país onde residem foi influenciada pelo estágio que realizaram. Na maioria desses casos (57,7%), essa influência traduziu-se na escolha do país onde haviam realizado o estágio. Nos restantes casos, os respondentes declaram ora que o estágio lhes permitiu o contacto com oportunidades de vida noutros países (22,7%), ora que os motivou para ir viver e trabalhar no estrangeiro (19,6%).

Do ponto de vista da atual ocupação, quase metade (48,8%) declara-se como trabalhador (sendo que uma parte na condição de trabalhador-estudante). A proporção de inquiridos que afirmam ser ainda estudantes (incluindo uma vez mais os que se declaram trabalhadores-estudantes) ronda os 25% do total. É elevado o número de inquiridos que dizem estar desempregados ou à procura de 1º emprego (18%).

Gráfico 15
Ocupação atual dos inquiridos Erasmus estágios (%)



Entre os inquiridos que exercem atividade económica, a grande maioria (91,2%) fá-lo na condição de trabalhador por conta de outrem, representando os trabalhadores independentes 7,2%, os patrões 0,5% e os trabalhadores em negócio de família 1,1%. No que se refere aos setores, há um claro predomínio dos serviços médicos e sociais e de outros serviços (respetivamente 35,9% e 31,1%), em consonância com o que havíamos constatado na secção anterior relativamente às principais áreas de formação dos estagiários (Saúde e Bem Estar predominava claramente). De entre os restantes setores, com muito menor expressão destacam-se a hotelaria e turismo (7,6%), o comércio (6,6%), a produção industrial (6,1%) e a educação e formação (5,3%).

Quanto ao local onde é exercida essa atividade económica, merece destaque o facto de cerca de um terço daqueles que trabalham o fazerem fora do país: 15% no país onde fizeram estágio Erasmus e 17,5% noutro país estrangeiro. Estes dados vão ao encontro do que acima se afirmou sobre as trajetórias de mobilidade internacional de uma parte da amostra e dos efeitos que nessas trajetórias teve a mobilidade Erasmus para estágio.

No que se refere à escolaridade, 83,6% declaram ter completado licenciatura, enquanto 5,7% se encontram ainda a frequentar este nível de ensino; 44,2% completaram mestrado, enquanto 13,1% o estão a frequentar; e 0,3% completaram doutoramento, enquanto 21,4% declaram estar a frequentá-lo atualmente.¹³

Finalmente, no plano demográfico, importa olhar para alguns traços sociográficos dos pais dos inquiridos, que são importantes para, em complemento aos aspetos já analisados na secção anterior, enquadrar os diferentes contextos por referência aos quais se processa a mobilidade.

¹³ É observável uma descoincidência entre o que é declarado pelos inquiridos nesta pergunta e as respostas dadas à pergunta sobre a ocupação atual. O número de inquiridos que nesta pergunta declaram estar a estudar é superior ao daqueles que na pergunta sobre a ocupação atual se identificam como estudantes. Isto deve-se ao facto de nesta última pergunta, alguns inquiridos que estudam e trabalham ao mesmo tempo, não se reconhecerem como trabalhadores-estudantes, por não usufruírem formalmente desse estatuto e, assim, se identificarem apenas como trabalhadores. Note-se também que o somatório daqueles que declaram ter completado licenciatura, mestrado e doutoramento ultrapassa largamente os 100%, uma vez que existem muitos casos cumulativos, isto é, de inquiridos que já completaram dois ou mesmo os três graus de ensino superior.

Tal como acontece com os inquiridos, também a maioria dos seus pais são de origem portuguesa: apenas 9,5% dos pais e 11% das mães nasceram fora de Portugal. Mais relevante que isto, no entanto, é o facto de uma parcela importante dos progenitores ter vivido durante algum tempo (pelo menos 3 anos) no estrangeiro. Isso aconteceu com 28,4% dos pais e 21,5% das mães o que, conjugado com os dados anteriores, significa que uma parte dos inquiridos tinha já na família algum historial de migração internacional. É também relevante constatar que o domínio de línguas estrangeiras no contexto familiar é um facto evidenciado por um pouco mais de metade dos inquiridos: em 54,7% dos casos o pai fala pelo menos uma língua estrangeira e em 51,9% dos casos também a mãe o faz. Essa familiaridade ajuda a explicar que, para uma boa parte dos estagiários Erasmus, apesar do fraco recurso a cursos de línguas no momento da mobilidade, a questão da língua não surja nas suas avaliações como um obstáculo ou uma dificuldade com forte importância.

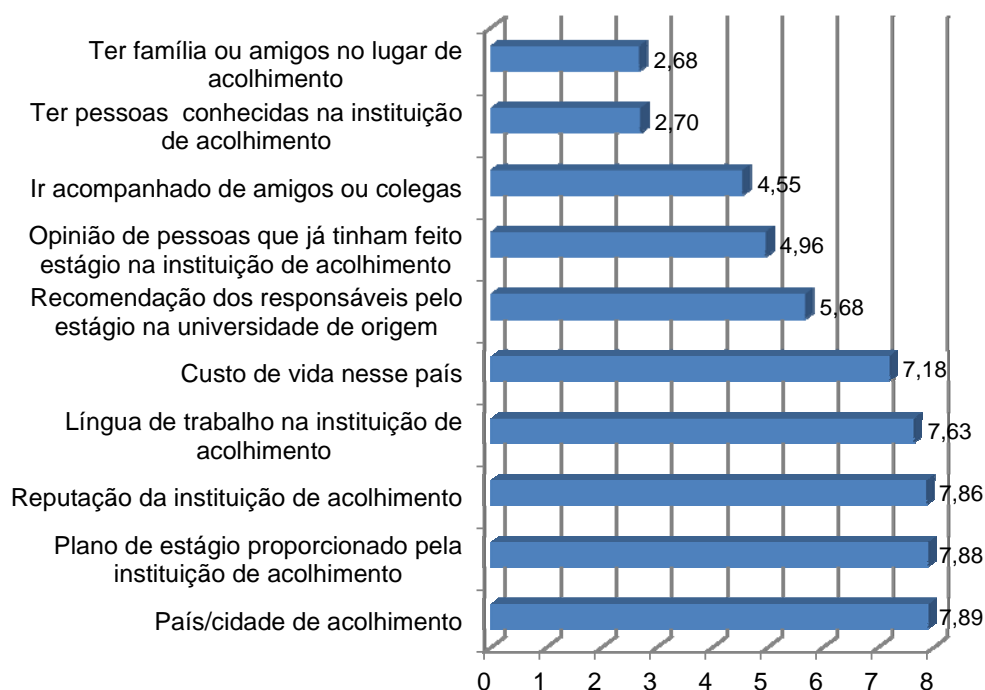
8.2.2. Pré-estágio

Para complementar a análise dos relatórios integrados de mobilidade no que diz respeito aos aspetos que pesaram na escolha dos lugares e das instituições de acolhimento do estágio, o inquérito CES aos estudantes que realizaram mobilidade Erasmus para estágio incluiu uma nova bateria de itens que testam a motivação subjacente à escolha do lugar e da instituição de estágios, avaliados pelos respondentes numa escala de importância de 1 a 10 (em que 1 corresponde a nada importante e 10 a muito importante). A análise dos valores médios das respostas a esses itens permite algumas constatações adicionais às que haviam sido feitas na secção anterior.

Como se pode verificar pelo gráfico, destacam-se, entre os fatores mais valorizados na escolha, dois que estão associados ao que atrás se designou como valorização curricular e que constituía o principal fator motivacional: o plano de estágio proporcionado pela instituição de acolhimento e a reputação dessa instituição. A par dessa forte valorização da instituição de acolhimento e das mais valias que ela pode somar ao currículo individual, surgem três fatores adicionais, que remetem para as condições socioculturais e socioeconómicas locais: por ordem de importância, a cidade e o país de destino, a língua falada na instituição de acolhimento e o custo de vida local.

Gráfico 16

**Importância de diversos fatores na escolha do lugar e instituição de acolhimento
(pontuação média numa escala de 1 a 10)**



Menos relevantes são considerados os aspetos relacionados com dimensões pessoais e afetivas, como conhecer pessoas no país ou na instituição de acolhimento ou ir acompanhado por amigos ou colegas. Não obstante, cerca de metade dos inquiridos (51,8%) afirma ter estado acompanhado, durante o estágio, por outros estagiários provenientes da sua universidade de origem. Mas é verdade também que, entre estes, é baixo o número (25%) daqueles que afirmam que isso foi uma condição importante para a sua decisão de sair em mobilidade.

A recomendação dos responsáveis da universidade de origem, apesar de merecer uma pontuação positiva, aparece nesta hierarquia também pouco valorizada, em aparente contraste com a forte influência que lhe reconhecemos na análise apresentada na secção anterior. É de admitir que esta diferença se prende com a distância temporal ao processo de candidatura a mobilidade e, portanto, também com algum distanciamento relativamente à universidade de origem. Na perceção dos inquiridos, depois de decorrido mais tempo sobre a experiência de mobilidade, pesarão agora mais, na reconstituição das suas motivações iniciais, aspetos mais

relacionados com a própria experiência no exterior e com a reavaliação que foram fazendo em função dos seus trajetos de vida posteriores.

Quando questionados sobre se foram para o país e para a entidade que mais queria ir realizar o estágio, a maioria dos respondentes referem que sim: 76% declaram que foram para o país que mais queriam e 83% indicam que foram para a instituição que mais queriam.

As principais razões referidas pelos inquiridos que declaram não ter podido optar pelo local ou instituições da sua preferência apontam para: condicionalismos administrativos associados à universidade de origem (ofertas disponíveis, ausência de acordos com instituições ou países desejados, falta de meios ou tempo para procurar instituições mais adequadas, critérios de hierarquização dos candidatos para escolha dos lugares disponíveis); indisponibilidade de algumas instituições contactadas para receberem estagiários; custo de vida elevado nos países pretendidos.

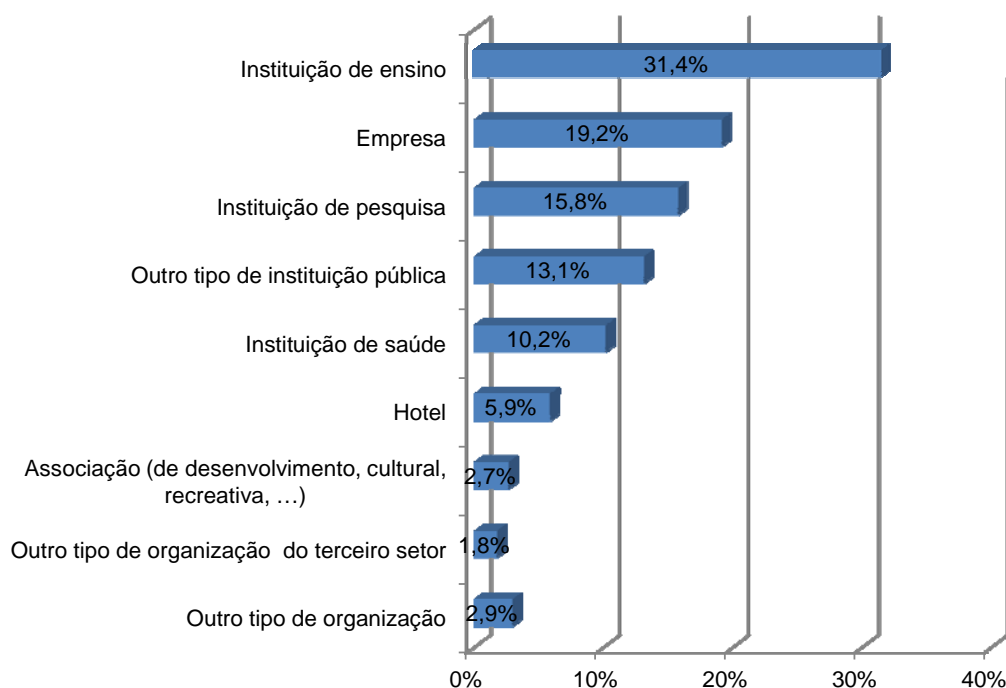
O inquérito permite igualmente analisar em detalhe o tipo de organizações de acolhimento dos estágios.

Como se pode verificar, é muito elevado o peso das instituições de ensino e de investigação, que, juntas, totalizam 47,2% do total. Este dado sugere não apenas o peso que as instituições congéneres têm na rede de contactos mobilizáveis pelas instituições de ensino superior para efeitos de estágios, mas também que uma parte das mobilidades Erasmus para estágio são utilizadas para proporcionar aos estudantes períodos de trabalho de pesquisa em unidades de investigação e ensino superior que, quando se trata de estudantes de 2º e 3º ciclo, estão com frequência associados à preparação das respetivas dissertações e teses.

Em paralelo, destaca-se o muito forte peso de instituições públicas, revelando uma ainda insuficiente capacidade de mobilização e cooperação com empresas do setor privado.

Finalmente, merecem destaque dois tipos de instituições particulares: as instituições de saúde (hospitais, clínicas, centros de saúde, cujo valor pode estar subestimado, por ser possível que alguns respondentes as tenham classificado em instituições públicas) e os hotéis, que se destacam entre as empresas privadas. No primeiro caso, a expressão forte das instituições de saúde reflete o peso da área de formação “Saúde e Bem Estar” que, como havíamos já constatado, é muito elevado entre o contingente de beneficiários Erasmus em estudo.

Gráfico 17
Tipo de instituições de acolhimento dos estágios (%)



Um outro aspeto relevante na análise da fase de decisão e preparação da mobilidade prende-se com a situação específica dos trabalhadores-estudantes. Considerando as dificuldades particulares de compatibilização entre trabalho e saída do país para estágio que essa condição coloca, limitando eventualmente a disponibilidade dos trabalhadores-estudantes para se envolverem em processos de mobilidade, o inquérito procurou avaliar que estratégias seguiram para lidar com essa questão. Os resultados mostram que, entre os que decidiram fazer mobilidade, a maioria conseguiu não cortar vínculo com o emprego que mantinha no momento anterior à saída. Com efeito, dos 105 estudantes que trabalhavam nessa altura, 50% declararam ter interrompido o trabalho durante o período de mobilidade, 14% declararam ter mantido o trabalho e 36% declararam ter abandonado definitivamente o trabalho.

Estamos assim perante um elevado número de casos em que os trabalhadores-estudantes conseguiram negociar a sua saída para estágio sem pôr em causa o emprego. Naturalmente, esta constatação não pode ser generalizada e uma avaliação mais consistente das condições em que se pode promover uma maior participação deste tipo de estudantes em processos de mobilidade para estágio exigiria informação

sobre todos aqueles que, desejando fazê-lo, não se candidataram sequer, por não encontrarem maneira de compatibilizar emprego e saída para estágio.

8.2.3. Estágio

Para além das dimensões já analisadas na seção anterior, exploraram-se no inquérito CES outras dimensões relevantes da experiência de estágio e de estadia numa cidade e num país estrangeiro.

Uma dessas dimensões remete para a avaliação do grau de experimentação e conhecimento de outras realidades socioculturais durante o período de estágio, seja a do lugar de destino, sejam outras no espaço europeu mais próximo.

Para a larga maioria dos inquiridos, o tempo de mobilidade foi também aproveitado para conhecer melhor o país de destino. Como se pode observar no gráfico abaixo, apenas uma pequena parte dos respondentes (13,6%) afirma não ter viajado para outros lugares, fora da cidade onde estava a estagiar. Entre estes, as principais razões apontadas para isso são a escassez de tempo (48,8% dos casos) e dificuldades financeiras (41,9%).

Gráfico 18

Durante o período de mobilidade, viajou para outros lugares dentro do país para o conhecer melhor? (%)

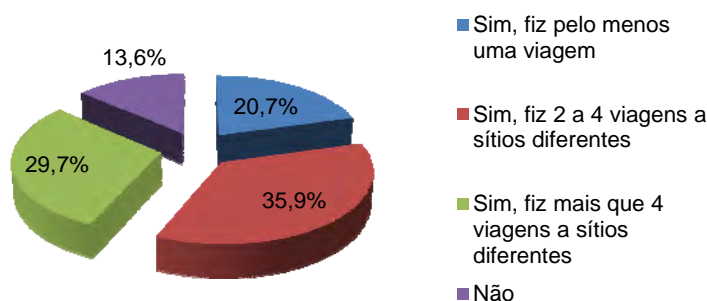
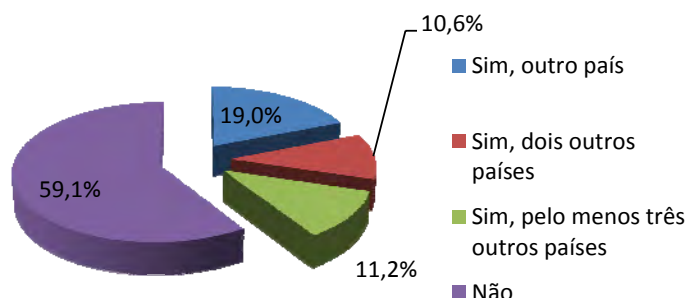


Gráfico 19**Durante o período de mobilidade, aproveitou para conhecer outros países? (%)**

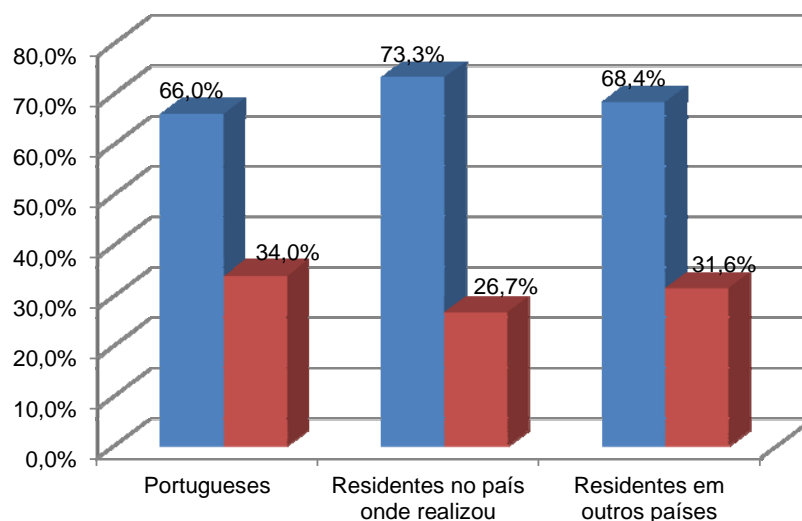
Se, como os dados mostram, o contributo da mobilidade para o melhor conhecimento do país de acolhimento foi muito relevante, a saída para estágio foi igualmente, embora com menor expressão, uma oportunidade para conhecer outros países e, portanto, para alargar os horizontes geoculturais de uma boa parte dos inquiridos. 40,9% declaram ter aproveitado para conhecer pelo menos mais um país. Neste caso, entre os que não aproveitaram essa oportunidade, o custo com a viagem para outro(s) país(es) aparece como a razão mais invocada (50,1% dos casos), seguindo agora a escassez de tempo deixado livre pelo estágio (37,7%).

Para além do conhecimento de novas realidades socioculturais, procurou-se também compreender em que medida o período de mobilidade serviu para construir novas amizades e relações sociais, e, assim, alargar o campo relacional dos inquiridos.

Os resultados mostram que, efetivamente, a mobilidade contribuiu para alargar esse campo relacional, através da constituição de novas amizades e conhecimentos: 96% declaram ter feito novos amigos residentes no país de acolhimento, 79% novos amigos residentes em outros países e 64% novos amigos portugueses. Mais importante que esta constatação, são dois factos conjugados: que, numa larga maioria dos casos, os inquiridos mantêm atualmente contactos regulares com esses novos amigos; e que as novas amizades se fizeram principalmente com nativos de outros países, em particular dos países de acolhimento do estágio. Isto reforça não apenas o impacto da mobilidade no alargamento das redes sociais dos beneficiários do Erasmus, mas indicia também uma boa integração nos locais de acolhimento, como havíamos constatado atrás.

Gráfico 20

Mantém contactos regulares com os novos amigos feitos durante o período de estágio? (%)



O alojamento é outra das questões a merecer atenção, já que se trata de um aspeto logístico de enorme importância para a preparação da mobilidade e o seu sucesso. Apesar do fraco grau de autonomia dos estudantes em mobilidade que, na secção anterior, constatámos no plano das escolhas dos lugares de destino, na procura de alojamento a iniciativa e a autonomia individuais revelam-se maiores. Na maioria das situações, o alojamento foi encontrado por meios próprios. Em 56,9% dos casos, os inquiridos encontraram alojamento sozinhos ou com apoio de familiares e amigos. Nos restantes casos, destaca-se o apoio prestado pela instituição de acolhimento (34,7%). Uma vez mais, o apoio da universidade de origem revela-se mais fraco, tendo sido indicado como relevante na questão do alojamento por apenas 8,3% dos inquiridos. É um dado que contrasta com as experiências dos estudantes em mobilidade Leonardo da Vinci, para os quais, como veremos mais à frente, o apoio prestado pelas instituições de origem e de acolhimento é muito mais relevante.

8.2.4. Perceção e avaliação do estágio

Para aprofundar o conhecimento sobre a perceção e a avaliação que os inquiridos fazem da sua experiência de mobilidade Erasmus para estágio, construi-se uma ampla bateria de indicadores que testam o impacto atribuído à mobilidade em diferentes

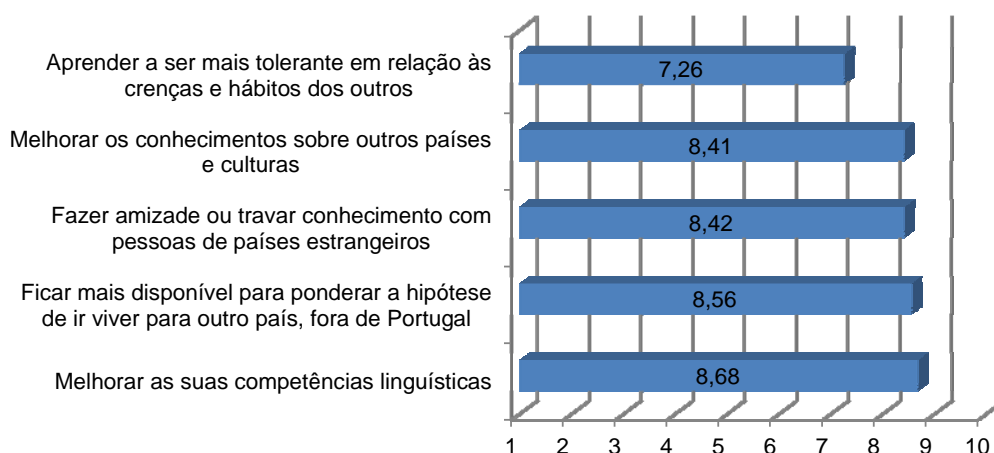
planos da sua vida: o plano das aprendizagens e aquisições socioculturais; o plano das competências formativas e profissionais; e finalmente o plano das competências e capacidades pessoais. Para esse efeito, os vários indicadores foram sujeitos a uma escala de 1 a 10, em que 1 significa que a mobilidade não contribuiu nada para o aspeto referido no indicador e 10 que contribuiu muito.

Olhando globalmente para os resultados, confirma-se uma avaliação genericamente muito positiva do contributo da mobilidade para estágio em todos os planos (as pontuações médias atribuídas aos vários indicadores variam entre 7,26 e 8,90). Apesar disto, o plano do contributo para as competências formativas e profissionais é ligeiramente mais valorizado que os restantes.

No plano das aprendizagens socioculturais, destacam-se dois aspetos: a melhoria das competências linguísticas e a disponibilidade para colocar a hipótese de viver fora do país. Considerados globalmente, os vários indicadores apontam para uma experiência de mobilidade muito propiciadora de uma relação de abertura e de segurança na relação com outras culturas, outras realidades nacionais, outras comunidades e pessoas.

Gráfico 21

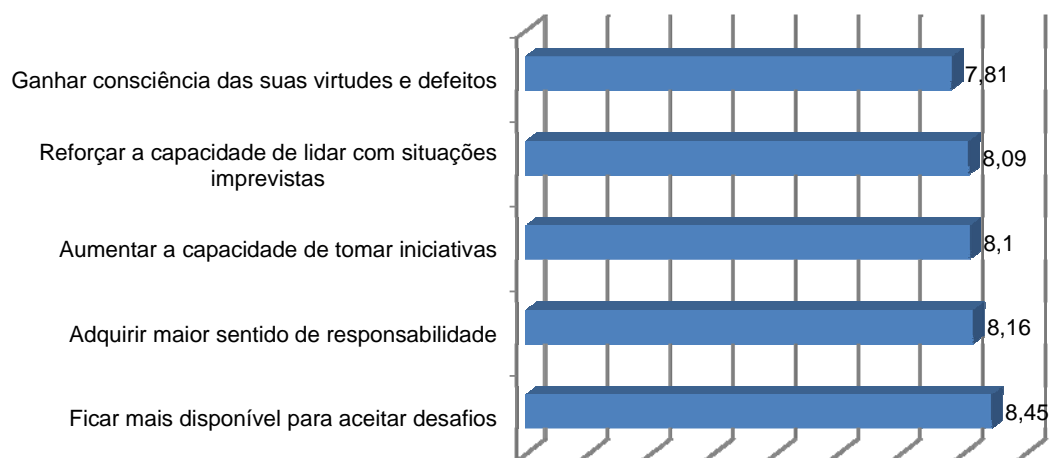
Avaliação do contributo da mobilidade no plano sociocultural (pontuações médias numa escala de 1 a 10)



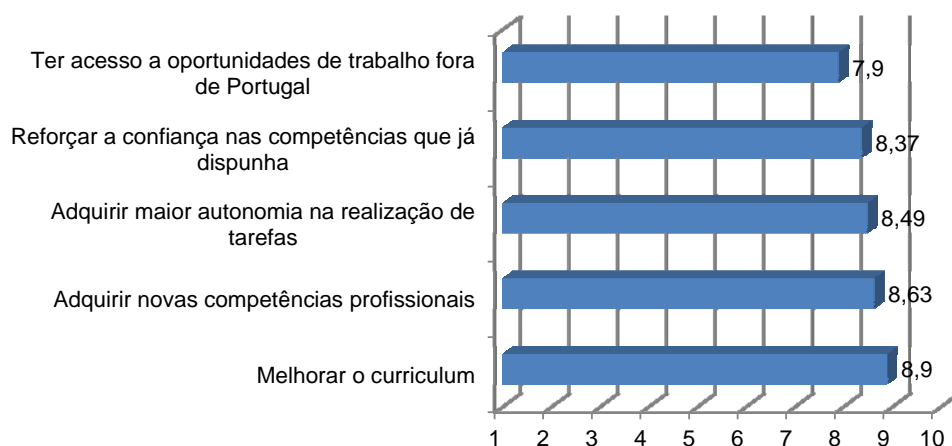
No plano das competências e capacidades pessoais, sob um pano de fundo geral que valoriza fortemente o contributo da mobilidade para o reforço da autonomia individual e do amadurecimento pessoal, ressalta a importância atribuída à capacidade de responder a novos desafios. É um aspeto também muito salientado nas entrevistas realizadas, que insistem fortemente no modo como a experiência de estágio no estrangeiro concorreu para ganhar confiança na capacidade própria de enfrentar os desafios da vida, em geral, e da vida profissional, em particular.

Gráfico 22

Avaliação do contributo da mobilidade no plano pessoal (pontuações médias numa escala de 1 a 10)



Finalmente, no plano formativo e profissional, aquele em que a valorização global do estágio é mais elevada, salienta-se a convicção de que a experiência foi importante para melhorar o currículo e, assim, ganhar mais trunfos no mercado de trabalho, aspeto que as entrevistas também reforçam. É de notar que, apesar de positivamente valorizado. O indicador sobre o contributo da mobilidade para o acesso a oportunidades de trabalho fora de Portugal regista uma pontuação média (7,9) inferior à registada pelo indicador referente à disponibilidade para ir viver para fora de Portugal (8,56). Isto sugere que apesar de algum voluntarismo e abertura para a emigração, os inquiridos revelam algum receio face às reais perspetivas de o fazerem com sucesso.

Gráfico 23**Avaliação do contributo da mobilidade no plano formativo e profissional
(pontuações médias numa escala de 1 a 10)**

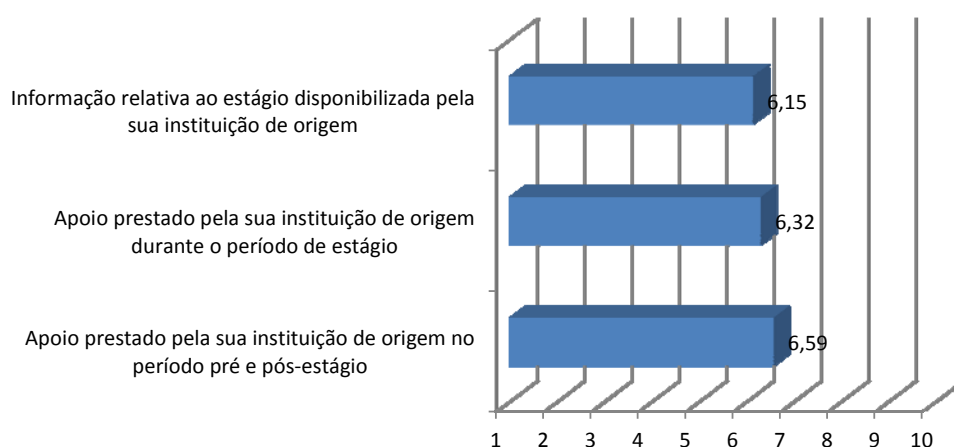
Numa outra ótica, o inquérito procurou igualmente captar, em contexto pós-estágio e já com alguma distância temporal à experiência, o modo como os inquiridos avaliam uma série muito ampla de aspetos relacionados com a organização da mobilidade e as questões práticas de que esta se reveste. Desta vez, os indicadores construídos foram sujeitos a uma escala de avaliação de 1 a 10, em que 1 significa muito insatisfeito e 10 muito satisfeito. Também aqui diferenciámos três planos distintos: os que remetem para a ação da instituição de origem; os que remetem para a instituição de acolhimento; e os que remetem para as condições de vida locais.

Uma vez mais registam-se graus de satisfação globalmente positivos. Mas encontra-se aqui uma maior dispersão das avaliações, que variam entre uma pontuação mínima de 6,15 e uma pontuação máxima de 8,65. Considerando os diversos planos conjuntamente, é claramente menor o grau de satisfação com a ação da instituição de origem, confirmando de novo constatações já feitas anteriormente. Ao contrário, são as instituições de acolhimento que suscitam graus mais elevados de satisfação. Para além dos aspetos objetivos, relacionados com a ação efetiva e as condições proporcionadas por cada um desses dois tipos de instituições, é de admitir que o grau mais elevado de satisfação com as instituições de acolhimento, que temos constatado sistematicamente, se deva igualmente a uma projeção da satisfação mais global com a saída do país e o confronto com realidades distintas das quotidianas.

Na avaliação das instituições de origem, a par com graus de satisfação relativamente baixos, como se referiu, merece destaque um aspeto para o qual se chamou já a atenção: a fraca satisfação com a informação disponibilizada sobre a mobilidade para estágios. Este parece ser um aspeto particularmente importante, porquanto a dificuldade de acesso à informação pode ser, em diferentes planos, como temos vindo a salientar, condicionadora da disponibilidade e do empenho dos estudantes para se envolverem numa ação de mobilidade. As entrevistas realizadas mostram que as experiências e as perceções são muito diversas a este nível, variando em função das instituições em causa. Mas, genericamente, constata-se a necessidade generalizada de melhorar políticas e procedimentos neste domínio.

Gráfico 24

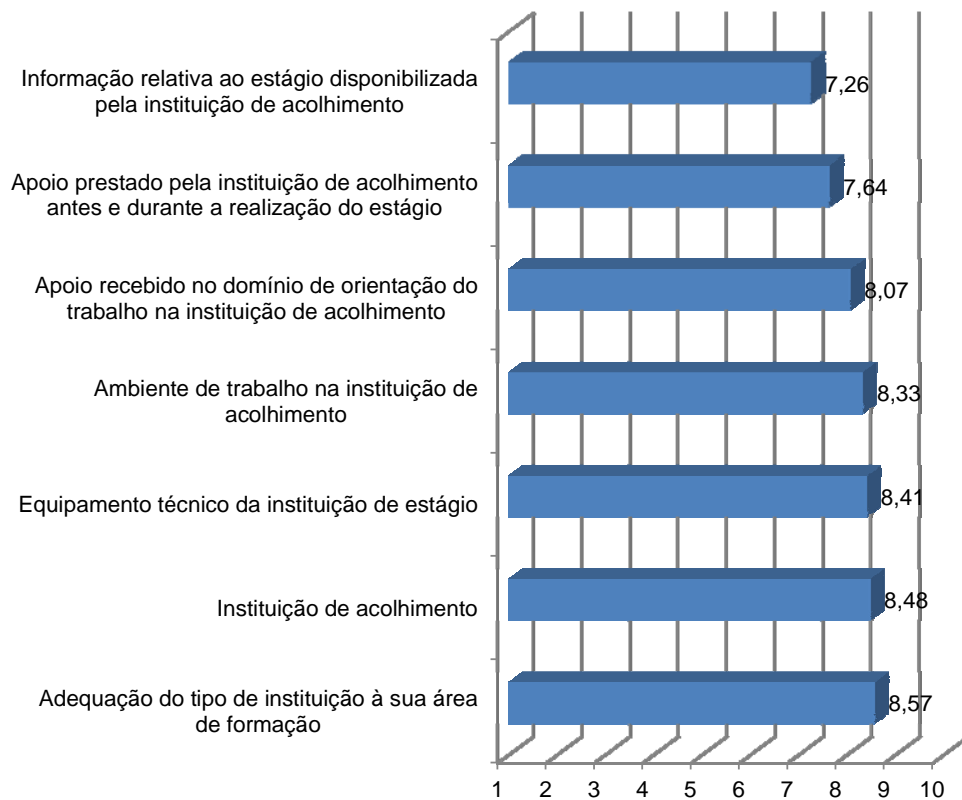
**Grau de satisfação com mobilidade, em relação à instituição de origem
(pontuações médias numa escala de 1 a 10)**



No que se refere às instituições de acolhimento, a satisfação demonstrada pelos inquiridos é alta em todos os domínios e revela uma integração muito positiva e uma valorização muito forte da experiência concreta de estágio, somando bom ambiente de trabalho, adequação da instituição à área de formação, condições favoráveis de trabalho, nomeadamente do ponto de vista técnico, e uma boa imagem global da instituição.

Gráfico 25

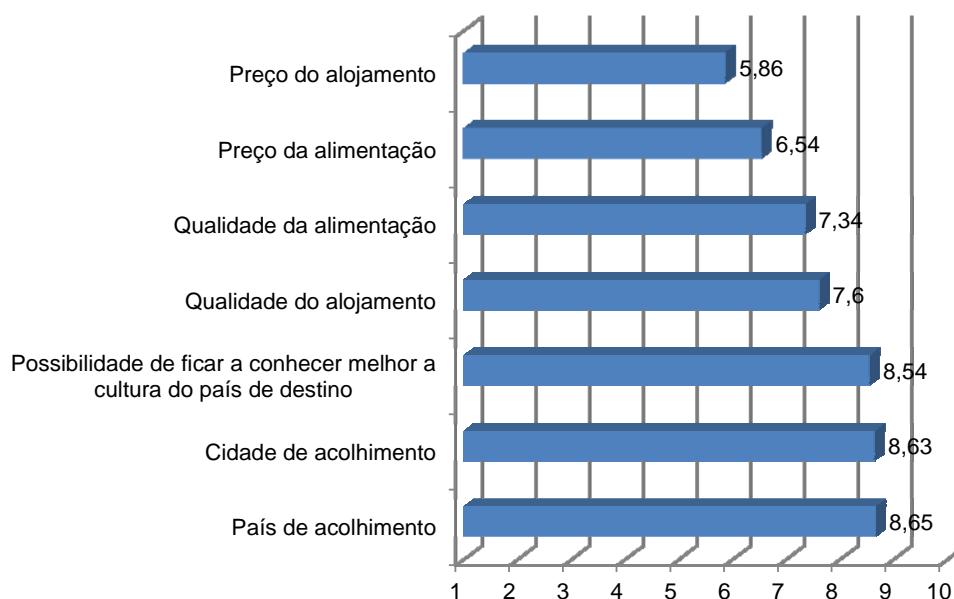
**Grau de satisfação com mobilidade, em relação à instituição de acolhimento
(pontuações médias numa escala de 1 a 10)**



Finalmente, as condições de vida locais suscitam apreciações mais heterogêneas. Como se pode verificar no gráfico, os graus mais elevados de satisfação reportam-se à dimensão do contacto, da aprendizagem e da integração sociocultural. Menos positiva é a avaliação dos fatores que remetem para o custo de vida

Gráfico 26

**Grau de satisfação com mobilidade, em relação às condições de vida locais
(pontuações médias numa escala de 1 a 10)**



8.2.5. Trajeto e perspectivas pós-estágio

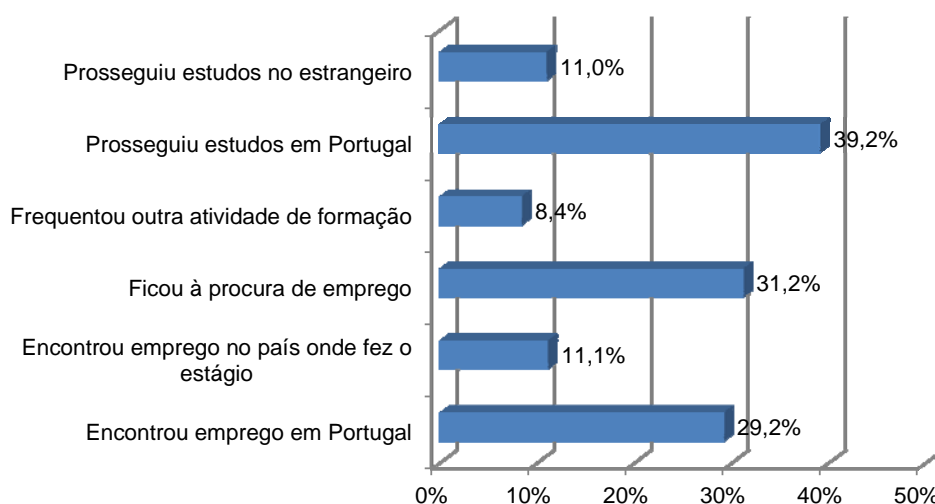
Vimos na seção anterior que os estagiários Erasmus, no momento do final da sua mobilidade, revelavam uma expectativa muito positiva e otimista acerca dos impactos do estágio no seu desenvolvimento profissional. Passado o tempo entretanto decorrido, que trajetos seguiram e que percepções têm os inquiridos da amostra de 2013 sobre esses impactos?

O gráfico abaixo apresenta os resultados das respostas à pergunta relativa à sua situação após a conclusão da mobilidade. Como seria de esperar, uma grande parcela (49,2%) prosseguiu os seus estudos. É de admitir que parte destes respondentes terá continuado no curso que estava a frequentar no momento da mobilidade (já que muitos a fizeram antes do ano de conclusão) e outra tenha prosseguido estudos num ciclo subsequente (pós-graduação, mestrado ou doutoramento). É assinalável, no entanto, a percentagem dos que integraram o mercado de trabalho (39,3%), tendo 31,2% ficado à procura de emprego e 8,4% procurado um novo programa de formação. Particularmente relevante é o facto de, nessa fase, uma parte importante

dos respondentes (22,1%) ter optado por uma solução de estudos ou de trabalho no estrangeiro e, neste último caso (11,1% dos inquiridos), no país onde realizaram estágio.

Gráfico 27

Situação dos inquiridos após conclusão da mobilidade Erasmus para estágio (%)



Confrontando essa situação no momento após a mobilidade com a situação em que declaram encontrar-se atualmente (e que sintetizamos atrás), devem destacar-se quatro alterações, considerando globalmente a amostra: 1) acentuou-se ligeiramente a tendência de saída para o estrangeiro, o que indicia um movimento emigratório com alguma expressão (recorde-se que 25% dos respondentes residem atualmente fora de Portugal); 2) diminuiu muito o número de estudantes (atualmente são 177, incluindo trabalhadores-estudantes, contra os 352 que declaram ter continuado a estudar imediatamente após o estágio); 3) aumentou muito o número de respondentes que entraram no mercado de trabalho (atualmente são 341 os que trabalham, incluindo uma vez mais trabalhadores-estudantes, contra os 283 que declararam ter encontrado emprego logo após a conclusão da mobilidade; apesar de o número de desempregados atualmente ser inferior ao daqueles que após o estágio procuravam emprego (respetivamente, 126 e 219), a proporção de desempregados no presente é elevada (18% das respostas válidas á pergunta sobre a ocupação atual).

Tendo em conta estas trajetórias, que avaliação fazem atualmente os inquiridos acerca do impacto do estágio Erasmus nas suas carreiras profissionais?

Tabela 19

Avaliação do impacto do estágio Erasmus nas carreiras profissionais (%)

A instituição que me acolheu ofereceu-me uma oportunidade para continuar a trabalhar lá	18,6%
O que aprendi no estágio permitiu-me encontrar uma ocupação profissional	12,3%
O estágio permitiu-me perceber melhor o que quero fazer no futuro, mas não foi decisivo para encontrar o próximo emprego	53,5%
Aprendi novas competências e adquiri experiência, mas não considero que isso seja importante para o meu trabalho futuro	13,9%
Não aprendi nada de novo ou útil para a minha futura carreira ou ocupação profissional	1,7%
Total (N)	692

Como vemos na tabela, a avaliação que esta amostra faz dos impactos do estágio sobre as carreiras profissionais refreia um pouco o elevado otimismo revelado pelos estudantes no final do estágio. Mas a avaliação continua a ser muito positiva. 30,9% declaram que a experiência de estágio foi decisiva para encontrar emprego. A 18,6% dos respondentes essa experiência proporcionou mesmo a oportunidade de ficar a trabalhar na instituição de acolhimento. Apenas 15,6% dos respondentes declara que a experiência de estágio não contribui diretamente para a sua carreira ou as suas perspetivas profissionais.

Finalmente, os resultados confirmam também a disponibilidade, já antes constatada, para desenvolver carreiras profissionais fora de Portugal. Apenas 2% dos inquiridos não consideram a possibilidade de trabalhar fora do país, enquanto 27,9% revela preferência pelo estrangeiro e 30,2% mostra-se aberto a todas as possibilidades. Tal como havíamos referido atrás, a disponibilidade aqui revelada para procurar oportunidades de carreira profissional no exterior de Portugal não é certamente alheia à atual conjuntura de crise e contração do emprego no país. Mas, vista em conjunto com os dados apresentados atrás, não deixa também de revelar um impacto da mobilidade Erasmus sobre a abertura dos inquiridos aos mercados de trabalho internacionais.

Tabela 20
Orientação geográfica dos projetos profissionais dos respondentes (%)

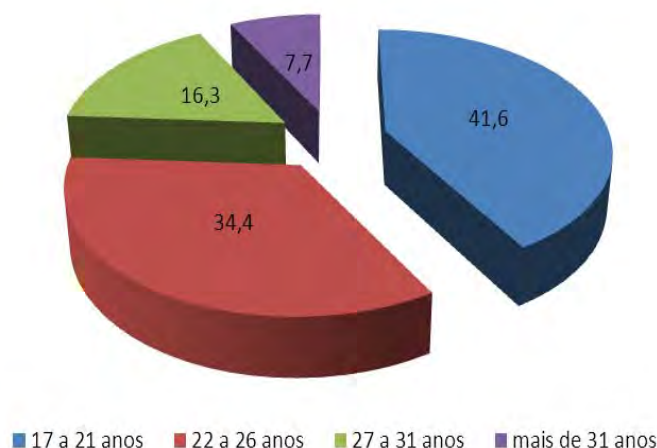
Trabalhar em Portugal, não colocando sequer a possibilidade de trabalhar noutro país	1,9%
Trabalhar em Portugal e só pensar em trabalhar noutro país se tiver de ser	40,0%
Trabalhar noutro país e só trabalhar em Portugal se tiver de ser	21,1%
Só equaciono trabalhar noutro país	6,8%
O país não é relevante para desempenhar a atividade profissional que desejo exercer	30,2%
Total (N)	693

9. AS EXPERIÊNCIAS DOS ESTAGIÁRIOS LEONARDO DA VINCI

9.1. Caracterização sociodemográfica da amostra

De acordo com os dados do inquérito aplicado aos participantes do programa de mobilidade Leonardo da Vinci, nas modalidades FPI e PMT, os respondentes são maioritariamente jovens e do sexo feminino (53,6% de inquiridos do sexo feminino, contra 46,4% do sexo masculino).

Gráfico 28
Grupos etários dos participantes no programa Leonardo da Vinci (%)



Como seria de esperar, a maior parte dos inquiridos têm idades entre os 17 e os 26 anos, representando 76% do total dos respondentes (41,6% dos 17 aos 21 anos e 34,4% dos 22 aos 26 anos, respetivamente). Contudo, e como podemos constatar no Gráfico 28, importa também destacar a existência de 7,8% dos respondentes com idade igual ou superior a 31 anos.

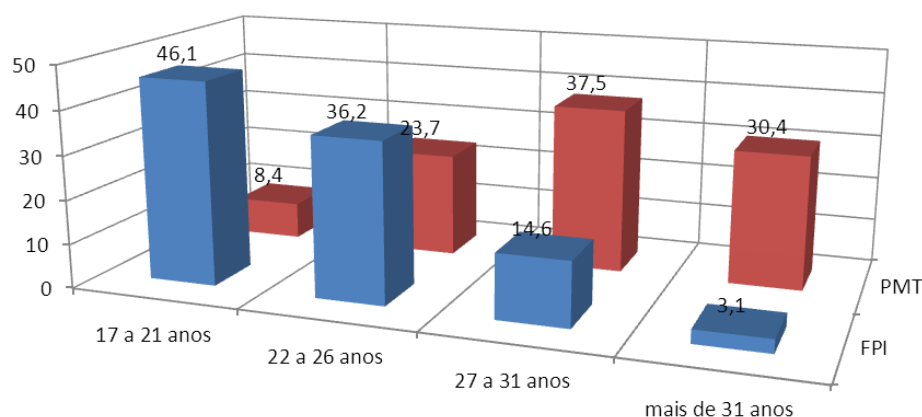
A existência, aqui, de participantes com idades mais díspares do que no programa Erasmus modalidade estágios, vai também de encontro à natureza deste programa de mobilidade, que abarca formandos envolvidos em formação profissional inicial, na ação Formação Profissional Inicial (FPI), mas também indivíduos que estejam no

mercado de trabalho, no caso da ação para Pessoas presentes no Mercado de Trabalho (PMT).

Como seria de esperar, regista-se uma diferença muito nítida, em termos etários, entre os contingentes FPI e PMT, sendo estes últimos mais velhos. Embora 37,5% da amostra não saiba se beneficiou do Programa Leonardo da Vinci na modalidade FPI ou PMT, integrando cerca de metade (50,7%) a modalidade FPI e 11,8% a modalidade PMT, a idade média dos beneficiários FPI é de 23,2 anos, ao passo que a idade média dos integrantes PMT é de 30,6 anos. Como se pode constatar no Gráfico 29, o grupo etário modal dos estagiários Leonardo da Vinci na modalidade FPI é o grupo dos 17 aos 21 anos, ao passo que na modalidade PMT é o grupo etário dos 27 aos 31 anos. É muito nítido que os FPI se concentram nos dois grupos etários mais baixos e os PMT nos dois grupos etários mais altos.

Gráfico 29

Grupos etários dos participantes no programa Leonardo da Vinci (%)

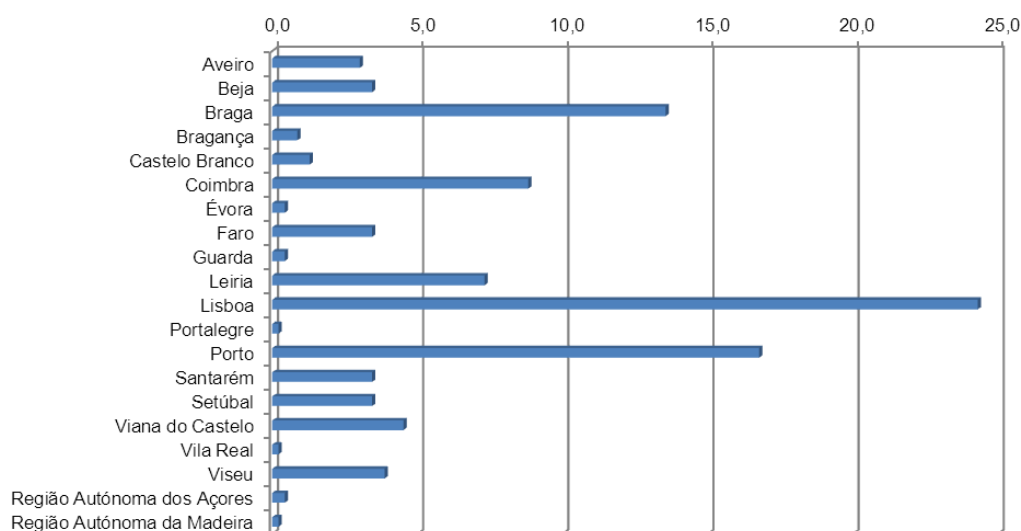


Uma caracterização geral da amostra permite reter que 92,1% nasceram em Portugal e que os que nasceram fora do país nasceram em países que não pertencem à UE. Esta percentagem é mais elevada que a percentagem, para a mesma variável, relativa aos pais, uma vez que 87% das mães e 90% dos pais nasceram em Portugal. Este dado permite sugerir que, embora de forma limitada, o programa Leonardo da Vinci, como o reforçam outros dados, tem captado o interesse de estudantes e formandos cujas mães e/ou pais são naturais dos Países Africanos que falam português e

também dos filhos de uma imigração integrada na sociedade portuguesa¹⁴. Quase ¼ (24,3%) dos beneficiários da mobilidade nasceram no distrito de Lisboa que é agora o distrito de residência de 28,1% dos indivíduos da amostra. Porto (16,8%) e Braga (13,5%) são os outros dois distritos que alcançam dois dígitos percentuais enquanto distritos de naturalidade (e também de residência atual) dos elementos da amostra. Nesta matéria torna-se claro que assegurar uma participação geograficamente mais dispersa, incluindo mais os distritos subrepresentados em relação ao seu efetivo peso demográfico ou os concelhos ausentes, passa por ter instituições locais desses lugares a participar no programa LdV. Isto porque, qualquer que seja o tipo de instituição que gere os projetos, acaba por ser o fator localização da instituição a determinar, quase em exclusivo, a origem geográfica dos estudantes e formandos.

Gráfico 30

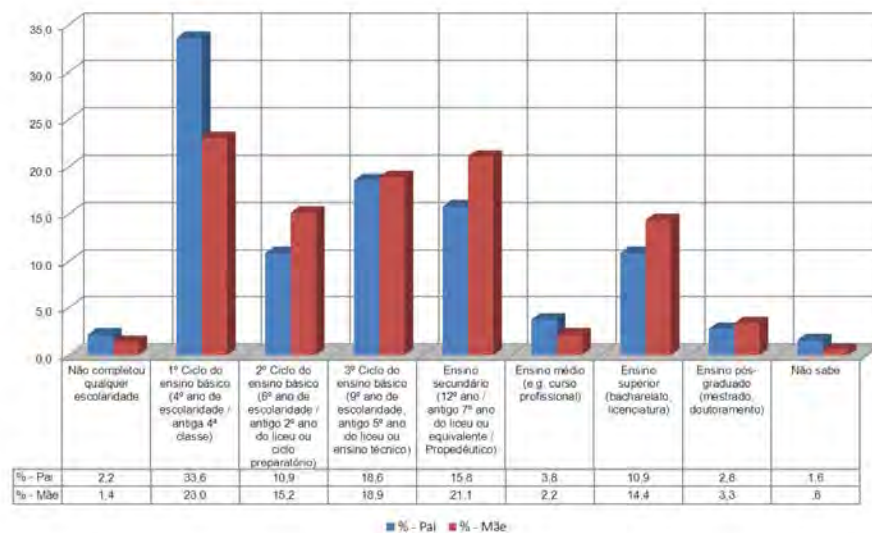
Distrito de naturalidade dos participantes no programa Leonardo da Vinci (%)



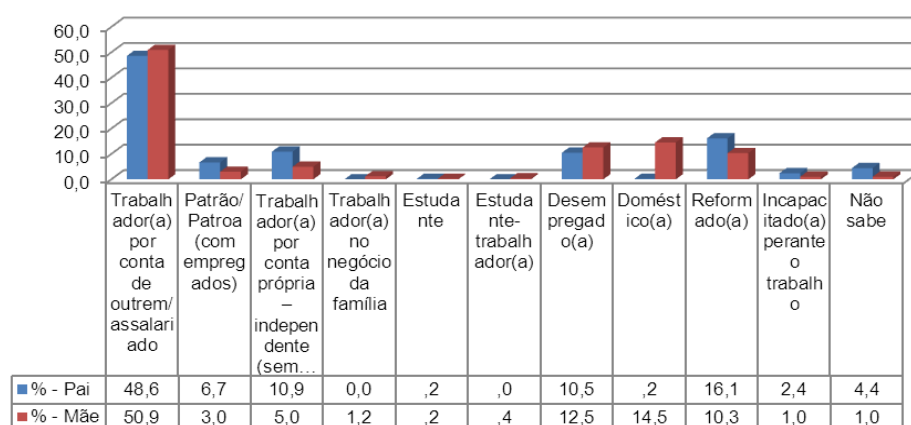
¹⁴ Embora tenhamos igualmente referenciado, através das entrevistas e dos questionários, beneficiários deste programa de mobilidade que nasceram no estrangeiro sendo filhos de pais portugueses emigrados.

Gráfico 31

Grau de escolaridade dos pais dos participantes no programa Leonardo da Vinci (%)

**Gráfico 32**

Situação e condição perante o trabalho dos pais dos participantes no programa Leonardo da Vinci (%)



A análise do grau de escolaridade (Gráfico 31) e da situação e condição perante o trabalho (Gráfico 32) dos pais dos beneficiários da mobilidade revela que o Programa Leonardo da Vinci não acentua assimetrias existentes na sociedade portuguesa, uma vez que tende a reproduzir os padrões prevalentes nestes domínios. Nessa medida não é de estranhar que, convidados a classificar o nível de rendimentos do seu agregado, numa escala de 1 (Muito baixo) até 10 (Muito alto), os respondentes se

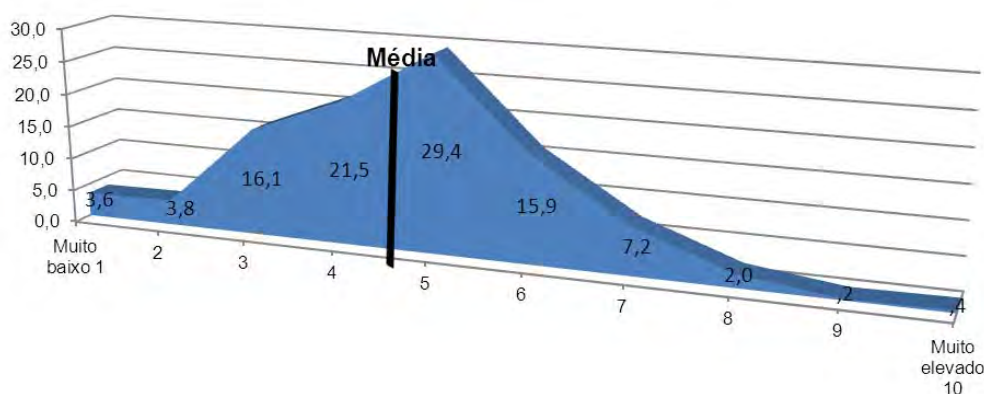
tenham posicionado numa média de 4,6 (Gráfico 33). Esse facto acentua um padrão de concentração nos rendimentos médios baixos, com os três primeiros níveis a concentrar 23,5% das respostas, os níveis 4 e 5 a concentrar metade (50,9%) das respostas, os níveis 6 e 7 a concentrar 23,1% e os últimos três níveis a concentrar apenas 2,6%.

Outro dado relevante, que não pode deixar de ser visto como um fator de instigação à participação em experiências de mobilidade, e que resulta quer da frequência de níveis mais elevados de ensino mas também da inserção em fluxos e experiências de migração, prende-se com o facto de 45,7% das mães e 44,8% dos pais falar pelo menos uma língua estrangeira. Facto que é reforçado por 25,4% das mães e 28,8% dos pais já ter vivido pelo menos 3 anos no estrangeiro.

Se considerarmos a proporção da amostra que é casada, ou que vive em união de facto ou que namora (42,4%), é significativo que 6,1% desses tenham conhecido o(a) parceiro(a) durante a realização do estágio. Como é igualmente significativo que 13,2% tenham parceiros de outra nacionalidade que não a sua. Deduz-se daqui que as mobilidades de estágio, mesmo se curtas, são um fator que se estende muito para lá das estritas atividades ligadas à formação. Como se adivinha que o facto de ter um parceiro de outra nacionalidade funciona como (mais um) dos fatores que potencia as experiências de mobilidade, na medida em que “o estrangeiro” não é algo abstrato.

Gráfico 33

Nível de rendimentos do agregado dos participantes no programa Leonardo da Vinci – autoclassificação (%)

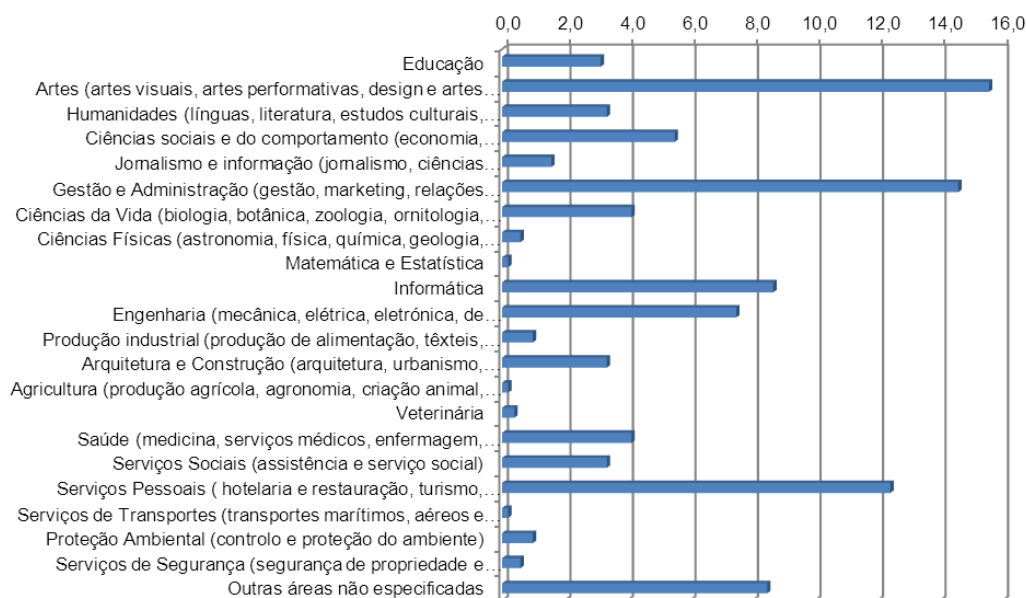


As áreas científicas predominantes na amostra, ou seja, aquelas que os respondentes consideram que mais têm a ver com os estudos que desenvolveram ou desenvolvem, são as Artes (18,7%), Gestão e administração (14,6%) e Serviços pessoais (12,4). Todas as outras não alcançam um peso na casa dos dois dígitos, sendo, porém, de assinalar a grande diversidade de áreas de origem dos beneficiários da mobilidade.

Igualmente diversos, como seria de esperar devido ao nível de abrangência do Programa Leonardo da Vinci, são os níveis de formação dos beneficiários. Estes são tendencialmente altos, com 38,2% tendo completado o ensino superior e 11,8% estando a frequentar esse nível de ensino.

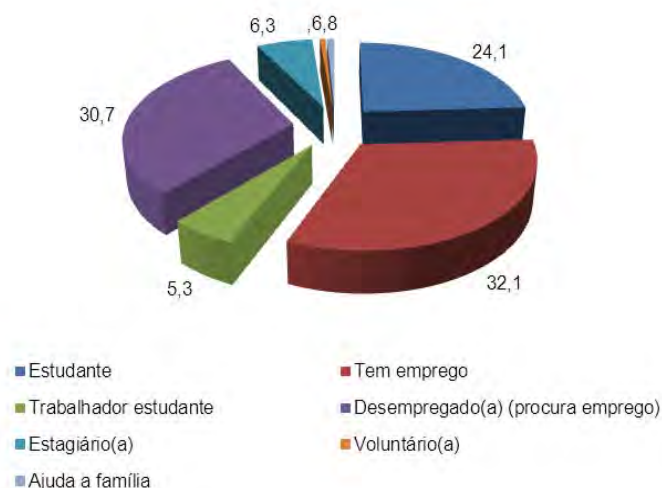
Gráfico 34

Áreas de formação dos participantes no programa LdV – autotclassificação (%)



A situação atual (Gráfico 35) de quem beneficiou de estágios no âmbito do programa Leonardo da Vinci, em 2011 e em 2012, é díspar. Cerca de $\frac{1}{3}$ (32,1%) estão empregados, mas 30,7% declaram estar desempregados, ao passo que 24,1% se encontram a estudar. Entre os indivíduos que estão empregados, a grande maioria exerce atividade a tempo inteiro (84,7%), sendo que, ainda em maior proporção, são igualmente trabalhadores por conta de outrem (90,7%) ou trabalhadores independentes (7,7%). Por sua vez, o setor de atividade é difuso.

Gráfico 35
Situação atual dos participantes no programa Leonardo da Vinci (%)



Destacam-se os respondentes que referem que a atividade que exercem está enquadrada em “outros serviços” (28,6%), seguindo-se, com 22,1%, os que pertencem ao setor de “hotelaria e turismo”, com 12,9% os que pertencem ao setor da “saúde e serviços sociais”, com 11,1% os que integram o setor do “comércio”, com 9,2% os que integram o setor da “produção industrial”, com 6,9% os que fazem parte do setor da “educação e formação”, e com 4,1% os que se incluem nos setores da “administração pública” e da “construção”. Esta diversidade resulta da vasta amplitude do campo de intervenção das instituições que desenvolvem os projetos Leonardo da Vinci, bem como do alargado espectro de seleção que as mesmas colocam no terreno.

É bastante relevante que 16,2% dos que estão empregados exerçam a sua atividade profissional no país estrangeiro onde realizaram o estágio. Como se pôde constatar através da recolha de informação qualitativa, quer junto dos estagiários, quer junto das instituições que lhes proporcionaram o estágio, os estágios Leonardo da Vinci servem tanto aqueles que os usam para potenciar estratégias pré-existent de empregabilidade no exterior, como abrem, de facto, oportunidades de empregabilidade, inclusive para quem nunca tinha equacionado seriamente a possibilidade de vir a desenvolver uma atividade profissional no estrangeiro.

Tabela 21
Grau de satisfação dos participantes (%)

	Muito insatisfeito							Muito satisfeito		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Área de estudos que seguiu	1,6	0,7	2,0	3,1	9,1	8,1	11,0	21,7	17,1	25,6
Percurso escolar	1,0	0,5	2,1	3,0	8,7	8,9	15,8	23,9	18,9	17,2
Perspetivas de desenvolvimento de carreira que os seus estudos lhe possibilitam	4,3	2,8	5,1	4,3	13,9	12,2	15,5	18,5	13,2	10,2

Como é possível constatar na Tabela 21, globalmente, os estagiários respondentes estão satisfeitos com o seu trajeto escolar. A área de estudos escolhida (registando uma média de 7,76) é a que reúne maior grau de satisfação por parte dos respondentes, com cerca de 25,6% a situarem a sua avaliação no nível 10 (o máximo de satisfação). Aliás, se olharmos para os três níveis de maior satisfação, são cerca de 65% os respondentes que situam aqui a sua avaliação em relação à área de estudos escolhida (21,7 % no nível 8, 17,1% no nível 9 e 25,6% no nível 10, respetivamente). Estes níveis de satisfação decorrem, em boa parte, dos critérios de seleção utilizados pelas instituições que gerem os projetos de mobilidade e podem ser vistos como um ingrediente de garantia da boa realização dos estágios, quer em termos do empenho neles colocados, quer da baixa incidência de desistências, como veremos com a informação qualitativamente recolhida.

No lado oposto, o aspeto que reúne maiores valores de insatisfação diz respeito à perspetiva de desenvolvimento de carreira que os estudos possam possibilitar (registando uma média de 6,62). Neste *item*, cerca de 30% dos respondentes situaram a sua avaliação no nível 5 ou menos. Esta avaliação menos positiva não deixa de estar relacionada com a conjuntura económico-social que se vive atualmente em Portugal e na Europa, com taxas de desemprego muito elevadas, afetando sobretudo os jovens, não poupando os jovens qualificados.

9.2. Pré-estágio

De entre as entidades beneficiárias do programa de mobilidade Leonardo da Vinci e responsáveis pelo desenvolvimento de projetos, ressaltam as instituições de ensino ou formação, sendo 80,9% os respondentes que afirmam ter beneficiado de um estágio no âmbito das atividades desse tipo de instituição. As entidades da administração pública (7,9% dos respondentes), as empresas (5,1%), as associações (3,5%), as organizações não-governamentais (1,8%) e as instituições de investigação (0,8%), aparecem, todas elas, a grande distância, não alcançando, nenhum dos tipos de instituição, os dois dígitos.

A proximidade e o enquadramento institucional são, sem qualquer dúvida, os fatores que mais permitem tomar conhecimento da oportunidade de realização de estágios internacionais no âmbito do Programa Leonardo da Vinci. Em resposta de escolha múltipla, em que podiam assinalar mais que uma opção (dado não haver exclusividade de fatores), os respondentes destacaram, com bastante distância em relação a outros fatores, a entidade pela qual se candidataram (Gráfico 36).

Gráfico 36

Como tomou conhecimento do Programa Leonardo da Vinci (%)

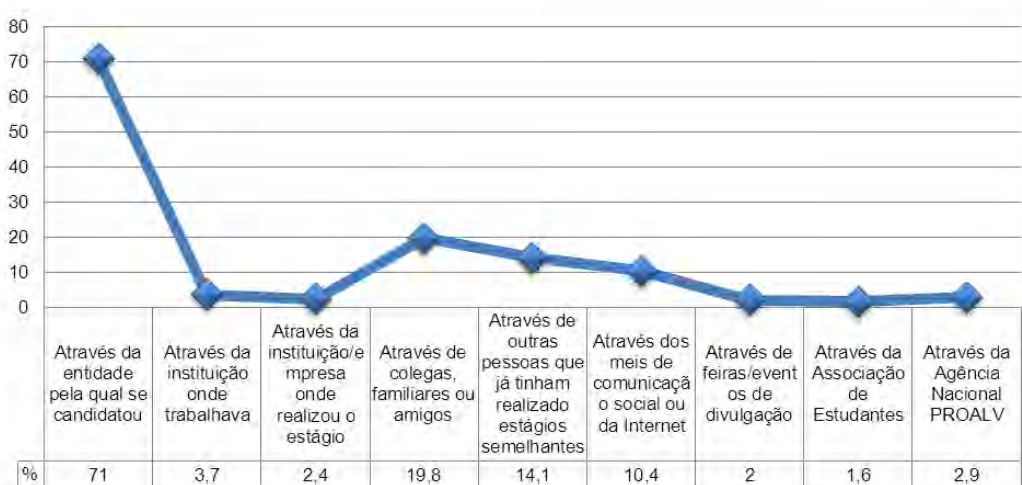


Tabela 22
Importância de aspetos na escolha da instituição de acolhimento (%)

	Nada importante							Muito importante		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
País/cidade onde se localizava a instituição de acolhimento	1,0	0,8	2,4	1,6	9,5	6,5	11,2	20,3	13,6	33,1
Custo de vida no país/cidade onde se localizava a instituição de acolhimento	1,7	1,6	3,4	3,4	13,2	9,7	12,8	18,7	14,8	20,7
Reputação da instituição onde realizou o estágio	2,1	1,4	2,1	1,8	9,5	9,1	11,3	17	17	28,7
Plano de estágio proporcionado pela instituição de acolhimento	2,3	1,6	3,2	1,0	8,5	5,3	12,8	19,2	19,8	26,3
Língua de trabalho na instituição de acolhimento	1,2	1,1	2,2	1,8	7,9	7,1	9,1	16,6	17,9	35,1
Ir acompanhado por amigos ou colegas	18,3	4,8	3,8	3,9	8,1	7,1	7,7	12,4	6,9	27,0
Ter família ou conhecidos no lugar onde foi realizar estágio	46,2	10,1	6,7	5,4	9,7	4,8	4,6	4,4	2,5	5,6
Opinião/conselho de pessoas que já tinham realizado estágio na instituição de acolhimento	18,9	5,0	6,2	4,8	13,3	8,6	8,0	13,3	9,2	12,7
Ter pessoas conhecidas na instituição de acolhimento	40,4	10,1	7,4	5,4	11,7	5,0	5,0	5,5	4,1	5,4
Recomendação dos responsáveis pelo estágio na entidade pela qual se candidatou	10,0	3,4	3,8	6,0	14,2	7,4	9,6	11,0	12,0	22,6

Embora, na prática, frequentemente, não se trate de uma escolha genuína, uma vez que o processo se baseia em procedimentos e em fluxos muito pré-formatados (como veremos na análise da informação qualitativa), os beneficiários tendem a experienciar as dinâmicas de seleção da entidade de acolhimento como uma escolha. Tanto mais, quanto pouco mais de metade da amostra declara ter sido sujeita a uma prova para se poder candidatar. Como vemos na Tabela 22, são os aspetos relacionados com a localização da instituição, ou seja, o país ou a cidade da entidade de acolhimento, a

reputação da instituição, o plano de estágio e a língua de trabalho que mais influenciam na escolha da instituição de acolhimento dos respondentes. Por outro lado, ter família ou conhecidos no lugar de realização do estágio ou ter pessoas conhecidas na instituição de acolhimento são os aspetos que menos peso têm na escolha da entidade de destino.

De salientar que o ir acompanhado por amigos ou colegas e a opinião de pessoas que já realizaram estágio na mesma instituição são dos aspetos que reuniram mais respostas no nível 1 (o mais negativo de uma escala de 1 a 10). Contudo, por exemplo, no aspeto “ir acompanhado por amigos ou colegas” o peso registado no nível 1 (18,3%) é ultrapassado pelo peso no nível 10, o mais positivo (27%).

Cerca de $\frac{2}{3}$ dos membros da amostra realizaram o estágio na companhia de colegas da instituição de origem. Ainda assim, cerca de 80% do total dos respondentes referem que teriam realizado o estágio mesmo sem a companhia de outros estagiários da instituição de origem, revelando que, se por um lado, o “ir acompanhado por amigos ou colegas” poderá ser importante no processo de escolha do destino, por outro lado, este não é um aspeto determinante.

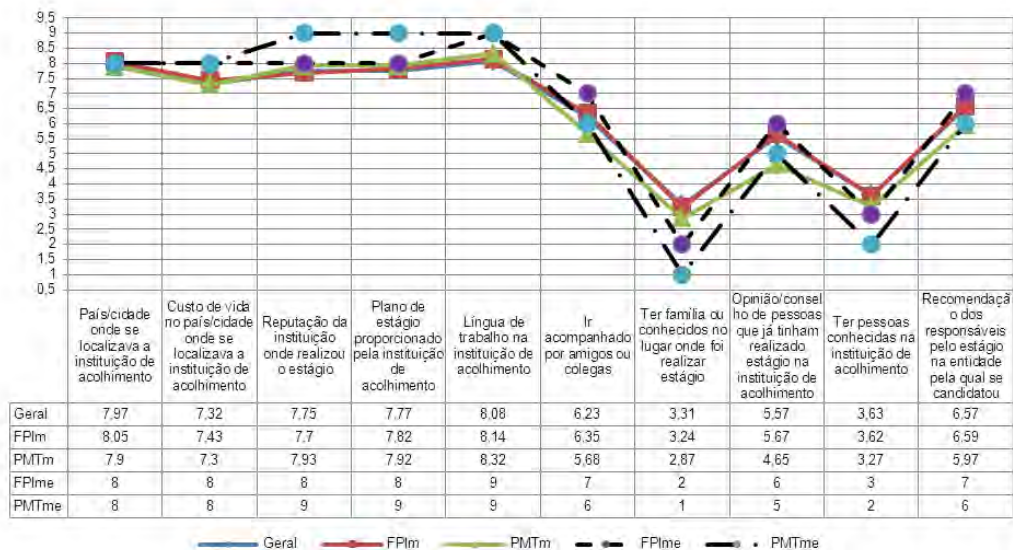
Em relação à “opinião/ conselho de pessoas que já tinham realizado estágio na instituição de acolhimento” o número de respostas nos níveis mais negativos (nível 1, 2, 3 ou 4) é também ultrapassado pelas respostas nos níveis mais positivos (nível 7, 8, 9 ou 10), embora com diferenças pouco significativas.

A localização de escolhas nos extremos da escala, sinalizadas em algumas das dimensões analisadas, tanto permite supor a existência de preferências individuais diferenciadas, quanto diferenças entre grupos distintos de estagiários, designadamente os FPI e os PMT. Uma análise mais detalhada do Gráfico 37 permite dar conta que o peso que os FPI têm na amostra (e também no universo) em relação aos PMT (que são em menor número) esconde algumas diferenças subtis entre os dois contingentes. Na verdade, se as linhas com as médias Geral e FPI (FPI_m) quase se sobrepõem, a linha com as médias PMT (PMT_m) sinaliza algumas diferenças de pormenor. Estas diferenças ganham maior acuidade se retivermos uma medida estatística que indique a tendência central de cada um dos grupos. Assim, se recorrermos à mediana, verificamos que os estagiários FPI e PMT manifestam, em relação aos aspetos que interferem na escolha da instituição de realização do estágio, as mesmas tendências para: importância do país/cidade onde se localizava a

instituição de acolhimento; importância do custo de vida no país/cidade onde se localizava a instituição de acolhimento; e importância da língua de trabalho na instituição de acolhimento. Entre os aspetos que são mais relevantes para os FPI (FPIme) que para os PMT (PMTme), contam-se: ir acompanhado por amigos ou colegas; ter família ou conhecidos no lugar onde foi realizar o estágio; opinião/conselho de pessoas que já tinham realizado o estágio na instituição de acolhimento; ter pessoas conhecidas na instituição de acolhimento; e recomendação dos responsáveis pelo estágio na entidade pela qual se candidatou. Em contrapartida, para os PMT (PMTme) são mais importantes que para os FPI (FPIme), os seguintes aspetos: reputação da instituição onde realizou o estágio; e plano de estágio proporcionado pela instituição de acolhimento. Estas diferenças adquirem uma plausibilidade expectável se atendermos ao facto que os estagiários PMT são, como já vimos, pessoas mais velhas, com outro enquadramento institucional, pautado por maiores níveis de autonomia, tendo também outras expetativas em relação às oportunidades que o estágio pode abrir.

Gráfico 37

Importância de aspetos na escolha da instituição de acolhimento (médias para Total – FPI e PMT)



A análise fatorial dos aspetos que condicionam a escolha da instituição, releva, precisamente, três tipos de fatores. Estes 3 fatores, que explicam 65% da variância

(KMO com adequação de 0,673), evidenciam o peso dos conhecimentos prévios sobre o local de estágio; as características do país e da instituição de acolhimento; e, por fim, as questões que têm a ver com o desenvolvimento do estágio.

Um primeiro fator, que é aquele que retém maior poder explicativo dos aspetos elencados entre os que podem levar à escolha da instituição, junta dimensões que remetem para a possibilidade de dispor de mais informação e de mais apoio no lugar de destino, designadamente ter família ou conhecidos no lugar onde se vai realizar o estágio, ter pessoas conhecidas na instituição de acolhimento e poder contar com a opinião/conselho de pessoas que já tenham realizado estágio na instituição de acolhimento. Este fator explica 33,11% da variância.

Um segundo fator (que explica 20,13% da variância e que se situa numa segunda ordem de importância), reúne motivos que têm a ver com as características específicas do país e da instituição de destino. No segundo fator aparecem: o país ou cidade onde se localiza a instituição de acolhimento; o custo de vida que aí prevalece; e o ir acompanhado por amigos ou colegas, que situando-se na fronteira entre o primeiro e o segundo fator cai para o segundo enquanto aspeto que condiciona as características que o local de destino acaba por ter.

Um terceiro e último fator, com menor poder explicativo (que explica 12,47% da variância), remete para questões que podem potenciar mais ou menos o rendimento retirado do estágio. Neste fator agregam-se aspetos como: a reputação da instituição onde se realiza o estágio; o plano de estágio proporcionado pela instituição de acolhimento; e a língua de trabalho na instituição de acolhimento.

Quando questionados sobre se foram para o país e para a entidade que mais queriam para realizar o estágio, a maioria dos respondentes referem que sim; ou seja, foram realizar o estágio para o país onde mais queriam 71,1% dos respondentes e para a instituição que mais desejavam 74,3%. Apesar de estarmos, praticamente, com níveis de satisfação na ordem dos ¾, atendendo a que essa satisfação decorre frequentemente de processos de racionalização e de naturalização (as pessoas ficam contentes com aquilo que se lhe oferece), convém olhar para as razões mais apontadas pelos 28,9% de insatisfeitos em relação ao país e os 25,7% insatisfeitos em relação à instituição.

Tabela 23

Análise fatorial dos aspetos relativos à escolha da instituição de acolhimento

Aspetos relativos à escolha da instituição de acolhimento	Componentes principais ^a		
	1	2	3
País/cidade onde se localizava a instituição de acolhimento	0,648		
Custo de vida no país/cidade onde se localizava a instituição de acolhimento	0,835		
Reputação da instituição onde realizou o estágio		0,602	
Plano de estágio proporcionado pela instituição de acolhimento		0,781	
Língua de trabalho na instituição de acolhimento		0,768	
Ir acompanhado por amigos ou colegas	0,588		
Ter família ou conhecidos no lugar onde foi realizar estágio	0,808		
Opinião/conselho de pessoas que já tinham realizado estágio na instituição de acolhimento	0,712		
Ter pessoas conhecidas na instituição de acolhimento	0,849		
Recomendação dos responsáveis pelo estágio na entidade pela qual se candidatou	0,628		

Nota: KMO 0,673; Teste de Esfericidade de Bartlett com *p-valor* 0,000; retidos 3 fatores com base na sugestão do *screeplot* (variância explicada de 65,72%)

^a Apenas incluídos pesos superiores a 0,5

Entre as razões mais apontadas por aqueles que não conseguiram efetivar a mobilidade no seu país de preferência, sobressaem: o facto de esse país não constar do leque de oferta de estágios da instituição que organizou a mobilidade; a necessária hierarquização das candidaturas em relação às vagas, uma vez que nem todos podiam ir para os países com maior procura; o facto de não haver país de preferência por parte dos candidatos, mas somente o desejo que a mobilidade ocorresse num leque de países com determinadas características; a descoincidência entre a área de estudo e o grau de adequação do país “preferido” para a realização de um estágio competitivo; o custo de vida prevalecente no país preferido; o facto de se ter mais conhecimentos, por interposta pessoa, do país de destino que do país preferido; devido aos conflitos sociais na proximidade do país de destino; devido à idade e à nacionalidade (por exemplo, a instituição de destino pode fixar um limite etário mínimo

para receber estagiários, como pode ser impossível para um formando/estudante natural dos PALOP concretizar um estágio em Inglaterra); o sacrificar a escolha do país preferido em nome de uma mobilidade concretizada com os amigos preferidos; a escolha de um país que não o preferido devido ao montante mensal da bolsa (quando a organização dos estágios em grupo permite economias de escala, o montante mensal da bolsa deixa de ter uma indexação direta ao custo de vida do país de destino e é encarado como uma forma de não ter que se recorrer aos orçamentos familiares ou até de se poupar dinheiro); não falar a língua do país preferido; por não ter conseguido por iniciativa própria concretizar uma possibilidade de estágio no país preferido; por ter sacrificado o país preferido a um outro onde pensa ser mais provável encontrar emprego no futuro; ou ainda, entre alguns outros, o facto de o país de destino preferido para a realização de um estágio internacional não ser elegível no âmbito do programa Leonardo da Vinci. O que é sobretudo interessante na análise destas explicações é verificar que se, em parte, elas resultam de uma certa inelutabilidade em relação aos procedimentos de seleção e de escolha, por outro lado, há uma racionalidade criteriosa que não pode ser ignorada.

Muitas das razões mais apontadas por aqueles que não conseguiram efetivar a mobilidade no seu país de preferência, são também evocadas quando se trata de dar conta das razões que levaram à não realização do estágio na instituição preferida, embora aqui se evidenciem outras razões que têm a ver com o facto de os estagiários não terem ficado satisfeitos em relação às expectativas que tinham inicialmente sobre as instituições de acolhimento. Ainda assim, é importante destacar razões como, por exemplo: o facto da instituição preferida não aceitar estagiários durante o período de realização do estágio; a falta de competências suficientes para poder estagiar na organização preferida; atrasos verificados na obtenção de autorizações para estagiar na organização preferida; porque a instituição nacional que organizou a mobilidade vedou essa possibilidade, proibindo a faculdade de escolha autónoma pelos formandos.

No que concerne à preparação para o estágio, é de destacar que 54,3% dos respondentes referiram que obtiveram, da parte de uma instituição de ensino ou de formação, algum tipo de preparação antes do estágio, e que 24,5% dos estagiários indicaram ter recebido preparação por parte da entidade pela qual se candidataram. Contudo, cerca de 25% dos respondentes afirmam que não tiveram qualquer tipo de preparação antecipada para o estágio. Tratando-se do programa Leonardo da Vinci,

este dado não deixa de ser significativo, uma vez que, ao contrário do programa Erasmus (onde o apoio se limita à frequência de cursos de línguas – EILC), existe financiamento específico, indexado ao número de mobilidades, para a formação linguística, pedagógica e cultural.

A preparação linguística é, dentre as formas de preparação que beneficiaram, o tipo de preparação mais assinalada pelos estagiários (55,1% das respostas). A preparação cultural reuniu cerca de 40% das opções de resposta, a preparação técnica 20,4%, seguindo-se a preparação prática (por exemplo, a ajuda na procura de alojamento), com 20,2% e, por fim, a preparação pedagógica, com 16,9%. É de salientar, relevando a importância da preparação linguística neste domínio, que cerca de 63% dos respondentes afirmam ter realizado algum tipo de curso de línguas no país em que concretizaram o estágio, quer fosse imediatamente antes ou durante o mesmo.

9.3. Estágio

O apoio durante a realização do estágio merece também um destaque particular, sobretudo se considerarmos o contexto de relativa ansiedade em que se processam as mobilidades FPI, bem como o enquadramento e as preocupações institucionais que lhes são conferidas. Cerca de 87% dos respondentes indicam que à chegada à instituição onde realizaram o estágio tiveram uma receção ou ajuda. Embora com menos peso, cerca de 56% dos respondentes referem que tiveram uma sessão de esclarecimento e cerca de 54% beneficiaram de um programa de orientação. Este contexto ajuda a enquadrar uma tendência prevalecente que faz com que os estágios sejam encarados, genericamente com elevado nível de profissionalismo, começando logo pelo facto de 81,2% dos estagiários ter consciência de ter assinado um contrato de estágio.

Conforme é visível no Gráfico 38, são a Espanha (28,9%), a Itália (14,1%) e o Reino Unido (9,8%) que se destacam no número de estagiários Leonardo da Vinci. A Alemanha (8,4%) e a França (8%), embora com menor representação, também se destacam dos restantes países.

Gráfico 38
Estagiários por país de realização de estágio (%)

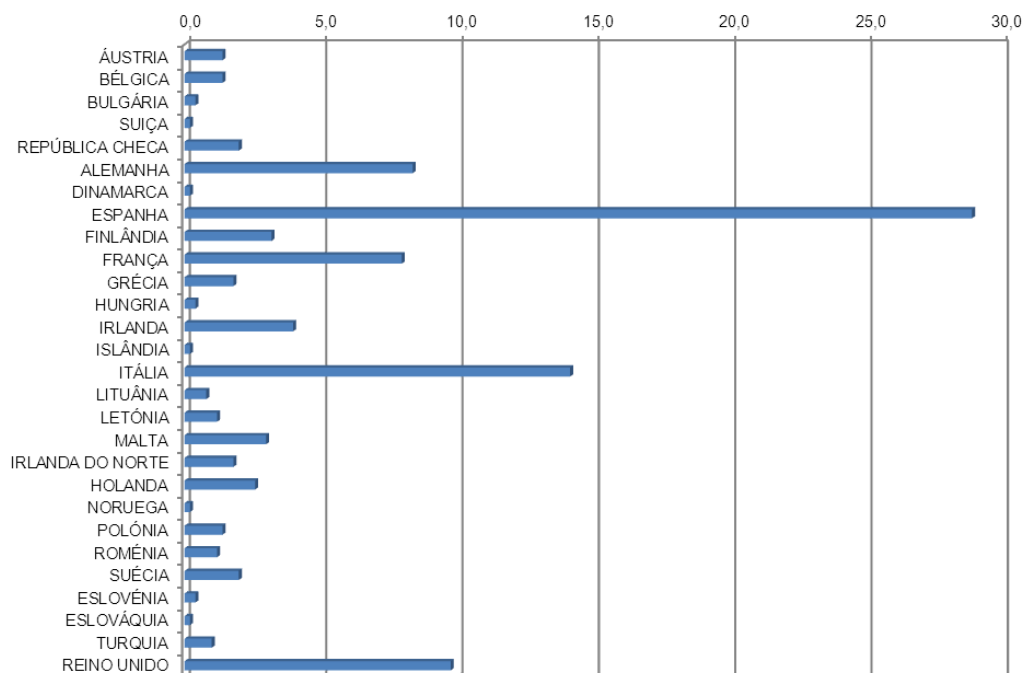
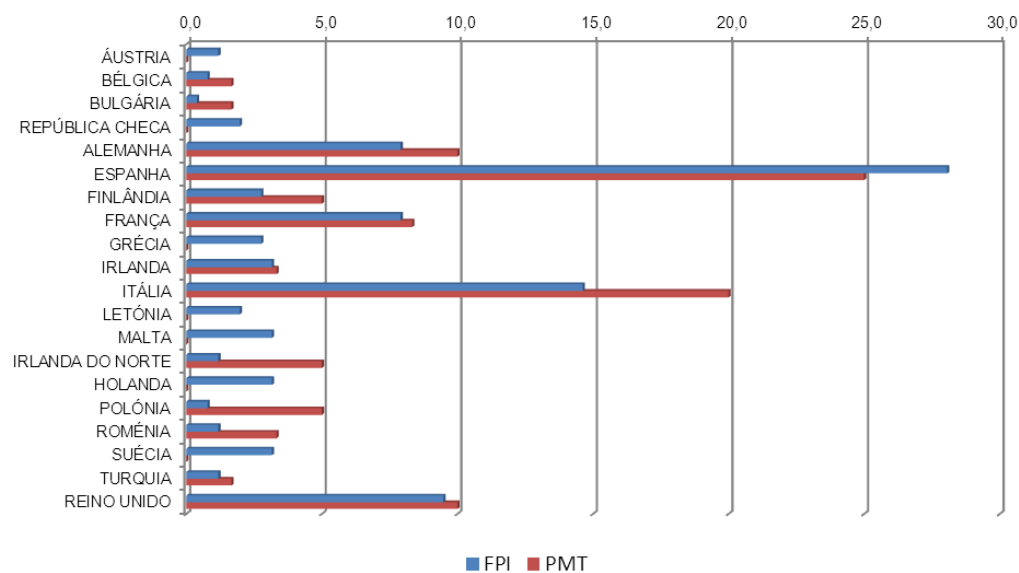


Gráfico 39
Estagiários por país de realização de estágio (% FPI e PMT)



Se confrontarmos os países de realização do estágio por aposição entre FPI e PMT (Gráfico 39) nota-se que há algumas diferenças significativas, embora os principais países de acolhimento continuem a ser os mesmos e pela mesma ordem de importância. É também nítido que os PMT, a que não será alheio o facto de serem em menor número, tendem a dispersar-se menos, concentrando-se num número mais limitado de países. Genericamente, o padrão das mobilidades para estágios que se regista em Portugal não difere do padrão europeu, já que as mobilidades tendem a concretizar-se predominantemente para os países vizinhos, que, para além da proximidade geográfica, mantêm outro tipo de afinidades que são encaradas como facilitadoras das experiências de mobilidade.

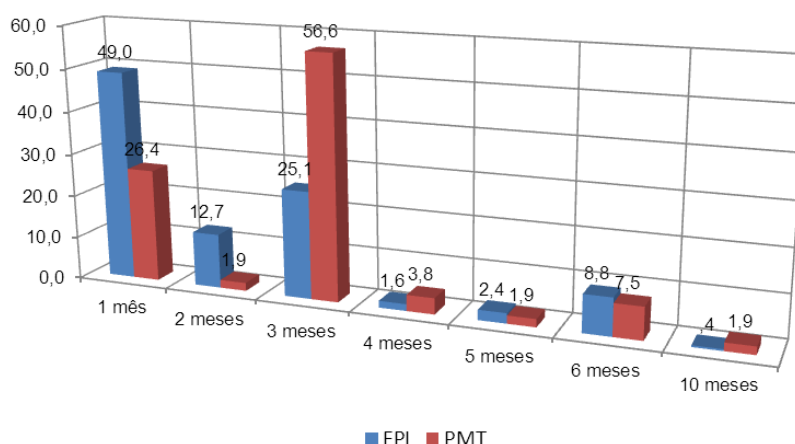
O setor mais indicado pelos respondentes dentre aqueles que acolheram maior número de estagiários é o da hotelaria e turismo (21,2% dos estagiários LdV), destacando-se também o setor da educação e formação (17,8%) – que se deve ao facto de muitas instituições de envio remeterem os estagiários para instituições de destino parceiras que operam na mesma área -, o setor da saúde e serviços sociais (8,9%) e o do comércio (7,9%), sendo que 32,3% dos estagiários indicaram que a organização onde realizaram a sua mobilidade pertencia a “outros serviços”. Cerca de 39% estagiaram numa empresa, 20% numa instituição de ensino e 15% num hotel. Para 89,2% o estágio implicava a presença diária na instituição, sendo que 10,8% só tinha que se deslocar à instituição regularmente. Cerca de $\frac{2}{3}$ (68,2%) viu as tarefas do seu plano de trabalhos irem sendo definidas ao longo do período de estágio e cerca de $\frac{1}{3}$ tinha já as suas tarefas definidas à chegada. Cerca de $\frac{3}{4}$ realizaram tarefas muito diversas, que variaram muito ao longo do tempo e cerca de $\frac{1}{4}$ realizou sempre o mesmo tipo de tarefas.

Quanto à duração do estágio, 95,2% dos respondentes afirmam que o estágio teve a duração inicialmente prevista, 3% indicam que o estágio foi mais curto do que o inicialmente previsto e 1,8% que o estágio foi mais longo. De assinalar que a recolha de informação qualitativa permite confirmar que os estágios tendem a ocorrer, salvo raríssimas exceções, em respeito pela duração inicialmente prevista, ainda que pontualmente haja lugar, por razões logísticas, à mudança do mês de realização.

De destacar que 44,3% dos respondentes referem que o estágio teve a duração de 1 mês, seguindo-se, com 29,3%, os estágios com duração de 3 meses. Em média, a duração dos estágios do Programa Leonardo da Vinci, é de 2,48 meses. Contudo, neste aspeto, até porque as regras de duração dos estágios nestas duas modalidades

são diferentes, a situação é muito diversa entre FPI e PMT. Se para os FPI a média de duração dos estágios é de 2,25 meses, para os PMT é de 2,89. Como se pode ver no Gráfico 40, o grupo modal dos FPI é o dos estágios cuja duração é um mês, ao passo que o grupo modal dos PMT é o dos estágios com duração de 3 meses.¹⁵ Globalmente, 42,7% dos beneficiários de mobilidade LdV consideraram a duração do estágio adequada, 40,8% consideraram-na curta e 14,9% demasiado curta.

Gráfico 40
Duração dos estágios em meses (% para FPI e PMT)



Tendo em conta a permanência em estágio, para a maioria dos respondentes (70,2%) os meses que passaram a realizar estágio correspondem ao período mais longo que alguma vez estiveram ausentes no estrangeiro, não se registando diferenças significativas entre FPI e PMT. Assim se confirma que, para uma larga maioria, os programas de mobilidade constituem uma primeira oportunidade de permanência significativa num país estrangeiro. Ainda assim é de referir que antes ou depois da experiência de mobilidade LdV 60,1% fez um estágio no país de origem e que cerca de 8% fez outro estágio no estrangeiro. O facto de os beneficiários da mobilidade LdV terem um termo de comparação para o estágio que realizaram no estrangeiro permite-lhes concluir que esse estágio não foi melhor nem pior que o estágio realizado em

¹⁵ De salientar, como já referido, que uma parte significativa dos respondentes tem dificuldade em saber dar conta se efetuou estágio na modalidade FPI ou PMT, pelo que é possível que também haja quem se encaixe indevidamente num dos grupos.

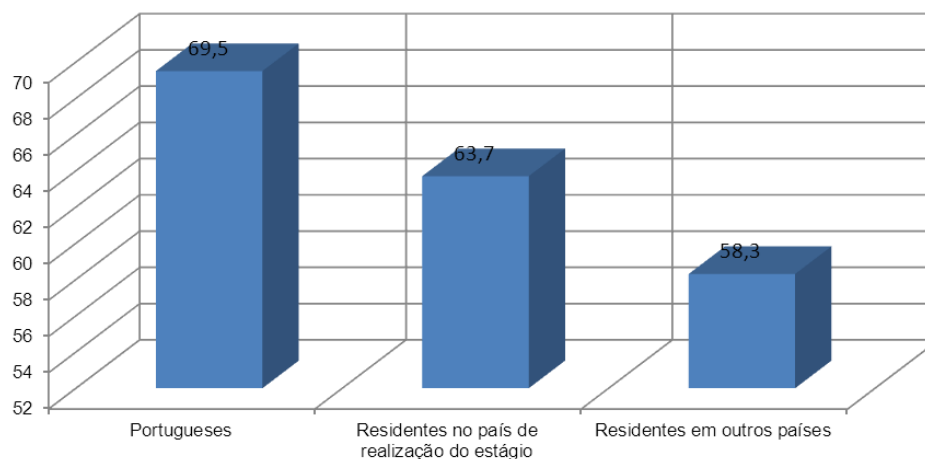
Portugal (36,3% das respostas), que foi melhor para 28,4% e muito melhor para 23,4%. Ainda que o estágio LvD tenha sido considerado pior que os estágios realizados em Portugal por cerca de 10%, não deixa de ser nítido que em termos relativos (além dos termos absolutos já confirmados) e experiência da mobilidade internacional para estágios é muito positiva.

Cerca de 77% dos respondentes ficaram no país onde realizaram o estágio, não tendo aproveitado essa oportunidade para conhecer outros países além do país de acolhimento. As razões apontadas para explicar essa situação são principalmente financeiras. Ou seja, para 54,8% dos 77% para quem não foi possível viajar para outros países a razão primordial é que “ficava muito caro viajar”. Para os restantes foi a própria natureza do estágio a impedi-lo. Ou porque o estágio ocupou muito tempo não deixando tempo para viajar para outros países (19,6%), ou porque o estágio foi muito curto, não dando tempo para esse tipo de experiência (25,6%). Alguns evocam o impedimento formal de poder sair, durante o estágio, do país de acolhimento. Isso não impediu que os estagiários beneficiassem do estágio para conhecer melhor o país de acolhimento.

Aliás, a informação de natureza qualitativa confirma que vários estagiários sacrificaram a visita a outros países para poderem conhecer melhor o país de acolhimento. Só 11,8% dos respondentes referem que não fizeram qualquer tipo de viagem dentro do país de acolhimento. Os restantes estagiários indicam que fizeram 2 a 4 viagens a sítios diferentes (32,3%); fizeram mais que 4 viagens a sítios diferentes (35,5%); ou fizeram pelo menos uma viagem (20,7%).

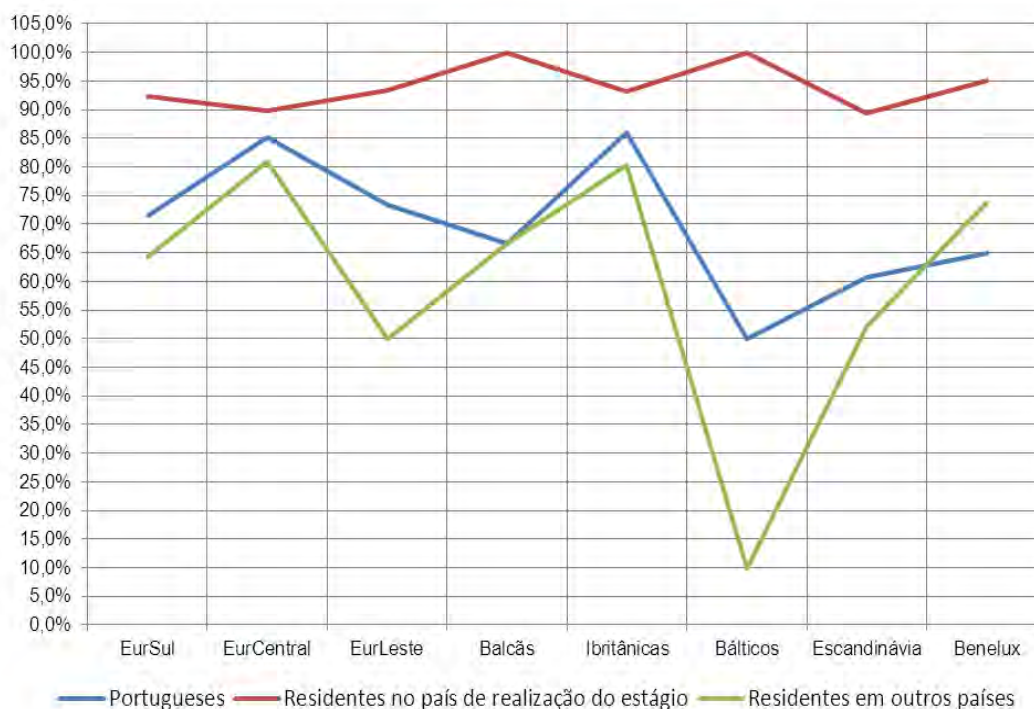
Como se depreende do que temos vindo a sublinhar, a influência do estágio estende-se do estrito domínio da formação, à dimensão profissional, não deixando de lado os aspetos mais culturais e as sociabilidades quotidianas. A grande maioria dos respondentes refere que durante o estágio Leonardo da Vinci fez novas amizades: 92,5% fizeram amigos residentes no país onde realizaram o estágio; 74,1% fizeram novos amigos portugueses; e 67,5% fizeram novos amigos residentes em outros países.

Gráfico 41
Estagiários com contacto regular com amigos feitos durante o estágio (%)



É com portugueses com quem estabeleceram amizade no país de realização do estágio que os beneficiários da mobilidade mais mantêm presentemente contactos regulares (69,5% mantêm contactos regulares com os amigos portugueses). Embora constituam o grupo junto do qual foi mais fácil fazer amigos, os residentes no país de realização de estágio são apenas o segundo grupo com o qual os beneficiários mais mantêm um contacto regular (63,7%). A proximidade sobressai, assim, como um fator de realização e de manutenção de amizades. Fazem-se mais amigos entre os que estão mais próximos (há menos portugueses que residentes locais nos países de acolhimento) e é mais fácil manter amizades entre os que nos estão mais próximos, seja em termos de proximidade física, seja em termos de proximidade linguística (não obstante a distância), uma vez finda a mobilidade (daí que os amigos portugueses conhecidos no lugar de estágio sejam aqueles com quem mais se mantém um contacto regular). Mas será que este padrão prevalecente pode ser generalizado? Será que se fazem igualmente amigos em todo o lado de acordo com esta lógica dominante? Se agruparmos os países de acolhimento, verificamos que fazer amigos não é igualmente fácil em todos eles. Nem tão pouco é indiferente o tipo de amigos que se fazem, sendo de esperar, como é óbvio, que seja mais fácil fazer amigos portugueses durante o estágio em países que acolhem muitos portugueses, como a Europa do sul, por exemplo. É isso que nos mostra o Gráfico 42. Este gráfico confirma o padrão do estabelecimento de amizades, mas revela alguma subtilezas.

Gráfico 42
Tipos de amigos feitos durante o estágio (%)

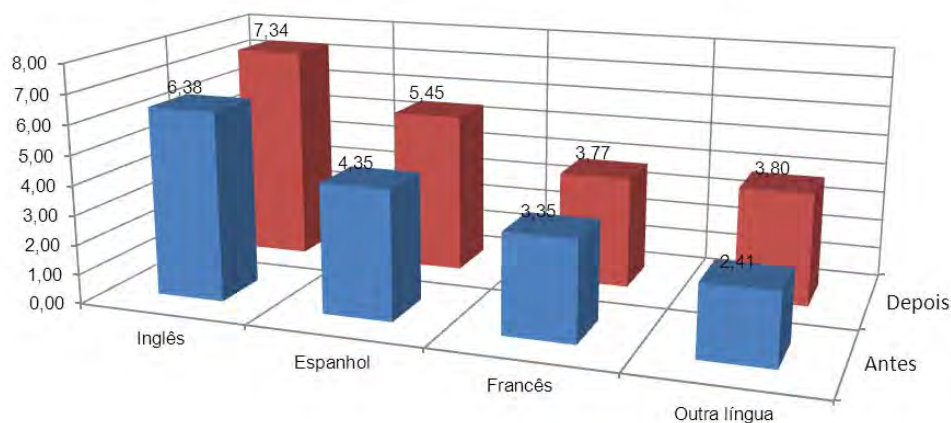


Desde logo, não é no grupo de países que acolhe mais portugueses (a Europa do Sul) que a maioria dos estagiários revela fazer mais amigos portugueses. A Europa Central e as Ilhas britânicas propiciam mais que se façam amigos portugueses. Os países bálticos e a Escandinávia são os que menos propiciam a que se faça amigos portugueses. Além da já mencionada proximidade, parece haver vários fatores que determinam o tipo de amigos que se faz. É mais fácil fazer amigos residentes em outros países em locais mais cosmopolitas, como a Europa Central, as Ilhas britânicas e o Benelux. Nos países bálticos, marcados por uma maior homogeneidade étnica e cultural, fazer amigos estrangeiros é praticamente impossível. Em contrapartida, é onde é mais fácil, juntamente com os Balcãs, fazer amigos entre os residentes locais. Seria talvez de esperar que, sendo os países da Europa do sul (Espanha, Itália e França) hegemónicos enquanto países recetores, atendendo a que também é mais fácil fazer amigos entre pessoas que se encontram na mesma condição (mobilidade e proximidade etária), os estagiários portugueses fizessem ainda mais amigos portugueses e residentes em outros países que não aquele onde fizeram o estágio. Não sendo o caso, o que este gráfico de alguma maneira nos revela é que, apesar da

curta duração das mobilidades, parece haver por parte dos estagiários uma grande aptidão para a integração social e cultural.

Tendo em conta as competências linguísticas dos estagiários, verifica-se que, de acordo com as suas opiniões, o estágio (incluindo a sua preparação) foi um fator determinante para melhorar as competências linguísticas. O inglês (valor médio de 6,38 numa escala de 1 a 10) e o espanhol (valor médio de 4,35 numa escala de 1 a 10) foram as línguas que os estagiários indicaram dominar melhor, quer antes, quer depois do estágio. O que é significativo é que os valores médios tenham subido consideravelmente em todas as línguas, designadamente no inglês e no espanhol, atendendo a que os conhecimentos linguísticos já eram razoáveis e que é mais fácil melhorar muito quando não se sabe nada ou pouco, do que quando já se sabe bastante ou muito. Se considerarmos o inglês e apenas os estagiários que realizaram a mobilidade em países com língua oficial inglesa, é significativo que 51,3% se colocassem entre os níveis 7 e 10 (inclusive) de conhecimento da língua antes do estágio e que a proporção relativa a esse indicador para depois do estágio tenha passado para 82,1%. Ao passo que aqueles que autoavaliaram os seus conhecimentos da língua inglesa abaixo do nível 5 (inclusive) passaram de 34,6% para apenas 7,7%. A experiência concretizada neste plano parece não deixar dúvidas quando 43,2% dos estagiários nos declara que no dia-a-dia da instituição onde o estágio foi realizado comunicava habitualmente em duas línguas, sobressaindo a língua do país de destino (com 58,6%) e o inglês (com 34,3%), ficando a língua materna com uns residuais 7,1%.

Gráfico 43
Domínio de línguas antes e depois do estágio (média)



O alojamento é outro dos aspetos que importa referir, até porque, mais o seu preço e menos a sua qualidade, é um dos aspetos negativamente focados. Para 54,4% dos respondentes o alojamento foi encontrado pela instituição de origem antes da partida para estágio, seguindo-se de 29,6% de respondentes cujo alojamento foi indicado pela instituição de acolhimento. Porém, cerca de 8% dos inquiridos referem que o alojamento foi encontrado por si, sem qualquer apoio. Uma grande parte dos estagiários (44,9%) ficou alojada numa casa ou apartamento partilhado com outros estagiários, seguindo-se de 27,1% dos respondentes que indicam ter ficado numa casa ou apartamento partilhada com residentes locais.

A relação entre a bolsa atribuída no âmbito do programa de mobilidade e as despesas a realizar é uma dimensão que, como se pôde constatar através da recolha de informação qualitativa, suscita enquadramentos institucionais muito divergentes. As práticas são sobretudo contrastantes entre as instituições oriundas do ensino superior e as instituições envolvidas no ensino e formação profissional. No que respeita à bolsa de estágio recebida, cerca de 45,3% dos respondentes referem que receberam a bolsa (ou uma parte da bolsa) no início do período de estágio, seguindo-se cerca de 43% que receberam a bolsa antes do início do período de estágio. De destacar ainda que cerca de 30,8% dos respondentes referem que receberam a bolsa (ou uma parte dela) no final do estágio e 27,6% que a receberam a meio do estágio. Como veremos com a análise das entrevistas, os procedimentos de pagamento das bolsas variam, sobretudo, com a logística assumida pelas instituições que gerem os projetos de mobilidade, com a capacidade das instituições de antecipar verbas em relação ao recebimento da última tranche por parte da Agência Nacional e com o grau de controlo que se quer exercer sobre o cumprimento de todos os procedimentos burocráticos e administrativos por parte dos estagiários.

De uma forma geral, os estagiários LdV parecem estar satisfeitos com os apoios financeiros recebidos, com 61,5% a declarar que os apoios financeiros foram suficientes para se poderem manter, em condições normais, no país de destino. Ainda assim, 21% assinalam que os apoios recebidos foram suficientes para se poder manter no país de destino, mas com grande esforço. E 17,5% enfatizam que os apoios foram insuficientes para se poder manter, em condições normais, no país de destino, tendo de colocar dinheiro do seu bolso. Mais especificamente, 42,4% declaram que a bolsa cobriu 100% dos custos suportados, e 46,2% que a bolsa cobriu 70% a 90% dos custos suportados.

9.4. Perceção e avaliação do estágio

Globalmente, o estágio teve um impacto positivo junto dos beneficiários do programa Leonardo da Vinci. Cerca de 61% dos respondentes referem que “voltariam, de certeza, a realizar o estágio”, seguindo-se cerca de 21% que indicam que “voltariam a realizar o estágio, mas de preferência noutro país” e 16% que “voltariam a realizar o estágio no mesmo país, mas de preferência noutra instituição”.

Contudo, o impacto que o estágio teve em termos de possibilidades de desenvolvimento de uma carreira futura não é tão claro. Isto é, 50,5% dos respondentes indicam que “o estágio permitiu-me perceber melhor o que quero fazer no futuro, mas não foi decisivo para encontrar o próximo emprego”.

Tabela 24
Avaliação da importância do estágio (%)

	Nada									Muito
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Aprender a ser mais tolerante em relação às crenças e hábitos dos outros	2,8	1,8	3,0	1,6	10,3	7,9	13,9	19,0	11,1	28,6
Melhorar os conhecimentos sobre outros países e culturas	0,3	0,1	0,4	0,6	3,4	3,8	11,9	19,4	19,2	40,9
Fazer amizade ou travar conhecimento com pessoas de países estrangeiros	0,8	0,5	2,4	1,0	5,1	5,5	10,9	17,4	18,4	38,0
Ficar mais disponível para aceitar desafios	0,3	0,3	1,2	1,6	6,0	3,4	7,1	16,7	19,6	43,8
Melhorar as suas competências linguísticas	0,1	0,2	0,0	0,6	4,0	4,4	6,2	15,7	19,6	49,2
Adquirir maior sentido de responsabilidade	0,3	1,0	1,6	1,2	5,0	5,2	8,6	12,2	21,6	43,3
Ganhar consciência das suas virtudes e defeitos	2,0	0,8	1,8	1,8	8,5	6,6	16,3	19,5	17,5	25,2

	Nada					Muito				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Aumentar a capacidade de tomar iniciativas	1,2	0,1	1,6	0,8	7,0	5,6	13,9	19,3	20,3	30,2
Reforçar a capacidade de lidar com situações imprevistas	0,8	0,3	2,0	0,8	4,2	7,6	10,9	19,3	20,3	33,8
Ficar mais disponível para ponderar a hipótese de ir viver para outro país, fora de Portugal	2,0	1,3	1,0	0,6	4,8	4,8	7,6	16,1	17,3	44,5
Adquirir novas competências profissionais	1,2	0,6	1,4	1,6	5,2	4,2	9,4	16,1	15,9	44,4
Reforçar a confiança nas competências que já dispunha	0,8	0,6	1,4	0,4	6,8	5,0	9,2	17,1	17,9	40,8
Adquirir maior autonomia na realização de tarefas	1,2	0,3	1,0	2,0	6,4	4,6	9,8	20,0	17,2	37,5
Ter acesso a oportunidades de trabalho fora de Portugal	3,8	1,4	1,8	1,8	8,5	6,2	12,1	14,5	16,5	33,4
Melhorar o curriculum	0,6	0,4	0,8	0,6	4,6	3,0	6,2	11,2	17,8	54,8

Através da Tabela 24 e do Gráfico 44, é possível verificar que o estágio teve, de facto, grande importância para os respondentes. Todos os aspetos avaliados alcançaram valores médios acima de 7 (numa escala de 1 a 10), reunido mais de 70% de respostas nos níveis mais positivos (níveis 7, 8, 9 e 10). Se nos focarmos apenas no nível 10 (o mais positivo), todos os aspetos tiveram pelo menos ¼ das respostas neste nível. Melhorar o *curriculum* (média de 8,88) e o reforço das competências linguísticas (média de 8,86) foram os dois aspetos que reuniram avaliações mais positivas.

Gráfico 44
Avaliação da importância do estágio (%)

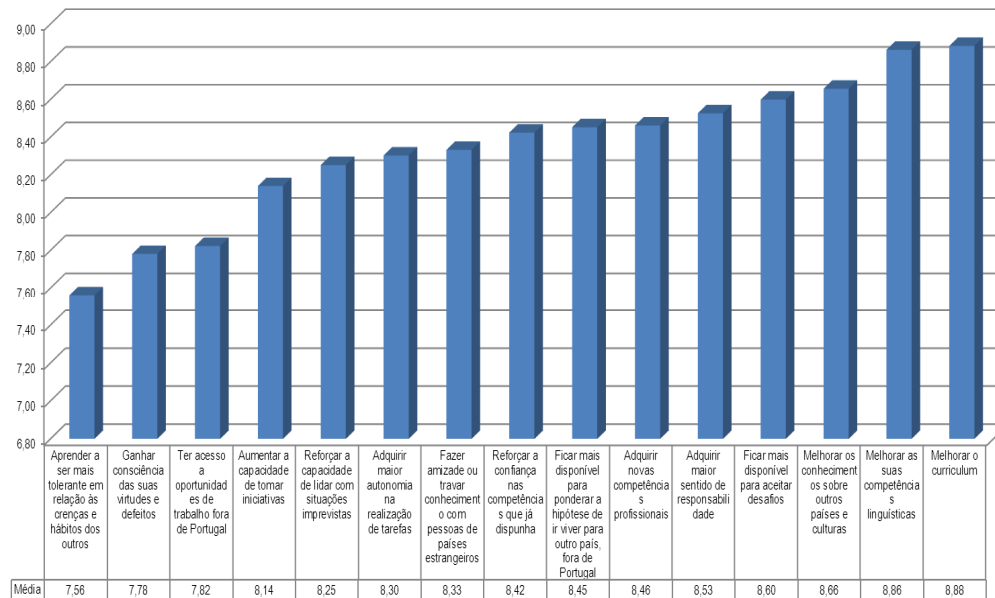


Tabela 25
Grau de satisfação em relação a várias dimensões do estágio (%)

	Muito insatisfeito								Muito satisfeito	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Informação relativa ao estágio disponibilizada pela sua instituição de origem	3,6	2,2	3,2	4,9	11,9	8,5	13,4	16,8	13,8	21,7
Apoio prestado pela sua instituição de origem no período pré e pós-estágio	1,7	0,9	2,8	3,4	6,8	7,7	12,8	16,8	17,5	29,6
Apoio prestado pela sua instituição de origem durante o período de estágio	2,7	1,5	2,8	2,6	7,7	5,6	12,8	18,2	16,0	30,1
Ambiente de trabalho na instituição de acolhimento	0,7	0,7	0,6	1,3	6,6	6,6	8,6	18,2	22,9	33,8
País de acolhimento	0,7	0,1	0,4	0,4	5,3	3,6	7,9	15,8	25,2	40,6

	Muito insatisfeito							Muito satisfeito			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Cidade de acolhimento	0,6	0,2	1,7	0,9	3,9	3,2	8,4	15,8	24,4	40,9	
Instituição de acolhimento	0,6	0,5	2,2	2,4	5,6	6,0	8,6	13,6	24,2	36,3	
Apoio recebido no domínio de orientação do trabalho na instituição de acolhimento	1,0	1,1	2,6	3,2	5,4	6,2	10,3	17,8	21,5	30,9	
Adequação do tipo de instituição à sua área de formação	1,8	2,2	1,3	1,9	6,7	5,2	8,2	19,4	18,9	34,4	
Informação relativa ao estágio disponibilizada pela instituição de acolhimento	2,3	2,1	1,3	6,0	10,1	8,4	11,6	16,9	18,2	23,1	
Apoio prestado pela instituição de acolhimento antes e durante a realização do estágio	2,1	1,2	3,9	4,1	8,6	6,2	9,2	21,2	15,2	28,3	
Possibilidade de ficar a conhecer melhor a cultura do país de destino	1,5	0,0	1,5	0,4	4,5	5,6	8,5	21,2	18,6	38,2	
Qualidade do alojamento	2,2	2,6	1,7	5,4	6,5	6,0	10,2	18,1	19,9	27,4	
Qualidade da alimentação	1,3	2,6	2,4	3,4	10,8	7,8	12,5	16,4	17,2	25,6	
Preço do alojamento	4,5	3,8	4,5	5,2	12,3	7,8	10,8	11,2	10,8	29,1	
Preço da alimentação	3,5	2,9	3,9	5,7	15,9	10	10,9	15,7	11,5	20,0	
Equipamento técnico da instituição de estágio	1,9	2,1	2,7	1,6	9,0	6,9	7,4	18,0	18,0	32,4	

Gráfico 45
Grau de satisfação em relação a várias dimensões do estágio (média)



A avaliação geral do estágio, medida a partir de várias dimensões, é globalmente muito positiva, como se pode ver na Tabela 25 e do Gráfico 45. O preço da alimentação é o único fator avaliado que não alcança uma média de 7 numa escala de satisfação de 1 a 10. O preço do alojamento (7,08), a informação relativa ao estágio disponibilizada pela instituição de origem (7,17), a informação relativa ao estágio disponibilizada pela instituição de acolhimento (7,46), a qualidade da alimentação (7,58), o apoio prestado pela instituição de acolhimento antes e durante a realização do estágio (7,66), a qualidade do alojamento (7,72), o apoio prestado pela instituição de origem durante o período de estágio (7,77), o apoio prestado pela instituição de origem no período pré e pós-estágio (7,84), o equipamento técnico da instituição de estágio (7,89), são dimensões que alcançam avaliações médias na casa dos 7 valores. Outras dimensões atingem mesmo a casa dos 8 valores, como sejam: o apoio recebido no domínio de orientação do trabalho na instituição de acolhimento (8,05), a adequação do tipo de instituição à área de formação (8,09), a instituição de acolhimento (8,32), o ambiente de trabalho na instituição de acolhimento (8,32), a possibilidade de ficar a conhecer melhor a cultura do país de destino (8,42), a cidade de acolhimento (8,62) e o país de acolhimento (8,67).

Mais uma vez, aqui se evidencia que os fatores mais valorizados não têm diretamente a ver com o estágio, mas sim com o seu enquadramento, o mesmo se podendo dizer para os fatores menos valorizados. Ou seja, o estágio não pode ser desligado de uma experiência que é vasta e complexa.

9.5. Trajeto e perspectivas pós-estágio

Um outro modo de avaliar o impacto do estágio é ter em conta a trajetória daqueles que participaram na mobilidade no período pós-estágio.

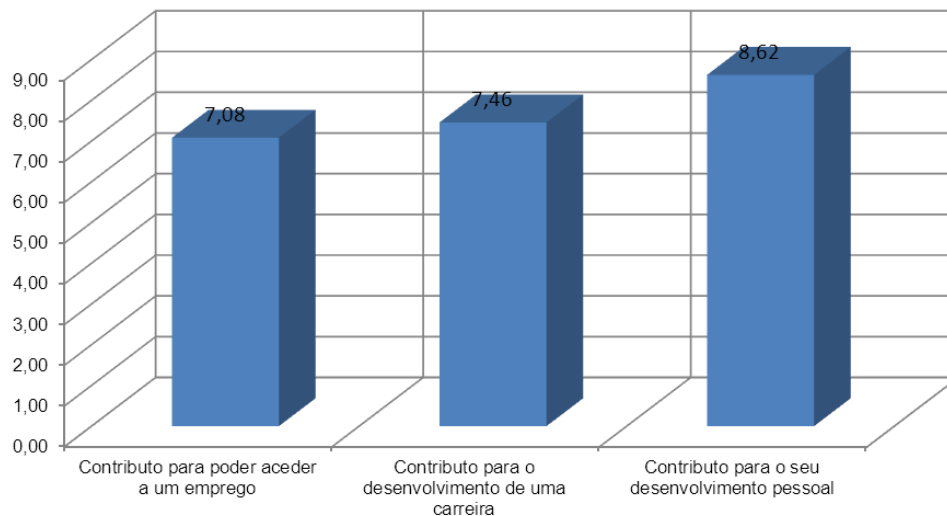
Depois de concluído o estágio, cerca de 38% dos que declararam estar numa mobilidade de FPI, ou não saber que tipo de mobilidade LdV realizaram, ficaram numa situação de procura de emprego e 30% indicaram ter prosseguido estudos em Portugal. Ainda assim, 17,5% dos inquiridos referem que encontraram emprego em Portugal. Com percentagens de respostas mais residuais aparecem aqueles que no imediato passaram a frequentar outra atividade de formação (5,5%), os que encontraram emprego no país onde fizeram o estágio (4,9%) e os que prosseguiram estudos no estrangeiro (4,1%). É relevante que 37,9% declarem que nos 6 meses imediatos à realização do estágio conseguiram um emprego ou estabeleceram-se por conta própria. Se considerarmos apenas os FPI, passam para 42% os que ficaram numa situação de procura de emprego no período imediatamente pós-estágio e para 36,7% os que indicaram ter prosseguido estudos em Portugal. Mas sobe também, para 22,7% a percentagem dos que encontraram emprego em Portugal.

Quanto aos estagiários LdV na vertente Pessoas presentes no Mercado de Trabalho (PMT), 38,6% declararam que no momento imediatamente anterior a realizar o estágio estavam desempregados, embora já tivessem tido um emprego remunerado; 35,1% eram empregados por conta de outrem; e 21,1% eram candidatos ao primeiro emprego. Após realizarem o estágio, os beneficiários de mobilidade PMT declararam que em 26,7% dos casos tudo se manteve igual; sendo de 6,7% os que declararam que a situação profissional piorou e de 5% os que afirmam que melhorou.

Tabela 26
Avaliação do contributo do estágio (%)

	Nenhum								Muito	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Contributo para o seu desenvolvimento pessoal	0,1	1,1	1,1	0,0	5,0	3,7	8,9	17,5	18,2	44,4
Contributo para poder aceder a um emprego	3,7	3,9	3,0	4,3	10,4	11,3	12,1	16,0	15,2	20,1
Contributo para o desenvolvimento de uma carreira	1,7	3,5	3,9	3,2	8,4	8,6	12,1	17,3	17,1	24,2

Gráfico 46
Avaliação do contributo do estágio (média)



Embora os respondentes tenham considerado que o impacto do estágio nos aspetos enunciados foi bastante positivo, esta avaliação foi mais visível no contributo do estágio para o desenvolvimento pessoal (média de 8,62, numa escala de 1 a 10), tendo reunido cerca de 44% das respostas no nível 10 (o mais positivo). Se olharmos para os quatro níveis mais positivos (nível 7, 8, 9 ou 10), este valor passa para cerca de 90% das respostas. No lado oposto, o aspeto menos significativo nestes níveis de

avaliação foi o contributo do estágio para aceder a um emprego, tendo sido registadas, mesmo assim, cerca de 70% das respostas nos níveis 7, 8, 9 e 10.

Questionados acerca das suas preferências em termos de desenvolvimento futuro de uma carreira profissional, cerca de 49% dos respondentes afirmam que preferem trabalhar em Portugal e só pensam em trabalhar noutro país se assim tiver de ser, seguindo-se 25% para quem o país não é relevante para desempenhar a atividade profissional que desejam exercer e 19% que preferem trabalhar noutro país e só desejam trabalhar em Portugal se assim tiver de ser.

Finalmente, tendo em conta o reconhecimento do estágio LdV, nomeadamente no que respeita aos certificados emitidos, cerca de 60% dos respondentes referem que receberam o EUROPASS; 38,2% receberam um certificado de estágio; 22,7% receberam um diploma reconhecido no país onde realizaram estágio; e 7,5% receberam outro tipo de documento. Importa, todavia, destacar que 10,2% dos respondentes indicam que não recebeu nenhum tipo de certificado, o que não foi impeditivo que o período de estágio lhe fosse reconhecido em Portugal no âmbito da formação frequentada. Adicionalmente, 43% dos beneficiários LdV receberam uma carta de referência da instituição onde realizaram o estágio.

10. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Como enfatizado na secção da “Metodologia e descrição das atividades realizadas”, a estratégia de recolha da informação assentou no pluralismo de métodos e técnicas e na triangulação da análise de resultados.

Além de uma abordagem quantitativa, recorreremos também a técnicas qualitativas, designadamente entrevistas. Foram realizadas 31 entrevistas: 10 a participantes no programa de mobilidade Leonardo da Vinci (FPI e PMT) – entrevistas identificadas com o código L; 10 a participantes no programa de mobilidade Erasmus (SMP) – entrevistas identificadas com o código E; e 11 a instituições beneficiárias dos programas de mobilidade (Leonardo da Vinci e/ou Erasmus) – entrevistas identificadas com o código I.

As entrevistas foram alvo de uma análise de conteúdo, recorrendo-se ao software de análise qualitativa MAXQDA. De forma a potenciar ao máximo a informação produzida, foram criadas categorias de análise que abarcaram os vários aspetos ligados ao processo de mobilidade. No caso das entrevistas aos participantes nos programas de mobilidade (entrevistas com código E e L), foram abordados aspetos que dizem respeito às motivações para a realização da mobilidade; os aspetos negativos ou dificuldades e os aspetos positivos da mobilidade; e a situação pós-mobilidade. No que respeita às entrevistas realizadas com representantes das instituições (entrevistas com código I) foram abordadas questões relativas aos procedimentos de escolha das entidades de acolhimento; critérios de seleção dos participantes; preparação do estágio; acompanhamento do estágio; situação e práticas pós-estágio; aspetos positivos ou a melhorar; e procedimentos de gestão da bolsa.

10.1. PARTICIPANTES ERASMUS E LEONARDO DA VINCI

10.1.1. Motivações – vou fazer um estágio Erasmus/Leonardo da Vinci

O que motiva os estagiários a realizarem um período de mobilidade no estrangeiro?
Quais são os aspetos que os levam a tomar esta decisão?

As motivações dos participantes dos programas de mobilidade prendem-se com variados aspetos. Desde logo, um dos mais referenciados como tendo grande peso na realização do estágio é a influência da instituição de origem. Isto é comum no domínio do ensino profissional, que incorpora nos seus *curricula* a realização de estágio e que vê crescentemente na oportunidade de usar a oferta de estágios internacionais, quer como uma bandeira de atração de novos alunos/formandos, quer como uma bandeira de motivação dos seus alunos/formandos. Mas ocorre também noutro tipo de instituições. Isto é, em alguns casos, a existência de um estágio no estrangeiro já fazia parte do plano de estudos (situação que se verifica em instituições de ensino superior ao nível da conclusão do segundo ciclo), tal como podemos constatar nas seguintes declarações:

eu estava a fazer a tese e a tese envolvia fazer um estágio lá fora (L1)

a investigação que eu estava a desenvolver na Universidade de Coimbra tinha por objetivo uma experiência, uma colaboração internacional (E1)

Noutros casos, o incentivo de professores ou a divulgação do programa na instituição parece ter sido o gatilho para despoletar a mobilidade:

acho que lá na escola devo ter visto nalgum lado. Porque não era uma ideia já que eu tivesse desde o início do curso de ir fazer Erasmus. Penso que foi por ter visto, provavelmente, algum folheto sobre Erasmus. (E11)

a minha diretora informou-me que estava aberta esta oportunidade da bolsa e eu concorri. (L4)

O facto de existir conhecimento de experiências anteriores é também um outro fator que motiva os estagiários: *quando eu estava a pesquisar informação sobre o curso, reparei que, efetivamente, os meus colegas, da primeira edição do curso, tinham tido oportunidade de ir para o estrangeiro (L7).*

Além da grande importância dada ao incentivo institucional, a expectativa de benefícios profissionais ou académicos, assim como a existência de experiências pessoais anteriores de deslocação para fora do país são também dois dos motivos com maior importância mencionados pelos entrevistados: *Procurei [estágios] para o estrangeiro porque gostei muito da experiência Erasmus anterior. (E6)*

Para muitos dos entrevistados, a realização do estágio apresentou-se, de facto, como uma forma de enriquecer o *curriculum*, de perceber e aprender outras formas de trabalhar, representando uma alavanca potencial para um futuro profissional mais próspero.

achei que realmente era altura de fazer alguma coisa, com projeção (...) a nível de carreira e a nível de currículo (E2)

a nível curricular eu creio que é muito importante. Porque pelo menos já tenho duas experiências internacionais, e sei que poderá ter algum impacto naquilo que poderão ser as minhas ambições profissionais, na forma como estou a planear (L10)

Acho que foi para ter a noção de uma cultura de trabalho nova e ter alguma experiência também (E9)

era uma boa oportunidade para irmos a outro país. Ir e conhecer outra maneira de trabalhar diferente e outra cultura. E isso bastou. (E11)

A influência de familiares ou amigos, quer através do incentivo direto, ou através da existência de emigrantes na família, é também outro dos aspetos que influenciam a decisão dos participantes a entrar nos programas de mobilidade.

conheci umas estudantes romenas que estavam de Erasmus na minha faculdade e em parte foram elas que me motivaram a ir de Erasmus. (E3)

Mas a razão pela qual eu fiz o estágio foi, exatamente, porque um colega me disse que existia a possibilidade de haver uma bolsa para quem encontrasse um estágio. (E4)

tinha muita vontade de ir para o sítio para onde fui; ou seja, para a Alemanha, muito por influência da minha mãe (E5)

Tinha uma grande amiga minha que tinha feito no ano anterior o estágio lá e tinha-me falado muito bem. (E10)

um dos meus colegas da Universidade tinha feito Leonardo Da Vinci em Barcelona no ano anterior, e nós começámos a falar: porque é que não te candidatas? (L6)

Por outro lado, e tal como também vemos na declaração do entrevistado E4, a existência de uma bolsa, de ajuda financeira é também um aspeto muito importante. O mesmo entrevistado acrescenta, dizendo mesmo: *a razão pela qual eu fiz um estágio foi eu saber que existia a possibilidade de receber uma bolsa (E4)*. Como veremos mais à frente, este é um aspeto que assume uma enorme importância no desenvolvimento do período de mobilidade. Ou seja, a bolsa, por si só, num cenário de incerteza, não é um fator despreciando e muito menos descartável.

As motivações pessoais, isto é, a vontade de experimentar e de conhecer um novo país, a vontade de sair de casa e ganhar alguma independência, a curiosidade por novas culturas ocupam igualmente uma grande fatia no que respeita às motivações dos estagiários. Este fator parece ser tão mais relevante quanto, nos dias de hoje, estudar no ensino superior já não está associado à ideia de “sair de casa”, a não ser em casos minoritários. Assim, aos aspetos de influência externos, que promovem a

participação nos programas de mobilidade, aliam-se também aspetos do foro pessoal e interno:

Queria uma experiência diferente. Quer dizer ... eu sempre vivi no Porto, sempre estudei no Porto. Portanto eu sou aqui da zona. Fui também para a Universidade do Porto por uma questão de conveniência ao nível de alojamento e etc. E portanto acabei por nunca ter a experiência de viver fora. Para já, por mim mesmo, e depois por um país diferente e depois ter uma experiência em que, de facto, pudesse assegurar a minha independência por mim mesmo (E2)

E sempre gostei de viajar, e eu gostava de ter uma experiência internacional em concreto para permitir-me, a mim próprio, conhecer outras realidades e conhecer mais do mundo lá fora. (L4)

uma das motivações foi essa, ir para fora, conhecer pessoas novas e sítios diferentes. (E9)

Além das motivações para a realização do estágio, os entrevistados mencionaram também alguns aspetos que são importantes para a escolha do país de acolhimento. Nos casos em que foi possível escolherem o país para onde queriam ir, a língua do país, e em especial o facto de se falar ou não inglês no país em questão é um dos aspetos primordiais nesta escolha. Contudo, é também tido em conta o custo de vida e o impacto profissional, ou seja, a importância daquele país na área de trabalho pretendida.

em inglês estava completamente à vontade e foi isso que me levou mais a escolher Inglaterra. (L3)

mas Inglaterra também por causa da língua, não é! A língua é sempre mais fácil. (L6)

Eu não queria um país muito caro, também não queria um país standard, digamos dos mais normais da Europa, dos mais conhecidos (E9)

em termos de custos de vida não era muito diferente dos custos de vida daqui, de Portugal. Portanto foi também uma das partes pela qual eu preferi ficar nesse país (E10)

em termos profissionais o estágio em Rotterdam, tendo eu, realmente, como objetivo uma carreira em termos de comércio internacional, justifica-se muito mais...(L7)

Mas escolhemos Oslo por ser uma zona que nós sabíamos que, normalmente as coisas estariam mais avançadas do que em Portugal. (E11)

10.1.2. Dificuldades enfrentadas

No leque das dificuldades que os participantes nos programas de mobilidade Erasmus e Leonardo da Vinci enunciam, são de facto as dificuldades económicas as que são mais referidas.

Grande parte dos estagiários, sobretudo do programa Erasmus, reforça a ideia de que sem um pé-de-meia prévio ou sem a ajuda de familiares, a estadia durante o período de mobilidade seria impossível, limitando o acesso a estes programas de mobilidade: *a verdade é que acho que nem todas as pessoas podem fazer o Erasmus porque o nível financeiro é complicado... as bolsas são muito reduzidas.* (L8)

Esta necessidade advém, por um lado, do atraso no pagamento das bolsas ou do seu desadequado faseamento se atendermos ao facto que, frequentemente, 20% do valor da bolsa é muitas vezes recebido 12 a 24 meses depois de terminado o período de mobilidade. E por outro lado, devido à própria insuficiência do valor da bolsa ou ao seu desajuste em relação ao custo de vida do país de acolhimento.

De acordo com os testemunhos recolhidos, alguns participantes tiveram algumas dificuldades, mesmo em aspetos básicos, como a alimentação: *Embora os ingredientes todos fossem muitos caros ... então, não comi como deve ser. Posso dizer que não comi como deve ser.* (L1)

Outros participantes confessam que tiveram a necessidade de procurar um trabalho remunerado no país de acolhimento para conseguirem fazer face às despesas, embora isso não constasse das suas expectativas iniciais: *quando vim para aqui com o estágio, quando recebi a bolsa, no final tive que trabalhar para conseguir pagar o alojamento e a comida.* (E3)

No geral, se reconhecem que, por vezes, seguiram opções erradas (por exemplo, adotando os mesmos padrões de alojamento que tinham na origem, quando a prática no destino é muito diferente), os entrevistados apontam a necessidade de se repensar a forma de pagamento das bolsas; ou seja, o faseamento da receção das bolsas de estágio.

Vejam algumas declarações recolhidas:

Pagaram-me os oitenta por cento e depois pagaram os vinte (...) Mas os oitenta por cento chegaram depois do estágio. (L1)

ainda estou à espera de mil e duzentos euros, que eram um dinheiro que neste caso ter-me-ia feito imenso jeito, porque tive que estar a pedir aos

meus pais, neste caso, e não faz sentido nenhum eles ficarem com este valor porque os estágios estavam a decorrer há um ano atrás, e há um ano atrás é que eu precisei do dinheiro. Se existe uma bolsa é para nós a utilizarmos quando decorre o estágio, não é? (L3)

É difícil, sobretudo, porque Inglaterra é um país bastante caro, o alojamento é caríssimo (L6)

este tipo de bolsas ... deviam conseguir que uma pessoa conseguisse gerir, para poder alugar uma casa e pagar os transportes sem precisar de mais dinheiro; sim, sem precisar de pedir dinheiro aos pais, acho que isso é importante (L8)

Recebi sessenta por cento, depois vinte por cento no fim do estágio, e faltam os outros vinte por cento, mas no caso, os meus pais acabaram por me ajudar porque se não, não dava para a pessoa se manter lá. (...) em termos absolutos chega... mas como não recebemos tudo, ou nem recebemos por mês, é mais difícil gerir (L9)

rever um pouco, como é feito essa atribuição das bolsas. Sobretudo no Erasmus. Depois não só na quantia mas também no faseamento ou naquilo que é o procedimento de parcelar. Porque sejamos diretos e honestos, porque se eu não tiver ninguém para recorrer para me suprir os primeiros dias, nunca poderei pensar em fazer uma mobilidade. E tive sempre que recorrer à minha família para nos primeiros tempos me ajudar. (L10)

Devo dizer que não foi suficiente. Nem cobria o alojamento. Os meus pais ajudaram-me, foi o que acabou por ser. Não foi uma despesa terrível, porque eu também tentei controlar bastante bem os meus gastos. Estava tudo bastante contado. Porque a bolsa cobria, digamos que dois terços, ou três quartos do alojamento e mais nada, para os seis meses. (E2)

Agora, difícil é a parte financeira, não é? Para mim acabou por se resolver porque era as economias que tinha, não é? Mas depois quando terminei o estágio voltei para casa de bolsos vazios e tive que voltar à estaca zero, não é? Voltar a ter que depender dos pais, voltar a encontrar trabalho (E4)

Porque o que me tinha sido informado pela minha instituição de ensino foi que, pelo menos metade me seria entregue ou no início ou a meio do estágio. Nenhuma das situações se verificou. Apenas recebi já passado um mês ou dois depois de ter voltado (E10)

Se por um lado é conveniente, o que nem sempre acontece, que as instituições definam, publicitem e cumpram critérios de pagamento das bolsas, por outro lado é difícil compaginar o desejo dos beneficiários da mobilidade em não ter que esperar até 24 meses pelos 20% finais (tendo esses 20% grande relevância em contextos marcados pela insuficiência do valor das bolsas) com a necessidade das instituições em terem um mecanismo de controlo que assegure que os beneficiários concluam adequadamente (entregando todos os relatórios e cumprindo os demais formalismos) o processo de mobilidade. O paradoxo que daqui resulta reside no facto de, ao mesmo

tempo em que a experiência de mobilidade é sentida e vivida enquanto oportunidade de reforço da autonomia e de independência individual, essa mesma experiência de mobilidade obrigar rápida e incontornavelmente a retomar dependências de que as pessoas tinham a expectativa de se estarem a libertar, designadamente a dependência em relação aos orçamentos familiares.

Uma outra dificuldade muito sentida está relacionada com a língua. De uma forma geral, quando se refere ao inglês as dificuldades não são tão acentuadas, embora em muitos casos, sintam a falta de maior preparação nesta língua para a comunicação no dia-a-dia:

depois de estar lá tive algumas dificuldades na comunicação com as pessoas, o meu inglês não era muito bom (...) eu acho que mudaria em termos das aulas de inglês, talvez seria mais ... mais aulas de inglês, que é para os alunos estarem mais preparados. (L5)

Quando a língua do país de acolhimento não é o inglês, as dificuldades são acrescidas, denotando-se uma necessidade de maior preparação, uma vez que limita e condiciona, quer o relacionamento interpessoal dos estagiários, quer, em alguns casos, as suas funções no local de estágio e logo, põe em causa o sucesso do mesmo.

A maior dificuldade a nível do inglês foi na vivência do dia-a-dia em que, contrariamente ao que eu esperava, encontrei na Holanda bastantes pessoas que não falavam inglês (L7)

Na cidade falava-se o francês... aí já tinha mais alguma dificuldade. O que não era muito fácil (E4)

nos horários de almoço e jantar a equipa que fornecia os almoços e jantares eram nativos e não falavam o inglês. Aí talvez terá sido, não é dificuldade, mas foi a parte mais difícil de adaptação. (E10)

E chegámos algumas vezes a ir ao centro de saúde, sim, mas nunca pudemos fazer praticamente nada, porque não sabíamos falar nada de norueguês. E eles lá falam sempre em norueguês, obviamente. (E11)

Como poderemos constatar em algumas das seguintes declarações, alguns dos estagiários referem ainda que não sabiam da possibilidade de terem cursos de língua de preparação para o estágio, reconhecendo, contudo, que tal seria uma mais-valia. Este desconhecimento é particularmente visível para os estagiários Erasmus e para os beneficiários ligados a instituições de ensino superior (sejam Erasmus ou LdV), já que as demais instituições envolvidas no programa LdV tendem a incorporar generalizadamente a preparação linguística na organização do estágio.

Essa foi por acaso uma coisa que eu não sabia que existia, na altura. Que era a possibilidade de fazer cursos de aprendizagem da língua (E10)

talvez seria desejável ou seria muito interessante se isso fosse sempre previsto. Porque não pensarmos numa parceria ou mesmo ter aqui alguma escola em Bruxelas, ou mesmo a ULB, o Centro de Línguas, ter uma parceria ou receber sempre estudantes que viessem a Bruxelas fazer uma mobilidade profissional ao acordo, ao abrigo de um destes programas, e ter um curso (L10)

De facto, a necessidade de uma maior informação e acompanhamento por parte das instituições de origem, não só durante o estágio, mas também antes e depois, parece ser algo que os participantes sentem falta. Contudo, esta necessidade é mais sentida junto dos participantes de instituições de ensino superior do que nas restantes. Ou seja, existe uma diferença clara na avaliação dos estagiários, quer Erasmus quer Leonardo da Vinci, consoante a instituição de origem, seja ela, por exemplo, de ensino profissional (ao nível básico ou secundário) ou de ensino superior.

Esta diferença poderá, de resto, estar também relacionada com o tipo de participantes de cada uma destas instituições, uma vez que em instituições de ensino e de formação profissional estamos a falar de participantes que muitas vezes são menores de idade, logo, com necessidade de um maior cuidado e acompanhamento.

Pelo contrário, nas instituições de ensino superior o acompanhamento não é, no geral, tão próximo, denotando-se, deste modo, alguma insatisfação por parte dos estagiários.

Praticamente tive de fazer tudo sozinha, tive que encontrar a empresa, tive que acordar tudo com eles, e depois o Leonardo lá no (...), a única coisa que fizeram foi enviar os contratos, e essas coisas mais burocráticas. De resto fui eu tudo que tive de fazer, e senti-me um bocadinho abandonada nesse sentido. (...) Acho que deviam dar um relatório sobre como é que se vive no país. Ok, que isso pode ser encontrado em blogs, eu compreendo isso tudo, mas não é a mesma coisa ter um relatório da Agência Nacional a dizer como é que são as coisas e a alertar para as dificuldades que podem ser, se calhar, ultrapassadas por um relatório desses. (L3)

Um ponto que eu acho que é fulcral é que a informação não é muito fácil de obter. Como é que funciona, quais é que são as regras. Se eu for para sítio A quanto é que eu vou receber, se eu for para sítio B quanto é que vai ser o meu apoio. E, portanto, uma pessoa quando está à procura de uma oportunidade destas, seja por curiosidade, seja porque sente que é importante tanto para o seu currículo como para a sua vida pessoal, para poder também de algum modo decidir o tempo que vai investir a tentar ir à procura, conseguir concretizar uma oportunidade destas. Às vezes fica logo perdido: onde é que eu vou buscar a informação e a informação nem sempre é clara. Não é muito fácil de perceber como é que funciona. (E1)

Eu acho que não fomos assim tão apoiadas nesse sentido. Eu acho que fomos muito apoiadas no antes, mas no durante e no depois, nem por isso (...) Foi mais a preocupação de organizar as coisas todas para nós podermos ir e depois de nós irmos e de estarmos lá e de voltarmos, não houve grande preocupação (E11)

Além de uma maior informação sobre o processo de mobilidade, a necessidade de um maior apoio na procura de alojamento é também um aspeto que merece a atenção dos participantes. Em alguns casos, este processo foi difícil, sendo que um maior apoio da instituição de origem ou mesmo da instituição de acolhimento é tido como uma vantagem. Mais uma vez, esta situação é particularmente relacionável com os estágios Erasmus e com os estágios LdV protagonizados por instituições de ensino superior, dado ser uma prática comum, no LdV, sobretudo na vertente FPI, garantir a logística de alojamento ainda antes do estágio ser iniciado.

a nível de alojamento, eu não tinha noção de como é que as coisas aqui funcionavam (L3)

isso já é um bocadinho mais complicado, por causa de arranjar casa. Acho que os alunos que vão para lá deveriam ser mais apoiados nesse aspeto. Mas pela instituição de lá, talvez. (E9)

O reconhecimento formal do estágio é outro dos aspetos referidos pelos participantes como algo que necessita de melhoria, na medida que este processo nem sempre é facilitado. Isto é particularmente marcante no caso dos estágios Erasmus, dado que os *curricula* académicos não preveem a realização desse tipo de atividades, tendo dificuldades em encaixá-lo nos planos formais, o que justifica a dificuldade das instituições em preencher o número de vagas disponíveis. É pouco comum na formação profissional, dado que os programas de formação incluem precisamente formatos de estágio adaptados aos estágios LdV (FPI).

parece-me a mim que nós depois temos quase um bocado de fazer finca-pé para depois nos ser reconhecido que estivemos lá fora. Se calhar era isso... o aspeto que gostava de ver alterado. Ou seja, ser mais automático o processo de obtenção do diploma, qualquer coisa que nos certifique que estivemos lá fora (E5)

A falta de divulgação destes programas de estágio é um outro aspeto para o qual os participantes chamam a atenção, reconhecendo que são programas importantes, devendo ser mais divulgados pelas instituições:

E provavelmente divulgar mais também a existência dos programas, porque há vários programas que as pessoas não têm conhecimento (L9)

A única coisa que eu acho, de facto, é... não é publicitado que chegue... não é... não chega a toda a gente... ahn... é mais por aí. Porque de resto eu acho que são programas fabulosos, e toda a gente deveria ir de Erasmus. (E6)

A mobilização (em contextos de sessões especificamente organizadas para o efeito) de antigos participantes em projetos de mobilidade para ajudar a motivar novos e potenciais participantes é um fenómeno que se regista em várias das instituições que gerem projetos LdV (FPI). Sendo interessante destacar a estratégia pontual que consiste em enviar estagiários que ainda têm, uma vez realizado o estágio, mais um ano de presença/formação nas suas instituições. Essa estratégia gera um efeito de contágio que alimenta uma procura crescente deste tipo de oportunidades relativas às mobilidades internacionais.

Ainda no campo das dificuldades, os participantes referem que realmente sentiram falta da família e dos amigos, contudo conseguiram de alguma forma gerir este obstáculo, devido às novas formas de comunicação, como o *skype* ou o *facebook*:

Eu tive os problemas iniciais como toda a gente, não é? A adaptação e as saudades de casa e etc., tendo em consideração especialmente que foi a minha primeira experiência longe. (E2)

*se calhar um aspeto negativo, seria o distanciamento em relação à família, ainda por cima estando as coisas cá como estão, às vezes é um bocado complicado... ahn... mas sinceramente não vejo muitos pontos negativos. Porque agora, quer dizer, há *skype*, há todas essas tecnologias que nos permitem comunicar (E5)*

Contudo, também se registam algumas dificuldades de socialização e de adaptação a uma nova cultura, a uma alimentação ou um clima diferente, realçando a necessidade de uma maior preparação cultural prévia, de maneira a mitigar estes aspetos, tal como já foi referido em algumas declarações em cima transcritas.

Eu cozinhava lá porque a alimentação deles, principalmente ao almoço, é só pão com queijo durante todos os dias. E isso não me agradava muito. Depois os meus almoços, eu levava comida de casa, comida quente num tupperware (...) achei o clima bem complicado, o clima é rigoroso, foi rigoroso. Achei uma adaptação difícil ao clima. E depois é o choque gastronómico que também é importante (L1)

ao nível do relacionamento interpessoal, ah, que efetivamente era um pouco, era bastante, era bastante diferente do relacionamento, enfim, vamos dizer com portugueses, ou com pessoas de outras nacionalidade em Portugal, se calhar algo mais relaxado, digamos assim, para um, um outro tipo de relacionamento profissional bastante mais, bastante mais exigente... ah, essa, essa foi sem dúvida a principal, a principal dificuldade (...) basta pensar que estamos a falar num estágio de um mês e meio e

claro que quando uma pessoa se tenta inserir ah, num grupo profissional, e esse grupo profissional à partida sabe que aquela pessoa vai estar ali só durante um mês e meio, isso é, isso é um fator que não é realmente muito positivo porque, enfim... nós somos seres humanos, estamos habituados à mudança e sabemos que uma certa pessoa vai estar ali um mês e meio, se calhar, a nossa, a nossa abertura e a nossa disponibilidade com essa pessoa não será a mesma do que, se calhar, uma pessoa que sabemos que será o nosso colega durante seis meses, durante um ano (L7)

Não estava muito habituada a uma cidade muito parada, muito... porque aquilo às sete horas está tudo fechado e nós sabemos que nós portugueses, depois do trabalho, gostamos de sair, de estar com os amigos e de conviver um bocadinho. Isso não acontecia lá e então era muito difícil arranjar amigos (E4)

A duração do estágio, assim como os locais e as instituições de acolhimento são também aspetos referidos pelos participantes como algo que poderá melhorar. Para alguns estagiários, principalmente participantes no programa Leonardo da Vinci, a duração do estágio deveria ser alongada:

Vinte semanas, que é mais ou menos cinco meses parece-me adequado, mas, se houvesse possibilidade, se calhar, de fazer, não sei, seis meses (L9)

a própria empresa [disse] que o tempo do estágio era demasiado reduzido, ou seja, o que me pareceu é que no futuro eles não vão ter portas abertas para estágios de mês e meio (L7)

Do mesmo modo, os participantes consideram que os locais e as instituições de acolhimento dos programas Erasmus e Leonardo da Vinci deveriam aumentar, alargando o seu espectro geográfico, existindo até a possibilidade de incluir países não europeus.

Eu por exemplo sentia falta de não haver algo de semelhante com os Estados Unidos, porque surgiu-me também a oportunidade de ir para os Estados Unidos nos mesmos moldes, porque uma parte da colaboração era em Espanha. E de facto não há nenhum tipo de financiamento da Europa para os Estados Unidos. Apenas a Fundação Luso Americana, Fundação Calouste Gulbenkian, e não há nenhum tipo de equivalente, vamos lá, Erasmus ou Leonardo da Vinci. (E1)

outra recomendação de que falei, foi serem realmente estabelecidas parcerias entre as universidades com as organizações e... eu não acredito que seja muito difícil porque a organização tem um feedback do aluno, não é, e a universidade tem um feedback positivo da instituição, basta, como a gente costuma dizer, um carimbo da universidade para ser estabelecido esse elo (E4)

acho que é uma das coisas que deveria melhorar, mas isso também vai um bocado das instituições de ensino, em criar protocolos noutras áreas, que não aquela para onde eu fui estagiar. Essa, para mim, é

provavelmente a mais importante. É criar mais tipologias diferentes de oportunidades de estágio. (E10)

Eu acho que sim, eu acho que poderia haver qualquer tipo de país e que as pessoas devem escolher o país que acham que é mais útil (L8)

10.1.3. Aspetos positivos/impactos da mobilidade

Apesar de algumas dificuldades, no geral, os participantes avaliam a experiência de mobilidade muito positivamente, sendo muitos os que referem que repetiriam a experiência novamente.

O período de mobilidade tem assim um grande impacto a nível pessoal, sociocultural e profissional.

A nível pessoal, os estagiários indicam que o estágio contribuiu para uma maior autonomia, independência e também uma maior auto estima.

eu tinha-me numa, não diria uma baixa autoestima, mas tinha-me em não muito, muito, muito boa consideração no que consta à minha capacidade de trabalho e à minha capacidade. E, pondo-me fora do meu ecossistema daqui, adaptei-me e trabalhei e tive boas referências, noto que realmente a universidade cá preparou-me bem para os bons desafios. Portanto, acho que o programa de mobilidade também me serviu para isso. Porque removeu-me da minha zona de conforto e eu respondi favoravelmente (E2)

uma aluna deslocada é totalmente diferente de ir a casa todos os fins de semana e não ir a casa de todo, em cinco meses. Portanto é mesmo a nível pessoal para cortarmos um bocadinho o cordão umbilical com os nossos pais... (E8)

o meu estágio ajudou-me imenso a conhecer-me a mim mesmo. Ajudou-me imenso, por exemplo, depois do estágio fiquei com muito mais autoestima porque aprendi melhor como é que funcionava, aprendi que consigo ser trabalhador, aprendi que consigo ser autónomo (E5)

A acrescentar a esta autonomia e independência está a ideia de viver ou trabalhar fora do país, que após o estágio passou a ser encarada com mais naturalidade. Aliás, alguns dos estagiários foram viver para fora de Portugal, após o estágio. Uns no país onde realizaram o estágio e outros em países diferentes, revelando o impacto que a mobilidade tem no percurso dos estagiários.

Acabo por não interpretar a vida fora de Portugal como um bicho papão como pensava, antes, que seria. Agora interpreto com uma naturalidade muito maior (E8)

Apesar de depois ter vindo para Inglaterra sozinha. Mas, se calhar, se não tivesse feito o Erasmus, ia ser muito mais difícil sair de Portugal sozinha e viver em Inglaterra, do que foi. Isso sem dúvida (E11)

a minha ideia, neste momento, é pedir uma bolsa Leonardo Da Vinci, para ir a Itália (E3)

As competências linguísticas são um outro fator que é positivamente destacado pelos participantes. O estágio realizado foi também uma oportunidade de aperfeiçoar e ficar a conhecer melhor uma língua estrangeira, fator ao qual são reconhecidas potencialidades no plano profissional e sociocultural.

toda a gente tem que falar inglês e isso é um dos grandes aspetos que eu retiro, em termos daquilo que são as aptidões e as competências que as experiências internacionais nos proporcionam. É o desenvolvimento de competências linguísticas (L10)

os meus colegas de trabalho espanhóis, quase sempre tinha que falar com eles em espanhol, porque o inglês deles era muito fraco. Tinham dificuldades em entender-me. O que até foi bom para mim, porque acabei por aprender muito melhor espanhol dessa maneira (E1)

E depois lá, quer dizer, ouvir tanto alemão diariamente foi espetacular, aprendi depois muito mais. A determinada altura, para aí oitenta por cento daquilo que eu falava era alemão e às vezes só quando tinha necessidade de dizer alguma coisa que não estava a conseguir dizer, falava inglês. Mas depois vim para cá, para Portugal, e ainda continuei mais algum tempo no alemão até ter um diploma de alemão (E5)

O estágio deu-me acima de tudo o conhecimento de uma língua que eu não conhecia que é o italiano, eu não tinha bases e hoje em dia tenho (L4)

Além das competências pessoais, os estagiários adquiriram também competências socioculturais, isto é, fizeram amizades, adquiriram maior compreensão e conhecimento de outros países e culturas, até mesmo pelas viagens que conseguiram realizar dentro e fora do país de acolhimento. A experiência de mobilidade abre, sem dúvidas, as portas ao cosmopolitismo e à multiculturalidade.

é uma iniciativa que muda a vida de milhares de jovens há imenso. Imensas pessoas que eu tive oportunidade de contactar, também Erasmus, que falaram ter sido o melhor ano da vida deles, de pessoas que falam que foi uma mudança completa na maneira de estar, na maneira de ver o mundo, ainda para mais quando se fala tanto no contexto global do facto de haver tanta intolerância, mesmo, cada vez mais dentro da Europa, acaba por ser uma maneira das pessoas acabarem com alguns mitos e barreiras que se calhar têm em relação a outras pessoas só porque são de outro país (E1)

estou-me a lembrar que tinham um grupo de corrida e, então, eles, pronto, sempre me convidaram para ir correr com eles. E fui muito bem recebida em todos os aspetos. (...) Sim, de várias nacionalidades. Italianos,

espanhóis, alemães, tínhamos também um colega nosso que era dinamarquês, isto o grupo com que contactávamos mais. E então como estávamos todos a passar pelo mesmo, acabávamos por nos apoiarmos mutuamente. (E8)

Nós costumávamos estar sempre, o nosso grupo, estavam lá estagiários, fizemos, sei lá, falámos quando chegámos aqui a Portugal, continuávamos a manter contacto durante uns tempos com uma ou duas pessoas e ainda, às vezes vamos falando. Um dos rapazes até veio estagiar aqui para Braga e ficou uns tempos aqui na nossa casa, como nós o conhecemos e tal, mas correu tudo bem. Fizemos alguns amigos (L2)

não tinha noção da variedade de pessoas que há e isto é estúpido, porque em Portugal nós vemos basicamente o mar e Espanha. E não temos tantas culturas como aqui há, todas juntas, todas de igual nível, porque em Portugal acabávamos por ter determinados estereótipos e aqui somos todos iguais. E eu, isso agrada-me bastante, e conseguimos todos falar da cultura de cada um, com respeito, e tirar benefícios de cada cultura, que se podem adaptar a nós, ou não. (L3)

acima de tudo o estágio internacional e o programa Leonardo Da Vinci, para além de nos permitir adquirir novas experiências no mundo do trabalho, em outros países, também nos fornece meios para que nós nos adaptemos a outras realidades, e eu, e eu tentei adaptar-me à realidade deles, isto é, viajando e conhecendo outras realidades e monumentos, e coisas que é impossível conhecer aqui em Portugal. (L4)

eu consegui encontrar uma solução melhor, e que também sendo neste caso um quarto numa pessoa local, que é uma experiência que eu também queria, também me permitiu, como hei de dizer, também me permitiu ver a cultura local do ponto de vista de uma pessoa local, pronto, e não estar, se calhar, enfiado num quarto, numa casa com várias pessoas, de várias nacionalidades. É uma experiência ligeiramente diferente (L7)

Um outro tipo de competências, que também se podem destacar, são as competências profissionais. De facto, os estagiários referiram a importância do estágio que fizeram para este campo das suas vidas. A melhoria do *curriculum* e a criação de novas oportunidades, às quais alguns tiveram acesso quase imediato, são impactos importantíssimos nestes programas de mobilidade. Além disto, a melhoria das competências que já tinham ou uma maior autonomia no desempenho das tarefas profissionais são também factos relevantes a apontar.

E de facto as minhas experiências internacionais tiveram um peso bastante grande, aliadas ao facto de já ter alguma experiência, apesar de ser diferente, mas já ter alguma experiência na investigação. Mas sem dúvida que as experiências internacionais fizeram toda a diferença [para ter o trabalho que tenho hoje]. (E1)

Aprendi imenso. Evoluí imenso a nível de trabalho laboratorial e também fiquei a constatar o quão bem esta universidade me preparou (E2)

Quando estava a fazer o estágio estava sozinha no gabinete e isso permitiu-me dar-me uma autonomia laboral (E3)

Os contactos que eu criei cá, durante o estágio, foram aqueles que me permitiram ter agora trabalho. (E6)

Possibilitou-me ter contactos, ter essencialmente a nível de empresas e que posso utilizar um dia mais tarde (E8)

a empresa onde eu estou agora a trabalhar, apesar de não ser do mesmo ramo, uma das razões pela qual eles me contrataram, e isto dito explicitamente por eles, foi pelo facto de eu me ter aventurado para fora. Para um país que não é propriamente muito normal para ser escolhido como estágio, ou como mobilidade de Erasmus em termos de trabalho. (E10)

Eu acho que foi basicamente por ter feito Erasmus que consegui sair de Portugal e vir trabalhar para Inglaterra. E isso foi muito bom. (E11)

Entretanto, o estágio acabou, eles convidaram-me para ficar, não é, eu fiquei a trabalhar no hotel ah, acho que foram mais seis meses, acho que foram, sim à volta de seis meses, entretanto eles apostaram em mim, mandaram-me para Londres (...) nunca teria chegado a esta oportunidade se não fosse o Leonardo Da Vinci. Porque era impossível conseguir manter tanto tempo em Inglaterra sem qualquer tipo de financiamento (L6)

sem dúvida que a experiência do estágio me preparou de uma outra forma, para chegar aqui, e realmente não estar, como hei de dizer, ir ter com as pessoas, saber falar, saber-me apresentar, não ter receio, perguntar, ir à luta, nesse sentido eu já era uma pessoa com essa, com essa mentalidade, é certo, mas o estágio também foi, foi uma experiência bastante interessante, nesse sentido (L7)

acho que é muito importante entrar naquilo que é o mercado de trabalho, pelo menos a parte prática, daquilo que nós aprendemos, e ainda por cima se tivermos essa oportunidade num país estrangeiro (L8)

o facto de ser internacional, quer neste estágio quer no outro em Bruxelas, em ambos, o facto de trabalhar com outra língua exige mais de nós e dá-nos mais preparação (L10)

10.2. INSTITUIÇÕES BENEFICIÁRIAS DOS PROGRAMAS DE MOBILIDADE ERASMUS D LEONARDO DA VINCI

10.2.1. Escolha das entidades de acolhimento

A escolha das entidades de acolhimento por parte das entidades beneficiárias dos programas de mobilidade é feita de variadas formas e tendo em conta diversos aspetos.

As instituições entrevistadas revelaram que a língua do país de acolhimento é um aspeto que é considerado na escolha do local para a mobilidade. Este cuidado está relacionado sobretudo com as dificuldades linguísticas dos participantes, sendo assim uma forma de tentar amenizar alguns obstáculos.

França, Espanha, às vezes Inglaterra. Os outros países, temos parceiros da Polónia, da Finlândia, ficam bastante reticentes, têm obrigatoriamente que falar inglês, e isso já é uma barreira. (I1)

a questão da língua italiana é-lhes muito próxima e querida também. E o espanhol começou o ano passado. Também é uma língua, o facto de ser Espanha por uma questão linguística, porque nestes cursos profissionais, muitas vezes, a questão linguística é uma barreira na formação, no contexto de trabalho, não é, nos estágios (I2)

Efetivamente, tentamos enviá-los para sítios onde língua franca seja o inglês (I6)

Contudo, existem outros aspetos que pesam nos contactos e na escolha das instituições de acolhimento, sendo referenciadas as relações institucionais existentes, o contacto através de seminários ou eventos dos programas de mobilidade, a pesquisa por iniciativa própria, segundo critérios de qualidade, ou o contrato com agências intermediárias ou de angariação.

Para alguns dos entrevistados, as agências intermediárias têm um papel importante na medida em que possibilitam que o participante tenha um acompanhamento mais próximo no país de acolhimento, e uma escolha mais criteriosa dos locais de estágio, libertando, deste modo, alguns recursos humanos, que são considerados escassos para gerir este tipo de programas, ou preenchendo uma área em que as instituições de origem não são capazes de se mover eficazmente. Contudo, os entrevistados das instituições que gerem projetos de mobilidade revelam também que é um investimento a nível financeiro que nem sempre é fácil de suportar, que é imperioso negociar e, noutros casos, que a qualidade do serviço está muito longe de justificar o preço exigido.

como são instituições que estão focalizadas neste tipo de atividade, no geral, fazem sempre um serviço de qualidade e, portanto, vão sempre de encontro com as nossas expectativas e daquilo que é esperado, pelo projeto. Pronto, desde a angariação dos locais de estágio, porque são entidades que normalmente têm uma relação de proximidade com as empresas da localidade, e normalmente conseguem sempre arranjar estágios nas áreas que nós pretendemos e os participantes também ficam sempre bastante satisfeitos. (I5)

Só que depois nós até começámos a ter uma parceria direta com a entidade de acolhimento, que é um hotel. Entretanto contratámos uma entidade intermediária este ano, e que funciona também muito bem... portanto, ao nível dos custos, é que inicialmente poderá ser um bocadinho complicado, mas conversando com eles (18)

Por outro lado, os eventos ou seminários de contacto dos programas que enquadram a mobilidade são uma forma muito positiva de se conseguirem contactos de instituições de acolhimento, sendo realçadas as vantagens do contacto pessoal com estas entidades.

Eu já estive num ou dois seminários. Estive num em Lisboa, ou dois. Estive em Lisboa e estive também na Holanda. E são muito importantes. Embora às vezes não goste muito da mecânica das coisas, mas eu acho que são muito importantes porque acabamos por conhecer pessoas, temos contacto direto com elas. (13)

aproveitou-se os sinais de contacto Leonardo para, quando estas empresas iam lá, nós íamos lá para tentar obter parcerias de aprendizagem no programa Leonardo, mas há sempre empresas na área de, que oferecem o Leonardo FPI, portanto, no meio do seminário que são sempre aos quatro, cinco, seis dias, dá para estabelecer relações de trabalho e tentar ver que tipo de condições é que as empresas nos oferecem. Depois, regressando, consoante a direção da escola, os conselhos pedagógicos definem quais são os cursos a apostar, tenta-se perceber qual é o país que melhores condições pode oferecer (16)

As relações institucionais são outro dos aspetos que influenciam a escolha dos países e das entidades de acolhimento. A existência de um relacionamento prévio com pessoas ou instituições de um determinado país, torna mais simples os contactos, as negociações, bem como a preparação e a integração dos participantes Erasmus ou Leonardo da Vinci.

Acresce que a procura e a pesquisa por iniciativa própria aparece também como uma forma complementar de se realizarem estes contactos e de se estabelecerem parcerias. Este fenómeno é mais recorrente entre instituições que pretendem gerar economias de escala, fugindo aos custos da intermediação, entre aquelas que tiveram más experiências com a intermediação, sendo igualmente um fenómeno que caracterizou a forma inicial de atuar de muitas instituições mas que, entretanto, conheceu mudanças por razões variadas.

Normalmente esses parceiros foram encontrados com a ajuda das pessoas que trabalham nessa área, connosco, não é, nomeadamente professores, e que portanto conhecem essas entidades como centros de referência, conseguimos estabelecer contatos com eles, e verificamos que eram bons para receber os nossos alunos, portanto, para ter melhores

formações e aptidões, portanto, nessa perspetiva estabelecemos esses protocolos. O que normalmente foram a partir dos especialistas de cada área interna, que conhecem ou conheciam as instituições, ou que se deslocaram ao país para verificar a própria instituição e a partir daí estabeleceram protocolos (I1)

Os de Itália nós já tínhamos feito outro tipo de projetos em conjunto, foi sempre através da internet. O espanhol, também fui coordenadora doutro projeto Comenius e Leonardo da Vinci, em que eles também eram nossos parceiros e pronto, mostraram interesse. Eu falei-lhes deste tipo de projeto, mostraram interesse em iniciar e de facto começaram connosco. Os de Inglaterra foi, por acaso, interessante, porque era uma filial de uma empresa com quem, a nível aqui local, com quem nós já trabalhávamos e onde já colocávamos alunos em estágio. E portanto, em conversa ficámos a saber que eles tinham uma filial em Inglaterra e, pronto, fizemos a ponte assim. Também foi muito interessante com esta parceria de empresa. E em França era uma escola profissional também e também faziam o mesmo tipo de trabalho que nós. E portanto enviavam alunos para nós e nós enviámos para eles, pronto. E também é porque conhecíamos estes parceiros de outros projetos. Tínhamos desenvolvido em conjunto. Também fui coordenadora de um outro projeto Comenius multilateral já há muitos anos, foi excelente. E conhecemo-nos e normalmente é assim. Neste género de projetos é muito importante conhecermos o parceiro antes de realizar, penso eu. Também nunca tive experiência a fazer projetos Leonardo da Vinci e sem conhecer os parceiros. (I2)

Nós fomos a várias databases buscar os contatos, assim foi ver várias listas das organizações que trabalham com o programa de aprendizagem ao longo de vida, buscamos aqueles que falaram de acolher LBB e LM pessoas do mercado de trabalho, então, nós, foi muito trabalho, mas nós tirámos, tipo assim, já quem vai receber a nossa proposta para a parceria, vão ser organizações que trabalham com este tipo de projeto, não um qualquer (I4)

eu liguei para lá, estabeleci os contactos e ele foi conhecer as escolas. Depois deste procedimento avançou-se, ora, a escola que melhores condições, entre aspas, não condições financeiras, mas que melhores condições para o desenvolvimento deste tipo de projeto, nos apresentou, ou seja, são escolas que têm bastante experiência, mesmo em, sobretudo em projetos internacionais, ou seja, receberem alunos de fora (I6)

10.2.2. Critérios de seleção dos participantes

No que concerne à seleção dos participantes, quando ela é necessária, dado que em alguns casos o número de vagas disponíveis é menor ou igual ao número de candidaturas, os entrevistados realçam a existência de critérios variados.

São utilizados os que dizem respeito ao mérito e ao perfil pessoal do candidato, como a avaliação curricular, o nível de conhecimento de línguas estrangeiras, o empenho, a assiduidade e a pontualidade, mas também critérios que se relacionam com a

funcionalidade, ou seja, a motivação, a disponibilidade, a facilidade de inter-relacionamento ou a facilidade de comunicação; ou com a adequação da área profissional.

Adicionalmente, em algumas instituições, são utilizados outros critérios como a situação económica (privilegiando-se os candidatos de uma condição social desfavorecida), a área de residência e o ano em que se encontram a estudar.

nós não damos prioridade aos jovens de Lisboa, não, sinceramente não, o único foi o critério, só se for de Carnide, é onde nós estamos (14)

geralmente, até hoje foi sempre assim, só vão alunos do segundo ano (...)no segundo ano ainda estão cá mais um ano, e por consequência, eles passam para o terceiro, são conhecidos do primeiro que passaram para o segundo, e entram a apanhar mais um ano, ou seja, vão apanhar o primeiro ano que vai entrar no ano em que eles passam do segundo para o terceiro (16)

Inicialmente, se eu não estou em erro, nós vamos mudando também, mas penso que no primeiro projeto foram só do último ciclo, se não estou em erro, terceiro ano, depois alterámos também foram do segundo e do terceiro, do primeiro é que nunca, nunca vão. Há alguma imaturidade também, só a partir mesmo do segundo ano. (18)

Contudo, o critério da situação económica é aquele que é mais utilizado, em caso de ser necessário.

Para não melindrar, que a questão económica é um fator de seleção, mas com certeza de situação de igualdade (12)

Também é de mérito, mas em primeiro lugar é a carência económica dos alunos, portanto, nós fazemos uma avaliação dos miúdos inscritos, aqueles que têm carência através dos escalões a que pertencem e depois também depende dos países, porque tanto premiamos aqueles alunos que têm um bom desempenho escolar, como também incentivamos os miúdos que têm um desempenho escolar fraco e que estão em eminência de abandono escolar. (15)

Ou seja, na dúvida entre um aluno, que em termos sociológicos seja de classe média ou classe alta, e um aluno que seja de classe média-baixa ou de classe baixa, em termos, por critério de desempate, se quiser assim, pode não haver mesmo um empate, podem não ter exatamente os mesmos valores de avaliação, diferentes dos critérios principais (...) A questão é estejam realmente muito próximos, é então na reunião que se decide vai este, este e este e este está, há dois que estão próximos, ou há três que estão muito próximos, quando três estão muito próximos, aquilo que nós fazemos é darmos a oportunidade a quem for proveniente de classes mais baixas. (16)

Quanto ao mérito e ao perfil pessoal do candidato (média escolar; conhecimento de línguas; empenho e assiduidade), são critérios bastante valorizados, assim como a

funcionalidade, ou seja a motivação, a capacidade de comunicação e inter-relacionamento:

Nós utilizamos a média curricular do outro ano, do ano anterior à candidatura e que tenham efetuado, que tenham bom aproveitamento, nomeadamente, que as unidades curriculares estejam concluídas. Em caso de empate passam a verificar-se em que épocas de avaliação é que foram feitas as unidades curriculares, portanto, se foram feitas em avaliação contínua ou passaram para exame de épocas de recurso, ou épocas normais, e portanto, são mais ou menos esses os critérios. (I1)

o mérito do aluno, não é, em termos de desempenho escolar nesta escola e portanto, o perfil. Nós pedimos sempre um relatório ao coordenador de curso e orientador educativo que, relativamente não só à média, à disciplina do inglês (...) também à questão da assiduidade, e o perfil dele como pessoa porque isso também é muito importante. (...) E também agora ultimamente temos também valorizado o facto dos alunos frequentarem, ainda antes do terceiro ano, que é o ultimo ano, o ano em que eles podem fazer este estágio, frequentarem as aulas de italiano ou espanhol nos anos anteriores. Isso já demonstra o interesse deles por essas línguas e para o facto de se quererem preparar com mais antecedência para um período de estágio num outro país. Portanto isso para nós, hoje em dia, também é importante (I2)

Nós fazemos uma entrevista. E nós pedimos também que eles escrevam uma carta de motivação. Nós queremos que eles nos expliquem o que é que os leva a candidatarem-se (...) análise do percurso académico, também tentamos privilegiar aqueles alunos que não têm módulos em atraso, por exemplo, no ensino profissional, mas já aconteceu mandarmos alunos com módulos em atraso. Não é determinante. (...) E vemos os conhecimentos de inglês. Eles fazem também um teste de inglês e nós analisamos também isso (I3)

premiamos aqueles alunos que têm um bom desempenho escolar (...) Depois às vezes é o nível de conhecimentos linguísticos, que também depende de país para país e dos requisitos das entidades de acolhimento (I5)

o comportamento é fundamental, a assiduidade também, as competências organizativas, portanto, o espírito empreendedor (I8)

Um outro critério utilizado está relacionado com a adequação da área profissional do estágio e a área do candidato:

também é fundamental, antes de mais nada, fazemos uma triagem em função da área de formação do participante, com as áreas de formação em que as entidades de acolhimento têm competências centrais, que têm mais à vontade em trabalhar. (I5)

10.2.3. Preparação do estágio

A preparação dos participantes nos programas de mobilidade é distinta segundo as instituições. Os processos informativos são aqueles que são transversais a todas as entidades. Isto é, a informação do funcionamento dos programas e o apoio administrativo é, no geral, facultado por todas as instituições. Em algumas instituições, principalmente as de ensino profissional, existe mesmo a prática de se realizarem sessões de informação no início de cada ano letivo ou aquando da abertura dos processos de seleção, sobre os programas de mobilidade existentes na instituição, dirigidas não só aos alunos mas também aos seus pais.

Além destas sessões presenciais, também é utilizada a divulgação e a informação através de jornais escolares, ou das redes sociais.

De notar também que o tipo de informação transmitida, vai, em muitos casos, além das informações gerais de caracterização do programa, das formas de candidatura ou dos critérios de seleção, sendo muitas vezes informações mais personalizadas e individualizadas. Porém, mais uma vez, este tipo de ação não é tão frequente em instituições de ensino superior.

O número de candidatos tem aumentado, também anualmente, não só internos, da própria escola, como também externos. Nós também anunciamos publicamente a oferta destes estágios, mas também salvaguardamos que em primeiro lugar estão os nossos alunos e que só em caso de surgirem mais vagas, ou não preencherem as vagas com os nossos alunos, então abrimos as vagas ao resto da comunidade, até a nível nacional. Mas nunca aconteceu, porque de facto o número de alunos da nossa escola tem vindo a aumentar e não tem chegado. (12)

as informações vão sempre para o jornal da escola, mas se a formação se destina a alunos, por exemplo, cursos de media ou de apoio à infância, nós temos que ir às salas. Nós geralmente vamos às salas, temos um power point, nós pomos um power point com diversas informações sobre o programa de aprendizagem ao longo da vida, sobre o Leonardo da Vinci, sobre os países onde eles farão o estágio, e outras pequenas informações. Não lhes damos naquele momento muita informação, mas temos um power point que levamos às salas, divulgamos o projeto, falamos com eles, explicamos algumas coisas. (13)

nós pomos no facebook, página, newsletter. A newsletter tem três mil, acho eu, três mil destinatários. Depois é importante perceber que não é só jovens que andam no nossos meios de comunicação, são muitos sim, mas também há muitos parceiros, associações, locais, que também trabalham com jovens, então, imagina uma associação que vai ver as nossas comunicações e sabe do assunto, percebe o assunto, logo vê, ok esta é a oportunidade, e depois pode ainda (...) pessoalmente, para os jovens que sabem que estão à procura, outros já têm partilhado as

informações, como nós temos escrito enviamos o artigo para fórum estudante, trabalhamos em conjuntos com uma junta de freguesia de Carnide, então também no boletim mensal publicamos esta oportunidade, nos vários encontros com os parceiros explicamos. Depois temos a informações e sessões de informação (14)

nós, quando abrimos o processo de seleção e de informação, as nossas primeiras sessões são sempre dirigidas para os miúdos e depois para os pais. E estamos sempre disponíveis a ter um contato próximo, como os pais, inclusivamente, já para aí no ano passado, eu andei de família a família a ter reunião personalizada com os pais para lhes explicar tudo, para estarem descansados por os filhos irem, isto é fundamental (...) fazemos sempre uma sessão de informação alargada com os miúdos e os pais, em que damos já uma visão geral sobre como é que funcionam os estágios, qual é a subvenção, para que países é que estão previstos os estágios, em que áreas é que poderão receber os miúdos, portanto, tudo o que diz respeito ao estágio (15)

este projeto é apresentado a toda a turma, toda a gente e dizemos olhem atenção, vocês à partida não gastam dinheiro, porque é tudo pago, a viagem, o alojamento, (...) tem uma bolsa com tudo pago, vão aprender bastante, mas também tem uma componente social que devem ponderar. Vocês vão estar pelo menos longe de casa e da vossa rede de amigos e da vossa rede familiar (16)

Existe inclusivamente um guia, que é um guia do Leonardo Da Vinci, e que portanto integra todas as informações e condições inclusivamente de ingresso (18)

Quanto aos restantes processos de preparação dos participantes para estágio, como é o caso da preparação linguística, a preparação prática, como por exemplo a ajuda na procura de alojamento ou na procura de viagens, assim como a preparação sociocultural, ou seja, a informação acerca das especificidades do novo país para onde vão, como a alimentação, o clima, etc., de facto denota-se uma maior diferença entre as entidades, sendo nas instituições de ensino profissional onde existe, mais uma vez, um maior envolvimento nestes processos. No caso das instituições de ensino superior, o envolvimento circunscreve-se à divulgação das oportunidades, seleção de estagiários e de parceiros e ao acompanhamento durante o estágio.

Ao nível da preparação linguística, de facto, ela é tida como muito necessária. Daí que as instituições procurem mobilizar recursos próprios, fora do quadro de financiamento dos programas, assim como recursos informais, para garantir uma preparação de boa qualidade. Como podemos constatar pelas seguintes declarações, a barreira linguística é atenuada de diversas formas:

Quando é necessário proporcionar esse curso de preparação linguística. Para já não tem sido muito necessário, porque eles dominam mais ou menos a língua dos países para onde vão, mas caso seja necessário. (I1)

tivemos aqui seniores, professores reformados, na área do espanhol que vêm desde então, desde esse projeto, vêm aqui à escola a título de voluntariado, fazer essa preparação linguística-cultural dos alunos que vão para Espanha, o que é muito bom também. (I2)

Os alunos frequentam aulas de inglês, semanalmente. A agência nacional destina uma verba de duzentos euros para a preparação linguística. Nós o que fazemos é, como não há professores lá na escola com horário disponível, tempo para fazer este trabalho, contactamos uma escola de línguas das Taipas, que é a que está mais próxima da escola e é conveniente para todos, e a escola paga essa formação em inglês. Há todas as semanas uma sessão de duas horas. (I3)

depois da seleção feita e sabendo já quem são os miúdos que vão participar, eles participam nas sessões de preparação linguística em inglês, depois também depende dos países de acolhimento envolvidos, mas também poderá ser espanhol e até de alemão. (I5)

temos uma preparação linguística em que, em Portugal antes de eles irem ou no caso da Estónia, foi lá, nós não encontrámos ninguém aqui em Portugal, aqui na província, que soubesse falar estónio (I6)

Portanto, eles têm aqui a preparação pedagógica não é, e linguística, sensivelmente, um mês antes, (...) antes sempre na língua de origem, se fossem para a Bulgária não seria búlgaro, já tínhamos pensado nisso, provavelmente francês e inglês, iriam ter a preparação das duas línguas. Portanto, com formadores da escola, ou formadores externos e também portanto, alguma preparação do país de acolhimento, como essa preparação lá costuma ser bastante dispendiosa, tentamos negociar, e por vezes, conseguimos resultados excelentes, nomeadamente, este ano em Inglaterra, os alunos tiveram mesmo noventa horas de inglês, portanto, mesmo na entidade de formação, e quase a custo zero (I8)

A preparação prática é a que mais diferenças reflete em relação às instituições, principalmente se tivermos em conta as instituições de ensino superior e as de ensino profissional. Não esqueçamos que nas instituições de ensino profissional os participantes são, sobretudo, menores de idade, o que representa um maior sentido de responsabilidade por parte das entidades, levando a um maior acompanhamento destes participantes. Nestes casos, em algumas instituições os participantes vão para o país de acolhimento com tudo preparado, por exemplo, viagens, alojamento e dinheiro para a estadia. Em vários casos têm o acompanhamento integral, durante todo o período de estágio, noutros casos à chegada e à partida, de um acompanhante da instituição de origem

Noutros casos, esta preparação não é tão acompanhada, principalmente nas instituições de ensino superior, onde os participantes têm um grau de autonomia mais elevado, resumindo-se mais a um auxílio na procura de alojamento ou em contactos a estabelecer.

E, portanto, acabamos por deixar ao critério do estudante, a procura de alojamento, mas de qualquer maneira estamos a acompanhá-lo para tentar perceber onde é que ele poderá ficar, se fica com um familiar, se não fica. Se não ficar como é que é o alojamento, se a Universidade nos facultar o alojamento, confiamos no parceiro, mas de qualquer maneira, acho que é uma interação mútua. Eles procuram mas nós acompanhamos.(I1)

Normalmente trabalhamos sempre com um parceiro no país de acolhimento e com o qual trabalhamos quer os locais de estágio, quer os alojamentos, tudo. A gestão de todo o processo do acolhimento dos alunos, da integração, e portanto dos transfers do aeroporto, a questão cultural. Portanto, um deles é mesmo uma escola congénere da nossa. Portanto, nós também acolhemos os alunos, os jovens deles. Fazemos aqui um trabalho recíproco, sem qualquer custo de parte a parte, o que também é muito bom. (I2)

E depois os encontros também servem para eu lhes ir dando a conhecer todos os pormenores, todos os detalhes da mobilidade. Vai sendo negociado. Vamos negociando o alojamento, as refeições, onde é que eles vão estagiar, tudo, passo a passo vou-lhes dando conhecimento de todas essas informações. (...) Este ano mandaram-nos os links das empresas onde eles iam estagiar. Eles sabiam exatamente para onde iam, conheciam as moradas, sabiam onde iam comer, onde iam dormir, pronto. (...) O que temos feito até agora é o seguinte: a compra das passagens aéreas, dos seguros, temo-lo feito nós para simplificar as coisas para os alunos. Eles são informados quais são os voos mais adequados, quais são os mais baratos. Fazemos juntos essa pesquisa (I3)

fazemos uma preparação do estágio, em que nos reunimos com os miúdos, são reuniões mais pequenas e são divididas mais ou menos pelos países de acolhimento, em que damos toda a informação respeitante ao estágio, desde o local de estágio, o programa de trabalho, o que é que vão fazer, onde é que vão ficar a residir, quantos quilómetros são daqui para além, todas as informações práticas e tudo o que diga respeito ao estágio. (...) nós tentamos pagar as despesas todas diretamente com as entidades visadas, o alojamento pagamos nós diretamente, portanto, ou o hotel, ou o parceiro, também os bilhetes de avião nós pagamos diretamente à agência de viagens (...)também fizemos uma estimativa do *pocket money* que os alunos precisam para fazer face também às suas despesas correntes e também lhes transferimos para eles, portanto, eles antes de irem levam sempre com eles o dinheiro necessário, claro que se fizermos as contas em quase todos os casos corresponde normalmente a oitenta por cento, se não mesmo, cem por cento do pagamento da subvenção total logo no início do estágio (I5)

Em relação à preparação sociocultural, quando é feita, é realizada com a ajuda dos professores e responsáveis pelo programa de mobilidade. Regista-se contudo uma instituição entrevistada que conta com a colaboração de pessoas oriundas do país de acolhimento:

Vamos também ter dois jovens voluntários no âmbito do Juventude em Ação do voluntariado europeu de Itália, também vão, portanto, contribuir para a preparação linguística-cultural destes alunos. E falar um pouco, são também por acaso de Palermo, onde eles vão fazer o estágio, o que é muito, muito bom. Vão para Palermo. Por isso vou ter uma grande ajuda, ao nível da preparação linguística-cultural este ano, o que é muito bom. (12)

eu reúno com alunos sempre que é possível. Eu queria que fosse com mais regularidade mas não é, de facto, com aquela regularidade que eu desejaria. De qualquer modo, eles sabem que esses encontros são muito importantes, nós fazemos sempre sentir isso. Esses encontros são importantes e que há tarefas, por exemplo eles tiveram que preparar um trabalho de pesquisa sobre a Estónia e a Finlândia. Os estagiários que vão para a Estónia, sobre a Estónia. E os estagiários que vão para a Finlândia, sobre a Finlândia. E têm que mencionar diversos aspetos da vida do dia-a-dia. Dos horários, a diferença do horário, eu queria que eles elaborassem um roteiro para eles, uma espécie de roteiro turístico para quando eles estão lá assumirem. Porque nós notámos no projeto anterior que eles limitam-se a ficar dentro do quarto, muitas vezes ficam dentro do quarto no computador a comunicar com os amigos em Portugal e nós não queríamos que isso acontecesse tanto. Este ano pedimos que eles fizessem um roteiro de coisas que podiam visitar na Estónia e na Finlândia e eles apresentam esse trabalho em inglês, nas aulas de inglês (13)

temos uma preparação cultural que é feita sobretudo por eles com a ajuda dos professores (...) basicamente era oferta cultural, os usos e costumes importantes de saber, por exemplo, os estónios ah, tratam só pelo primeiro nome, ninguém usa títulos académicos (16)

Um outro aspeto que entra também no âmbito da preparação do programa de mobilidade é a escolha da data e da duração do estágio. Nas instituições de ensino profissionalizante a escolha tanto da data como da duração do período de mobilidade é feita de acordo com a agenda letiva. Ou seja, segundo alguns dos entrevistados, um estágio com uma duração superior a dois meses torna difícil de gerir a situação escolar do aluno, devido à não frequência de aulas. Por outro lado, e de forma a combater esta dificuldade, estes estágios tendem a ser marcados para o período de férias.

Nas restantes instituições com quem recolhemos o depoimento, registamos por exemplo uma instituição de ensino superior que nos indica que os estágios decorrem

sobretudo no segundo semestre, devido ao tempo necessário para tomar todas as diligências (informação e preparação, por exemplo).

Normalmente o programa é quase sempre no segundo semestre. Isto por todas estas explicações que se têm que dar e tentar que eles entendam como é que funciona, e para eles verem para onde é que podem ir, de que forma é que podem trabalhar. (I1)

Normalmente eles até vão em março e abril, é quando eles vão. E aproveitamos o período de férias, precisamente, da Páscoa. Essas duas semanas a mais que eles estão ausentes relativamente aos outros colegas, estão ausentes no período das férias da Páscoa. Para nós é mais fácil fazermos essa gestão (...) Mais do que dois meses para nós é difícil a questão da gestão das faltas. Portanto, nós temos que fazer o estágio dentro do período escolar, do ano escolar. E por isso não lhes é muito favorável que os alunos estejam ausentes mais de dois meses (I2)

No primeiro ano, no primeiro projeto, nós colocámos quatro semanas. Mas tivemos várias dificuldades, com essa relação porque, por um lado, no décimo segundo ano, os alunos fazem um estágio de trezentas horas. Dá mais ou menos dois meses. E então eles fizeram parte do estágio na Finlândia e na Suécia e depois voltaram e tiveram que fazer a outra parte numa empresa portuguesa, ali da região do Vale do Ave. Os alunos e os próprios professores consideraram que isso não foi tão produtivo como se eles tivessem estado no mesmo lugar o período da formação em contexto de trabalho. E por outro lado, da Finlândia também me disseram que as empresas são mais recetivas se os formandos estiverem mais tempo na empresa. E que o prazo de um mês era curto. E atendendo a essas questões, no projeto a seguir, que é o que estamos a fazer agora, propusemos uma duração de dois meses. Não podemos propor exatamente as oito semanas porque não era um dos prazos contemplados pelas regras da Agência Nacional, foram nove semanas. Neste momento, os estágios têm a duração de nove semanas. (I3)

esses projetos são para os alunos da nossa escola e temos esse constrangimento que é o seguinte, os miúdos vão lá para fora estagiar, sem prejudicar o normal andamento das suas aulas, de maneira que, enviar os miúdos, por exemplo, em Novembro, é um período mau, porque o miúdo perde quase um mês de aulas, e normalmente o que costumamos fazer é enviá-los mais ou menos nas férias da Páscoa, ou então quando as aulas acabarem (I5)

10.2.4. Acompanhamento do estágio

Indo ao encontro à ideia que se registou acima, o acompanhamento dos participantes durante o estágio é de facto mais intenso nas instituições de ensino e formação profissional. Aqui, além dos contactos por telefone ou via eletrónica, existe em alguns casos um acompanhante dos estagiários; isto é, normalmente é um professor que

acompanha os estagiários durante a viagem e na primeira semana no país de acolhimento.

Sim, por skype, por e-mail. Este ano então foram imensas, e depois vamos lá, fazer uma visita de acompanhamento e de avaliação (I2)

No primeiro ano, não. A Agência Nacional disponibiliza dinheiro para um acompanhante. Mas esse dinheiro só dá para o primeiro ano. Então eu no primeiro ano, o projeto é de dois anos, eu no primeiro ano vou com os alunos e durante cinco dias acompanho-os, vou ver os locais de estágio, vou ver onde é que eles dormem, onde é que eles comem, falo com as pessoas responsáveis por eles no local de estágio, todas essas coisas. (...) [Os contactos] São regulares porque eu obrigo-os a abrirem uma conta de skype, os que não têm, e falo com eles muitas vezes. Só para saber como é que estão as coisas a correr. Mesmo outras coisas, mesmo a nível pessoal se está tudo bem, se estão a ter algum tipo de dificuldade, como é que estão a correr as coisas no trabalho, por isso eu tenho um contacto regular através do skype (I3)

Significa que nas reuniões após os alunos serem selecionados, quando já há reuniões com eles, e com os pais, com a família, neste caso, com o pai, ou com a mãe, ah e quando é dito aos pais aquilo que já foi dito aos alunos, ou seja, vai ser isto assim assim, autoriza ou não autoriza, ah, tem estas condições, no caso dos menores os pais têm obrigatoriamente que autorizar, no caso dos alunos maiores, também têm que autorizar mas na prática como o aluno já é maior, mas efetivamente os pais autorizam. Portanto, vai sempre um acompanhante com eles, sempre, ou seja, quando partem de Lisboa para os seus dois meses, pelo menos, de estágio, há uma pessoa que está com eles na primeira semana (...) Se o coordenador for da turma deles é o coordenador de curso, se não for da turma deles é o orientador da turma, por exemplo, e então ele vai com eles a primeira semana, e está com eles, para eles nos primeiros dias não se sentirem tão desamparados (...) passado esta, esta semana, ele então vai com todos os alunos ao seu posto de trabalho, ah, apresenta-se está com eles e depois regressa, no final do tempo de estágio, o mesmo professor, ou outro volta lá, para acolher os alunos (I6)

Além do acompanhamento de professores e responsáveis da entidade de origem, existem também protocolos com entidades intermediárias com as instituições de acolhimento que, de acordo com o testemunho abaixo, desempenham um papel importante neste campo.

tem sempre alguns professores e alunos que dão grande acompanhamento aos nossos participantes, integram os nossos participantes, muitas vezes, nas atividades curriculares, ou extracurriculares, das entidades de acolhimento, existe uma outra interação, é um acolhimento mais afável e mais próximo, e os participantes sentem-se sempre bem (I5)

Reforçando a ideia da importância da existência de um professor ou agente intermediário que acompanhe os estagiários, parece existir, numa instituição, uma maior ou menor adesão de participantes a estes programas de mobilidade, consoante a existência ou não deste tipo de acompanhamento.

há anos em que temos uma procura maior do que a oferta, há outros anos que é igual, há anos também que precisamos de ir procurar os miúdos e isso acontece mais quando os miúdos já sabem antecipadamente que não terão ninguém para os acompanhar, aí sim verificamos um decréscimo de inscrições (I5)

Além deste contacto e acompanhamento com os estagiários, as entidades de origem também contactam com as entidades de acolhimento ou com a pessoa intermediária, revelando então um contacto mais indireto que não deixa de ser importante.

E depois também estou sempre em contacto com a pessoa de contacto. Não contacto com ninguém da empresa. Esse trabalho é feito pela pessoa de contacto do projeto (I3)

geralmente, nós tentamos ter uma, uma reunião de preparação e de conhecimento, se quiser assim, com alguém da entidade intermediária (I6)

10.2.5. Pós-estágio

Findo o estágio, as instituições revelam que os participantes avaliam a experiência de mobilidade. Esta avaliação é feita de um modo um pouco distinto consoante a instituição. Por exemplo, em entidades cujo estágio faz parte do plano curricular dos participantes, a elaboração de um relatório de estágio é um dos requisitos, sendo onde os participantes relatam e avaliam a sua experiência.

Todavia, existem outras formas de avaliação utilizadas. Existem instituições que realizam sessões finais de avaliação da experiência; pedem aos participantes o preenchimento de uma *storyboard*; o preenchimento de um questionário de avaliação da experiência, do local de estágio, da entidade de acolhimento, dos tutores, entre outros.

Nós no final de cada curso de mobilidade, normalmente, pedimos que os estagiários possam dar-nos um feedback da instituição, seja do local, num âmbito bastante abrangente. Nós queremos que eles nos digam, que avaliem desde a preparação da mobilidade, ao acolhimento por parte da instituição, e o próprio estágio, por exemplo se o próprio local era adequado ao estágio que iria fazer, se o aluno se sentiu preparado, se o aluno se sente preparado e, portanto, se todos os conhecimentos que adquiriu cá foram úteis para o país para onde foi e se obteve informações

e dados novos que pudesse aplicar em Portugal. Portanto, temos um questionário, uma forma de avaliação abrangente (I1)

É feito o relatório no (...), claro, que isso é obrigatório, e é feita a avaliação dos tutores nos locais, duas avaliações, uma intermédia e uma final, durante o período de estágio. Penso que é isso (I2)

quando eles voltam eles têm ainda que fazer um relatório sobre o estágio. Esse relatório já é habitual eles fazerem, é algo que eles teriam que fazer se tivessem a formação em contexto de trabalho em Portugal. Por isso, não há nada de diferente. Mas nós próprios depois temos uma reunião com os alunos em que procuramos saber quais foram as dificuldades, o que é que pode ser melhorado, portanto há lugar a uma reunião para discutirmos a mobilidade. (I3)

também pela leitura que fazemos aos relatórios individuais de estágio, porque também é uma forma de autoavaliação, e também sabemos desses inputs para avaliarmos se realmente foi bom aquele participante ter ido para aquele país, para aquela entidade, ter feito aquele estágio, o que é que correu bem, o que é que correu mal e, normalmente, todos os anos quando fazemos a candidatura, as entidades de acolhimento ou intermediárias que prestaram um serviço aquém daquilo que era esperado, não continuámos com eles. (...) os miúdos também têm que preencher tipo um storyboard mais ou menos, portanto, tipo uma folha de bordo em que registam as atividades que participou, o que é que correu bem, o que é que correu mal (I5)

Além desta avaliação final, feita pelos participantes, existem algumas instituições que não quebram a ligação com o estagiário, pedindo a sua colaboração para participar em sessões de informação nos próximos projetos, ou na escrita de artigos de jornal, o que funciona também como uma forma de atração de possíveis candidatos, quer à mobilidade, que, sobretudo, ao ingresso futuro na instituição.

Tem sido muito positivo, porque as informações são transmitidas tanto aos nossos alunos atuais, que até estão mais reticentes em concorrer à mobilidade. E portanto, contamos com os colegas que chegam, com os quais escutam ao vivo qual foi a sua experiência e damos a oportunidade de trocarem impressões, para que eles percebam. Porque é muito diferente eu contar ou outra pessoa que acabou de chegar, da mesma área, tentamos fazer essa ponte. Com os antigos alunos, tentamos transmitir sempre os alunos que fizeram este tipo de mobilidade e que tiveram sucesso, portanto eles também poderiam ter, e normalmente eles ficam interessados em saber mais informações. (I1)

nós também fazemos sempre aquela sessão inicial de promoção do projeto, em que convidamos sempre ex-beneficiários e também técnicas da companhia da agência nacional no início do ano, logo para promover o projeto e motivar a participação e anualmente temos vindo, portanto, a ter a participação, não só de alunos finalistas, como também dos anos anteriores, o que também já ficam com uma ideia para o ano. Porque este projeto nós temos envolvido apenas alunos finalistas e se temos alunos não finalistas a assistirem a este tipo de reunião, também já se nota, já há

um grande interesse da parte desses mesmos alunos, que com certeza irão concorrer também no ano seguinte. (...) fazem sempre artigos para assim divulgar na imprensa local, que todos os anos publicamos relativamente à sua experiência. (I2)

O ano passado fizemos uma sessão de divulgação grande, convidámos várias turmas do profissional e os alunos que participaram na formação em contexto de trabalho, tanto na Suécia como Finlândia, falaram sobre as suas experiências. Algumas muito boas, uma nem por isso. Mas eles falaram abertamente das experiências. Os alunos iam colocando questões. E desejando no ano seguinte ter um novo projeto, o que veio a acontecer. E agora, este ano, vamos fazer o mesmo no arranque do ano letivo. (I3)

10.2.6. Aspetos a melhorar

De uma maneira geral, estes programas de mobilidade são avaliados muito positivamente, não só pela oportunidade que é dada aos participantes, mas também pelo impacto que têm nas instituições beneficiárias dos programas:

A partir do momento em que nós começámos de facto a ter implementado o projeto do Leonardo Da Vinci, há uma visibilidade diferente, portanto, da escola... também ao nível da captação de novos alunos que nós temos, portanto eu, eu sou psicóloga e eu faço as entrevistas de orientação, no início do ano, inclusivamente o que eles me dizem é “eu venho para esta escola porque eu sei que posso ir fazer um estágio no estrangeiro” (I8)

Contudo existem aspetos que são apontados pelos entrevistados que necessitam de melhoria. No caso dos aspetos financeiros, é realçado que a subvenção disponível não é suficiente para fazer face aos gastos necessários com a gestão do programa. Ou seja, por um lado a bolsa disponível para os participantes é considerada baixa, e por outro também o orçamento disponível para a instituição é considerado insuficiente. Neste caso os entrevistados indicam que o valor atribuído não é suficiente, por exemplo, para as viagens dos acompanhantes que são entendidas como necessárias.

Adicionalmente, os entrevistados consideram que a rigidez que lhes é imposta no que concerne à gestão da subvenção que lhes é atribuída é um outro aspeto que deveria ser repensado. Para os entrevistados, as instituições deveriam ter a possibilidade de gerirem o dinheiro que lhes é atribuído, uma vez que o país de acolhimento e a altura do estágio são alguns dos aspetos que condicionam os custos da mobilidade.

Para as instituições, esta maior autonomia na gestão do financiamento faria com que, por exemplo, estagiários para quem não seja necessária a totalidade da bolsa (quer porque o país de destino tem um baixo custo de vida, ou devido às modalidades do

estágio acordado com os parceiros locais, que, por vezes, assumem despesas de alojamento e/ou alimentação) esse montante possa ser utilizado para integrar mais um candidato no programa de mobilidade. Isto poderá impedir que uns alunos consigam juntar dinheiro da bolsa e que outros não consigam que a bolsa seja suficiente, tendo de recorrer a apoios financeiros de familiares, por exemplo.

é-nos dado a subvenção e há valores mínimos que temos que cumprir. E eu acho que com o mesmo valor não atingindo, não alcançamos valores mínimos, podíamos enviar mais estagiários. Eu já tenho referido isso. Se os alunos não gastam tudo, ou porque são mais poupados ou não sei quê, pronto, não gastam. E podíamos ter mais alunos, mais candidatos a usufruírem do mesmo programa, o que seria mais positivo. (I2)

Eu sei que depois no final aos alunos sobra dinheiro. Sobra bastante dinheiro. Eu fico até com um problema de consciência porque às vezes com o dinheiro que sobra eu podia mandar mais um aluno para fazer estágio na Finlândia. E depois também eu acho que o nível de vida, por exemplo, na Estónia, a bolsa que me foi atribuída a mim própria foi curta. O nível de vida, estima-se um custo por dia, para aquele país. Mas o nível de vida na Estónia não está nada barato. Eu diria que está mais ou menos ao nível de Portugal. E atribuíram-me uma bolsa, para seis dias, de seiscientos e vinte e quatro euros. Foi curto. Foi assim um bocadinho curta. Enquanto para a Finlândia já não. E há assim algumas discrepâncias que eu acho que, em termos de justiça, porque os alunos falam entre eles, sabe? Falam e comentam. “Ai a mim sobrou-me...” e os outros dizem “Ah pois, a mim não me sobrou nada”. Quer dizer os da Finlândia dizem que sobrou e os da Estónia, mais ou menos bateu certo. Eu acho que não é bom para o projeto haver assim essa discrepância. (I3)

a parte financeira, porque normalmente, como a subvenção também dada pelo programa Leonardo da Vinci não permite grande margem de manobra (...) o aspeto financeiro acho que retrocedeu bastante, não é porque existem muitas restrições e quer dizer, reduziu-se a subvenção comunitária por cada participante (...) é um constrangimento, porque do Programa Leonardo Da Vinci só permitem o financiamento de três acompanhantes. Isto em relação há dez anos atrás, antes não existia isso, agora já existe, mas mesmo assim eu acho que é insuficiente, tendo em conta que estamos a falar de miúdos (...) E depois o facto também de este tipo de projeto não dispor de subvenção, orçamento para a rubrica de recursos humanos, portanto, eu também acho que é um constrangimento para as entidades, porque isto também envolve muito esforço de trabalho, envolve muitos recursos humanos, tendo em conta a carga de trabalho, quer da organização dos estágios, quer da carga de trabalho imposta pela Agência Nacional através da Comissão Europeia (I5)

houve uma alteração que nos prejudicou bastante, que é o ano passado, o valor da viagem era separado do valor da subsistência (...) A partir deste ano, que agora passou, portanto, a partir de 2012 nós estamos em 2013, este bolo deixou de ser separado e passou a estar junto, e além disso, ah, ou seja, na prática o valor da subsistência passou a pagar a viagem (...) Portanto, nós estamos à vontade porque nós temos receitas próprias, ah

que nos, que têm dado uma certa folga de tesouraria, mas admito que haja muita escola onde isto patine, ou mais grave ainda (...) dentro do mesmo país há realidades diferentes, e que não é a mesma coisa enviar um aluno para o Reino Unido, em janeiro ou fevereiro, ou fevereiro e março e enviar um aluno em junho e julho (16)

Para a gestão da mobilidade, portanto fica um bocadinho aquém, nomeadamente, ao nível dos acompanhantes, porque quase todos os anos, a escola tem que também, contribuir ao nível monetário para permitir o acompanhamento, e que não é suficiente, não é possível mesmo. Muitas vezes, também não há essa possibilidade por parte da escola. (18)

Um outro aspeto a melhorar está relacionado com a questão administrativa ou burocrática do programa. Apesar das ferramentas atuais facilitarem já em muito o processo, existem ainda alguns pontos que os entrevistados apontam como dificultadores.

uma preparação linguística pedagógica e cultural, porque isso é importante, porque inclui a verba, e quando nós agendámos como vamos gerir o projeto, nós contámos com esta verba e nós depois descobrimos que foi muito assim, não temos muitos limites, por exemplo, alguém da nossa organização não pode dar apoio cultural ou pedagógico, o que eu acho ridículo porque é só por causa de ser exterior, não quer dizer que tem mais capacidades de gerir apoio pedagógico, mas nós acreditamos que damos muito apoio pedagógico a cada um, pessoalmente, mas não foi considerado isso, no nosso caso, então sim, acabamos por nos preocupar com a língua em geral (14)

todos os procedimentos, desde os contratos bipartidos, tripartidos, preenchimento do Europass de mobilidade, contratos com entidades intermediárias se houver o caso, relatórios das entidades de acolhimento para o relatório final, relatórios intermédios, é tudo uma carga de trabalho embora tenham já uma plataforma de gestão comum, que é a mobility tool que permite uma centralização dos dados, eu acho que ainda falta uma parte do trabalho fundamental, é que essa plataforma substitua o trabalho de papel (15)

a única coisa que eu solicitava era que, houvesse uma certa uniformidade de critérios de análise, coisa que não há (16)

Depois existe a questão do Europass mobilidade, que nós todos os anos também solicitamos também o Europass mobilidade para os alunos, e que de facto tem uma importância, e valoriza o currículo, também achamos que o processo de preenchimento do Europass é um processo um bocadinho moroso e bastante burocrático, o que por vezes também atrapalha um bocadinho, mas nós temos conseguido sempre, portanto também é esse reparo, mais normas que não deixa de ser também importante. (18)

Além disto, também a limitação de número de participantes ou de vagas por entidade, assim como a sua crescente diminuição ao longo dos anos ou mesmo a limitação no que respeita à participação dos estagiários em diferentes programas de mobilidade

são pontos que os entrevistados pensam que deverão ser revistos, com vista a um maior sucesso e a uma maior qualidade destes programas de mobilidade.

a Agência Nacional não aprovou tantos candidatos como tinha aprovado no ano anterior. Quer dizer, nós estamos, este ano, a enviar menos estagiários. (I3)

reduziu-se também, por exemplo, na altura em que se fazem candidaturas não podemos pedir o número de participantes que queremos, portanto, existem restrições e claro que não dá para fazer aquilo que queremos, e não dá para satisfazer todas as necessidades que a escola tem, portanto se antes nós enviávamos, por ano, uma média de cinquenta participantes para fora, agora isto reduziu-se para metade (...) as práticas em termos orçamentais, administrativos, os procedimentos impostos pela Agência Nacional simplificaram um pouco, mas não totalmente e pronto, existem regras que são pouco flexíveis, e que consideramos que às vezes, nós entendemos do lado quem faz as políticas, que é promover a oportunidade a toda a gente, dar oportunidade a toda a gente para participar nos estágios, mas o certo é que o facto de, por exemplo, inviabilizarem a participação de um formando que já participou (...) na mobilidade de jovens em formação profissional inicial, e entretanto, este jovem acaba o curso, e como este jovem já participou no estágio, portanto tem uma abertura muito maior para uma experiência transnacional, não pode participar, por exemplo, num PLM, portanto, acho que isso é um caso um bocado inibidor (...) eu também acho que não se deveria limitar o número de participantes por entidade. (I5)

Uma outra sugestão refere-se à necessidade de uma base de dados geral das instituições de acolhimento, o que iria facilitar o processo de escolha das entidades, garantindo, igualmente, que as instituições de acolhimento correspondiam às características requeridas nestes programas de mobilidade:

Uma outra coisa que eu acho que deveria ter evoluído mais, mas eu entendo que existem esforços por parte da Agência Nacional, mas isso também requer uma ação mais concertada com a Comissão Europeia, que é tipo existir uma base de dados geral das entidades, empresas, que acolhem os estagiários e saber se realmente são de qualidade, porque isso vale muito. (I5)

10.2.7. Gestão da bolsa

A gestão da bolsa dos participantes nos programas de mobilidade varia consoante a instituição, tanto no que concerne às modalidades de pagamento como às dimensões que a instituição de origem se ocupa.

Nas instituições de ensino profissional, o controlo da bolsa dos participantes é maior, sendo que no geral, o alojamento, as viagens e todos os gastos diretamente relacionados com a mobilidade são tratados por esta instituição.

este ano tivemos alunos que foram para a Irlanda e estiveram numa família de acolhimento em regime de pensão completa, portanto, nós pagamos tudo diretamente, quer à entidade de acolhimento, quer à agência de viagens (15)

pagamos o alojamento, geralmente quando é a entidade intermediária pagamos o montante à entidade intermediária, o alojamento e a organização, quando há preparação linguista lá. (18)

Quanto ao número de tranches em que é paga a bolsa aos participantes, também registamos algumas diferenças em função das instituições. Isto é, em algumas instituições de ensino profissional, o valor da bolsa (normalmente o que sobra depois do pagamento prévio do alojamento, viagens, entre outros) é depositado semanalmente, ou então é transferido pouco tempo antes de partirem para o país de acolhimento. Isto significa que, de acordo com estas entidades auscultadas, os participantes provenientes de instituições de ensino profissional terão a totalidade do dinheiro da bolsa antes ou durante o período de estágio.

Transferimos sempre a verba para lá e eles pagam. E depois fazem sempre uma transferência lá semanal aos próprios alunos e nós aqui transferimos também para eles uma quantia que normalmente é os oitenta por cento do valor. Quer dizer, do valor que sobra, dos oitenta por cento que já foi gasto antes deles partirem. E depois, quando eles entregam os relatórios e depois do relatório final tiver sido aprovado pela agência, entregamos vinte por cento, sempre por transferência bancária. (12)

E depois nós damos as bolsas aos alunos antes de eles irem na mobilidade, não muito antes. Alguns meses antes de eles participarem na mobilidade, nós transferimos o restante, o que sobrou da compra da passagem aérea, os seguros (13)

alguns dos nossos estagiários acabaram por receber logo toda a bolsa, e eles é que se arranjam (14)

também lhes transferimos para eles, portanto, eles antes de irem levam sempre com eles o dinheiro necessário, claro que se fizermos as contas em quase todos os casos corresponde normalmente a oitenta por cento, se não mesmo, cem por cento do pagamento da subvenção total logo no início do estágio. Agora, o que nós não fazemos é, por exemplo, transferimos o dinheiro todo, os oitenta por cento aos miúdos e depois no final vinte por cento, porque os miúdos não são eles que angariam os alojamentos, não são eles que tiram os bilhetes de avião, nem eles conseguiriam. Portanto nós é que fazemos esta gestão, e depois se fizéssemos isso por trechos, os miúdos não têm recursos financeiros para eles suportarem os vinte por cento finais, que lhe são devidos. Portanto

nós, a instituição, normalmente garante já desde à partida que esse dinheiro com que o miúdo vá, para fazer o estágio, sem dar o seu dinheiro do bolso, porque muitas vezes ele não tem essa possibilidade. (I5)

A primeira é paga, por transferência interbancária, que eu referi, na semana imediatamente anterior, o que é que queremos dizer com isto, o aluno já tem o dinheiro na sua conta, antes de ir (...) a segunda prestação, por transferência interbancária na primeira semana do segundo mês (I6)

geralmente costumam ser três, três tranches. Em certas situações, e estão definidos os timings, só quando eles já gastaram um bocadinho mais e estão a precisar da tranche, nós avaliamos isso (I8)

Com um procedimento diferente registamos as instituições de ensino superior, onde é utilizado, por exemplo, o sistema de transferência de 80% antes da partida para o estágio e 20% após a entrega do relatório de estágio. Contudo, e de acordo com o que registamos nas entrevistas aos participantes da mobilidade, este procedimento nem sempre funciona da melhor forma, fazendo com que em muitos casos os estagiários não recebam em tempo útil o valor da bolsa, tendo de aguardar, em alguns casos, até 24 meses depois de concluído o estágio.

Normalmente nós pagamos 80% e quando o aluno regressa e depois de ser preenchido o relatório final para a agência nacional e estar o processo quase fechado, aí pagamos os últimos 20%. (I1)

8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As mobilidades europeias para estágios, concretizadas por via dos Programas Erasmus e Leonardo da Vinci, são hoje, inequivocamente um eixo estruturante das políticas europeias de formação vocacional e de formação ao longo da vida.

O estudo que está na origem deste relatório centra-se na avaliação e desenvolvimento dos impactos das ações de mobilidade para estágios, nos dois programas referidos, para os anos letivos de 2010-2011 e 2011-2012 (no caso do Erasmus) e para os anos civis de 2011 e 2012 (no caso do Leonardo da Vinci).

A densidade da análise efetuada permite uma leitura que revela uma realidade complexa. Sem prejuízo do detalhe que este estudo explora e das tendências elencadas no Sumário Executivo, é possível assinalar algumas conclusões gerais.

Uma primeira conclusão geral a retirar deve enfatizar o sucesso que estes programas têm recolhido, quer junto dos estados membros da UE, quer das instituições que neles podem participar e que deles podem beneficiar, quer ainda dos destinatários últimos dos programas de mobilidade. Os níveis de participação, a diversidade de fluxos e os impactos atestam o sucesso desses programas. Um sucesso que está ancorado no peso crescente que a mobilidade para estágios vem adquirindo na UE e que, no caso português, releva uma participação que, em termos relativos, é elevada, designadamente enquanto país emissor de fluxos.

Uma segunda conclusão geral evidencia o facto de as mobilidades para estágios se inserirem no mesmo padrão europeu das demais mobilidades. Reconhecendo e caracterizando as especificidades das várias modalidades que analisamos, sublinhamos que os projetos de mobilidade para estágios na UE concretizam-se, tendencialmente, nos países vizinhos dos fluxos de saída e, numa segunda tendência pesada, nos países da Europa do Sul. Sendo Portugal um país da Europa do Sul, o peso de Espanha e Itália (sendo nossos vizinhos e também do sul da Europa) enquanto destinos dos fluxos portugueses de mobilidade para estágios é avassalador.

Uma terceira conclusão geral remete para as dimensões dos impactos dos programas de mobilidade para estágios. São nítidas, sustentadas em elevados níveis de satisfação, as implicações da mobilidade para estágios no domínio profissional, no domínio cultural e no domínio pessoal. Ainda que sejam limitadas as consequências,

pelo menos no imediato, que a realização de estágios tem em termos de empregabilidade, ou que os estágios sejam frequentemente uma porta que se abre para a realização de outro estágio, não deixa de ser significativa a abertura de horizontes que estas oportunidades concretizam. Os estágios não promovem apenas um maior grau de autonomia e de emancipação no plano individual, nem fomentam apenas o reconhecimento da diversidade cultural da UE, incrementam também, de uma forma decisiva, a predisposição para novas experiências profissionais.

Uma quarta conclusão geral prende-se com o nível de organização das mobilidades para estágio. Num contexto de intensa procura, mais no programa Leonardo da Vinci e não tanto no Erasmus, onde rareiam vagas para os interessados em concretizar estágios inseridos em programas de mobilidade, a concorrência entre instituições está a acentuar-se. Tantos mais que este é um domínio crescente de afirmação simbólica das instituições, uma forma de fazer emergir e consolidar parcerias, um trunfo para captar novos públicos ou uma oportunidade de negócio para as organizações que desenvolvem atividades de intermediação. Este contexto, se aumenta a insatisfação de alguns que vão vendo as vagas ser rateadas, tem contribuído para elevar o nível de organização de todas as dimensões que enquadram os estágios.

Uma quinta conclusão remete para alguns aspetos identificados como críticos pelos vários tipos de interlocutores sondados no estudo e pela análise cruzada que se realizou. Esses aspetos apontam para a necessidade de alguns ajustamentos nos procedimentos e estratégias, dizendo tanto respeito às entidades superiormente responsáveis pelos programas, como às instituições que os colocam em prática. Ao longo do sumário executivo e do relatório do estudo, fomos identificando esses aspetos críticos, de que destacamos agora alguns dos mais prementes: um conhecimento e um domínio muito heterogéneo das potencialidades estratégicas dos programas por parte dos seus beneficiários (os indivíduos que se candidatam a mobilidade, mas, sobretudo, as instituições que concorrem a ações de mobilidade), que em muitos casos limita o seu pleno aproveitamento, tanto em benefício da melhoria do sistema de ensino e formação, como da articulação entre este e as empresas e organizações, como ainda, e fundamentalmente, dos estudantes, formandos e trabalhadores que podem encontrar nos programas uma importante oportunidade de desenvolvimento curricular e profissional; uma grande diversidade de critérios nas formas de preparação, gestão, acompanhamento e avaliação das ações de mobilidade por parte das várias entidades promotoras, que, sendo desejável e

enriquecedora das próprias potencialidades dos programas, pode em alguns aspetos justificar ajustamentos que promovam maior equidade, transparência e eficácia, sobretudo com base na maior partilha de experiências, conhecimentos e informação; um acesso à informação, sobretudo por parte dos beneficiários últimos, difícil e insuficiente, muito dependente de agentes mediadores e pouco promotor da autonomia de pesquisa, de decisão e de planeamento por parte dos estudantes, formandos e trabalhadores, que revelam com muita frequência um conhecimento muito limitado e condicionante dos programas e das possibilidades que estes lhes podem proporcionar.

Estas conclusões suscitam, desde já, sem prejuízo das reflexões que os dados recolhidos no âmbito da avaliação vierem a gerar, algumas recomendações genéricas.

Desde logo, é fundamental que a UE mantenha e reforce as oportunidades que se abrem no âmbito dos programas de mobilidade para estágios. Experimentalmente seria desejável, para criar uma congruência com as agendas da UE para a competitividade, que se abrissem oportunidades de estágio para fora da UE. Alguns dos beneficiários dos programas de mobilidade com quem interagimos neste estudo lamentaram não poder usufruir da mesma oportunidade nos EUA, no Brasil e na África lusófona.

É importante garantir que o padrão de realização de estágios no âmbito das mobilidades europeias assegure um equilíbrio entre a possibilidade de os beneficiários terem acesso a estágios de qualidade e um padrão de distribuição geográfica que promova oportunidades de contacto com a diversidade da cultura europeia. Neste plano seria desejável repensar a política de fixação dos valores das bolsas. Se é tentador aumentar o número de bolsas para multiplicar mobilidades, a UE poderia fixar orientações que indexassem melhor o valor das bolsas ao custo de vida dos países de destino, minorando, por essa via, o risco de os programas de mobilidade poderem funcionar como fator de seletividade dos mais favorecidos. Uma flexibilização de procedimentos que abrisse caminho a possibilidades de comparticipação efetiva das empresas que recebem estagiários ou que empregam estagiários oriundos de ações de mobilidade poderia ser uma via a explorar.

É também urgente que as instituições de ensino superior (IES), num contexto crítico para o emprego jovem, em que não é poupado o emprego jovem qualificado, se

acertem com o imperativo da empregabilidade, alterando os seus *curricula* para tornar os estágios mais atrativos para mais gente. Desiderato que é tão mais necessário quanto as IES monopolizam o programa Erasmus SMP e têm uma presença significativa no programa Leonardo da Vinci. Se nos parece pertinente manter as modalidades Erasmus SMP e Leonardo da Vinci FPI e PMT, parece-nos imperioso assegurar que o Erasmus SMP passe a captar a atenção de mais e dos melhores alunos. O que de momento não é conseguido por falta de adaptação dos *curricula* académicos, em termos de assegurar o reconhecimento formal, à relevância que os estágios internacionais têm no domínio da formação e da promoção de oportunidades de empregabilidade.

A competição crescente entre instituições pela captação de projetos e de vagas para estágios internacionais tem virtualidades, mas encerra o risco de encerramento das instituições sobre si próprias e sobre os seus públicos. Neste plano é curial manter uma política de abertura e, eventualmente, até de discriminação positiva, por via da fixação de uma quota, para instituições que selecionem nacionalmente.

A existência de agências de intermediação suscita reações contraditórias e antagónicas. Se, atualmente, são uma realidade incontornável, dado que muitas instituições participantes nos programas de mobilidade dependem delas para assegurar uma logística (que vai das candidaturas a projetos à preparação de relatórios finais de prestação de contas, passando pelos pormenores da organização dos estágio), é desejável enquadrar melhor a sua intervenção. Tarefa que parece ser tão mais eficiente se for desenvolvida através de um processo de certificação a nível europeu que, ao mesmo tempo, possa fornecer às instituições que delas necessitam uma base de informações que garantam a aquisição de serviços de qualidade.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, A. (2007). Empregabilidade, contextos de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal. *Sísifo. Revista Portuguesa de Ciências da Educação*, 2, 51-58.
- ANPROALV - Agência Nacional para a Gestão do Programa Aprendizagem ao Longo Vida. (21 de julho de 2013). *PROALV*. Obtido em 21 de julho de 2013, de PROALV: <http://www.proalv.pt/public/PortalRender.aspx?PageID={40875d43-a91d-44da-919d-616e2821b760}&abortScreening=true>
- ANPROALV. (2009). Obtido em 21 de julho de 2013, de PROALV: <http://pt-europa.proalv.pt/public/PortalRender.aspx?PageID={172d3850-3433-4ead-8402-6173dbe1649f}>
- Azevedo, J. (6 de setembro de 2003). Entre a escola e o mercado de trabalho: um olhar crítico sobre as transições. *Seminário sobre Fracaso escolar y transición a la vida laboral*. Madrid.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1975). *Les Héritiers : les étudiants et la culture*. Paris: Editions de Minuit.
- Brunello, G. (2010). *The Situation of Youth in the Labour Market*. In *The Situation of Youth in the European Union*. Bruxelas: Committee on Employment and Social Affairs of the European Parliament. Obtido de <http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/200>
- Canoy, M., & al., e. (2006). *Investing in Youth: From Childhood to Adulthood*. Bruxelas: Bureau of European Policy Advisers. Comissão da Comunidade Europeia.
- Centeno, L., Centeno, M., & Novo, Á. (2009). *Evaluating job-search programmes for old and young individuals: Heterogeneous impact on unemployment duration*. Lisboa: Banco de Portugal. Obtido de <http://www.bportugal.pt/en-US/BdP%20Publications%20Research/WP200806.pdf>
- Chițiba, C. A. (2 de fevereiro de 2012). Lifelong Learning Challenges and Opportunities for Traditional Universities. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 46, pp. 1943 – 1947.
- Comissão da Comunidade Europeia. (2009). *Green Paper: Promoting the Learning Mobility of Young People*. Bruxelas: União Europeia.
- Comissão da Comunidade Europeia. (2013). *Lifelong Programme – General Call for Proposals 2011–2013. Strategic Priorities*. Bruxelas: União Europeia.
- Comissão Europeia / Direção Geral da Educação e Cultura. (2007). *LEONARDO DA VINCI - Questionnaire for the Evaluation of international Mobility Actions for Trainees/students of vocational schools Young workers*. Bruxelas: European Commission / Directorate General for Education and Culture. Obtido em 1 de agosto de 2013, de http://www.pedz.uni-mannheim.de/daten/edz-b/gdbk/07/analysis_leonardo_questions_en.pdf

- Conselho da União Europeia. (28 de maio de 2009). *Conclusões do Conselho de 12 de Maio de 2009 sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação («EF 2020»)*. Obtido de Jornal Oficial da União Europeia: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:119:0002:0010:PT:PDF>
- Dias, M., & Varejão, J. (2012). *Estudo de avaliação das políticas ativas de emprego*. Porto: Universidade do Porto – Centro de Economia e Finanças. Obtido de http://www.dgert.mtss.gov.pt/emprego%20e%20formacao%20profissional/doc_emprego
- Duarte, M. (2010). Programa Aprendizagem ao Longo da Vida – uma Vida a Aprender a Educação como Processo que se renova na Promoção da Inclusão Social. *Sociedade e Trabalho*, 41, 59–68.
- Eichhorst, W., Rodríguez-Planas, N., Schmidl, R., & Zimmermann, K. (2012). A roadmap to vocational education and training systems around the world. *Discussion Paper Series, Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit, No. 7110*. Obtido de <http://ftp.iza.org/dp7110.pdf>
- Erlich, V. (2012). *Les mobilités étudiantes*. Paris: La Documentation Française.
- European Commission. (2013a). *Youth Unemployment. Europe 2020*. Bruxelas: Comissão Europeia. Obtido de http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/themes/21_youth_unemployment.pdf
- European Commission. (12 de agosto de 2013b). *ec-European Commission - Erasmus - Statistics*. Obtido de Education & Training: <http://ec.europa.eu/education/erasmus/doc/stat/table1.pdf>
- European Commission. (10 de agosto de 2013c). *Education & Training*. Obtido de ec-European Commission - Erasmus - Statistics: http://ec.europa.eu/education/erasmus/doc/stat/1011/countries/portugal_en.pdf
- European Commission. (2013d). *Erasmus – Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2011-12*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union. doi:10.2766/43672
- European Commission. (2013e). *Guia do PALV 2013 - Parte II B: Explicações por Ação*. Bruxelas: European Commission. Obtido de http://ec.europa.eu/education/llp/doc/call13/fiches_pt.pdf
- Eurostat. (2013a). *Unemployment statistics. Statistics Explained*. Bruxelas: European Commission. Obtido de http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Unemployment_statistics#Youth_unemployment_trends
- Eurostat. (2013b). *Statistics Database*. Bruxelas: European Commission. Obtido de <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home>
- Eurostudent. (2008). *Social and Economic Conditions of Student Life in Europe. Synopsis of indicators*. Bielefeld: Eurostudent. Obtido de http://www.eurostudent.eu/download_files/documents/Synopsis_of_Indicators_EIII.pdf

-
- Eurostudent. (2011). *Social and Economic Conditions of Student Life in Europe. Synopsis of indicators*. Bielefeld: Eurostudent IV 2008–2011. Obtido de http://www.eurostudent.eu/download_files/documents/EIV_Synopsis_of_indicators.pdf
- Field, J. (2005). *Social Capital and Lifelong Learning*. Bristol: Policy Press.
- Friedrich, W., Körbel, M., & Müller, K. (2010). *Study on the impact of the Leonardo da Vinci programme on the quality of vocational education and training systems*. Kerpen: European Commission / Directorate General for Education and Culture. Obtido em 1 de agosto de 2013, de http://www.pedz.uni-mannheim.de/daten/edz-b/gdbk/10/vetpro_en.pdf
- Governo de Portugal. (2013). *Estratégia Europa 2020 - Ponto de Situação das Metas em Portugal*. Lisboa: Governo de Portugal. Obtido de http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/nd/prgreg2013_portugal_pt.pdf
- OCDE. (2012). *PORTUGAL – Country Note – Education at a Glance 2012: OECD Indicators*. Bruxelas: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
- Piopiunik, M., & Ryan, P. (2012). *Improving the transition between education/training and the labour market: What can we learn from various national approaches?* Bruxelas: European Commission - European Expert Network on Economics of Education (EENEE). Obtido de http://www.eenee.de/portal/page/portal/EENEEContent/_IMPORT_TELECENTRUM/DOCS/EENEE_AR13.pdf
- WSF Wirtschafts- und Sozialforschung. (2007). *Analysis of the Effects of LEONARDO DA VINCI Mobility Measures on Young Trainees, Employees and the Influence of Socio-economic Factors*. Kelpen: European Commission / Directorate General for Education and Culture. Obtido em 1 de agosto de 2013, de http://www.pedz.uni-mannheim.de/daten/edz-b/gdbk/07/analysis_leonardo_study_en.pdf
- Zittoun, T. (2008). Learning Through Transitions: The Role of Institutions. *European Journal of Psychology of Education*, Vol. 23(2), 165-181.

ANEXO I

Guião de questionários (em versão magnética)

3 documentos em .doc

ANEXO II

Guião de entrevistas (em versão magnética)

1 documento em .doc

ANEXO III

Entrevistas transcritas (em versão magnética)

(1 – Caracterização dos entrevistados)

2 documentos em .doc

ANEXO IV

Segmentos codificados das entrevistas (em versão magnética)

(1 – Segmentos para entrevistas a estagiários);

2 - Segmentos para entrevistas a instituições

2 documentos em .xls

ANEXO V

Bases de dados em SPSS (em versão magnética)

1 - Base de dados Erasmus – PROALV;

2 - Base de dados Erasmus - CES;

3 - Base de dados Leonardo - CES;

4 - Base de dados Instituições - CES.

4 documentos em .sav



ESTUDO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA MOBILIDADE PARA ESTÁGIOS

O presente documento resulta do estudo de avaliação dos impactos das ações de mobilidade para estágio realizadas ao abrigo dos programas Erasmus, na sua vertente de mobilidade para estágios, e Leonardo da Vinci, nos públicos-alvo formação profissional inicial e pessoas presentes no mercado de trabalho. Promovido pela Agência Nacional PROALV com o apoio do POAT FSE, foi realizado pelo CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra).

Na atual conjuntura política, económica e social, e num momento de transição entre programas comunitários, as mobilidades para estágio ganham um peso crescente – nacional e europeu –, potenciado pelo lançamento do Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia no domínio da Educação e Formação 2020, que reforça as prioridades da mobilidade e da aprendizagem ao longo da vida como objetivos estratégicos.

Este estudo enquadra-se portanto neste contexto, evidenciando a importância da construção e reforço das estratégias de avaliação para aferição de impactos que esclareçam a relevância atual destas medidas e permitam construir opções sólidas para a gestão dos programas futuros. No atual momento de crise económica e social, promover a mobilidade e a cooperação na Europa para fins de aprendizagem será, porventura, o trunfo mais poderoso para aprender e ensinar, para inovar, para criar valor e futuros empregos, fomentando simultaneamente a dimensão europeia e a responsabilidade social.

AN PROALV

A Agência Nacional para a Gestão do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida é uma estrutura de missão criada para assegurar a gestão do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida, cujo objetivo é contribuir para o desenvolvimento da União Europeia enquanto sociedade avançada baseada no conhecimento.

CES

O Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra é um Laboratório Associado do MCE, desde 2002, vocacionado para a investigação e formação avançada nas diversas áreas das ciências sociais e humanas.

POAT/FSE

O Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu é um Programa Operacional que enquadra as ações com características transversais na ótica de intervenção do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional) e na perspetiva do FSE (Fundo Social Europeu), independentemente da sua natureza operacional ou estratégica, apoiando diversos aspetos, nomeadamente através da monitorização da ação do FSE, nos vários planos em que esta atividade tem de ser realizada ao longo do período de programação. Presta apoio, entre outros, a estudos que permitem analisar a contribuição do FSE às atividades associadas à implementação de políticas públicas nacionais de educação, emprego, formação e igualdade.